

SEBASTIAN HAFNER

A REVOLUÇÃO ALEMÃ 1918/1919



expressão
POPULAR

SEBASTIAN HAFNER

A REVOLUÇÃO ALEMÃ
1918-1919

SEBASTIAN HAFFNER

A REVOLUÇÃO ALEMÃ

1918-1919

Tradução
Bianca Tavorari

Revisão técnica
Isabel Loureiro

1ª edição

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO

expressão
POPULAR

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

São Paulo – 2018

Copyright © 2018 by Rowohlt Verlag GmbH, Reinbek bei Hamburg
Copyright © 2018 by Editora Expressão Popular

Publicado originalmente em 1979 sob o título *Die Deutsche Revolution 1918/1919*, por Kindler Verlag, Berlin.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

Escritório Regional São Paulo

Diretores: *Gerhard Dilger e Torge Löding*

Coordenadores: *Christiane Gomes, Daniel Santini, Jorge Pereira Filho e Verena Glass*

Administrativo: *Andressa Rosa, Catary Minotelli, Davide Simadon, Débora Ruiz e Everalda Novaes*

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: *Marcio Pochmann*

Diretoras: *Isabel dos Anjos e Rosana Ramos*

Diretores: *Artur Henrique e Joaquim Soriano*

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: *Rogério Chaves*

Assistente editorial: *Raquel Maria da Costa*

Revisão: *Jorge Pereira Filho e Miguel Yoshida*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

H138r Haffner, Sebastian
A revolução alemã 1918/1919. / Sebastian Haffner;
tradução Bianca Tavolari.—1.ed.—São Paulo : Expressão
Popular, 2018.
330 p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-7743-341-4

1. Revolução alemã— História. 2. Revolução alemã -
Política. I. Tavolari, Bianca, trad. II.Título.

CDD 943

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

“Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva do autor e não representa necessariamente a posição da FRL.”

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2018

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3522-7516 / 3105-9500

editora.expressaopopular.com.br

livraria@expressaopopular.com.br

www.facebook.com/ed.expressaopopular

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br

Sumário

Os ecos da Revolução Alemã.....7
Gerhard Dilger

A história de uma traição 11
Dainis Karepovs

A REVOLUÇÃO ALEMÃ 1918/1919

Prefácio	25
1. Império e social-democracia	27
2. O 29 de setembro de 1918.....	43
3. Outubro.....	59
4. A revolução	77
5. O 9 de novembro	99
6. A hora de Ebert.....	117
7. O 10 de novembro: a batalha do Marne da revolução.....	133
8. Entre revolução e contrarrevolução	147
9. A crise de natal.....	165
10. A decisão em janeiro	181
11. A perseguição e o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo	197
12. A guerra civil.....	213
13. A República dos Conselhos de Munique.....	261
14. Nêmesis.....	279
15. As três lendas.....	303
Posfácio à edição de 1979.....	315
Cronologia da Revolução Alemã	319
Bibliografia selecionada.....	329
Crédito das imagens.....	331

Os ecos da Revolução Alemã

GERHARD DILGER¹

Há um século, socialistas de todo o mundo torciam pela vitória dos trabalhadores na Alemanha, para que o país altamente industrializado se tornasse um aliado da Revolução Russa, já pressionada de modo implacável interna e externamente. Ali se jogava a maior possibilidade que a classe operária encontraria no século XX para protagonizar uma revolução em um país do centro capitalista. Mas não foi isso o que aconteceu, e a responsabilidade do fracasso recaiu, sobretudo, na liderança do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), principal referência da esquerda na época.

Se essa interpretação já fora destacada há muito tempo pela historiografia dos países soviéticos, especialmente na Alemanha Oriental, do outro lado do muro, a narrativa era diferente. Na Alemanha Ocidental, considerava-se que esses mesmos sociais-democratas, liderados por Friedrich Ebert, salvaram o país da “ameaça bolchevique” e, assim, contribuíram para a formação da primeira democracia no país, a República de Weimar (1919-1933). Os dois lados da Cortina de Ferro, no entanto, coincidiam em um aspecto: por décadas, o peso dos comunistas foi supervalorizado.

¹ Jornalista e diretor do escritório regional da Fundação Rosa Luxemburgo em São Paulo de 2013 a 2018.

A obra clássica do jornalista berlinense Sebastian Haffner, compilada a partir da série de reportagens “A grande traição”, veiculadas na influente revista *Stern* em 1968 e reeditadas inúmeras vezes, acerta as contas com esse equívoco histórico e vai além dessas interpretações clássicas. Haffner mostra que a Revolução de Novembro, em Kiel, Berlim e Munique, simultânea ao fim da guerra, foi fundamentalmente republicana e antimilitarista, pacifista e pacífica. Mais do que tudo, naqueles dias de efervescência social, o que se desperdiçou foi a chance única de se construir um país democrático e socialista, e evitar a hecatombe totalitária. Para ele, a influência dos comunistas fora bastante limitada na determinação dos acontecimentos.

Porém, teria sido essa uma revolução “traída” pelos sociais-democratas? Essa polêmica já foi objeto de debates desde a primeira vez que o texto de Haffner veio a público. O argumento central dos críticos foi que o partido social-democrata, na sua grande maioria, já havia rejeitado a saída revolucionária muitos anos atrás, assumindo-se reformista e até com simpatias pelo colonialismo, tendências tão criticadas por Rosa Luxemburgo. Em novembro de 1918, já não restavam mais pretensões revolucionárias.

De fato, os caminhos entre o campo majoritário do SPD e suas dissidências já haviam começado a tomar direções opostas com o início da guerra mundial imperialista. O apoio do SPD aos créditos de guerra no parlamento alemão, oficializado na fatídica votação de 4 de agosto de 1914, fez dele definitivamente um partido do sistema. Essa votação também foi o marco da divisão do movimento operário, que a partir daí foi tomando forma com o avanço da guerra e finalmente levou à fundação da Liga Espartaquista, em 1916, e do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD), em 1917. O espartaquis-

tas, com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, se juntaram ao USPD e depois viraram a base do Partido Comunista (KPD), criado em 1º de janeiro de 1919.

Essa narrativa os leitores acompanharão com detalhes nas próximas páginas, conduzidos pela ágil escrita de Haffner, que a partir de uma fundamentada pesquisa histórica nos apresenta também a experiência dos conselhos autônomos, uma das principais características da Revolução Alemã. Formados por trabalhadores e soldados, tais conselhos permitiam uma ampla participação a partir das bases, multiplicando-se ao longo do processo e envolvendo diversos segmentos sociais. Essa experiência foi brutalmente solapada a partir do início de 1919, quando os paramilitares apoiados expressamente pelo social-democrata Gustav Noske, os *Freikorps*, assassinaram Rosa e Liebknecht, e lançaram mão de uma violenta repressão contra a esquerda radical, referendada pelo também social-democrata Ebert, recém alçado ao posto de chanceler da Alemanha.

Ao curto período revolucionário que, para muitos, foi um dos momentos mais decisivos para a esquerda ocidental se sucedeu um novo arranjo de forças conservador que, por sua vez, acabou desembocando na emergência do regime de Adolf Hitler. Não é à toa que dos *Freikorps* sairão alguns dos principais expoentes do nazismo como Ernst Röhm, futuro chefe das tropas de assalto (SA), e Rudolf Höss, futuro comandante de Auschwitz, entre outros.

É imperativo dizer que, na Alemanha, as divisões da esquerda e o irrefreável desejo conservador da liderança social-democrata de então pavimentaram o caminho para as hostes nazistas. Nos dias cruciais de novembro e de dezembro de 1918, não foi possível uma união das forças socialistas moderadas, majoritárias, as intermediárias e as mais radicais. E entre os espartaquistas/comunistas, Rosa Luxemburgo, que defendeu a

participação nas eleições para a Assembleia Nacional, foi voto vencido.² Os confrontos fratricidas da Revolução de 1918-1919 deixaram profundas marcas no movimento operário alemão e, somados à posterior virada stalinista do KPD, impossibilitaram uma aliança que, nos anos 1920, poderia ter barrado o avanço do nazismo. Em um momento em que o mundo assiste novamente à ascensão de forças antidemocráticas, especialmente no Brasil, os fracassos da Revolução Alemã podem nos apresentar lições importantes.

Berlim, outubro de 2018

² Cf. Isabel Loureiro (org.), *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1914-1919)*. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2018. v.2.

A história de uma traição

DAINIS KAREPOVS¹

Os homens aprenderam algo com os sacrifícios e os sofrimentos, a queda e a catástrofe, com o triunfo do adversário e o desespero do povo? Eles captaram o sentido, a lição e o legado daqueles tempos? [...] Não, eles não aprenderam nada nesses quinze anos, esqueceram tudo e não aprenderam nada. Obstinadamente eles fracassaram, repetidamente foram derrotados, açoitados e torturados. Eles fizeram promessas ao povo dia após dia, mês após mês, ano após ano, até que ele, cansado de promessas, buscou conforto no desconforto. A barbárie triunfa, o nacionalismo, o ódio racial e a deificação do Estado cegam olhos, sentidos e corações. Muitos alertaram para isso, e havia anos que o faziam. [...]

Vejo os milhares que celebram, com festa e barulho, a perda da liberdade e a condenação do intelecto. Os milhares de enganados e iludidos que acreditam verdadeiramente que o reino da justiça na Terra está próximo. [...] Onde estão vocês, meus camaradas? Na Grande Guerra houve um homem, um homem entre milhões, a voz da verdade e da paz, e mesmo a cova da prisão não conseguiu sufocar a voz de Karl Liebknecht. Hoje vocês são seus herdeiros. Vocês venceram o medo que desencoraja e humilha as pessoas. Continuem seu trabalho silencioso e incansável e não se deixem intimidar pela perseguição ou pela brutalidade, pela prisão ou pela morte.

Ernst Toller, em 1933²

¹ Mestre e doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pós-doutor em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Coautor de *Na contracorrente da História* (Sundermann, 2015) e autor de *Pas de politique Mariô! Mario Pedrosa e a política* (Ateliê; Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017). Contato do autor: dakar@uol.com.br

² Cf. *Uma juventude na Alemanha*. São Paulo: Mundaréu, 2015, p. 21-22, 25-26.

O “breve século XX”. Foi assim que o historiador inglês Eric Hobsbawm³ identificou o período situado em meio a dois colossais colapsos da humanidade, e que se abriu com a Primeira Guerra Mundial. Ocorrida entre 1914 e 1918, foi o maior conflito bélico que até então se havia visto. A guerra foi o resultado do desenvolvimento do capitalismo, o qual conduziu o mundo em direção a disputas entre os Estados, à expansão imperialista, impelindo as principais potências imperialistas a um acirrado confronto pelos recursos materiais e mercados mundiais, e a uma corrida armamentista. Este capitalismo, por outro lado, interligara mais profundamente o planeta, o que fez com que as ideias circulassem mais ampla e rapidamente. E assim foi que a brutalidade e as dificuldades engendradas pela guerra começaram a fazer com que soldados e civis que sofriam com os resultados do conflito revissem sua disposição inicial de apoio à guerra e aos apelos nacionalistas. Revoltas, greves e confrontos com a ordem das sociedades militarizadas que começaram a surgir sobretudo a partir da segunda metade da guerra abriram o caminho para mudanças políticas e sociais. A mais notável delas foi, sem dúvida, a Revolução Russa de 1917. É nesse contexto que observa mais uma vez Hobsbawm:

Após 1917, ficou claro que até os países prósperos e estáveis da sociedade burguesa ocidental teriam, de um modo ou de outro, sido atingidos pelos levantes revolucionários globais que começaram na periferia do sistema mundial, único e interdependente, que esta sociedade criara.⁴

A Revolução Russa abriu uma onda planetária de expectativa que fez com que se desencadeassem insurreições, greves,

³ Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴ Eric Hobsbawm, *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 385.

a criação de partidos etc. Mas aquela revolução que os revolucionários russos mais esperavam, inclusive para a manutenção do poder soviético na Rússia, era a da Alemanha. Afinal era ali que estava aquela considerada a maior e mais organizada classe trabalhadora de então, e também o mais importante e poderoso partido socialista do planeta. Em 1914 um jovem revolucionário russo e mais tarde um dos principais dirigentes da Revolução Russa de 1917, Leon Trotsky, exaltava o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD):

Somos – e como! – devedores da social-democracia alemã. Passamos por sua escola e aprendemos com seus erros e acertos. Para nós ela não era um dos partidos da Internacional, mas ela encarnava o ‘Partido’, simplesmente.⁵

E a Revolução Alemã não se fez esperar. Ela se inseria em um longo ciclo de eventos de mudanças sociais, políticas e econômicas da história da humanidade ocorridas através de processos de ruptura com situações preexistentes, que tiveram como motor os interesses das majorias, que contaram com a sua ativa participação e se iniciaram em 1776, nas colônias inglesas que constituiriam os Estados Unidos. Esses processos tomaram, seja sob a ótica liberal, socialista ou comunista, o nome de Revolução.⁶

⁵ Leon Trotsky, *La Guerre et l’Internationale*. In: _____. *La Guerre et la Révolution: Le naufrage de la II e Internationale; les débuts de la IIIe Internationale*. Paris: Éditions Tête de Feuilles, 1974, p. 62. O volume em questão é uma coletânea de textos que compunha as *Obras Completas* de Trotsky editadas em Moscou nos anos 1920. *La Guerre et l’Internationale*, de onde se extrai esta citação, era uma brochura originalmente publicada em Zurique em novembro de 1914.

⁶ Obviamente desse conjunto não fazem parte certos processos de fabulação como aqueles fabricados no Brasil – onde tais eventos não passavam apenas de rearranjos entre os detentores do poder político-econômico ou restauração/manutenção no poder daqueles que o detiveram ou se sentiam ameaçados de perdê-lo – a respeito de eventos ocorridos em 1930, 1932 e 1964.

No exame dessa série de acontecimentos que levavam a rubrica “Revolução” tornou-se corrente a prática da reflexão sobre aqueles episódios considerados “vitoriosos”. No entanto, em um deles,⁷ aquele ocorrido na Alemanha em 1918-1919 e que correntemente é estendido até 1923, o olhar se detém nos aspectos que mostram uma série de derrotas, mas medidas pela régua usual de exame desses eventos de “sucesso”. Embora – entre outras conquistas obtidas naquela ocasião – o final da monarquia na Alemanha não fosse pouca coisa, as circunstâncias daquele momento, de debacle do militarismo alemão e de vitória da Revolução Russa de 1917, apresentavam à classe trabalhadora alemã mais exigências e expectativas, para as quais ela e as suas lideranças se revelaram incapazes de corresponder.

No entanto, em 2018, em seu centenário, a Revolução Alemã ainda tem muito a ensinar à Humanidade do século XXI, especialmente àquela que vê ressurgir na cena política e social a figura do fascismo, o qual começou a ter configuradas várias de suas formas de ação, especialmente as violentas, como os *Freikorps* que, como é sempre importante recordar, executaram Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, naquela ocasião.

É mais que oportuna a iniciativa da Fundação Rosa Luxemburgo e da Fundação Perseu Abramo, que se valem da ocasião do centenário da Revolução Alemã para publicar, em português, este livro de Sebastian Haffner, justamente em um instante em que o Brasil vive grave momento de retrocesso.

Pseudônimo do alemão Raimund Pretzel, Sebastian Haffner (1907-1991) foi um jornalista que, depois de aban-

⁷ No campo dos eventos de “insucesso”, por seu papel de precursora nos processos revolucionários modernos do campo socialista, a Comuna de Paris de 1871 também recebe grande interesse.

donar sua carreira no campo do direito na Alemanha por conta do nazismo, tornou-se uma figura de proa na imprensa britânica, onde foi buscar asilo em 1938. Dez anos depois se naturalizou inglês e em 1954 retornou à Alemanha para trabalhar como correspondente do britânico *The Observer*, tornando-se mais tarde (1961) colunista político de publicações alemãs (*Die Welt*, *Stern*, *Süddeutsche Zeitung*). É autor de uma série de livros, dos quais apenas um havia sido publicado no Brasil.⁸

Originalmente lançado em 1969, *A Revolução Alemã* é uma obra escrita dentro dos cânones jornalísticos internacionais (é claro que não nos do Brasil), segundo os quais os acontecimentos são apresentados em seu rigor e o autor, por isso, não briga com os fatos, nem comete anacronismos. Além disso, em seu favor, conta o fato de que o autor jamais escondeu sua postura política liberal (no sentido em que esta palavra é compreendida na Inglaterra, e, mais uma vez, não no Brasil, onde liberal é sinônimo de direitista). Mas o seu caráter jornalístico não impede, muito ao contrário, que o livro de Haffner seja uma inegável contribuição para a história da Revolução Alemã.

Em seu livro, Sebastian Haffner examina atentamente a evolução do processo revolucionário alemão, observando-o em especial através da atuação do SPD majoritário e de sua decisiva contribuição para a derrota da revolução. Para tanto, acompanha sua evolução histórica, em especial sua consolidação como partido parlamentar. A partir do final da Primeira Guerra, particularmente quando o general Erich Ludendorff monta uma ardilosa armadilha que envolve o SPD e sua ambição parlamentar para salvar o Estado-Maior das Forças Armadas alemãs das

⁸ Sebastian Haffner, *Um tal de Adolf Hitler: considerações particulares sobre um fenômeno psicológico e político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. 153p.

acusações pela vergonhosa derrota no conflito. A partir daí, com a presença do dirigente moderado do SPD majoritário Friedrich Ebert, que não defendia a abdicação do imperador Guilherme II, mas sim uma monarquia parlamentarista, e se tornou, sucessivamente, comissário do Conselho dos Operários e Soldados (neste caso muito a contragosto), chanceler e presidente da República Alemã, desenvolveu-se uma sinuosa trajetória que levou ao abortamento da revolução. Ele contou com o “auxílio luxuoso” do também socialista majoritário Gustav Noske, o cão sangrento da Revolução Alemã, e importante personagem na criação e consolidação dos *Freikorps*, as organizações paramilitares que massacraram os revolucionários alemães. Ebert, aliás, deixou claro que detestava a revolução “como ao pecado”.

Mesmo defendendo a ideia de revolução, Haffner, em sua obra, não deixa de lançar seu olhar crítico sobre as diversas correntes políticas (spartakistas-comunistas, socialistas independentes, delegados revolucionários, socialista majoritários) e as suas dificuldades em se opor às situações impostas pelos fatos e as possíveis soluções para eles, mas, sem dúvida, o seu exame sobre a atuação dos socialistas majoritários do SPD permite um foco resolutamente capaz de dar conta de um dos grandes, senão o maior entrave à revolução. Em um posfácio inserido em uma edição publicada dez anos depois do lançamento de *A Revolução Alemã*, Haffner enfatiza esta questão:

A revolução de 1919 lhe ofereceu [ao SPD, DK] a chance para isso, e essa chance foi jogada fora “para sempre” quando, em vez de fazer uso da revolução, o SPD a reprimiu – “traiu”, como digo com amargura no meu texto. Porque essa chance realmente não voltou mais – nunca mais. Em vez disso vieram Hitler, a Segunda Guerra Mundial, a segunda derrota, a divisão. É isto que faz que a história da Revolução Alemã de 1918 e sua repressão, levada a cabo pelos dirigentes que ela mesma proclamara, ainda seja tão amargamente atual: o fato de que ofereceu a melhor

possibilidade e, em retrospectiva histórica, a única possibilidade de impedir que tudo isso acontecesse.⁹

Enfim, acompanhar a trajetória aqui apontada por Haffner é algo que o leitor fará com enorme proveito e lhe permitirá notar como ainda hoje, em situações de mudança e ruptura, é imperativa a conexão e a sintonia entre as massas e suas lideranças para fazer face aos problemas e dificuldades que se apresentam nestas situações. Mas este leitor não deve se eximir da leitura do notável livro de Isabel Loureiro.¹⁰

Ao mesmo tempo que ocorriam os episódios narrados por Haffner, não muito longe dali, em Paris, os vencedores da Primeira Guerra Mundial reuniram-se para discutir o que ficou conhecido como o Tratado de Versalhes. A Conferência de Paris iniciou seus trabalhos em 18 de janeiro de 1919 e contou com a presença de setenta delegados, representando apenas a coligação dos 27 países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial, incluído o Brasil. Em 28 de junho de 1919 os delegados assinaram o Tratado de Versalhes, que supostamente selaria a paz com a Alemanha. A este se seguiram outros acordos de paz com a Áustria, a Bulgária e a Turquia. A Conferência de Paris encerrou-se em 20 de janeiro de 1920. Da Conferência de Paz resultou a criação da Liga das Nações (antecessora da atual Organização das Nações Unidas), porém suas deliberações acabaram se tornando fonte de ressentimento por parte dos derrotados, especialmente da Alemanha, servindo de combustível para o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. O principal documento resultante dessas discussões, o Tratado de Versalhes, acabou, ao contrário do que se esperaria de qualquer

⁹ Ver adiante, a p. 285-286.

¹⁰ Isabel Loureiro, *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. 179p.

acordo de paz, inflamando mais ainda o quadro dera origem à Guerra de 1914-1918. Ele serviu de alimento e combustível para as chamas que geraram a tragédia do nazismo e produziram a Segunda Guerra Mundial, que se desenrolou entre 1939 e 1945.

Entre os participantes dos debates em Paris estava uma pequena delegação do Brasil, dirigida por Epitácio Pessoa, ministro aposentado, por razões de saúde [*sic*] do Supremo Tribunal Federal e então senador pela Paraíba. Dado o papel absolutamente secundário do país nos conflitos de 1914-1918, é óbvio que a contribuição brasileira foi quase nula, provavelmente algumas gotas de combustível. A delegação de Pessoa recebeu uma dupla incumbência: cobrar uma dívida da Alemanha com os cafeicultores de São Paulo e açambarcar uma frota de navios que havia sido indevidamente capturada pelo Brasil. Pelo sucesso na empreitada, Pessoa foi “premiado” com a presidência do Brasil, cargo para o qual foi eleito durante sua estadia na Conferência, sem a necessidade de se empenhar em uma campanha eleitoral.

Além da constituição da Sociedade das Nações, a Conferência de Paz deliberou a criação de uma entidade internacional voltada para as questões do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta, por evidente, era uma questão trazida a uma conferência para discutir fronteiras e indenizações que nitidamente era resultado, defensivo, dos efeitos da Revolução Russa. No entanto, antes disso, Pessoa retirou-se do Brasil para fazer um beija-mão no presidente dos Estados Unidos – que o apoiara expressamente nas duas demandas que apresentara na Conferência de Paris –, antes de tomar posse no seu cargo presidencial, devidamente trazido por uma nau americana ao Rio de Janeiro.

A Conferência de Paris apresentou uma série de diretivas referentes a jornada de trabalho, trabalho insalubre, trabalho in-

fantil, trabalho feminino etc. que seriam aprovadas na primeira Conferência da Organização, ocorrida naquele mesmo ano em Washington. Como se sabe, muitas dessas diretivas somente se tornaram lei no Brasil cerca de quinze anos mais tarde, na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Mas o curioso é que mal havia deixado a Conferência de Paz, Pessoa, no caminho de volta ao Brasil, alinhavou, provavelmente em conjunto com a delegação que o acompanhava, algumas “ideias” para seu governo. Mesmo ciente das resoluções que seriam tomadas em Paris sobre a questão do trabalho, com a criação da OIT, Pessoa mostrou a sua alma e a de seus patrocinadores e colaboradores: “Pagar aos operários da Central os domingos e feriados é um absurdo. Pagar a quem não trabalha! Criar na classe do operariado uma aristocracia coberta de vantagens e privilégios!”¹¹

Enfim, se aqui a delegação brasileira deu a sua mínima contribuição naquilo que levaria a Hitler, à Segunda Guerra Mundial, à nova derrota da Alemanha e à divisão da Alemanha, ela também deixava demarcados seus genes, os quais, quase cem anos depois, proporcionaram ao Brasil um retrocesso ao mundo do trabalho de mais de um século.

¹¹ Epiácio Pessoa, *Algumas ideias reunidas a bordo para o Governo (Ideias gerais)*. In: _____, *Obras Completas*. v.XIX: Defesas diversas. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965, p. 73.

A REVOLUÇÃO ALEMÃ
1918-1919

*And let me speak to the yet unknowing world
How these things came about: so shall you hear
Of carnal, bloody, and unnatural acts,
Of accidental judgments, casual slaughters,
Of deaths put on by cunning and forced cause,
And, in this upshot, purposes mistook
Fall'n on the inventors' heads: all this can I
Truly deliver.¹*

William Shakespeare (*Hamlet*, V, 2)

¹ “E que ao mundo que o ignora eu possa dizer / Como isso aconteceu. E vão ouvir de ações / Carnais, sanguinolentas, antinaturais, / De juízos fortuitos, matanças casuais, / De mortes maquinadas por coações e ardis / E, enfim, sobre planos baldados que se voltam / Contra o próprio inventor. Sim, tudo isso posso / Relatar com vigor.” Cf. William Shakespeare, *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 193-194. (N. T.)

Prefácio

A lenda *Diante da lei* [*Vor dem Gesetz*], de Franz Kafka, fala sobre um homem que, diante de um portão, pede para entrar e como seu pedido sempre é rejeitado pelo porteiro, passa toda a vida aguardando esperançoso, sob tentativas frustradas e sempre repetidas de fazer o implacável porteiro ceder. Por fim, na hora da morte, quando sua audição já lhe falhava, o porteiro grita em seu ouvido: “Esta entrada estava destinada apenas a você. Agora eu vou embora e a fecharei”.¹

Essa lenda kafkiana é lembrada quando se olha para a história do *Reich* (império) alemão e da social-democracia alemã. Gestados praticamente ao mesmo tempo, ambos pareciam ter sido determinados um para o outro: Bismarck havia criado a moldura estatal externa em que a social-democracia poderia se desenvolver e que ele esperava, um dia, preencher com uma substância política duradoura e significativa. Se tivesse sido bem-sucedido, talvez o império alemão existisse ainda hoje.

Mas é sabido que não foi isso o que aconteceu. O *Reich* alemão caiu nas mãos erradas e desabou. A social-democracia que, desde o início se sentiu convocada para liderá-lo e que talvez poderia tê-lo salvo, nunca angariou, ao longo dos seus 74 anos de existência, a disposição e a força para se apoderar

¹ Franz Kafka, *Essencial Franz Kafka*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2011, p. 105-106. (N. T.)

desse *Reich*. Tal como o homem na lenda de Kafka, a social-democracia havia se instalado confortavelmente diante da porta. E a história mundial também pôde berrar em seus ouvidos, em 1945: “Esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a”.

Mas, diferentemente do que acontece no conto de Kafka, há um momento dramático nessa história, em que tudo pareceu virar de ponta-cabeça. Diante da derrota na Primeira Guerra, em 1918, os porteiros do império abriram, para os líderes social-democratas, o portão exterior que há muito estava trancado e, não sem segundas intenções, deixaram que eles entrassem voluntariamente no átrio do poder; e então, irrompendo a partir de fora, atropelando seus líderes e soltando-se deles, as massas social-democratas saltaram os últimos portões que davam acesso ao núcleo do poder. Em novembro de 1918, depois de meio século de espera, a social-democracia alemã parecia enfim ter alcançado seu objetivo.

E então aconteceu o inacreditável. Os líderes social-democratas, elevados ao trono vazio, imediatamente convocaram os antigos guardas do palácio que haviam sido abandonados para que colocassem para fora dali justamente a massa social-democrata. Um ano depois, eram os próprios líderes social-democratas que já estavam sentados do lado de fora da porta – e para sempre.

A Revolução Alemã de 1918 foi uma revolução social-democrata derrubada pelos líderes social-democratas: um desdobramento praticamente sem igual na história mundial.

Este livro irá apresentar, cena por cena, como esse processo aconteceu. Mas antes de deixarmos que a cortina seja erguida diante desse drama sombrio, é recomendável lançar um rápido olhar a seu longo prólogo: o meio século de esperança e espera diante do portão que levou ao poder.

1. Império e social-democracia

O *Reich* alemão e o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) não só surgiram ao mesmo tempo, mas também têm a mesma raiz: a revolução burguesa fracassada de 1848. Essa revolução teve dois objetivos: externamente, unificação nacional e, internamente, reorganização democrática. Ambos eram necessários. A divisão em pequenos estados e o feudalismo, que ainda eram os fundamentos da Alemanha pré-revolucionária, estavam prontos para serem liquidados na era industrial recém iniciada.

Mas a revolução burguesa fracassou, e a burguesia alemã se conformou com seu insucesso. Outros assumiram o que teria sido sua tarefa. Em vez dela, no topo da classe dos *Junkers*¹ e com ajuda do exército prussiano, Otto von Bismarck se ocupou da unificação nacional – o nivelamento de fronteiras estatais obsoletas. O quarto estamento tomou a modernização interna – o nivelamento de fronteiras estamentais obsoletas – das mãos, agora enfraquecidas, do terceiro estamento, como uma tarefa não concluída. Bismarck e o movimento operário alemão em seu início seguravam em suas mãos, cada um, uma ponta do fio que havia sido rompido no final de 1849. Se tivessem permanecido juntos, então a falta de 1848 poderia ter sido recuperada em torno dos anos de 1870 e um Estado nacional alemão mais

¹ Termo que designava grandes proprietários de terra dos estados alemães. (N. E.)

moderno, saudável e duradouro poderia ter surgido. Mas eles não ficaram juntos, colocaram-se um contra o outro, e isso não poderia ter sido diferente – apesar do flerte curto, fascinante, mas infrutífero, entre Bismarck e Ferdinand Lassalle.

O resultado foi um império alemão poderoso e temido no exterior, mas que internamente parecia um colete abotoado errado. O fato de que, na condição de Estado nacional, ele apresentasse algo de impreciso e aproximado – é sabido que ele excluiu muitos alemães e incluiu muitos não alemães – talvez fosse algo inevitável e pudesse passar despercebido. Tampouco a Constituição de Bismarck, construída de maneira estranha e até um pouco falsa – o dualismo não resolvido entre o *Reich* e a Prússia, o poder apenas aparente dos príncipes federais [*Bundesfürsten*] e da Câmara Alta do parlamento nacional [*Bundesrat*], a onipotência dividida de maneira nada clara entre o imperador e o chanceler do *Reich*, a impotência institucionalizada do *Reichstag*, o exército não integrado –, tudo isso não foi o mal fundamental desse Estado; Constituições podem ser alteradas. O que tornou o império de Bismarck “doente terminal desde o início” (tal como diz o historiador Arthur Rosenberg em sua obra *Entstehung der Weimarer Republik* [Origem da República de Weimar]), apesar de todo o brilho da vitória armada, foi uma distribuição de poder entre suas classes. Essa divisão se mostrou errada, obsoleta e contrária à história.

O Estado foi submetido a uma má gestão. Os *Junkers* prussianos, que afundavam economicamente e se tornavam parasitários aos poucos, sem saber como isso havia lhes acontecido, tiveram que, de repente, liderar um Estado industrial moderno. A burguesia capitalista, acostumada e mimada com a falta de responsabilidade desde 1849, buscava, do lado de fora, o poder que lhe era recusado internamente e pressionava por aventuras em matéria de política externa. E os trabalhadores

social-democratas, objetivamente a reserva mais forte da nação, os herdeiros voluntários da responsabilidade que a burguesia havia recusado, eram considerados “inimigos do *Reich*”.

Eram mesmo? Eles eram temidos, marginalizados, odiados e, nos últimos doze anos da era Bismarck, de 1878 até 1890, foram perseguidos. Não há dúvida de que eram – na época – opositores inconciliáveis da ordem estatal e social que Bismarck havia dado a seu *Reich*. Não há dúvida de que proclamaram a revolução política e social, sobre a qual certamente – já naquela época – não tinham qualquer ideia clara, para nem falar de planos concretos. Não há dúvida de que, assim como os outros “inimigos do *Reich*”, os eleitores católicos de centro, eles tinham vínculo e relações de lealdade que extrapolavam as fronteiras do *Reich*; o que a Igreja Católica mundial era para os primeiros, a Internacional Socialista era para eles.

E, apesar de tudo isso, eles eram tão pouco inimigos do *Reich* como eram os outros. Ao contrário. A social-democracia e o centro foram, desde o início, os partidos do *Reich* propriamente ditos: tiveram sua origem e crescimento nesse *Reich*, com esse *Reich* e por meio desse *Reich*; estavam mais profundamente enraizados nele do que os próprios fundadores prussianos. Nem os sociais-democratas, nem o centro desejaram, mesmo em sonho, dissolver o *Reich* alemão, que era o elemento de suas vidas. Desde o início, eles pretendiam antes de tudo – os sociais-democratas ainda mais do que o centro – ser sua herança. É só um pouco exagerado quando Arthur Rosenberg escreve o seguinte: “Assim, a direção do partido social-democrata era o contragoverno clandestino e August Bebel era, do alto de sua influência, uma espécie de contraimperador”.

Os sociais-democratas do *Reich* de Bismarck eram patriotas revolucionários. Queriam subversão e reconstrução internas – de maneira alguma almejavam impotência e

dissolução externas. Pretendiam fazer do *Reich* de Bismarck seu *próprio Reich* – não para enfraquecê-lo ou mesmo para aboli-lo, mas para elevá-lo à altura de seu tempo. É certo que uma atitude como essa, que é clara teoricamente, não vem sem contradições na prática. Há uma certa contradição nas duas das mais famosas declarações de Bebel, que foi líder do partido por muitos anos: “A esse sistema, nenhum homem e nenhum vintém!” e “Quando se trata de ser contra a Rússia, eu mesmo pegarei na espingarda!”. Mas não é por conta *dessa* contradição que os sociais-democratas fracassaram em 1918, mas em razão de uma outra.

A revolução social alemã, que eles prometeram até os últimos momentos e que, no início, de fato esperavam e almejavam, era para eles sempre algo que se colocava para o amanhã ou para o depois de amanhã, nunca uma exigência imediata do dia. Nunca um social-democrata alemão se lançou a questão “o que fazer?”, tal como Lenin. Dizia-se que a revolução “viria” em algum momento; não era algo que precisava ser feito pelas próprias pessoas aqui e agora. Bastava esperar por ela; e, enquanto isso, vivia-se no império como sempre havia sido, aderindo a um de seus partidos, ficando feliz com o fato de que eles se tornavam mais fortes a cada eleição para o *Reichstag*. Mas um partido revolucionário que se contenta em esperar pela revolução gradativamente deixa de ser um partido revolucionário. O presente real é mais forte do que o futuro apenas almejado e esperado, especialmente quando aquilo que é almejado e esperado recua para um futuro cada vez mais distante e quando o presente se mostra cada vez mais suportável.

E de fato era o que ocorria. No ano de 1891, August Bebel falava na convenção partidária do SPD:

A sociedade burguesa trabalha com tanta força na direção de sua própria queda que nós apenas precisamos esperar pelo

momento em que nós apanharemos o poder que cairá de suas mãos... sim, eu estou convencido de que a realização de nossos últimos objetivos está tão perto que são poucos os que estão neste salão que deixarão de viver este dia.

Vinte anos depois, ele denominou a revolução apenas de “a grande confusão” [*Kladderadatsch*] – uma expressão que diz muito; uma grande confusão não é exatamente algo desejado ardentemente. Mais uma vez, clamou a seus oponentes burgueses (dessa vez, no *Reichstag* [Parlamento]): “Ela [a confusão] não foi provocada por nós, foi provocada por vocês mesmos”. Não se falava mais de que o dia da revolução seria iminente, mas antes: “Ele chegará; apenas foi adiado”. Desta vez havia de fato poucas pessoas no salão que não viveriam este dia: a hora chegaria sete anos depois. Mas, internamente, o SPD já não queria mais de fato aquilo que chamavam de “grande confusão”.

É curioso notar como as datas do destino da história do *Reich* alemão coincidem precisamente com as da história do Partido Social-Democrata. Os 48 anos do império abarcam três períodos claramente separados: i) os vinte anos de Bismarck até 1890; ii) o período guilhermino, de 1890 até 1914; iii) os quatro anos de guerra entre 1914 e 1918. Esses três períodos também são, precisamente, os da história do SPD. No tempo de Bismarck era, ao menos em sua autoavaliação, o partido da revolução vermelha. Entre 1890 e 1914, ainda era revolucionário apenas nas palavras; secretamente, começaram a se sentir como um componente da Alemanha guilhermina. Essa mudança se tornou evidente a partir de 1914.

Para responder à pergunta sobre o que teria motivado a mudança, é preciso primeiro citar o fim da perseguição. Em suas últimas semanas no cargo, Bismarck queria intensificar ainda mais as leis antissocialistas, quase até provocar uma guerra civil aberta. Guilherme II [Wilhelm II] derrubou estas leis. Os líderes

e funcionários social-democratas, que haviam sido banidos e perseguidos ao longo de doze anos, poderiam, a partir de então, viver a vida sem ameaças, agradável e interessante dos notáveis parlamentares. Eles teriam que ser mais do que humanos para não sentir o alívio com uma certa gratidão.

Mas isto não era tudo. Toda a atmosfera da política interna da Alemanha guilhermina era distinta daquela de Bismarck – mais descontraída, mais solta, menos dura e rígida. A Alemanha da virada do século XIX era um país mais feliz do que os anos 1880. Na Alemanha de Bismarck, o ar era pesado. Guilherme II tinha escancarado as janelas e deixou o ar entrar; a grande e grata popularidade de que gozou nos seus primeiros anos não veio por acaso. Certamente, o relaxamento interno foi alcançado por meio do desvio das energias represadas e da pressão interna excessiva para o exterior, ou melhor, às expensas do mundo exterior – que, com o tempo, não deixou que isso acontecesse.

Mas isso era o menos reconhecível nos anos em torno de 1900. O que os sociais-democratas notaram especialmente foi que o mormaço da trovoada, exigido por uma descarga revolucionária, havia se dissipado. Antes de 1890, eles ainda conseguiam ver que a revolução de fato “viria”. Agora eles viam-na recuar para um futuro cada vez mais distante.

A “política mundial” guilhermina foi favorável à burguesia capitalista que naquele momento, diferentemente do que ocorreu sob Bismarck, havia sido compensada por sua impotência interna por meio do desdobramento externo de poder. Mas o trabalhador alemão também lucrou alguma coisa com a nova prosperidade da expansão imperialista. Por muito tempo sua situação ainda estaria longe de ser boa, mas estava melhor do que antes; e quem consegue sentir a melhora e espera por mais melhoras perde a vontade de fazer revolução. Os “revisionistas” do SPD que, nos primeiros anos do século, riscaram a revolução

do programa do partido e queriam passar para uma política de reformas puramente social, perceberam muito corretamente para onde o vento soprava. Foram derrotados no voto. Nas convenções partidárias e nos comícios, o partido continuou, como antes, a proclamar a revolução que estava por vir, sob bandeiras vermelhas. Mas entre as palavras e as convicções, se escancarava agora um espaço cada vez mais amplo. Secretamente, o “centro marxista” do partido pensava a mesma coisa que os revisionistas diziam abertamente; a esquerda do partido, que ainda acreditava na revolução, havia se tornado uma minoria.

E, finalmente, um terceiro elemento se somou a isso: a brilhante carreira parlamentar do SPD. De eleição em eleição, o partido havia crescido em número de eleitores e de mandatos. Desde 1912, ele era, de longe, a legenda mais forte no *Reichstag*. Isso poderia acontecer sem deixar vestígios? No momento em que a revolução se tornava cada vez mais improvável e quando a bancada social-democrata do *Reichstag* começou a crescer cada vez mais, seguindo toda a legalidade – isso não deveria dar-lhes o que pensar?

É certo que o *Reichstag* da Constituição de Bismarck tinha pouco poder – mas isso não poderia ser mudado? Outros partidos também não queriam mais poder? E se fosse possível chegar ao poder por meio da formação de maiorias parlamentares e de uma reforma constitucional parlamentarista – de que ainda serviria uma revolução? Ninguém, nem os revisionistas, falava abertamente, no entanto, de fato, desde 1914, o SPD havia se tornado um partido parlamentar, e não mais um partido revolucionário. Não se pretendia subverter o Estado existente, em vez disso, buscava-se, em aliança com outros partidos parlamentares – com os liberais, com o centro –, crescer dentro desse Estado. Os comícios para as massas e as bandeiras vermelhas eram apenas um ritual tradicional. O jogo e a ambição parlamentar

viraram a realidade do partido. Com a deflagração da guerra em 1914, provou-se o que era ilusão e o que era realidade.

O SPD ainda conseguiu manter a aparência revolucionária por uma semana. Em 25 de julho de 1914, de acordo com decisões anteriores tomadas na convenção do partido, conclamou “protestos flamejantes contra a atividade criminosa dos provocadores da guerra”. Nos dias seguintes, ainda havia manifestações de rua de caráter social-democrata contra a guerra – não eram, de maneira alguma, manifestações insignificantes; por volta de vinte a trinta mil pessoas estavam lá de pé. Dos dois presidentes do partido, um deles, Friedrich Ebert, viajou para Zurique com os fundos partidários; preparava-se ainda para proibições, prisões e confiscos. O outro, Hugo Haase, um “esquerdista”, apressou-se ao escritório da Internacional Socialista em Bruxelas para discutir acerca de ações internacionais contra a guerra.

Mas quando a guerra de fato chegou, nada disso valia mais: com 96 votos a 14, a bancada do *Reichstag* decidiu em favor dos créditos de guerra; e os 14 dissidentes se curvaram, sem exceções, à maioria (entre eles também estava, por sua vez, Karl Liebknecht, o mais de esquerda entre os de esquerda). Um dos 14 era Hugo Haase, o segundo presidente do partido, um homem melancólico, cujo papel, por toda sua vida, foi perder nas votações para em seguida se submeter à maioria. Em 4 de agosto coube a ele conceder a famosa declaração em nome do partido, mas contra suas convicções internas: “Nós não vamos abandonar a pátria no momento de perigo”. O imperador também deu uma resposta famosa: “Eu não conheço mais partidos, eu apenas conheço alemães”. A social-democracia alemã havia feito as pazes com o império alemão. A partir de então, ela se comportou como partido de Estado – sem verdadeiramente sê-lo.

A esquerda do partido, que não havia desistido dos antigos objetivos revolucionários, ficou abalada com essa “traição” e, por

isso, não aguentou a nova paz com o império: ela se separou do partido no decorrer da guerra; partes do antigo “centro marxista” e dos antigos revisionistas também a seguiram e, desde 1917, passaram a existir dois partidos social-democratas, o SPD e o USPD [Partido Social-Democrata Independente da Alemanha], os “socialistas majoritários” e os “independentes”, o primeiro leal à guerra e ao Estado e o segundo, pacifista e – ao menos em parte – revolucionário. Mas a decisão de 4 de agosto de 1914 não foi uma “traição”; ela estava baseada na lógica da política do partido, de acordo com o desenvolvimento tomado por ele no quarto de século que havia se passado – e isso vale mesmo que se retire tudo o que o patriotismo instintivo, o pânico e o entusiasmo em relação à guerra possam ter contribuído. O partido nutria o sentimento correto de que a guerra era a conta que teria de ser paga por um quarto de século de política externa imperialista de longo alcance, uma vez que o trabalhador alemão e a social-democracia alemã também se aproveitaram dos frutos dessa política externa. Nesse sentido, era um caso de aceitação das responsabilidades por seus atos. Mas acima de tudo: se o partido queria crescer por dentro do poder estatal com o parlamento e por meio do parlamento, então a guerra era sua chance. Pela primeira vez, ele era *necessário*. O partido que detinha a confiança das massas não podia mais ser ignorado numa guerra das massas. Com seu “sim” para a guerra, o SPD acreditava ter ultrapassado o limiar que o levaria ao poder.

Com isso, o partido se enganava e também deixava se enganar. O *Reichstag*, a maioria do *Reichstag* e a social-democracia não conseguiram alcançar o verdadeiro poder ao longo de toda a guerra até o último momento – quem antes conseguiu alcançar o poder foram os militares. Mas as relações constitucionais alemãs foram colocadas em movimento durante a guerra, o *Reichstag* e o SPD não pertenceram aos perdedores,

mas aos ganhadores da realidade constitucional transformada. Os principais perdedores foram o imperador e os príncipes federais, que deixaram de ser pilares de sustentação para se tornarem meros ornamentos da estrutura constitucional; também o chanceler e o gabinete ministerial contaram entre os perdedores: eles deixaram de fazer parte de instâncias responsáveis de decisão para se tornar, cada vez mais, órgãos de apoio do alto comando do Exército.

Desde o outono de 1916, o alto comando do Exército era o verdadeiro governo da Alemanha. Deste momento em diante, o verdadeiro imperador passou a se chamar Paul von Hindenburg e o verdadeiro chanceler, o general Erich Ludendorff. Por detrás da fachada monarquista que havia ficado de pé não se formava apenas uma ditadura militar, mas, ao mesmo tempo, algo como uma República secreta: a única força contrária que se manteve ao lado do alto comando do Exército, que ganhou peso e obteve cada vez mais consideração, foi a maioria do *Reichstag*, a qual, no decorrer da guerra, era formada por uma coalizão entre SPD, Partido Progressista e Centro (*Zentrum*).

A nova realidade constitucional se revelou finalmente em julho de 1917, quando o alto comando do Exército e a maioria do *Reichstag* fizeram algo para o qual eles não detinham a menor autoridade constitucional: atuando em conjunto – ainda que com objetivos opostos no longo prazo –, derrubaram o chanceler do *Reich*. É claro que seu sucessor não determinava a maioria do *Reichstag*, tal como eles esperavam. Ela foi determinada por Ludendorff e, com isso, mostrou-se mais uma vez quem de fato governava na Alemanha naquele momento. Ainda assim, desde 1917, o chanceler do *Reich* tinha um parlamentar como vice-chanceler; não era mais possível ignorar completamente a maioria do *Reichstag*. Nos últimos dois anos da guerra, entre o alto comando do Exército e a maioria do *Reichstag* reinava uma

relação não muito diferente daquela entre governo e oposição num Estado parlamentar.

O alto comando do Exército governava e governava com mão de ferro – com estado de sítio, censura e prisão preventiva; com muito mais rigor e dureza do que o poder estatal imperial constitucional antes da guerra, ele havia inesperadamente se colocado no lugar dele. Mas, ao contrário das autoridades imperiais do pré-guerra, ele não podia mais simplesmente passar por cima dos partidos da maioria do *Reichstag*. Os partidos eram consultados, podiam dar sua opinião; e até mesmo derrubar chanceleres.

A maioria do *Reichstag* se tornou oposição. Entre ela e o poder militar no governo existiam dois grandes debates de longo prazo: sobre os objetivos da guerra e sobre a reforma da Constituição. A maioria do *Reichstag* reivindicava uma paz negociada sem grandes objetivos de anexação. O alto comando do Exército se decidiu fortemente por uma “paz vitoriosa” [*Siegfrieden*]. A maioria do *Reichstag* exigia a aplicação do direito eleitoral do *Reichstag* para todos os estados federativos, liberdade de imprensa, democratização, parlamento. O alto comando do Exército respondia: “Depois da vitória – talvez”. Por vezes o debate ficava amargo e os homens da maioria do *Reichstag* precisavam incluir palavras duras – palavras ainda mais duras direcionadas a seus colegas parlamentares da direita e da imprensa “nacional”, se comparadas àquelas voltadas aos militares no governo.

Mas isso não rompeu com sua lealdade. Até o último momento, eles aprovaram os créditos de guerra como um todo e o SPD, em especial, fez o seu melhor para convencer as massas famintas e sangrentas, por vezes também já em greve e resmungando, para continuar “resistindo”. De maneira alguma se pensava que o SPD pudesse sabotar a guerra se ela não fosse

conduzida de acordo com as suas ideias. A este ponto chegaram apenas os sociais-democratas independentes, que, desde a primavera de 1917, haviam se organizado como um novo partido de esquerda e que, apesar de terem uma representação fraca no *Reichstag*, eram um poder digno de nota nos estados. Mas eles haviam se tornado o que todo o SPD era nos tempos de Bismarck: marginalizados. Como não estavam protegidos pela imunidade parlamentar, eles tinham de estar preparados para serem presos preventivamente ou para serem convocados a trabalhar como soldados na indústria armamentista e para serem destacados para batalhões disciplinares.

Esse tipo de coisa não ameaçava mais os homens da maioria do *Reichstag*, tampouco os sociais-democratas. Agora eles haviam sido aceitos socialmente, entravam e saíam dos escritórios e eram ocasionalmente recebidos e ouvidos com respeito até mesmo no grande quartel-general. Era uma experiência incomum para eles, que não conseguiam deixar de ter um certo sentimento caloroso e terno diante dessa nova cortesia e afabilidade dos poderosos.

Até mesmo uma certa camaradagem se formou entre alguns líderes do SPD e alguns homens da nova hierarquia militar, como, por exemplo, entre o dirigente partidário Friedrich Ebert e o inspetor de trens, o general Wilhelm Groener. Os dois entraram em contato por diversas vezes e entendiam-se bem: ambos eram filhos de artesãos do sul da Alemanha, um de Baden e o outro de Württemberg, e ambos eram peritos sérios, moderados e eficientes, bem como “homens da nação”. Por que se opunham antes de maneira tão estranha e hostil?

Ainda que, nos anos da guerra, o SPD majoritário não tenha crescido em poder real, ele cresceu na atmosfera do poder. Agora pertencia ao *establishment*, por mais que ainda desempenhasse o papel de oposição. Era um partido de reforma e de oposição,

nacional e leal, que criticava o governo, mas não queria mais derubar o Estado. Havia chegado a um acordo com a monarquia e com o capitalismo. O que almejava era a forma parlamentar de governo e uma paz negociada. Estava disposto a alternar o governo pacificamente com seus adversários burgueses de direita em um sistema parlamentarista do futuro; e seus aliados burgueses do Partido Progressista e do Centro estavam mais próximos do que seus companheiros separatistas da USPD. Os primeiros eram amigos e parceiros, enquanto os outros haviam se tornado inimigos íntimos.

O que se tornou um pouco frágil nesse desenvolvimento foi a relação entre a liderança do partido e as bases. Ela havia sempre se apoiado na disciplina rigorosa e na subordinação; a expressão irônica “real social-democracia prussiana” já vinha dos tempos prévios à guerra. Mas antes havia muita solidariedade de classe entre os simples “companheiros” e suas lideranças, muita intimidade de noites de tertúlia. Os líderes eram pessoas comuns, falavam a língua das pessoas comuns. Agora já falavam a língua do poder entre si. Quando começaram a compartilhar das preocupações dos militares no governo e a estimar suas qualidades humanas, seus adeptos comuns começaram a sentir, mais do que nunca, toda a dureza e brutalidade de um governo militar. Um certo alheamento era inevitável. Alguns dos antigos redutos do SPD – Berlim, Leipzig, Bremen, Hamburgo – se tornaram agora centros do novo USPD.

O USPD, que rejeitava os créditos de guerra desde 1916, levou adiante as tradições da social-democracia do pré-guerra de maneira mais fiel do que o partido majoritário. Ele abarcava todo o espectro de opiniões da social-democracia anterior à guerra, do líder revisionista Eduard Bernstein, passando pelo ideólogo-chefe do “centro marxista”, Karl Kautsky, até os

revolucionários internacionalistas da Liga Espartaquista, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Não se tratava, de maneira alguma, de um partido de esquerda rígido e unitário como o partido bolchevista russo de Lenin. A unidade se mostrava apenas na oposição à guerra, na medida em que eles não viam, já há muito tempo, uma guerra defensiva, mas uma guerra imperialista de conquista; e também se mostrava na aversão amarga contra os socialistas majoritários que eram leais à guerra – que, por sua vez, retribuía essa aversão de coração. Para eles, os independentes eram algo como traidores da pátria; para os independentes, os socialistas majoritários eram traidores do socialismo e da classe trabalhadora.

No entanto, a divisão do partido – que produzira tanta amargura e tanto ódio entre os políticos – era vista de baixo, da perspectiva dos membros partidários comuns, como algo inofensivo. Para muitos deles, os socialistas majoritários e os independentes ainda eram, no fundo, a mesma coisa, apenas com um certo matiz diferente. Os socialistas majoritários também eram, por fim, a favor de uma paz negociada, contra os anexionistas e contra os que queriam prolongar a guerra; eles também demandavam por uma reforma eleitoral e por democracia, só adotavam um tom mais paciente e mais brando. Também era possível recorrer a eles se alguém se visse pessoalmente afetado pela dureza do estado de sítio, por prisões arbitrárias e por chicanas. Com seus métodos conciliatórios, talvez eles conseguissem fazer mais do que os “independentes” com seu radicalismo amargo. Os socialistas majoritários tampouco haviam renunciado publicamente aos grandes objetivos socialistas finais.

A confiança não morre tão rápido. As massas ainda confiavam nos líderes com que estavam acostumadas – tanto os do SPD quanto os do USPD. Esses líderes eram tudo que tinham. No grande movimento grevista de janeiro de 1918,

os trabalhadores também votaram na liderança do SPD para a condução da greve – e, poucos dias depois, foram convencidos pelos líderes a suspendê-la. Por fim, a guerra ainda existia e a guerra precisava ser atravessada. Depois da guerra, a maioria esperava por uma reunificação do partido.

“Depois da guerra”. Para o homem comum na Alemanha, isso significava seguir até o verão de 1918: depois da vitória ou, na melhor das hipóteses, depois de uma paz negociada. A ideia de que uma derrota seria possível nunca havia chegado de maneira séria. Não se havia alcançado vitórias ininterruptas ao longo de quatro anos? Não se estava por toda a parte em território inimigo? Não se havia há pouco obrigado a Rússia a firmar a paz? Para as pessoas na Alemanha, a guerra era conformada pela fome, pela preocupação com os que “estavam fora” – e por notícias de vitória. As pessoas perseveravam, cerravam os dentes e continuavam a lutar, a passar fome e a trabalhar duro – cheios de cólera contra aqueles que, apesar de todas as vitórias, não queriam celebrar a paz. Mas a ninguém ocorreu que ainda perderiam a guerra.

Tampouco havia alguém que, no alto escalão do império alemão, insinuasse uma possibilidade como essa, muito menos que a admitisse. Os homens na liderança tampouco admitiam a possibilidade de derrota entre si, nem mesmo no verão de 1918, quando isso praticamente já havia se tornado uma certeza, diante do fracasso das últimas grandes ofensivas alemãs no Ocidente e da chegada em massa dos estadunidenses na França. Os meses em que teria sido necessário preparar-se para a derrota que se aproximava e em que talvez ainda fosse possível amortecê-la ou ao menos atenuá-la foram perdidos.

Então, em agosto e setembro, os acontecimentos começaram a se precipitar. No Ocidente, os aliados avançavam linha após

linha. Os ganhos das ofensivas da primavera se perdiam, o recuo passou a ser incontrolável. Os impérios centrais desmoronavam. Em 13 de setembro, a Áustria enviou um pedido de ajuda. Em 15 de setembro, os aliados romperam o *front* dos Balcãs. Em 27 de setembro, a Bulgária capitulou. No mesmo dia, os aliados atacaram a linha Hindenburg, num *front* mais amplo no Ocidente. Ela era a última linha de defesa mais desenvolvida dos alemães. Ela cambaleava.

Os jornais alemães ainda falavam em resistência e em vitória final. Os parlamentares em Berlim, cheios de maus pressentimentos, mas muito longe da ideia de que o fim estava chegando, discutiam sobre se aos poucos não havia chegado o momento em que seria necessário trocar de governo e buscar seriamente uma negociação de paz. A pergunta era: como contar para Ludendorff?

Eles estavam diante de uma surpresa terrível. Foi o próprio Ludendorff que, de um dia para o outro, trocou o governo e trocou a Constituição logo em seguida. Ele tomou as decisões que os parlamentares não foram capazes de fazer passar. Ele determinou que a Alemanha se tornaria uma democracia parlamentar e trouxe o SPD para o governo, bem como o objetivo por eles desejado. Mas, na manhã seguinte à noite de núpcias, colocou a derrota em suas mãos. E não esperava mais que o SPD buscasse uma negociação de paz, mas sim uma capitulação.

O dia 29 de setembro de 1918 foi quando tudo isso aconteceu.

2. O 29 de setembro de 1918

O dia 29 de setembro de 1918, um domingo, começou como uma bela tarde de final de verão e terminou com uma tempestade de outono e chuva torrencial: naquele ano, este foi o dia em que o verão virou outono. Também foi o dia da virada do clima político para a Alemanha. Foi naquele dia que, de maneira abrupta e inesperada, vieram as decisões que introduziram o final da Primeira Guerra Mundial, o final da resistência alemã e o final do Império.

O 29 de setembro de 1918 é uma das datas mais importantes da história alemã, mas ele não se tornou, como outras datas comparáveis – tal como o 30 de janeiro de 1933¹ ou o 8 de maio de 1945² –, uma parte integrante da consciência histórica alemã. Isso se deve em parte ao fato de que nada do que aconteceu nesse dia estava nos jornais do dia seguinte. O acontecimento do 29 de setembro permaneceria ainda por muitos anos como segredo de Estado. Mas também quando, por fim, os fatos se tornaram conhecidos, eles detinham um estranho contorno indeterminado, algo como uma névoa de segredo que os envolvia.

¹ Fim da República de Weimar e nomeação de Adolf Hitler como chanceler. (N. E.)

² Dia em que a Alemanha nazista reconhece oficialmente a capitulação na Segunda Guerra Mundial. (N. E.)

O 29 de setembro de 1918 foi um 8 de maio de 1945 e um 30 de janeiro de 1933 em um só. Trouxe, ao mesmo tempo, capitulação e reestruturação do Estado. E ambos eram obra de *um* homem – e de um homem cuja posição constitucional não lhe dava a menor autoridade para ações tão desconhecidas como essas: o primeiro intendente geral Erich Ludendorff.

Por detrás do 29 de setembro de 1918 ainda se encontra o enigma de Ludendorff: o enigma de seu poder, o enigma de sua personalidade e o enigma de seus motivos.

Nos últimos dois anos da guerra, o poder de Ludendorff havia se tornado praticamente ilimitado e isso nunca havia se mostrado de maneira tão estridente como nesse dia, em que ele entregou o poder e destruiu seu instrumento. Era um tipo de poder que nenhum outro alemão havia possuído antes de Hitler, tampouco Bismarck: tratava-se de poder ditatorial.

O supervisor nominal de Ludendorff, o chefe do alto comando do Exército, o marechal de campo Paul von Hindenburg, nunca foi, em verdade, nada mais do que seu instrumento solícito. O Imperador que, de acordo com a letra da Constituição, também era Comandante Supremo de Guerra, se acostumou a executar cada desejo do alto comando do Exército – tanto no âmbito político quanto no militar – como se fosse uma ordem. O chanceler e os ministros iam e vinham de acordo com as ordens de Ludendorff. Quando Ludendorff finalmente decidiu, de um dia para o outro, transformar a Alemanha de Bismarck em uma democracia parlamentarista e deixou que essa democracia parlamentar içasse a bandeira branca, não havia ninguém que oferecesse resistência ou que apenas o contradissesse. O que ele havia decidido era executado com diligência silenciosa. E, ainda assim, esse homem era apenas um general entre muitos, não era nem mesmo o de maior patente, já que era apenas o segundo homem no

alto comando do Exército, sem qualquer cargo ou mandato político. O que lhe dava esse poder descomunal?

Até hoje não existe uma resposta clara e incontestável para essa pergunta; e o caráter de Ludendorff mantém algo de enigmático; quanto mais detalhadamente [nós] o estudamos, mais enigmático ele se torna.

Ludendorff não significava nada para as grandes massas; não era um herói do povo. Este era Hindenburg, com quem Ludendorff deixou, de boa vontade, que ficassem toda popularidade, todo o brilho e toda a fama. Ludendorff era completamente livre de vaidade. Alguém poderia ficar tentado a dizer que a aparência do poder não lhe interessava, apenas o próprio poder – mas, ao olhar mais de perto, é preciso reparar que, na verdade, o próprio poder lhe era indiferente. Existiu algum outro ditador que – tal como Ludendorff, em 29 de setembro de 1918 – abriu mão do poder voluntariamente e que, ainda por cima, comandou e organizou a transmissão ordenada do poder para seu adversário político de acordo com seu próprio poder absoluto?

É claro que ele fez tudo isso no momento da derrota e, como ficará demonstrado, não sem segundas intenções. Ainda assim: basta apenas comparar o comportamento de Ludendorff no momento da derrota com o de Hitler e será preciso admitir: Ludendorff não era ganancioso por poder. Ele era abnegado de uma maneira própria, de uma maneira dura e quase malvada.

Ludendorff não era um conquistador de almas ou um líder popular. Não tinha charme ou força demoníaca, não conseguia enfeitiçar, nem mesmo convencer ou hipnotizar. No trato era brusco, seco, pouco amável, reservado, pouco sociável. Em sua especialidade, a militar, era, sem dúvida alguma, excelente especialista, ainda que dificilmente fosse o comandante talentoso que seus seguidores quiseram torná-lo depois: não era um ho-

mem de inspiração genial, um Napoleão – na Primeira Guerra Mundial, não existiu um Napoleão em nenhum dos lados –, mas antes organizador e administrador, um técnico da guerra: sangue frio e decisão forte, meticuloso e incansável em seu trabalho de uma maneira imprudente, um general competente. Mas também havia outros generais competentes. Se perguntarmos o que fazia que esse general burguês se destacasse de todos os demais e o que lhe dava seu poder decisivo, vamos descobrir apenas isto: sua abnegação dura e quase um pouco inumana era o que o capacitava a ser inteiramente vontade, inteiramente instrumento, inteiramente corporificação.

Era isso: Ludendorff corporificava algo – corporificava, como nenhum outro, a nova classe burguesa dominante na Alemanha que, durante a guerra, cada vez mais pôs de lado a velha aristocracia; corporificava suas ideias pangermânicas, suas vontades selvagens de vitória, a obsessão com que tomavam o todo e “almejavam o poder mundial”. Porque era abnegado, livre de qualquer consideração pessoal, em verdade livre de qualquer consideração de maneira geral porque era muito objetivo, objetivo de uma maneira algo inquietante, algo inumana: é por essa razão que tinha as condições de, a todo momento, ousar ao extremo e fazer da audácia uma rotina. E era isso que a nova classe dominante da Alemanha percebia, era por isso que ele era seu homem, era por essa razão que ela o seguia cegamente – enquanto os finos e sensíveis aristocratas do Antigo Regime capitulavam diante de sua objetividade e determinação nada misericordiosas e enquanto as massas, resmungando, se submetiam.

Ludendorff foi o homem que se comprometeu não apenas a ganhar a guerra para a Alemanha, mas, em verdade, prometeu ganhar a guerra por completo; era o homem que estava preparado para apostar tudo de novo e de novo, com uma calma

implacável. Todas as suas decisões tinham algo de atroz: a guerra submarina ilimitada, o apoio à Revolução Bolchevique, a paz violenta de Brest-Litovsk, a grande campanha para o oeste no verão de 1918, uma decisão tomada no mesmo momento em que ele procurava por uma decisão no *Ocidente*: esse era seu estilo e era nesse estilo, em que a grande burguesia alemã reconhecia seu próprio estilo, que sua essência e sua vontade mais íntimas encontravam expressão. Com Ludendorff surgiu, pela primeira vez, um novo traço na essência alemã – um traço de exagero frio e possessivo, de desafio do destino, um “tudo ou nada” que se tornou o mote de toda uma classe e que, desde então, nunca mais desapareceu da história alemã.

Sua decisão solitária de 29 de setembro também leva sua assinatura. Foi a reação pessoal e característica de Ludendorff diante da derrota. Diz-se com frequência – praticamente desde o início – que Ludendorff simplesmente teria tido um “ataque de nervos” nesse dia (ou mais precisamente: na sexta-feira anterior, no dia 27 de setembro, quando o plano que seria então implementado no domingo se formou na sua cabeça). É verdade que, até o último instante, Ludendorff não queria admitir a derrota previsível há meses e claramente visível há semanas – e então, de repente, de um dia para o outro, passou de uma confiança convulsiva na vitória para um pessimismo e um derrotismo extremos, talvez até mesmo exagerados. Ainda mesmo em julho, quando foi questionado pelo secretário de Estado das relações exteriores, von Hintze, que havia sido recém-empossado, ele assegurou que se comprometia a alcançar a vitória militar final na iminente ofensiva alemã em Reims – e com isso ele já tentava abafar sua melhor concepção dos fatos. Ainda mesmo no Conselho da Coroa de 14 de agosto, depois do fracasso dessa ofensiva e das primeiras graves derrotas alemãs, ele ainda colocava como possível paralisar a vontade de guerra do inimigo

por meio do prolongamento da resistência e concordou com a ideia de que era de se esperar uma melhor posição militar por meio de iniciativas de paz. Agora, em 29 de setembro, exigia de repente um armistício dentro de 24 horas – e isso foi feito expressamente com a justificativa de que ele não poderia mais garantir que impediria uma catástrofe militar no *front* ocidental por mais de 24 horas.

Evidentemente isso deve ter provocado a impressão de que, de repente, ele havia tido um ataque de nervos diante da situação do *front* – que efetivamente havia se tornado terrivelmente ameaçadora –; sobretudo quando se comprovou, nos dias e semanas seguintes, que a temida catástrofe no *front* ocidental não viria. Também é verdade que a rigidez de Ludendorff era quebradiça e que ele já havia tido crises nervosas repetidas vezes antes, crises que assustavam seu entorno no quartel-general. Mas, de maneira significativa, isso aconteceu nos meses precedentes, em que ele se obrigou a abandonar seu próprio juízo militar, um juízo melhor, para adotar um otimismo que não era mais responsável. No final de semana histórico dos dias 28 e 29 de setembro, ele se mostrava notadamente frio, superior e soberano: não como um homem que havia tido uma crise nervosa, mas antes como um homem que havia recuperado os nervos e que seguia um plano pensado com clareza. Muitas coisas contribuem para afirmar que essa impressão não estava errada.

Ludendorff nunca havia sido um homem cauteloso, que buscasse segurança ou mantivesse as portas abertas em todas as direções. Atuando de maneira conjunta e reforçando um ao outro, sua formação como oficial do Estado-Maior e seu temperamento pessoal imprimiram nele um determinado estilo de pensar e agir. Ludendorff estava acostumado a simular planos alternativos da maneira que se faz em um Estado-Maior, em seguida decidir-se por um deles sem hesitar e implementar o

plano escolhido com extrema energia e levá-lo às últimas consequências, sem sequer olhar para os lados; se o plano fracassasse, então era o momento para novas alternativas e para novas decisões radicais. Talvez o que afligisse Ludendorff no verão de 1918 e que por vezes poderia tê-lo levado ao limiar da crise nervosa tenha sido exatamente o fato de que se sentia condenado a se arrastar sem ter um plano: incapaz de ver a possibilidade da derrota diante dos olhos, ele ainda buscava a vitória de maneira obstinada, para a qual não tinha mais uma concepção clara. Agora, de repente, no dia 27 de setembro, com o ataque dos aliados à Linha Hindenburg, não havia mais qualquer desvio: de maneira incontornável, seu juízo militar mostrou-lhe a possibilidade de uma catástrofe militar imediata. Ele colocou a derrota diante de si. O choque do reconhecimento deve ter sido terrível – mas também era libertador. Porque agora Ludendorff poderia voltar a planejar. Agora ele planejava a derrota.

Ele planejava a derrota da mesma maneira com que antes havia planejado a vitória: como militar, como general, não como político. Diante da derrota, se concentrou apenas num objetivo: salvar o exército.

Em toda guerra se forma um conflito sutil entre a liderança do exército e a política. Por vezes a vitória o encobre um pouco; a derrota o traz implacavelmente à tona. Em certos processos de perda, chega-se a um momento em que o advogado não pensa mais nos interesses de seus clientes, mas apenas em como pode proteger a si próprio dos recursos judiciais de seus clientes decepcionados. A liderança de um exército derrotado pensa de maneira parecida: geralmente não pensa mais no interesse do país que não pode mais protegê-lo, mas pensa apenas em si mesma e em como manter sua honra militar intacta. Foi assim na França de 1940. Foi assim na Alemanha de 1918.

Desde o instante em que Ludendorff começou a planejar a “administração da derrota”, seu objetivo fixo era: o exército precisa ser salvo – tanto sua existência, quanto sua honra. Para salvar a *existência* do exército, era preciso celebrar um acordo de armistício – imediatamente, sem qualquer atraso, de preferência já no dia seguinte; cada dia que passava poderia trazer a catástrofe militar consigo. Mas, para salvar a *honra* do exército, o pedido de armistício precisava partir do governo, e não do alto comando do Exército. Ele precisava ser politicamente motivado, e não militarmente motivado.

Três questões se colocavam a partir desse objetivo: como era possível motivar um pedido de armistício politicamente? Qual governo estaria preparado para ceder a isso? E como seria possível assegurar que o inimigo vitorioso realmente concederia o armistício solicitado?

As respostas a essas perguntas convergiam. Para parecer que a motivação era política, o pedido de armistício precisava vir vinculado a uma proposta de paz e precisava provir daqueles que desde sempre haviam defendido uma paz negociada: a saber, os partidos da maioria do *Reichstag*. Esses partidos deveriam, portanto, ser incluídos no governo ou formar eles próprios o governo.

Para que a maioria do *Reichstag* pudesse estar preparada a assumir a responsabilidade pelo governo em condições tão terríveis, era necessário oferecer-lhe algo: isso significava oferecer a reformulação da Constituição, em que se encontrava a transição para a forma parlamentar de governo. Ao mesmo tempo, a reformulação da Constituição aumentaria as chances do pedido de armistício: a Entente defendia ter feito uma guerra em favor da democracia; especialmente o presidente americano Woodrow Wilson havia, publicamente e mais de uma vez, estabelecido a democratização da Alemanha como um dos objetivos da guerra.

Excelente! Se agora lhe fosse apresentado um governo alemão democrático, pronto e acabado, ele praticamente não poderia recusar o pedido de armistício. Seus famosos 14 pontos³ também seriam adotados nas negociações de paz para que a recusa lhe fosse ainda mais difícil.

E se, apesar de tudo, ele ainda rejeitasse? Ou se colocasse condições novas, imprevistas e desonrosas? Então era preciso ver o que seria feito. Talvez o novo governo do povo desencadeasse uma guerra popular, um *levée en masse* desesperado. E se o não fizesse, mas se submetesse – então seria *sua* submissão; em todo caso o exército teria sido salvo: tanto sua existência quanto sua honra. Talvez ele pudesse até mesmo convocar um protesto contra a submissão vergonhosa, o que, de saída, seria desesperado – e por isso inofensivo – e, mais tarde, depois da guerra, com sua existência intacta e com sua honra sem qualquer mácula, mandar novamente para casa o governo parlamentar desonrado pela capitulação.

Este era o plano – o plano de Ludendorff para administrar a derrota, vista agora como inevitável. Ele traçou o plano em 27 de setembro. No dia seguinte, colocou Hindenburg a par, que, como de costume, concordou. No dia 29 de setembro, ganhou, um atrás do outro, a concordância do ministro das Relações Exteriores, do imperador e do chanceler. Essa foi a última grande operação de Ludendorff; diferentemente de suas grandes ofensivas militares do ano de 1918, dessa vez conseguiu de imediato um avanço completo.

³ Referência à proposta de paz feita pelo presidente americano que procurava um acordo mais equilibrado entre as nações envolvidas na guerra. Embora algumas de suas sugestões tenham sido levadas adiante, como as bases da criação da Liga das Nações (embrião da ONU), prevaleceu a imposição de sanções sobre os derrotados expressa no Tratado de Versalhes. (N. E.)

A operação foi implementada com precisão de Estado-Maior, em que o fator surpresa desempenhou um papel decisivo. Até a noite da sexta-feira, ninguém tinha nem mesmo uma vaga noção do plano completo de Ludendorff. Na manhã do dia 28 de setembro (sábado), ele deixou que o chanceler do *Reich*, o idoso conde Hertling, fosse, a princípio, apenas informado por seu oficial de ligação em Berlim, o coronel von Winterfeldt, que o alto comando do Exército havia chegado à opinião “de que era necessário uma remodelação ou um desmonte do governo em bases mais amplas”. Ao mesmo tempo, foi sugerido ao chanceler do *Reich* que se dirigisse imediatamente ao grande quartel-general. O filho e ajudante do conde Hertling narra o seguinte:

Depois que o coronel von Winterfeldt deixou sua sala, meu pai se aproximou e me contou sobre a troca repentina de concepção política do alto comando do Exército. É claro que para mim foi uma surpresa ouvir que o alto comando do Exército estava se curvando ao parlamentarismo, do qual nunca antes havia sido partidário.

O chanceler decidiu viajar à noite. Ainda antes dele, viajou o secretário de Estado de Relações Exteriores, Paul von Hintze.

Isso aconteceu na manhã de sábado de 28 de setembro. Apenas ao final da tarde, depois que esse passo já havia sido dado, é que Ludendorff entendeu que seria necessário comunicar suas intenções a seu chefe nominal Hindenburg. Em suas memórias, ele relata:

No dia 28 de setembro, às 6 horas da tarde, fui me encontrar com o marechal de campo em sua sala, que ficava no piso inferior. Apresentei a ele minhas ideias a respeito de uma oferta de paz e de armistício... Naquele momento tínhamos apenas uma tarefa, agir sem demora, de maneira clara e determinada. O marechal de campo me ouvia agitado. Ele respondeu que queria ter-me dito o mesmo à noite, que ele também estava ponderando sobre

a situação por muito tempo e que considerava necessário dar esse passo... O marechal de campo e eu nos despedimos com um forte aperto de mão, como homens que haviam sepultado algo querido e que queriam permanecer unidos não apenas nos bons momentos, mas também nas horas mais difíceis da vida humana.

A partir dessa narrativa, não fica claro se Ludendorff colocou seu chefe inteiramente a par do plano ou – o que é mais provável – se lhe revelou apenas metade: a metade militar, assim como antes havia revelado apenas a metade política do plano ao chanceler do *Reich*.

No entanto, é certo que o plano completo foi discutido na manhã de domingo por Ludendorff em todos os detalhes com o secretário de Estado das Relações Exteriores, von Hintze, que havia chegado nesse meio-tempo. É também possível que, depois das declarações de Hintze, o plano de Ludendorff tenha sido modificado mais uma vez nessa conversa e que tenha adquirido sua forma definitiva apenas com a contribuição de Hintze. Hintze tinha um feitio intelectual muito semelhante ao do próprio Ludendorff: um homem mais jovem, arrojado, de sangue frio e perceptivo, originariamente oficial da marinha e, como Ludendorff, de origem burguesa e de convicções pan-germânicas. Ele havia sido “esmagado” pela notificação brusca de Ludendorff de que o *front* ocidental poderia desmoronar a qualquer instante e de que a situação do exército exigia um armistício imediato, mas se recuperou rapidamente. Achou boa a ideia de Ludendorff de que o agora necessário pedido de armistício deveria surgir sob a responsabilidade da maioria do *Reichstag*, mas deu ainda um passo adiante. Aparentemente, a princípio Ludendorff só havia pensado na admissão de representantes dos sociais-democratas, do Partido Progressista e do centro no governo vigente para motivar os pedidos repentinos de paz e de armistício. Hintze achava que isso não era suficiente.

Diante do “efeito catastrófico para o exército, para o povo, para o *Reich* e para a monarquia”, um efeito que deveria ser temido, seria necessário promover uma troca completa de sistema, uma troca visível e dramática, uma mudança constitucional, uma “revolução a partir de cima”. (A expressão “revolução a partir de cima” foi pronunciada pela primeira vez nessa conversa – não está claro se ela foi utilizada primeiro por Hintze ou por Ludendorff.) O principal temor de Ludendorff era que o pedido de armistício fosse adiado em razão disso; mas, em seguida, ele se apropriou rapidamente das ideias do secretário de Estado. Uma “revolução a partir de cima” – isso o iluminou; isso correspondia a sua predileção radical por ir com tudo, isso colocava, pela primeira vez, os pingos nos is de seu conceito. Quanto mais evidente fosse o rompimento com o governo anterior e com a Constituição, tanto mais verossímil seria a ideia de que o pedido de armistício teria se originado da própria vontade política dos novos homens – e mais verossímil que o exército não teria nada a ver com isso.

Hindenburg foi consultado e, como sempre, concordou. Eles foram almoçar. À tarde estava marcada uma apresentação para o imperador.

Enquanto isso, sem saber de nada, o antigo chanceler do *Reich*, o conde Hertling, estava a caminho de Spa, a estância termal belga que há algum tempo abrigava o grande quartel-general. Seu filho, que viajava com ele, relata de maneira clara sobre a viagem e sobre o que aconteceu na chegada:

Era um dia bonito, quente e ensolarado. Um sentimento peculiar se apoderou de mim quando chegamos àquela região por nós muito conhecida e muito estimada, que havíamos deixado justo há um mês. Nesse meio-tempo o outono havia adentrado no país e as florestas resplandeciam em todas as cores... Assim que nos

aproximávamos de Spa, o tempo mudou, nuvens escuras começaram a se reunir e, ao entrarmos no nosso castelo, uma garoa fina passou a cair do céu. Estava frio e desconfortável em casa. Não fazia muito que estávamos lá quando o senhor von Hintze se fez anunciar... A conversa entre ele e meu pai foi curta. Quando ele saiu, meu pai veio até meu quarto com uma expressão muito séria e disse: 'Isso é terrível, o alto comando do Exército exige que uma proposta de paz seja enviada à Entente *o mais rápido possível*'. Hintze estava certo ao mostrar seu pessimismo!

Durante o caminho, o antigo chanceler já havia se decidido a pedir sua demissão: durante toda a vida, havia sido um monarquista convicto; não queria participar da introdução do sistema parlamentar. Em nenhum momento pensou que poderia ser capaz de evitá-la quando Ludendorff a demandasse. E ainda por cima isto! Ele estava devastado como patriota. Como chanceler praticamente demissionário ele se sentia aliviado pelo fato de que, de alguma maneira, isto não lhe diria mais respeito.

O conde Hertling sequer participou da apresentação decisiva feita por Hindenburg ao imperador. O governo civil estava representado apenas por Hintze que, desde a manhã, estava em completo acordo com Hindenburg e Ludendorff. O imperador não opôs resistência, ele aprovava tudo: tanto a parlamentarização, quanto o pedido de armistício. Apenas recusou o pedido de demissão de Hintze, apresentado logo ao chegar.

Em verdade, tudo já estava decidido quando finalmente o imperador se apresentou com sua comitiva, às quatro horas da tarde, diante do chanceler do *Reich*. Faltava apenas redigir o decreto imperial a respeito da parlamentarização e conceder o pedido de demissão do conde Hertling. O mais estranho nos processos que aconteceram nesse dia histórico é o quanto tudo se desenrolou de maneira tão pouco dramática, de maneira tão abafada, suave e evidente. A final de contas, tratava-se de declarar como perdida uma guerra mundial levada adiante por

quatro anos com obstinação apaixonada e, ao mesmo tempo, de rasgar o edifício constitucional de Bismarck;⁴ mas ninguém parecia se exaltar e a única coisa que provocou alguns debates foi a questão da demissão do chanceler do *Reich* e do secretário de Estado para as Relações Exteriores. Ludendorff pegou todos de surpresa e todos desempenhavam seus papéis pré-determinados como num transe, como se nem sequer percebessem as atrocidades que cometiam. Como narra o Hertling mais novo,

O imperador não me pareceu estar, nesse dia, pior do que de costume... A reunião durou muito. O senhor von Hintze, que havia viajado durante a noite para Spa e que havia negociado com o alto comando do Exército por toda a manhã, via-se completamente esgotado e, em razão do esforço excessivo, dormiu no nosso quarto enquanto esperava ser consultado... Enquanto isso, foi preparada a declaração do imperador, em que dava expressão à sua vontade de, mais do que nunca, acercar-se dos assuntos do governo na qualidade de representante do povo, e em que concedia, em suas boas graças, o pedido de demissão de meu pai. Eu levei o documento ao escritório, onde as conversas importantes ainda não haviam acabado. O imperador não falou muito; seu chefe de Gabinete usou da palavra em seu lugar, debatendo de maneira tão viva que era possível ouvir sua voz claramente na sala ao lado. A demissão do chanceler foi mais do que dolorosa para o imperador... Então a reunião terminou. O imperador se despediu de todos nós de maneira amigável, como sempre, e nós ficamos sozinhos. Meu pai estava bastante quieto. Mas quando eu descrevi a ele como logo iríamos nos mudar das “terras baixas” para o planalto das amadas montanhas bávaras, um sorriso quieto, quase feliz, se sobrepôs a seus traços sérios.

⁴ A Constituição do Império Alemão atribuía amplos poderes ao chanceler, escolhido pelo imperador, inclusive o de legislar. Havia uma instância de natureza democrática (*Reichstag*, ou Dieta Imperial), cujos representantes seriam eleitos pelo voto direto de homens com mais de 25 anos. O *Reichstag* poderia aprovar, alterar ou vetar projetos de lei, em conjunto com o *Bundesrat*, Conselho Federal, com representantes dos 25 estados alemães. (N. E.)

E o imperador? Segundo seu cronista Niemann, “na noite do 29 de setembro ainda reinava uma resignação silenciosa no entorno imperial, mas que era acompanhada de uma inconfundível irritação em relação ao general Ludendorff”. Resignação silenciosa e uma irritação “inconfundível” – isso foi tudo o que o imperador e o chanceler manifestaram em oposição à vontade de Ludendorff nesse dia decisivo. Eles não se atreveram a reclamar.

As forças constitucionais do império capitularam sem luta neste 29 de setembro de 1918; em certo sentido, elas já haviam abdicado. Nos dias seguintes, não foi tão pacífica a formação do governo parlamentar em Berlim, que junto com o poder, deveria assumir para si a responsabilidade pela derrota; e as decisões do 29 de setembro também caíram como uma bomba sobre os oficiais da equipe do alto comando do Exército.

3. Outubro

“Terrível e aterrador!”, escrevia o coronel do Estado-Maior von Thayer em seu diário em 1º de outubro, depois de Ludendorff ter comunicado o acontecido a toda a equipe do Estado-Maior do alto comando do Exército. E ele continuava:

Enquanto L. falava, era possível ouvir lamentos e soluços suaves, em muitos, ou melhor, na maioria, as lágrimas escorriam involuntariamente pelo rosto... Como de qualquer modo eu havia agendado uma reunião com ele logo depois, segui-o imediatamente e – como já fazia muito tempo que o conhecia –, abracei seu antebraço direito com as duas mãos, algo que eu não teria me permitido fazer se fossem outras as circunstâncias, e disse: “Excelência, isto é mesmo verdade? É esta a última palavra? Estou acordado ou sonhando? Isso é muito assustador! O que deve acontecer agora?”

Cenas muito semelhantes se desenrolaram na manhã seguinte no *Reichstag* em Berlim, onde um enviado de Ludendorff, o major do Estado-Maior von den Bussche, anunciou aos líderes de todos os partidos:

O alto comando do Exército se viu obrigado a sugerir a vossa majestade a pôr fim ao combate, a desistir da continuidade da guerra sem qualquer esperança. Quaisquer 24 horas a mais poderiam piorar a situação e fazer que o inimigo reconhecesse nossas verdadeiras fraquezas.

Uma testemunha descreveu a reação da seguinte maneira

Os deputados estavam completamente prostrados; Ebert ficou lívido, incapaz de pronunciar palavra; o deputado Stresemann tinha a aparência de alguém prestes a ser atingido por algo... O ministro von Waldow deixou o salão com as seguintes palavras: ‘o que nos resta agora é disparar uma bala na cabeça’.

O senhor von Heydebrand, o líder dos conservadores prussianos, saiu às pressas em direção ao *hall* de entrada, gritando: “Mentiram para nós e traíram-nos por quatro anos!”. Enquanto fazia que o Estado-Maior e o *Reichstag* – os dois centros de poder entre os quais a política alemã deveria gravitar a partir de agora – perdessem a compostura, Ludendorff havia recuperado completamente o próprio eixo. Ele se sentia o senhor da situação novamente, planejava de maneira fria e calma como sempre havia feito. O coronel von Thaer – as anotações em seu diário são de valor inestimável, já que são as únicas reproduções mais ou menos literais das manifestações de Ludendorff nesses dias – descreve sua entrada em cena da seguinte maneira:

Quando estávamos reunidos, Ludendorff entrou em meio a todos nós, seu rosto estava impregnado da mais profunda preocupação, pálido, mas mantinha a cabeça alta. Uma figura germânica heroica verdadeiramente bela! Sua imagem me remeteu a Siegfried, com a ferida mortal nas costas causada pela lança de Hagen.

Ele disse mais ou menos o seguinte: era obrigado a nos dizer que nossa situação militar era terrivelmente séria. Nosso *front* ocidental poderia ser derrubado a cada dia que passava... *não* era mais possível contar com as tropas... então era de se prever que, com ajuda dos americanos belicosos, o inimigo alcançaria uma *grande* vitória em pouco tempo, um *avanço em grande estilo*, então o exército ocidental perderia seu último alento e, como a maré, refluiria completamente dissolvido pelo Reno e levaria a revolução para a Alemanha. Era absolutamente *necessário* evitar essa catástrofe. Mas agora não era o momento para se deixar abater pelas razões apresentadas. É por isso que o alto comando do Exército demandou de S. M. [sua majestade] e do chanceler que,

sem qualquer demora, apresentassem um pedido de armistício para o presidente Wilson dos Estados Unidos, com a finalidade de alcançar a paz tendo seus catorze pontos como base...

A obrigação de comunicar isso a S. M. e ao chanceler foi um momento aterrorizador para o marechal de campo e para ele. Este último, o conde Hertling, explicou de maneira digna a S. M. que ele precisaria abdicar de seu cargo imediatamente. Depois de tantos anos de honra, ele não conseguiria e não poderia querer, já como homem idoso, terminar sua vida assim, solicitando um pedido de armistício. O imperador aceitou sua demissão.

Sua Excelência Ludendorff acrescentou: ‘Assim, nós não temos chanceler por agora. Ainda está em aberto quem será o próximo. *Mas pedi a S. M. que também traga agora para o governo aqueles círculos aos quais temos que principalmente agradecer* por havermos chegado onde estamos. Agora vamos passar a ver esses senhores sendo nomeados para os ministérios. Agora eles devem celebrar a paz, que *precisa* ser celebrada agora. Eles devem agora colher o que plantaram!’

E quando, em seguida, von Thaeer lhe pegou no braço, ‘ele ficou completamente tranquilo e sereno e, com um sorriso profundamente triste, disse: ‘Infelizmente, Deus quis assim e não vejo outra saída’.

A “saída” que Ludendorff via e o deixava “completamente tranquilo e sereno” não consistia em outra coisa senão a ideia de passar a responsabilidade pela derrota adiante, a partir da qual, mais tarde, seria criada a lenda da punhalada pelas costas [*Dolchstoßlegende*]. Afinal, quem plantou o que para quem colher? Se a derrota alemã era de fato tão completa já no dia 29 de setembro, como Ludendorff achava, então essa era *sua* derrota; era *ele* que, até aquele dia, havia determinado a condução da guerra e a política de guerra, ele próprio, e não seus críticos. Mas se a derrota ainda não era completa e o pedido de armistício era precipitado, então, mais do que nunca, era *sua* derrota, já que então ele a provocava com o pedido de armistício em que insistia. Se no lado oposto ainda houvesse dúvida a respeito da

vitória, se na Alemanha ainda havia dúvida a respeito da derrota e se, por isso, ainda havia predisposição para a negociação lá e predisposição para resistir aqui, o pedido de armistício imediato arruinaria tudo isso. Com ele, a bandeira branca seria içada. Era Ludendorff que insistia para que isso de fato acontecesse. Mas não queria se sobrecarregar com isso, essa seria uma tarefa para o novo governo da maioria do *Reichstag*, o qual deveria “colher o que plantou”. Esse era o preço para deixá-la ir para o governo.

No momento de sua derrota, Ludendorff era o planejador frio e audacioso de sempre. Como de hábito, queria tudo. Pediu aos partidos da maioria do *Reichstag* algo que nunca haviam esperado, nem mesmo em seus sonhos mais audaciosos: a introdução do sistema parlamentarismo por completo, o poder inteiro. Uma isca irresistível! Mas é claro que a isca estava envenenada: a responsabilidade pela derrota vinha pendurada nela, pela derrota total, que não poderia mais ser evitada depois do pedido de armistício. Ludendorff havia preparado uma armadilha para seus opositores políticos internos tal como antes fizeram os russos em Tannenberg¹ e, da mesma forma, eles foram tateando para dentro da armadilha – se é verdade que não caíram de uma vez, também é verdade que, desconfiados, começaram a farejar e a suspeitar da armadilha com desconfiança. O príncipe Max von Baden, o novo chanceler do *Reich*, um príncipe-eleitor liberal, que nos anos anteriores havia criticado cautelosamente a política de guerra de Ludendorff, ficou possesso ao se inteirar, em sua chegada a Berlim no dia 1º de outubro, o que se esperava dele. Por alguns dias, travou uma batalha desesperada contra o pedido de armistício; o pedido só foi enviado no dia 4 de outubro e não no dia 1º, como Ludendorff havia exigido.

¹ Referência à vitória na Batalha de Tannenberg, quando no final de agosto de 1914 os alemães em menor número impuseram uma derrota crucial contra os russos, que haviam invadido o sul da Prússia Oriental. (N. E.)

Philipp Scheidemann, que na época era o segundo homem do SPD e porta-voz para questões de política externa no *Reichstag*, defendia na reunião da bancada, com maus pressentimentos, a posição contrária à entrada numa “empreitada bancarrota” e, com isso, uma grande parte da bancada ficou a seu lado.

Os dois homens que acabaram com a resistência vinda do príncipe e dos deputados social-democratas foram, como é curioso observar, o chefe de Estado da época e o homem que viria a ser o futuro chefe de Estado. Durante o Conselho de Ministros, Guilherme II repreendeu o príncipe que relutava: “Você não veio até aqui para criar dificuldades para o alto comando do Exército”. E Friedrich Ebert, líder social-democrata, argumentava na reunião de bancada do SPD que, se tudo desmoronasse, o partido não deveria se expor a ser censurado por ter negado sua cooperação no momento em que ela havia sido solicitada com urgência por todas as partes.

Pelo contrário, nós precisamos nos apresentar como substitutos dispostos a trabalhar. Precisamos ver se conseguimos ganhar influência suficiente para implementar nossas demandas e, se for possível conectá-las com a salvação do país, então fazer isso é o nosso maldito dever e a nossa maldita obrigação.

Ebert ganhou – e forçou a nomeação do relutante Scheidemann para secretário de Estado no governo do príncipe Max. E, assim, na manhã de 5 de outubro, a Alemanha veio a saber que, dali em diante, seria uma democracia parlamentarista; que teria um novo governo, no qual, sob um príncipe liberal bávaro que havia se tornado chanceler, os sociais-democratas – os homens de Scheidemann – é que dariam o tom; e que, no primeiro instante, como seu primeiro ato, esse governo enviara um pedido de paz e de armistício ao presidente estadunidense. Ninguém veio a saber do que havia acontecido no dia 29 de setembro. A não ser por um círculo muito pequeno e fechado de pessoas,

ninguém na Alemanha tinha qualquer ideia de que Ludendorff estava por trás da proposta de armistício e que havia inclusive forçado tal pedido. Uma suspeita como essa também parecia absurda: Hindenburg e Ludendorff – esses eram os homens com os nervos de aço e com uma vontade ferrenha de vitória, que haviam se proclamado garantidores da vitória final. Em oposição a essa imagem, Scheidemann e o deputado do centro Matthias Erzberger, que de repente faziam parte do governo, eram os homens da “resolução de paz” do *Reichstag* de julho de 1917, “figuras lamentáveis, desmancha-prazeres, estraga-festa, os que trazem mau agouro, sapos coaxantes nas profundezas”, como os intitulava o Partido Liberal Conservador, como parte das boas-vindas. Com eles era assim: agora que as coisas iam mal, eles já gritavam imediatamente por paz! A “paz de Hindenburg” e a “paz de Scheidemann” – durante anos havia se disputado pelos objetivos da guerra em torno desses *slogans*. E agora Scheidemann estava no governo – e a capitulação já estava em cima da mesa. Era assim. Naturalmente, algo assim deveria acontecer. Com esse governo, a guerra estava acabada – e perdida.

A outra novidade, o anúncio de uma alteração constitucional radical e do parlamentarismo, foi praticamente fulminada por essa notícia atroz. É claro que, no *Reichstag*, Ebert celebrava o dia 5 de outubro como o “ponto de virada na história da Alemanha” e como o “aniversário da democracia alemã”, mas praticamente ninguém ouvia. Nesse momento, alterações constitucionais eram, em comparação, desinteressantes para as massas alemãs e ter um príncipe como chanceler do *Reich* não se parecia muito com uma democracia. O que contava era o fim da guerra, o que contava era a derrota, a capitulação, o fim do horror e esse final horrível: e isso dividiu, como um raio, todo o país em dois campos. Uns sentiram tudo isso com desespero, outros com

alívio. As massas famintas e fartas da guerra podiam novamente respirar; os burgueses entusiasmados pela guerra e famintos por vitória soluçavam. Uns lamentavam: “finalmente!”. Os outros diziam: “traição!” E logo os dois campos já começaram a olhar com ódio um para o outro. Eles estavam de acordo em apenas um ponto: o fim havia chegado.

Na verdade, era precisamente nisso que eles se enganavam: o final ainda estava por chegar. Todo o mês de outubro se passou em torno disso. O pedido de armistício foi direcionado ao presidente estadunidense Wilson, que não poderia decidir sozinho a respeito e reagiu com hesitação e desconfiança, administrando a imposição de suas pré-condições a conta-gotas. Ele encaminhou aos alemães três notas entre os dias 8 e 23 de outubro. Na primeira, demandava a retirada das tropas alemãs das zonas ocupadas. Na segunda, pedia o fim da guerra submarina. Na terceira, reivindicava, praticamente sem qualquer dissimulação, a abdicação do imperador alemão. Enquanto isso, a guerra prosseguia. Muitos homens continuaram a morrer no *front* ocidental, muitos homens continuaram a morrer de fome na pátria. Ainda no mês de outubro de 1918, novas cartas de alistamento foram enviadas massivamente: e alemães que tinham 17 anos foram convocados para o confronto.

A cada resposta de Wilson, discutia-se por dias a fio em Berlim e entre Berlim e o quartel-general em Spa – e, estranhamente, agora as posições se invertiam.

Nas primeiras semanas de outubro, o chanceler do *Reich* se opôs ao pedido de armistício de maneira desesperada, e Ludendorff insistiu de maneira preempatória. Mas depois que o pedido havia se tornado público, o governo do *Reich* não via mais possibilidade de voltar atrás, enquanto Ludendorff recuava cada vez mais de sua posição original. Agora, ele passava repen-

tinamente a defender, mais uma vez, a interrupção da troca de notificações e a continuidade do combate – e isso apesar de a situação da Alemanha se tornar cada vez mais desesperadora a cada dia.

No entanto, o grande ataque dos aliados ao *front* ocidental, que tanto Ludendorff havia temido nos últimos dias de setembro, não aconteceu. O *front* ocidental cambaleava e cedia, mas não vinha abaixo – não veio abaixo durante todo o mês de outubro, tampouco em novembro; ainda no dia do armistício, havia um *front* alemão coeso no ocidente, ainda que em completo recuo e sem esperanças de ficar novamente de pé. Mas os últimos aliados da Alemanha, a Áustria-Hungria e a Turquia, ruíram ao longo de outubro e, a partir dos Bálcãs e da Itália, os exércitos aliados se aproximavam sem qualquer resistência das fronteiras alemãs desprotegidas do sul. A perda do petróleo romeno fez que se pudesse entrever o dia em que faltaria reabastecimento para as tropas, bem como para a aviação e para a marinha, o que as levaria à paralisação. Mesmo que talvez ainda fosse possível se salvar do inverno no ocidente – já não era mais possível pensar em um combate na primavera.

Nós subestimáramos o juízo militar de Ludendorff se presumíssemos que ele não via que isto aconteceria. Como para qualquer outra pessoa, na segunda metade de outubro devia estar claro para ele que já não era mais possível evitar a derrota e que um armistício acelerado se apresentava como a única possibilidade de, ao menos, poupar o país dos horrores de uma invasão. E, mesmo assim, ele decidiu se tornar o advogado de uma batalha desesperada até o final – de tal maneira como se nunca tivesse existido um 29 de setembro.

Não existe uma explicação militar ou de política externa para a reviravolta feita por Ludendorff, mas apenas uma explicação de política interna. Ludendorff não era amigo da demo-

cracia parlamentarista. Ainda que ele próprio tivesse decretado o regime em 29 de setembro, certamente não o fez para, a partir disso, criar uma instituição bem-sucedida no longo prazo, mas apenas para manchá-la com a mácula da derrota e da capitulação e, depois de fazer esse trabalho, para conseguir derrubá-la novamente, de maneira ainda mais rápida e mais segura. O primeiro passo aconteceu de maneira bem-sucedida, acima de todas as expectativas. O novo governo parlamentarista havia assumido toda a responsabilidade pelo pedido de armistício e acobertara o alto comando do Exército de qualquer suspeita de paternidade. Já no dia 16 de outubro, na conferência de imprensa do governo do *Reich*, a seguinte diretiva foi adotada:

É preciso, em qualquer circunstância, evitar a aparência de que os passos dados em direção à paz provêm do campo militar. O chanceler do *Reich* e o governo assumiram a responsabilidade de terem sido eles a dar esses passos. A imprensa não deve prejudicar essa imagem.

Com essa autonegação leal, o governo da maioria do *Reichstag* tentava blefar para seus inimigos no exterior: nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, até o último instante possível, ninguém deveria perceber que fora o próprio alto comando do Exército a dar a guerra por perdida. Mas, com isso, o governo parlamentar se entregava de bandeja ao alto comando do Exército: se ele mesmo insistia em dizer que havia içado a bandeira branca voluntariamente, então a liderança do exército podia voltar a se permitir a protestar contra uma desistência tão fraca e vergonhosa como essa – e, assim, preparar a acusação posterior da “punhalada pelas costas”; e isso acontecia cada vez mais sem perigos para os militares quanto mais evidente se tornava o fato de que não havia mais volta atrás. A partir da metade de outubro, Ludendorff se encontrava novamente em posição de desempenhar o papel do soldado invicto e com

disposição para combater, que se opõe virilmente a um governo ávido por paz e disposto a capitular, composto por democratas com fraqueza nas pernas.

Ludendorff ainda conseguiria engolir a primeira nota de Wilson. Depois da segunda, irritado, declarou sua reprovação e recusou qualquer responsabilidade por uma resposta afirmativa. Depois da terceira, sem esperar pela reação do governo do *Reich*, ele emitiu, por iniciativa própria, uma ordem do exército, em que se dizia que a nota era inadmissível e que só poderia “ser um convite para que nós, soldados, mantenhamos a resistência com todas as forças”.

Mas, com isso, Ludendorff exagerou em suas cartas. O inesperado aconteceu: o chanceler do *Reich*, o príncipe Max von Baden, um homem distinto, até mesmo um homem brando e, em verdade, de natureza pouco belicosa, pôs-se em defesa. Ele colocou o imperador diante de uma escolha: “Ludendorff precisa sair – ou então eu saio”. E, dessa vez, foi Ludendorff quem precisou sair.

No dia 17 de outubro, em uma reunião do gabinete da qual Ludendorff participou, o príncipe Max manifestou “ter perdido a confiança na pessoa de Ludendorff”. – “Hoje o general Ludendorff não disse uma palavra sobre o pedido de armistício e sobre seus efeitos catastróficos para o mundo e para a Alemanha; pelo contrário, ele aponta as reuniões de discussão sobre o armistício em Berlim como responsáveis pelo encorajamento ao inimigo e pela piora dos ânimos no *front*”. Talvez o príncipe nunca tenha chegado a enxergar todo o jogo sorrateiro que Ludendorff mantinha com o governo; mas, com o instinto de aristocrata de uma casa que havia reinado, podia pressentir algo de desleal, de autocrático e de pouco seguro na mudança de posição de Ludendorff. O comando ao exército do

dia 24 de outubro e uma segunda viagem de Hindenburg e de Ludendorff para Berlim, feita mesmo contra a vontade expressa do chanceler, foram a gota d'água para entornar de vez o barril:

Estava claro para mim: esta viagem apenas deveria terminar com a demissão do general Ludendorff. Agir por sua própria conta foi apenas o pretexto. A vontade de aliviar as situações interna e externa também contribuiu. *Mas o decisivo foi a perda da confiança.*

E, então, de repente, mostrava-se que, em uma crise como essa entre o governo do *Reich* e o alto comando do Exército, Ludendorff deixava de ser o mais forte: com a imposição do pedido de armistício, ele mesmo cavou sua própria cova. Ao longo de dois anos, o fundamento de seu poder ilimitado era o fato de que ele havia garantido a vitória. A partir do momento em que deixou de fazê-lo, passou a ser mais um general como qualquer outro. Antes de 29 de setembro, diante de qualquer conflito, Ludendorff apenas precisava ameaçar retirar-se para poder implementar tudo o que quisesse. Quando recorreu a isso mais uma vez, recebeu a seguinte resposta do imperador: “Ah, se o senhor quer sair definitivamente, quanto a mim, pode fazê-lo”.

Isso aconteceu no dia 26 de outubro, às dez horas da manhã, numa audiência no castelo Bellevue em Berlim, onde Ludendorff e Hindenburg foram recebidos por um imperador de “péssimo humor”. O imperador começou a repreender Ludendorff repentinamente – em razão do pedido de armistício, mas também por causa do comando enviado ao exército em 24 de outubro, por sua própria vontade – e, de maneira direta, explicou-lhe que ele havia perdido sua confiança.

Ludendorff ainda tinha uma última carta na manga – ou ao menos pensava que tinha. Quando o imperador aceitou com tanto desdém o pedido de demissão do general,

o marechal de campo [Hindenburg] saiu de sua reserva costumeira até então e pediu igualmente sua demissão, que o imperador rejeitou com poucas palavras: 'O senhor fica!'. O marechal de campo se curvou a essa decisão imperial. Logo que o imperador saiu da sala, começou uma conversa curta e agitada entre Hindenburg e Ludendorff, em que este acusava o marechal de abandoná-lo em uma hora decisiva. Quando Hindenburg sugeriu, no momento em que entrava no automóvel, que ambos deveriam fazer juntos a viagem de volta, Ludendorff recusou e voltou sozinho ao Quartel-General.

Isso foi narrado por Ludendorff imediatamente após a audiência com o coronel von Haefen, que transcreveu o relato. A ditadura do general Ludendorff acabava de terminar de maneira muito melancólica.

Curiosamente, a notícia que teria abalado a esfera pública alemã um mês antes passou, como se fosse qualquer outro acontecimento, praticamente despercebido. Os fatos já haviam passado por cima da pessoa de Ludendorff.

Isso porque não foi apenas a situação da guerra, mas também os ânimos internos e a Constituição da Alemanha que haviam se modificado violentamente nas semanas que se passaram após a formulação do pedido de armistício. O enviado da Saxônia a Berlim relatava a seu ministério:

Dois ânimos distintos dominam as massas. Uns sentem saudades da época de paz de maneira cada vez mais extrema e intensa, os outros sentem uma amargura inconfundível pelo fato de que os governos anteriores não haviam sido claros a respeito dos limites da força alemã e alimentaram tão fortemente a crença em sua invencibilidade que amplos círculos foram seduzidos por uma falsa segurança.

Anseio pela paz e, ao mesmo tempo, crise de confiança, combinados com a certeza estabelecida desde 5 de outubro de que a guerra estava perdida e de que cada novo sacrifício seria em vão: isso resultou num ânimo das massas explosivo e

imprevisível. E a isso se somou a impaciência, já que os dias iam passando e o armistício tardio não dava sinais de que fosse chegar – impaciência com irritação amarga, já praticamente insuportável.

O material para as conversas e debates era fornecido pelas notas em que o presidente Wilson punha em questão a democratização alemã, proclamada da noite para o dia, e em que pressionava por outras remodelações internas. A troca de notas entre o governo do príncipe Max e o presidente estadunidense foi o intercâmbio mais curioso que já aconteceu em um armistício entre potências que se enfrentavam em guerra. Ele praticamente equivalia a uma disputa acadêmica entre constitucionalistas de diferentes orientações. As notas alemãs declaravam repetidamente que, desde as reformas constitucionais de outubro, o governo alemão não representava mais um regime autocrático, mas era responsável apenas perante o povo e seu parlamento eleito livremente. O presidente não queria acreditar nisso tão facilmente – e seu ceticismo não era tão infundado assim. Formulava Wilson em sua resposta, três dias depois,

Por mais que as alterações constitucionais de que fala o secretário alemão para as relações exteriores em sua nota de 20 de outubro pareçam ser bastante significativas e importantes, não é possível concluir com clareza, a partir delas, que o princípio de responsabilidade do governo perante o povo alemão já tenha sido completamente implementado ou que exista – ou que seja considerado – qualquer tipo de garantia de que a reforma prática e principiológica acordada parcialmente venha agora a durar... É evidente que o povo alemão não dispõe de qualquer meio para obrigar a submissão das autoridades militares do *Reich* à vontade popular, que a influência dominante do rei da Prússia na política do *Reich* está intacta, que a iniciativa decisiva ainda está nas mãos daqueles que foram senhores e donos da Alemanha até agora.

Isso tudo não estava tão errado. Wilson – que originalmente havia sido professor de Ciência Política – queria ser um doutrinador, queria que sua concepção (muito sincera) da guerra como uma cruzada pela democracia tivesse algo de quixotesco: apesar disso, sua análise da situação interna da Alemanha acertou em cheio. Não era verdade que a democracia parlamentarista recém-saída do forno existia apenas pela graça do alto comando do Exército? Ela estava realmente consolidada quando, por todos os lugares do país, ainda reinava o estado de sítio e os comandos militares governavam? O governo do príncipe Max realmente era mais do que um fino véu parlamentar que encobria a antiga realidade, já que ele devia sua existência apenas a uma “revolução a partir de cima”?

A partir da terceira nota de Wilson, de repente duas expressões, que há três semanas ninguém ainda havia escutado, passaram a estar na boca de todos na Alemanha: “questão do imperador” e “revolução”. Se a pessoa do imperador estava interrompendo o caminho do armistício – então ele não deveria se sacrificar e abdicar? De repente, essa pergunta começou a ser feita não apenas por trabalhadores social-democratas, mas também por monarquistas convictos; não apenas pelo povo, mas também pelos ministros. Ainda não se tratava da questão “monarquia ou República”; ao contrário, muitos homens em posições de responsabilidade, incluindo o chanceler do *Reich*, viam uma abdicação do trono como o melhor a ser feito naquele momento, já que seria o único meio de salvar a monarquia. Com uma regência e com a implantação rápida de um armistício, eles calculavam que ainda seria possível manter o Estado, a Constituição e a monarquia. Mas se o armistício fracassasse diante da “questão do imperador”, então a revolução passava a ser uma ameaça.

Ninguém sabia ainda como e de onde viria a revolução. Mas, de uma maneira inquietante e inapreensível, agora ela estava no

ar, e parecia a ponto de irromper diante da pessoa do imperador: temia-se que as massas fizessem um levante desesperado para livrar-se do imperador, que estava entre elas e a paz – e se o fizessem, jogariam fora não só o imperador, mas, ao mesmo tempo, todo o resto: monarquia, Estado, exército, frota, governo e autoridade, nobreza e grande burguesia.

Era preciso antecipar-se a tudo isso. Pensava assim não apenas o príncipe Max von Baden, mas também Friedrich Ebert. Ele também estava muito preocupado com a revolução iminente. Já não era mais possível deter a derrota externa e ela era suficientemente ruim. Derrota do lado de fora e revolução do lado de dentro – era demais, não era possível lidar com tudo isso. Essa ideia enchia Ebert de horror. Por essa razão, agora seu programa era o mesmo que o do governo, que ele apoiava a partir de fora: abdicação do imperador – armistício rápido – regência – salvar a monarquia.

De sua parte, o imperador não pensava em abdicar, mas também temia a revolução: exatamente por isso ele passava agora a desejar o armistício com a mesma urgência com que o desejavam o povo e o governo. Precisava do exército para derrubar a revolução na pátria, se ela viesse a irromper. Mas, para isso, era preciso ter celebrado o armistício. O exército não poderia continuar em batalha, preso ao inimigo; ele precisava conseguir dar meia-volta e marchar em direção à pátria que estava em estado de agitação. Se Ludendorff não quisesse permitir isto, então ele mesmo deveria fazê-lo. O imperador tinha em vista a nomeação de um novo “líder do exército” para derrubar a revolução: o general Karl Groener. Era um homem moderado da Suábia, de quem se esperava que assumisse a derrota externa – que não era sua – com serenidade, mas que conseguisse implementar paz e ordem em casa, com pulso firme. No dia 30 de outubro, o imperador deixou Berlim furtivamente, escapando dos debates

indelicados sobre abdicação que ocorriam na capital, e assentou seu posto de combate no grande quartel-general, em meio a seus paladinos militares.

Que período obscuro foi esse mês de outubro de 1918 – um período entre guerra e paz, entre império e revolução, entre ditadura militar e democracia parlamentar. Quanto mais o mês avançava, cada vez mais desapareciam, como numa névoa, as marcas de orientação da vida política normal. Os atores individuais perdiam uns aos outros de vista – já estavam praticamente em lógicas próprias; cada um temia por algo distinto: o imperador temia por seu trono, o alto comando do Exército temia pela coesão do exército, o chanceler temia por um armistício que chegasse a tempo, a liderança partidária social-democrata temia pela paciência das massas. Em Berlim (e apenas ali), alguns conspiradores combinavam e planejavam ações revolucionárias, marcadas primeiro para 4 de novembro e, depois, para o dia 11. Eles também temiam – temiam pela viabilidade de seus planos. Porque se tudo ressoava à possibilidade de uma revolução – ninguém sabia se as massas seriam verdadeiramente capazes e se estariam preparadas para um levante; e ninguém sabia quanta força de resistência ainda seria despendida pelos antigos poderes caso um levante viesse a acontecer.

Ao final, não foram os planejadores revolucionários em Berlim que colocaram a revolução em marcha e tampouco foi a “questão do imperador” que a desencadeou, mas antes um ato de desespero do comando da marinha, com que ninguém havia contado.

Para entender este ato, vamos ouvir a voz de Ludendorff novamente. Ludendorff havia deixado a Alemanha – fora para a Suécia com um passaporte falso –, mas seu espírito ainda vivia no Estado-Maior do exército e da marinha. Em 31 de

outubro, Ludendorff registrou o que o preocupava naquele momento:

É certo que a nossa situação não poderia melhorar. A desgraça no sudeste seguiu seu curso, sobre isso não há qualquer dúvida. Mas os esforços extremos do povo alemão poderiam ter tido um efeito decepcionante nos povos e exércitos da França, da Inglaterra e também dos Estados Unidos. Nós ainda poderíamos ter mantido a guerra por alguns meses. Uma fortaleza que se rende antes de resistir até o final fica sob a maldição da desonra. Um povo que aceita humilhações e que aceita se submeter a condições que aniquilam sua existência, sem resistir até o final, entrega-se à ruína. Mas, se ele se vê obrigado a suportar essas afrontas depois de ter se esforçado ao extremo, então ele sobreviverá.

Há muito de irrealista e de ilógico nisso tudo, mas *um* sentimento é verdadeiro. É evidente que nunca é possível sobreviver à aniquilação da existência, nem mesmo quando se oferece uma última resistência extrema e, além disso, isto tampouco estava incluído nas condições de Wilson. Talvez a ideia de que a Alemanha ainda poderia “ter mantido a guerra por alguns meses” fosse correta antes de 29 de setembro; agora não mais. Mas quando Ludendorff fala na “maldição da desonra” que acomete aquele que para de lutar diante da incapacidade completa de combater, então ele toca em algo que é real e efetivo: em um conceito bastante determinado de honra, impregnado até os ossos do corpo de oficiais alemão e, em geral, das altas camadas sociais alemãs da época; um conceito de honra que podemos chamar de rígido e formal, que hoje já tem algo de histórico e de amarelado pelo tempo, mas que, na época, era uma realidade psicológica poderosa. Ele dominava o pensamento, o sentimento e a ação das classes altas alemãs, que se definiam por meio dele e por meio dele se separavam das massas incapazes de serem satisfeitas. Esse conceito de honra dividiu as classes altas e baixas em dois mundos separados. É curioso que

Ludendorff agora voltava a evocar essa ideia, embora tivesse se esquecido completamente dela em 29 de setembro.

Não foi o que aconteceu com outros, que já naquela época não haviam esquecido de tal sentimento. Vamos lembrar da reação de seus próprios oficiais do Estado-Maior diante de sua decisão de capitulação – “era possível ouvir lamentos e soluços tênues, em muitos, ou melhor, na maioria, as lágrimas caíam involuntariamente e rolavam por sobre seus rostos”. Eles se sentiam desonrados. As massas que haviam ficado em casa e também as massas compostas por simples soldados e marinheiros queriam se sentir aliviadas com a perspectiva de obtenção da paz e de dar continuidade a suas vidas, mesmo que a guerra estivesse perdida, mesmo que se houvesse desistido da luta antes de resistir “até o final”; mas os oficiais, não. Para eles, desistir era uma vergonha. Preferiam a morte. E as tropas deveriam fazer o favor de morrer junto.

Mas as tropas não queriam mais morrer – não agora, depois que a guerra havia sido dada por perdida, não por uma questão de honra vinculada a uma classe da qual não participavam e que nada significava para elas. E foi a partir disso – e não a partir da “questão do imperador” – que de fato a revolução se incendiou.

Quando os oficiais da marinha quiseram levar a “resistência até o fim” a sério, os marinheiros se amotinaram – e arrebataram consigo o exército que havia ficado em casa e o operariado. O que se sublevou aqui foi uma vontade elementar de viver e se sublevou contra um conceito de honra exagerado, que exigia uma queda heroica. Três dias depois da demissão de Ludendorff, dois dias depois do recebimento da última nota de Wilson, enquanto o governo em Berlim estava ocupado em se livrar do imperador e em salvar a monarquia, e enquanto a delegação de negociação do armistício se preparava para a partida, a terra começou a tremer na Alemanha.

4. A revolução

O primeiro historiador da República de Weimar, Arthur Rosenberg, chamou a Revolução Alemã de novembro de 1918 de “a mais estranha de todas as revoluções”. “As massas que estavam por trás da maioria do *Reichstag* se rebelaram contra o governo de Max von Baden, isto é, em verdade se rebelaram contra elas mesmas.”

A análise de Rosenberg sobre a formação e a história da República de Weimar ainda é a mais profunda e perspicaz que existe até hoje, mas Rosenberg erra nesse ponto. As massas não se rebelaram contra o governo. Por mais esquisito que isso possa soar: elas se rebelaram *em favor* do governo.

É sabido que o tremor de terra da segunda semana de novembro começou com um motim dos marinheiros da frota de alto mar contra seu comando, mas o que esse motim das tropas desencadeou – e isto foi permanentemente apagado em seguida – foi outro motim: um motim do comando da frota contra o governo e sua política.

Quando as tropas se rebelaram, o fizeram acreditando agir para apoiar o governo. A prova de força dramática entre marinheiros e oficiais da marinha, que se desenrolou em 30 de outubro de 1918 em Schillig-Reede diante de Wilhelmshaven e de onde partiu a revolução, não foi uma prova de força entre governo e revolução. Foi a primeira prova de força entre contrarrevolução e revolução – e o movimento inicial foi dado pela contrarrevolução.

Depois do fim da guerra submarina no dia 20 de setembro, exigido por Wilson e concedido pelo governo do *Reich*, o comando das frotas decidiu buscar mais uma batalha decisiva entre a frota de alto mar alemã e a inglesa. Tratou-se de uma decisão isolada e, por sua essência, uma decisão de motim, tomada pelas costas do novo governo e mantida em absoluto segredo. Ela foi claramente determinada para frustrar a política do governo. Por trás dela estava o desejo não formulado e talvez só em parte consciente, mas inconfundível, de ignorar a “revolução a partir de cima” e de tratá-la como se não houvesse acontecido – e até mesmo de desfazê-la –, uma revolução que havia trazido as “figuras lamentáveis e desmancha-prazeres” do parlamento para o leme daquele governo.

Mais tarde, tentou-se minimizar a decisão de fazer toda a frota de alto mar alemã zarpar, dizendo que havia se tratado de uma mera ação de ajuda ao *front* terrestre que passava por sérias dificuldades, que havia se tratado de uma operação militar de rotina sobre a qual o governo não precisava saber nada. Estas eram justificativas e desculpas insustentáveis. A batalha terrestre no ocidente, cujo ponto crítico estava localizado no interior, não poderia, em razão disso, ser influenciada de maneira decisiva pelo mar. Ninguém conseguiria formular essa ideia, nem mesmo o alto comando do Exército. Ele nunca pediu ajuda da frota para o exército em terra simplesmente porque uma ajuda como essa não teria qualquer sentido do ponto de vista militar. Quando a frota de alto mar alemã decidiu atacar com força total pelo mar, algo que não havia feito em dois anos, isto só poderia ter *um* significado, o mesmo de maio de 1916 em Skagerrac: desafiar a frota inglesa para uma batalha naval decisiva.

Uma batalha naval como essa não tinha mais capacidade para virar o rumo da guerra: mesmo no caso muito pouco provável de uma vitória sobre a frota inglesa, a sorte não viraria. Isso porque,

por detrás da frota inglesa estava agora a frota estadunidense, que podia continuar a forçar o bloqueio. E, além disso, o bloqueio já não desempenhava um papel decisivo para o desenlace da guerra, já que a decisão estava nas mãos dos *fronts* terrestres. Mas as pessoas que teriam suas vidas sacrificadas numa grande batalha naval como essa, independentemente de como ela terminasse, precisariam, uma vez mais, avivar a incandescência do amargor e da vontade de lutar das potências inimigas, aniquilando todas as esperanças de obter um armistício rápido e tolerante, tal como o governo alemão almejava com urgência. Por isso, a decisão em favor da batalha naval foi, nesse momento mais do que nunca, uma decisão altamente política, uma decisão que golpeava a política do governo diretamente. Se o comando das frotas a concebesse de maneira autocrática, isso seria uma renúncia da obediência em grande estilo, uma insubordinação, um motim de oficiais. E um motim das tropas foi a resposta a esse motim de oficiais.

Há muito o descontentamento crescia entre as tropas da frota de alto mar alemã. Desde 1917 começaram a acontecer violações disciplinares com conotações políticas, que foram reprimidas com mão de ferro e punidas de maneira terrível. Mas, desde essa punição, nada de parecido havia se repetido e não havia nada, nem o mínimo, que sugerisse que agora os marinheiros intimidados iriam, por si mesmos, no último instante, colocar a vida em jogo em um motim, logo agora que o tão aguardado fim da guerra aparecia diretamente diante dos olhos. Evidentemente, tampouco colocariam a vida em jogo em uma grande batalha naval. Mas quando, de repente, mais uma vez diante da escolha de colocar a vida em risco, as frotas da maioria dos grandes navios (e estava longe de ser todas) se decidiram pelo motim. É certo que não foi por covardia – integrar um motim durante a guerra exige ainda mais destemor do que a luta na batalha –, mas porque acreditavam ter este direito.

Alguns dias antes, um enviado dos marinheiros subiu a bordo do *Thüringen*, um dos dois navios de linha que havia se recusado a zarpar no dia 30 de outubro, dirigiu-se ao primeiro oficial e declarou que o ataque naval que havia sido planejado não estava de acordo com o posicionamento do novo governo. O primeiro oficial respondeu amargamente (de acordo com a declaração posterior do marinheiro perante a investigação comandada pelo Tribunal de Guerra): “Sim, esse é o *seu* governo!” Uma troca de palavras que aclara, como um raio, o que de verdade se passava nos *fronts* daquela época. Eram os oficiais que já não reconheciam mais o governo como seu; e as tropas eram as que acreditavam ter que lutar por “seu” governo. Tal como viam, elas exerciam autodefesa legítima em favor do Estado e defendiam o direito mais elevado; quando se amotinaram, elas o fizeram contra aqueles que também promoviam um motim.

O motim de Schillig-Reede – um drama oculto, sobre o qual ninguém em Berlim ou no Quartel-General em Spa ficou sabendo por dias a fio – terminou sem decisão. Depois de minutos de tirar o fôlego, em que os navios alemães amotinados e os navios que ainda não integravam o motim direcionaram enormes canhões uns contra os outros, com pouca distância entre eles, os amotinados se renderam. Neste sentido, venceram os oficiais. Mas o ataque naval foi abandonado: os almirantes acreditavam que não era mais possível arriscar travar uma batalha naval com tropas tão pouco confiáveis. Neste sentido, venceram as tropas. As tropas que haviam se reunido em Schillig-Reede se dispersaram novamente. Apenas uma esquadra permaneceu diante de Wilhelmshaven, outra foi ordenada a zarpar para Brunsbüttel; a terceira esquadra, que *não* havia se amotinado, voltou para Kiel, onde chegou na sexta-feira, dia 1º de novembro. Os marinheiros presos, que superavam o número de mil,

foram trazidos à terra, para as cadeias militares. O Tribunal de Guerra e um pelotão de execução esperavam por eles.

Agora se tratava de seus destinos. As tropas da terceira esquadra voltaram para Kiel com o coração tão pesado quanto na semana anterior, quando haviam partido para Wilhelmshaven. A “cavalgada de morte” na qual acreditavam que se lançavam foi evidentemente frustrada. Mas, em razão disso, agora seus camaradas estavam ameaçados de morte, os mesmos camaradas que haviam feito com que ela fracassasse. Essa sensação revolvia e atormentava os marinheiros. Ao final, apenas as tripulações do *Thüringen* e do *Helgoland* haviam de fato se amotinado em Schillig-Reede, mas praticamente todos estavam prestes a participar do motim, apenas não haviam encontrado a coragem para dar o salto. Agora esse pensamento os corroía. Os camaradas do *Thüringen* e do *Helgoland*, que haviam encontrado essa coragem e que, assim, haviam se tornado os salvadores de suas vidas, deviam agora morrer por isso? Eles não podiam deixar que isso acontecesse. Mas se não quisessem deixar isso acontecer, então precisavam de muito mais coragem do que aquela que haviam perdido no último instante, dois dias atrás em Schillig-Reede. Então precisariam arriscar algo incrível e inimaginável: não mais a mera recusa do dever de obediência, mas formar um levante, usar da violência, tomar o poder. E o que aconteceria em seguida? Essa pergunta os deixava tontos. Mas deixar seus camaradas morrer? Isso era igualmente impossível, talvez até mais inconcebível.

Levou três dias para que esses homens que não tiveram coragem para se amotinar em Wilhelmshaven encontrassem a coragem para se revoltar em Kiel. No primeiro dia, eles enviaram uma delegação para falar com o comandante local e demandar a liberação dos presos; o pedido foi, obviamente, negado. No segundo dia, debateram durante horas com os

soldados da marinha e com os trabalhadores das docas na sede do sindicato em Kiel sobre o que deveria ser feito, mas não chegaram a nenhuma decisão. No terceiro dia, um domingo, dia 3 de novembro, queriam continuar a discussão, mas encontraram a sede do sindicato fechada, com uma guarda armada em frente à porta. Eles se reuniram então ao ar livre, num campo de exercícios, onde milhares de trabalhadores se juntaram a eles, ouviram os discursos e, por fim, formaram uma grande marcha de protesto. Alguns carregavam armas. No cruzamento de uma rua, a marcha foi parada por uma patrulha. O comandante da patrulha, um certo tenente Steinhäuser, ordenava: “Dispersão!” – e então, quando a dispersão não aconteceu: “Fogo!” Ficaram estendidos no asfalto os corpos de 9 mortos e 29 feridos. A marcha se dispersou – mas um marinheiro armado se precipitou e atirou no tenente Steinhäuser.

E essa foi a decisão que lançou a revolução alemã. De repente, todos reconheciam: naquele momento não existia mais volta atrás. E, de repente, todos também sabiam o que deveria ser feito. Na manhã da segunda-feira, dia 4 de novembro, todos os marinheiros da terceira esquadra elegeram conselhos de soldados, desarmaram seus oficiais, armaram a si próprios e içaram a bandeira vermelha nos navios. Um único navio, o *Schlesien*, não se uniu a eles: fugiu em mar aberto sob disparos ameaçadores de canhão vindos dos navios-irmãos. Um único comandante, o capitão Weniger, fiel ao “rei”, defendeu o mastro de sua bandeira com armas em punho. Foi morto com um tiro.

Marinheiros armados, agora sob o comando de seus conselhos de soldados, entre os quais um certo marinheiro Artelt havia assumido a liderança, reuniram-se em formação militar em terra, ocuparam a prisão militar sem resistência e libertaram seus camaradas. Outros ocuparam prédios públicos, ainda outros ocuparam a estação de trem. À tarde chegou uma divisão dos

soldados do exército que havia sido destacada pelo comando-geral de Altona para reprimir o levante dos marinheiros: mas o destacamento foi desarmado em meio a cenas de confraternização. O comandante da estação naval, repentinamente desprovido de qualquer meio de poder, recebeu, rangendo os dentes, uma delegação do conselho de soldados e capitulou em seguida. Os soldados navais da guarnição se declararam solidários aos marinheiros. Os estivadores decidiram por greve geral. No entardecer do dia 4 de novembro, Kiel estava nas mãos de 40 mil marinheiros e soldados navais em insurreição.

Como deviam lidar com o poder recém-conquistado, disso os marinheiros não sabiam: quando na noite de 4 de novembro chegaram dois enviados do governo do *Reich* de Berlim – dois enviados de um governo assustado –, o deputado social-democrata Gustav Noske e o secretário de Estado burguês, Haußmann, eles foram cumprimentados com júbilo e alívio e Noske foi imediatamente eleito “governador” – mais uma prova de que os rebeldes não se rebelavam *contra* o governo, e sim *pelo* governo e mais uma prova de que acreditavam agir em consonância com sua política. Mas eles sabiam de uma coisa de maneira instintiva: depois que arriscaram dar o grande salto em Kiel, derrubaram a autoridade local e passaram a ter a cidade nas mãos, o movimento não poderia ficar restrito a Kiel. Senão ficariam parados em Kiel como numa armadilha. Agora lhes restava apenas a fuga para a frente: precisavam se desprender de Kiel e levar o movimento adiante, caso contrário seu sucesso seria tão suicida quanto o sucesso dos amotinados em Schillig-Reede havia sido há uma semana – e centenas deles ainda estavam presos em Wilhelmshaven e Brunsbüttel. Eles precisavam ser libertados e, em seguida, precisaria ocorrer em todas as partes o que havia acontecido em Kiel; sem isso tudo

estaria perdido. Assim como a revolta havia surgido a partir do motim, agora era preciso que a revolução surgisse a partir da revolta: isto é, se não quisessem ficar cercados em Kiel, ser reprimidos e severamente punidos, os rebeldes precisavam tomar o poder para si em todos os lugares do país, tal como havia acontecido em Kiel. Eles precisavam se transformar num enxame e levar a revolução para todo o país. E fizeram tudo isso com tanto sucesso, que eles próprios nunca haviam imaginado que seria possível.

Em todos os lugares por onde passavam os marinheiros, os soldados das guarnições e os trabalhadores das fábricas se uniam a eles, como se estivessem esperando por eles; praticamente em nenhum lugar houve resistência a sério; por toda parte, a ordem vigente ruía como um castelo de cartas. Em 5 de novembro, a revolução havia chegado até Lübeck e Brunsbüttelkoog, em 6 de novembro, havia chegado a Hamburgo, Bremen e Wilhelmshaven, em 7 de novembro, a Hannover, Oldenburg e Colônia; no dia 8 de novembro, eles tinham todas as grandes cidades alemãs do oeste sob seu controle, além de Leipzig e Magdeburg, do outro lado do Elba. A partir do terceiro dia, a presença dos marinheiros já não era mais necessária para desencadear a revolução; tal como um incêndio florestal, ela abria caminho por si mesma. Em todos os lugares acontecia o mesmo, como se houvesse uma combinação tácita: os soldados das guarnições elegiam conselhos de soldados, os trabalhadores elegiam conselhos de trabalhadores, as autoridades militares capitulavam, rendiam-se ou fugiam, as autoridades civis reconheciam, aterrorizadas e intimidadas, a nova supremacia dos conselhos de operários e soldados. Em toda parte, a imagem externa era a mesma: por toda parte, grandes cortejos nas ruas, grandes assembleias populares nas praças dos mercados, por toda parte cenas de confraternização entre casacos azuis, uni-

formas cinza e civis extenuados. Por toda parte, em primeiro lugar eram libertados os presos políticos e, depois de ocuparem as cadeias, as prefeituras, estações de trem, comandos-gerais e por vezes também as redações de jornal eram todos ocupados.

É claro que, com isso, não devemos imaginar que a eleição dos conselhos de operários e de soldados acontecia tal como um processo eleitoral ordenado em tempos de paz. Nas casernas, os soldados mais adorados ou destacados eram simplesmente aclamados por seus camaradas. A eleição de representantes dos conselhos operários muito raramente aconteceu nas fábricas e, quando de fato houve eleição, foi algo muito semelhante ao que ocorria nas casernas; na maioria das vezes, os “conselhos operários” eram constituídos por membros das lideranças dos dois partidos socialistas – o SPD e o independente –, que eram nominados e, em seguida, tinham seus nomes confirmados por aclamação nas assembleias das massas, que aconteciam frequentemente a céu aberto, numa praça central. Na maioria das vezes, os conselhos operários eram compostos por representantes de ambos os partidos de forma paritária; a vontade das massas se direcionava claramente para a reunificação dos dois partidos irmãos que haviam se tornado inimigos, que haviam se separado na guerra. Esse era o consenso generalizado e indiscutível: eles deviam formar o novo governo da revolução juntos.

Houve pouca resistência, violência e pouco derramamento de sangue. Nesses estágios da revolução, o sentimento característico era de perplexidade: perplexidade das autoridades diante de sua repentina e insuspeita perda de poder, perplexidade dos revolucionários diante de sua repentina e insuspeita conquista de poder. Ambos os lados agiam como se estivessem em um sonho. Para os primeiros, era um pesadelo, para os outros, era um daqueles sonhos em que se pode voar de repente. A revolução era benevolente. Não houve linchamentos como forma de justiça

ou qualquer tribunal revolucionário. Muitos presos políticos foram libertados, mas ninguém foi preso. Foram pouquíssimos os casos em que algum oficial ou suboficial especialmente odiado foi espancado. Bastava apenas retirar as insígnias e medalhas dos oficiais – isto pertencia tanto ao ritual da revolução quanto içar a bandeira vermelha. É claro que muitos dos atingidos pela retirada dos distintivos já sentiam que isto era uma ofensa fatal. Ser benevolente é de pouca ajuda à massa vitoriosa; os senhores vencidos não lhes perdoam pela vitória.

Os senhores vencidos momentaneamente naquela época são os que, mais tarde, escreveram a história da Revolução Alemã de novembro e, por isso, não é surpreendente que não consigam encontrar, nos livros de história da Alemanha, palavras boas para os acontecimentos da semana que se iniciou no dia 4 e terminou em 10 de novembro de 1918. Eles nem mesmo reconhecem que estes acontecimentos devam receber o nome honroso de “revolução”: eles só querem ver desordem, ruptura, motim, traição, arbitrariedade da plebe e caos. Mas, em verdade, foi uma revolução propriamente dita o que se desenrolou nesta semana. O que aconteceu em 30 de novembro em Wilhelmshaven foi de fato apenas um motim – recusa de obediência perante a autoridade sem qualquer plano ou propósito de realmente derrubá-la. No entanto, os acontecimentos de Kiel de 4 de novembro já foram mais do que um motim, tratou-se de um levante: lá, os marinheiros derrubaram a autoridade – sem que, com isso, tivessem qualquer ideia do que deveria entrar em seu lugar. É o que se desenrolou entre os dias 4 e 10 de novembro na Alemanha a oeste do Elba foi uma revolução autêntica, a saber: a derrubada da antiga autoridade e sua substituição por uma nova.

Nessa semana, a Alemanha ocidental deixou de ser uma ditadura militar para se tornar uma República de Conselhos.

As massas que se sublevaram não criaram caos. Criaram, por toda parte, os elementos ásperos e grosseiros, mas de toda forma claramente identificáveis, de uma nova ordem. O que se eliminou foram os comandos militares, a autoridade suprema militar, que, ao longo de toda a guerra, governou cada cidade e cada distrito alemão sob estado de sítio. O que foi colocado em seu lugar foi a nova autoridade revolucionária dos conselhos de operários e de soldados. As autoridades administrativas civis permaneceram intocadas e continuaram a trabalhar sob a supervisão e sob o primado dos conselhos, tal como elas haviam trabalhado na guerra sob a supervisão e sob o primado das autoridades militares. A revolução não tocou na propriedade privada. Tudo permaneceu como antes nas fábricas. O que também foi varrido para fora junto com as autoridades militares onipotentes foram os monarcas, em cujo nome elas haviam governado, e a autoridade militar dos oficiais nas formações do exército; os conselhos de soldados entraram em seu lugar. A revolução não era socialista ou comunista. Era – com uma certa obviedade não explicitada, quase incidental – republicana e pacifista; mas era, antes de tudo e de maneira consciente, antimilitar. O que ela aboliu e substituiu com a instalação dos conselhos de operários e de soldados foi o poder disciplinar do corpo de oficiais no exército e na marinha, bem como o poder executivo ditatorial das autoridades militares que existia no país desde 1914.

As massas que criaram os novos órgãos de liderança e de Estado dos conselhos de operários e de soldados não eram espartaquistas ou bolcheviques. Elas eram social-democratas. Os adeptos da Liga Espartaquista, os precursores do que posteriormente viria a ser o Partido Comunista, não conseguiram ter nenhum líder na revolução, nem mesmo um “chefe”. A maioria deles foi resgatada das prisões pela revolução – Rosa Luxemburgo, por exemplo, passou toda essa semana na prisão

da cidade de Breslau, febril de impaciência, tendo sido libertada apenas no dia 9 de novembro depois de anos encarcerada; e Karl Liebknecht, liberado da penitenciária desde o dia 23 de outubro, permaneceu em Berlim e, de lá, ficou sabendo do que se desenrolava no *Reich* na semana da revolução – mas apenas pelos jornais.

O exemplo russo pode ter tido um efeito encorajador indireto, mas não houve qualquer emissário russo que pudesse dirigir a revolução. Com exceção de Munique, de maneira geral essa revolução não teve um líder ou uma organização, um Estado-Maior ou um plano de operação. Ela era uma obra espontânea das massas, dos trabalhadores e dos soldados comuns. Nisto residia sua fraqueza, que se mostraria muito em breve, mas também era nisto que residia sua glória.

Isso porque essa semana de revolução não passou completamente sem glórias – independentemente de como cada um quiser se posicionar em relação a seus objetivos. O que foi apresentado de forma massiva e o que se manifestava nos acontecimentos eram grandes e nobres características: coragem, determinação, senso de sacrifício, unanimidade, ímpeto, iniciativa, bem como inspiração e senso instintivo de propósito – justamente tudo aquilo que confere glória a uma revolução; e isso tudo feito por massas sem liderança e, de fato, por massas alemãs! Sempre se diz e se repete que os alemães seriam incapazes de fazer uma revolução – nós conhecemos as palavras de zombaria de Lenin, dizendo que os revolucionários alemães não conseguiriam ocupar uma estação de trem se a bilheteria não estivesse aberta –, mas essa é uma afirmação passível de contestação diante dessa semana de novembro. Nessa semana, as massas alemãs ocuparam muitas estações de trem e outros tantos prédios. Em uma cidade depois da outra, não só comprometeram suas vidas, como arriscaram saltar no desconhecido,

no não experimentado, no imprevisível, o que exige ainda mais coragem do que o mero comprometimento da vida – estamos falando de coragem revolucionária e não de mera coragem de soldado. A capacidade revolucionária das massas alemãs nessa semana de novembro pode ser totalmente comparada à capacidade de luta dos soldados durante os quatro anos de guerra que haviam se passado, e não fica atrás da capacidade revolucionária das massas russas na revolução de março de 1917. O impulso e o auge dessa semana impressionaram até mesmo os burgueses.

Rainer Maria Rilke, por exemplo, que estava longe de ser um revolucionário, mas que era antes um esnobe, escreveu à mulher, em 7 de novembro, depois de uma assembleia revolucionária em Munique:

Ainda que todos estivessem sentados em volta das mesas de cerveja e também entre elas, de tal forma que as garçonetes só conseguiam abrir caminho em meio à espessa estrutura humana como se fossem carunchos – o ambiente não era opressivo, nem mesmo para respirar; a névoa formada por cerveja, cigarro e povo não era desconfortável, ela quase não era notada dada a enorme importância de tudo que estava acontecendo ali. Naquele momento, estava claro para todos que as coisas poderiam ser ditas, que finalmente era a vez de dizê-las e, na medida em que elas eram ditas de maneira agradável, o que havia de mais simples e de mais válido nessas coisas era recebido com aplausos massivos por parte da enorme multidão. De repente, um trabalhador jovem e pálido se levantou e simplesmente falou: ‘O senhor ou o senhor ou o senhor’, dizia ele, ‘algum de vocês pediu o armistício? E, apesar disso, somos nós que deveríamos fazer esse pedido e não esses senhores lá em cima; vamos nos apoderar de uma estação de rádio e vamos falar – as pessoas comuns falando para as pessoas comuns do outro lado – que logo vamos ter paz’. Eu não repito tão bem quanto ele formulou. De repente, enquanto falava, uma dificuldade tomou conta dele e, com um gesto comovente direcionado a Weber, Quidde e aos outros professores que estavam a seu lado no pódio, ele prosseguiu: ‘Aqui, esses professores sabem falar francês, eles vão

nos ajudar a falar o que queremos dizer da forma certa'. Momentos como esses são maravilhosos, e como precisamos deles na Alemanha agora... Não é possível fazer qualquer outra coisa a não ser admitir que nossa época está certa quando procura dar grandes passos.

A passagem dessa carta é, essencialmente, o depoimento de uma testemunha. Não apenas porque captura a atmosfera dessa Revolução Alemã com a sensibilidade de um poeta, por captar a mistura característica entre seriedade corajosa e uma falta de habilidade comovente, mas também porque torna clara a atitude da revolução em relação ao governo, ainda que isso seja inconsciente para o escritor. Assim como os amotinados em Schillig-Reede dez dias antes, os revolucionários em Munique não estavam *contra* o novo governo. Ao contrário, queriam o mesmo que o governo, eles acreditavam que precisavam ajudá-lo e dar-lhe uma mão; a paz não deveria ser apenas obra dos “senhores lá em cima”, as próprias massas queriam identificar-se com ela e queriam fazer avançar o que, em sua opinião, o novo governo havia introduzido, mas que não parecia encontrar uma maneira de fazer progredir. A “revolução a partir de baixo” não queria anular a “revolução a partir de cima”, mas completar, revigorar, empurrar para a frente, tornar realidade propriamente dita pela primeira vez. Não se dirigia contra o novo governo parlamentarista do *Reich*, mas contra a ditadura militar que funcionava como governo paralelo, valendo-se do estado de sítio, da censura e de prisões preventivas. Com um instinto bastante correto, as massas sentiam que esse governo militar se opunha tanto à revolução a partir de cima quanto à revolução a partir de baixo, sentiam que, em verdade, ele não queria nem a paz nem a democracia, que ele tinha o coração amargurado e que era contrarrevolucionário de maneira inconciliável e que precisava ser retirado do caminho com todos

os seus instrumentos de poder, com suas insígnias e símbolos, para que se pudesse criar espaço para o novo que pairava sobre todos, para o novo Estado popular e pacífico. As massas social-democratas, que pensavam assim e que estavam fazendo a revolução, acreditavam estar totalmente de acordo com seus líderes. O fato de que elas estavam enganadas foi sua tragédia.

Na semana da revolução, ninguém poderia suspeitar da tragédia que se aproximava. E, no entanto, sua primeira cena já foi representada nessa semana. Enquanto a revolução se espalhava rapidamente por todas as partes – ainda naquela noite, quando Rilke fez seu relato de maneira comovida, triunfou também em Munique –, justamente onde havia começado – em Kiel – já havia sido extinta. O deputado do SPD Gustav Noske havia chegado a Kiel ainda naquele entardecer da segunda-feira revolucionária, sendo recebido com júbilo pelos marinheiros como um homem “dos seus”; e, já no dia seguinte, telefonava para Berlim, dizendo que “tinha apenas uma esperança: um retorno voluntário à ordem sob liderança social-democrata; então a rebelião afundaria por si mesma...” Por todos os lados, assim relatava, entre trabalhadores e soldados, ele sentia como a necessidade de ordem, inata aos alemães, despertava novamente. O chanceler do *Reich*, príncipe Max von Baden, que havia anotado o que ele dizia, impôs no mesmo dia sua decisão ao gabinete: “Carta branca para Noske em sua tentativa de sufocar a erupção local”. E, alguns dias depois, podia concluir com satisfação, que, agindo em nome da revolução, Noske havia conseguido ter sucesso em contê-la em Kiel, havia conseguido restabelecer a autoridade dos oficiais humilhados e, até mesmo, havia conseguido fazer que o serviço de patrulha naval voltasse à ativa; os marinheiros que haviam permanecido em Kiel já estavam ocupados com seus serviços habituais. “Eles não querem

que os ingleses venham”, dizia Noske ao telefonar satisfeito para Berlim. O príncipe Max, repleto de admiração pelo que Noske havia conseguido fazer em Kiel, afirmava:

‘O homem se esforçou de maneira sobre-humana’. Ele escreveu posteriormente em suas memórias que, naquele momento, teria tido o seguinte pressentimento: ‘o destino da Alemanha dependia de que Ebert repetisse e aumentasse o esforço feito por seu camarada de partido, ou seja, que o movimento desse ‘marcha à ré’ em todo o país’.

Fazer que o movimento desse marcha à ré – era disso e somente disso que se tratava na semana da revolução do ponto de vista dos três centros de poder que o *Reich* alemão ainda tinha naquele momento e que sentiam tremer a terra embaixo dos pés: na cidade belga de Spa, o imperador e o alto comando do Exército sob Hindenburg e Groener; em Berlim, o governo do *Reich* sob o príncipe Max von Baden; e, também em Berlim, a liderança do partido social-democrata sob Ebert, que sustentava e apoiava este governo, mas que agora via, de maneira apreensiva, a necessidade de se retirar para segundo plano e de liderar por si própria a salvação do governo. Todos eles concordavam com a ideia de que a revolução deveria ser “sufocada” ou que deveria dar “marcha à ré”. A cada dia que passava, esta se tornava cada vez mais sua preocupação dominante.

Eles também estavam de acordo que um armistício imediato era a primeira necessidade: enquanto a guerra continuasse, continuaria também a revolução.

É por essa razão que, na manhã de quarta-feira, 6 de novembro, a comunicação do presidente Wilson foi recebida com um profundo alívio, tanto em Spa quanto em Berlim. A comunicação dizia que o coronel-comandante dos aliados, o general Foch, estaria pronto para receber uma delegação alemã para negociar o armistício em seu quartel-general em Compiègne. Ainda no

mesmo dia e contrariamente à sua vontade, o secretário de Estado Erzberger se colocou em trânsito de Berlim em direção a Compiègne, passando por Spa. (Até o último instante, o governo manteve firme a ficção de que o pedido de armistício havia partido dele próprio, e não do alto comando do Exército; por isso, de maneira altamente inusitada, a liderança da delegação de negociação do armistício foi atribuída a um político civil e não a um general.) Na sexta-feira, dia 8 de novembro, às dez horas da manhã, Erzberger estava em Compiègne diante de Foch, com a comitiva militar que havia reunido em Spa, quando estava a caminho. Foch o recebeu com as seguintes palavras: “O que traz os senhores aqui? O que querem de mim?” E diante da resposta de que queriam ouvir suas sugestões a respeito de um armistício, replicou secamente: “Eu não tenho sugestões a fazer”. De fato, ele não tinha qualquer “sugestão”. O que ele pôs sobre a mesa era uma lista pronta com condições para o armistício, elaborada ao longo de dez dias pelos governos aliados, e um ultimato, com o prazo de 72 horas, para que as condições fossem aceitas ou recusadas. Já estava claro neste instante que o ultimato seria aceito.

Mas como se dariam as coisas depois do armistício? Aqui se separaram os caminhos dos dirigentes ameaçados em Spa e em Berlim. Todos eles concordavam – imperador, alto comando do Exército, chanceler e liderança do SPD – com a ideia de que a próxima tarefa era paralisar a revolução e salvar o que havia sobrado do Estado vigente. Todos também concordavam que o fator decisivo para que isso acontecesse seria o exército do oeste, o único instrumento de poder que ainda obedecia, que ainda não havia participado da revolução e que, com a assinatura do armistício, estaria liberado para atuar dentro do país. Mas para quem ou para que utilizar o exército do oeste – sobre isto não havia consenso.

O imperador estava convencido de que, sob seu comando, sob seu comandante em chefe de guerra, o exército do oeste iria combater o “inimigo interno” da mesma maneira que combaterá o externo. Ele também estava decidido a ordenar que o exército desse meia-volta depois da celebração do armistício para marchar contra a pátria revolucionária.

O primeiro general intendente, Groener, e o chanceler do *Reich*, o príncipe Max, não partilhavam dessa convicção. Ambos defendiam, em silêncio, a opinião de que a pessoa do imperador havia se tornado o pomo da discórdia, que deveria ser tirada do caminho se quisessem que o exército permanecesse nas mãos de seus oficiais e que fosse utilizado contra a revolução. O príncipe Max via a saída numa renúncia pessoal do próprio imperador ao trono e na nomeação de um representante ou regente; o general Groener achava agora que o imperador precisava morrer na *front*. No entanto, nenhum dos dois arriscaria apresentar seus pontos de vista pessoalmente ao imperador. Eles conversavam sobre isto com seus colegas de gabinete ou com outros generais; não com o imperador. Os colegas de gabinete ou os outros generais concordavam abatidos ou recusavam a ideia horrorizados. Tampouco queriam conversar com o imperador. E assim passou um dia após o outro e nada acontecia.

Quem por fim obrigou a que algo acontecesse foi a liderança do SPD e, em especial, seu presidente Friedrich Ebert, que, naquele momento, se fortalecia dia a dia no primeiro plano dos acontecimentos. Ele não era um opositor do governo. Ele havia ajudado o governo a sobreviver e o havia apoiado desde a primeira hora de sua existência; tampouco era um opositor fundamental da monarquia; nem mesmo era mais um opositor da ordem estatal – ele entendia a si mesmo e a seu partido como uma força de manutenção do Estado, como a última reserva do Estado vigente. Da mesma maneira que para Groener e para o príncipe

Max, tratava-se para ele de salvar o Estado e deter a revolução. Mas, diferentemente de Groener e do príncipe Max, Ebert via com mais clareza quão forte a revolução já havia se tornado e que nem sequer um dia poderia ser desperdiçado se ainda se quisesse detê-la. E ele ainda tinha uma preocupação diferente: enquanto eles só pensavam sobre como poderiam manter sob controle o exército do oeste, para Ebert tratava-se também de manter o SPD nas mãos. Dia a dia, ele via os membros do SPD e os funcionários da província aderirem à revolução.

Na quarta-feira, 6 de novembro, Ebert apareceu com seus colegas de direção do SPD na chancelaria do *Reich*, onde o general Groener também se encontrava, e exigiu, num ultimato, a renúncia do imperador. Ela era necessária “se nós quisermos impedir a passagem das massas para o campo dos revolucionários”. Essa seria “a última oportunidade para salvar a monarquia”.

Groener recusou com indignação – a sugestão estava “completamente fora de discussão” –, ao que Ebert declarou de maneira dramática: “Então as coisas precisam seguir seu curso. A partir de agora, nós vamos separar nossos caminhos. Quem saberá dizer se voltaremos a nos encontrar um dia”.

Mas se Groener ainda não queria ouvir, o chanceler havia sido convencido por Ebert. No dia seguinte, a quinta-feira de 7 de novembro, o príncipe Max o convocou para uma conversa apenas entre eles. O diálogo aconteceu no jardim de outono da chancelaria do *Reich*, onde os dois homens caminhavam sobre as folhas secas das velhas árvores. O príncipe Max anotou depois textualmente as passagens decisivas da conversa. Ele compartilhou com Ebert sua decisão de, naquele momento, ir ele próprio ao quartel-general e demandar que o imperador renunciasse ao trono. “Se eu for bem-sucedido em convencer o imperador, tenho o senhor ao meu lado na luta contra a revolução social?” O príncipe Max continua:

A resposta de Ebert veio sem hesitação e foi, de fato, muito clara: ‘Se o imperador não renunciar, então a revolução social é inevitável. Mas eu não quero que ela aconteça, odeio-a como odeio o pecado’. Ele esperava conseguir fazer que o partido e as massas apoiassem o governo *depois* da renúncia. Nós passamos pela questão da regência. Eu disse a ele que, segundo a Constituição, o príncipe Eitel Friedrich deveria se tornar o regente para a Prússia e para o *Reich*. Ebert declarou, em seu nome e em nome de seu partido, que eles não criariam dificuldades para o governo nessas questões constitucionais. Então, com palavras comoventes, ele me desejou sucesso em minha viagem.

Tarde demais! A viagem não aconteceu e o pacto entre o príncipe Max e Ebert se rompeu já no mesmo dia: isso porque, ao longo do dia se tornou claro que, naquele momento, a revolução também havia alcançado Berlim e que não havia mais tempo para uma viagem a Spa. Os independentes, o partido de esquerda que concorria com o SPD, haviam convocado 26 assembleias para aquela tarde em Berlim. O governo queria proibi-las. Contrário ao posicionamento do governo, o SPD estava convencido de que uma proibição das assembleias iria desencadear a revolução na capital. O SPD queria, antes de tudo, tomar as assembleias e neutralizá-las. Às cinco horas da tarde, o partido apresentou um novo ultimato ao governo: liberação das assembleias e renúncia do imperador até o meio-dia da sexta-feira. Diante das declarações indignadas do imperador, Ebert respondeu: “Hoje à noite precisamos anunciar o ultimato a partir de todas as tribunas, do contrário toda a sociedade vai correr para os independentes. O imperador precisa abdicar imediatamente, senão vamos ter revolução”. De repente, o príncipe Max e Ebert, que queriam a mesma coisa – a saber, livrar-se do imperador e sufocar a revolução –, pareciam estar em lados opostos, como inimigos.

Por detrás da confusão, do vai e vem e do pânico desses últimos dias do império, havia ainda algo mais profundo e não

dito. Todos os responsáveis, Groener e o príncipe Max, por um lado, e Ebert, por outro, viam que algo que os horrorizava viria em sua direção. Todos os três entendiam que se tornariam traidores se colocassem seu objetivo comum em prática: salvar o Estado e a sociedade vigentes. Seria preciso que Groener e o príncipe Max traíssem o senhor imperial, ao qual juraram lealdade. Seria preciso que Ebert traísse a revolução, cuja liderança lhe havia sido entregue ingenuamente. Mas, ainda assim, todos os três tinham esperanças de que a traição do outro os pouparia de se tornarem traidores. Por trás do diálogo explícito que mantinham entre si, havia um outro diálogo subterrâneo e não formulado, que dizia algo como: “Traiam vocês o imperador, assim eu não preciso trair a revolução”. “Não, aceite você a revolução apenas como uma ilusão. Traia a revolução, assim nós não precisamos trair o imperador.” Mas nenhum deles queria ouvir o clamor secreto de angústia do outro. E, assim, passou o tempo e a areia do relógio acabou.

Ao final, nenhum dos três homens foi poupado da grande traição que queriam empurrar aos demais. A hora da verdade golpeou todos no mesmo dia, na noite do domingo de 9 de novembro. Este foi o dia que selou o destino da monarquia alemã e da Revolução Alemã. Nesse dia, os paladinos do imperador o abandonaram. Mas também nesse dia a revolução se entregou ao homem que estava decidido a sufocá-la.

5. O 9 de novembro

Na noite da sexta-feira do dia 8 de novembro, o ministro do Interior da Prússia, Drews, sacou o relógio numa sessão do conselho ministerial e disse:

Agora são 9h30, nós devemos adiar a sessão. A greve geral está programada para amanhã, é de se esperar que haja agitações violentas. Tudo depende de se as tropas militares irão resistir ou não. Se não resistirem, amanhã o governo prussiano já não existe mais.

O ministro da Guerra von Scheüch respondeu ofendido: “O que faz que vossa excelência pense que as tropas militares não resistirão?”. Mais ou menos no mesmo horário, Richard Müller, o líder de um grupo conspirador ilegal, que há dias planejava um golpe para a segunda-feira seguinte, estava na frente do Hallesches Tor.

Colunas de infantaria muito bem armadas, companhias de metralhadoras e de artilharia leve de campo passavam em formações intermináveis diante de mim, em direção ao centro da cidade. O material humano parecia de fato arrojado. Um sentimento de angústia se apoderou de mim.

O que colocava medo em Müller era a mesma coisa em que von Scheüch havia depositado sua confiança: o quarto regimento de atiradores, uma tropa tida como especialmente confiável, que já havia sido utilizada mais de uma vez no verão no leste, com sucesso, contra os revolucionários russos. Agora

ela deveria ser utilizada contra os revolucionários alemães em Berlim. No dia anterior, ela havia sido colocada em marcha de Naumburg em direção a Berlim, para fortalecer sua guarnição. Já no final da noite do dia 8 de novembro, ela entrou no quartel de Alexander [*Alexanderkaserne*]. Ainda nessa noite, granadas de mão foram distribuídas.

E então aconteceu um incidente.

Um dos cabos fez um comentário provocador. Foi imediatamente afastado e preso; e isso aconteceu sem qualquer resistência. Mas, de repente, logo em seguida, as tropas começaram a resmungar e a fazer perguntas em voz alta para horror dos oficiais. Mesmo esse “material humano arrojado” começava a falar coisas estranhas. O que estava de fato acontecendo? O que eles estavam fazendo em Berlim? Nada indicava que era o fim da guerra e que o imperador iria abdicar? Os sociais-democratas não estavam no governo? Por acaso eles deveriam lutar contra o governo? Eles já não entendiam mais nada. Antes de começarem a jogar granadas de mão contra seus conterrâneos alemães, eles queriam saber exatamente o que estava acontecendo. Os oficiais conseguiram tranquilizá-los até certo ponto, na medida em que prometeram que eles receberiam uma explicação completa na manhã seguinte. Diante disso, as tropas foram então dormir. Os soldados estavam definitivamente cansados; haviam marchado ao longo de um dia inteiro. Mas, na manhã de domingo, depois de despertarem, de repente concordaram que deveriam buscar explicação por si próprios. Uma delegação foi de automóvel até a sede do *Vorwärts* [*Avante*], o jornal do SPD. Não está claro se os oficiais foram informados ou aprovaram essa ação.

Na sede do *Vorwärts*, os representantes sindicais do SPD estavam reunidos desde as sete horas da manhã. Esperavam pela notícia se o imperador já havia abdicado ou se tudo “iria começar”. Aguardavam impacientes. E já não estavam seguros

sobre sua influência nas fábricas. Agora pessoas mais radicais do que eles conduziam a palavra por lá. Se alguma coisa não acontecesse logo, podia muito bem acontecer que tudo “começasse” sem eles. Os soldados apareceram no meio de sua reunião nervosa. Estavam lá para prendê-los? Tudo era possível. Estavam parados na porta, fortemente armados, seguros de si e fazendo exigências. Alguém deveria acompanhá-los imediatamente para explicar a situação à tropa. O que significava isto? O deputado do SPD Otto Wels decidiu arriscar entrar na cova dos leões; ele era um homem corpulento e robusto, com modos simples. Foi junto com os soldados no caminhão, apenas um civil isolado em meio a soldados armados e silenciosos. Ele não sabia o que estava por vir.

No pátio do quartel de Alexander, toda a tropa estava formada, em ordem militar, com os oficiais à frente. Wels não sabia como estavam os ânimos. Ele começou a falar de cima de um caminhão militar. Começou com cuidado, sem qualquer tom de agitação ou de subversão. Falou com tristeza e com confiança sobre a guerra perdida, sobre as duras condições impostas por Wilson, sobre a falta de razoabilidade do imperador, sobre a esperança de paz. Enquanto falava, começou a perceber, gradativamente, sinais de concordância em meio às tropas e sinais de insegurança entre os oficiais. Avançou lentamente, tornou-se mais claro – até que se arriscou: “É seu dever impedir a guerra civil! Eu os convoco: um viva ao Estado popular livre!” – e, de repente, um aplauso geral. Ele tinha apoio dos soldados. As tropas correram para a frente e rodearam o caminhão em que ele estava, em pé – um alvo fácil caso alguém quisesse atirar nele. Mas nenhum oficial atirou. Junto com sessenta homens, destacados para proteger a sede do *Vorwärts*, Wels voltou triunfante e continuou sua rota em direção aos outros quartéis da guarnição de Berlim. Agora ele sabia do que se tratava e de

como deveria lidar com os soldados. Os atiradores de Naumburg haviam feito com que ele tivesse uma ideia decisiva.

Eram nove horas da manhã. Berlim ainda estava em silêncio, os trabalhadores ainda estavam nas fábricas. A revolução ainda não havia começado na capital – mas seu destino já estava decidido de antemão. Agora, o poder armado em Berlim estava nas mãos do SPD. Isto significava que este seria o dia do fim do império. Mas, nos próximos dias, isto também significaria o fim da revolução.

Na mesma hora em que Wels retornava para o *Vorwärts* com sua cobertura militar, em Spa, Hindenburg e Groener se dirigiam ao imperador para informar que o exército de campanha já não o apoiava mais. Na noite anterior – mais ou menos ao mesmo tempo que o ministro do Interior da Prússia dizia apreensivo: “Tudo depende de se as tropas militares resistirão ou não” –, eles haviam recebido uma notícia devastadora: a segunda divisão da guarda, composta pelo corpo de regimentos do rei da Prússia, que, de volta do *front*, estava em marcha em direção a Aachen para reconquistar Colônia, livrando-a dos revolucionários, e, assim, proteger a via mais importante para o abastecimento e recuo do exército de campanha, havia se “negado a obedecer aos oficiais e se colocara em movimento contra sua ordem expressa, para marchar para casa”. A segunda divisão da guarda! Se não era mais possível contar com ela, então tudo estava perdido.

Nessa manhã, 39 comandantes de tropa foram convocados do *front* para reportar se suas tropas estariam dispostas a lutar junto ao imperador contra a revolução. Hindenburg e Groener sondaram sua opinião brevemente antes de eles se reunirem com o imperador e deixaram que o chefe do departamento de operações, o coronel Heye, fizesse um levantamento mais detalhado junto aos oficiais. As respostas confirmavam a experiência tida

com a segunda divisão da guarda: as tropas não poderiam mais ser utilizadas numa guerra civil.

No dia anterior pela manhã, o imperador havia declarado sua intenção de restabelecer a ordem no país, comandando ele próprio o exército, imediatamente depois de celebrado o armistício. Ordenou ao general Groener que preparasse a operação. Agora Groener precisaria lhe explicar que não era possível cumprir a ordem. Ele o fez de maneira minuciosa, seca e objetiva, repleta de detalhes técnicos. O ápice de sua fala foi a seguinte frase: “O exército voltará ao país ordenadamente sob seus líderes e generais-comandantes, mas não sob o comando de vossa majestade”. A frase muito citada – “agora o juramento à bandeira não passa de uma mera ideia” – não surgiu durante esta conversa. Groener não falou a frase diretamente ao imperador, mas, posteriormente, ao conversar com outros oficiais. Pouco tempo depois, o coronel Heye, que estava coletando os votos individuais dos 39 comandantes do *front*, confirmou ao imperador:

O exército também aceita marchar de volta para casa apenas sob o comando dos generais. Mas se vossa majestade desejar se colocar diante dos soldados para marchar de volta, o senhor está autorizado a fazê-lo e será recebido com alegria pelas tropas. Mas o exército não quer mais lutar, seja no exterior seja em casa.

Com isso, chegou-se a uma decisão também em Spa: o exército de campanha era tão inútil quanto a guarnição de Berlim para derrubar a revolução. O império não dispunha mais de qualquer instrumento de poder para defender sua existência, seja no *front* seja na pátria.

Nessa manhã, quando as notícias do abandono das tropas chegavam à chancelaria do *Reich*, o príncipe Max von Baden, o chanceler imperial, teve uma clara conclusão que, mais tarde,

formularia da seguinte maneira: “Nós não conseguimos mais derrubar a revolução, só conseguimos sufocá-la”. É provável que também passasse algo semelhante pela cabeça do general Groener nesta manhã. Sufocar a revolução – isso significava conceder a ela uma vitória aparente, deixar que ocupasse determinadas posições de poder para, em seguida, capturá-la numa posição de reserva especialmente preparada para ela. Dito concretamente: o imperador precisaria abdicar, o governo que era meio social-democrata precisaria se tornar completamente social-democrata e o chanceler do *Reich* precisava se chamar Friedrich Ebert. Assim, a tarefa de Ebert era mandar a revolução aparentemente vitoriosa para casa – uma revolução abismada e estupefata diante de sua própria vitória, obtida tão facilmente – e restabelecer a ordem; ou, nas palavras do príncipe Max: fazer em grande escala o que Noske já havia feito em pequena escala em Kiel.

Ebert estava disposto a isso e o príncipe Max sabia; o general Groener no mínimo suspeitava. Ao menos desde a manhã de 9 de novembro, todos os três homens saltavam na mesma direção. Todos agiam conforme o mesmo plano.

Todos seguiam o mesmo plano, mas não o mesmo cronograma – e disso surgiu o drama do dia 9 de novembro, um drama que, apesar do *pathos* e da tensão, não aconteceu sem alguns traços de comédia. Na manhã de 9 de novembro, Groener acreditava ainda dispor de alguns dias antes da celebração do armistício; já o príncipe Max esperava ainda ter ao menos algumas horas – Berlim ainda estava aparentemente tranquila. Mas Ebert não podia perder nem mais um minuto: na pausa do café da manhã, os trabalhadores já se reuniam nas fábricas por todas as partes e formavam colunas em marcha. Se o SPD não acompanhasse os trabalhadores naquele instante e não tomasse a liderança, ainda que aparentemente, perderia o controle.

Como consequência, Ebert precisou agir sem poder esperar pelo príncipe Max, e este último precisou agir sem poder esperar por Groener. Em Spa ainda se desenrolava, pelo dia inteiro, um drama em torno da abdicação e, por isso, os acontecimentos em Berlim foram ignorados por bastante tempo. Depois de muitas horas de agonia, o príncipe Max anunciou a abdicação do imperador sem que ela estivesse de fato concluída, mas mesmo assim essa declaração falsa chegou tarde demais para poder interromper o curso dos acontecimentos.

Praticamente tudo o que havia preocupado e angustiado os últimos portadores da dignidade do império nesses dias já não tinha mais qualquer papel a desempenhar. Em Spa e na chancelaria do *Reich*, o último ato do império se desenrolou até o final, com um *pathos* exaltado, sem que nada mais dependesse dele. Era como se os atores ainda declamassem seus versos gesticulando e revirando os olhos, numa ação principal de Estado, enquanto a cortina já havia caído.

Um pouco antes das nove da manhã, Spa estabeleceu contato telefônico com a chancelaria do *Reich* (por meio de uma conexão direta secreta, que viria a desempenhar um grande papel posteriormente) para dizer que o alto comando do Exército estava preparado para comunicar, naquele instante, ao imperador que o exército já não o apoiava mais. A chancelaria do *Reich* repassou imediatamente a notícia a Ebert, também por via telefônica: revolução supérflua, abdicação iminente. Ebert respondeu: “Tarde demais! A bola já está rolando. Os trabalhadores de uma fábrica já foram às ruas”. Depois de uma pequena pausa, ele acrescentou: “Nós vamos ver o que será possível fazer”.

Mas se, para desgosto de Ebert, já era tarde demais – em Spa ainda era muito cedo para uma decisão definitiva. Às onze horas, o imperador conversou abertamente pela primeira vez so-

bre a possibilidade de abdicação, mas mesmo assim em privado, com seu conselheiro pessoal, ainda que num tom melancólico e desdenhoso: “Eu governei por tempo suficiente para ver o quão ingrata é esta tarefa. Não sinto qualquer apego por ela”. Mas isso ainda não era uma decisão firme e, nas horas seguintes, o imperador teve, de repente, uma nova ideia: renunciar apenas ao título de imperador do *Reich*, mas seguir como rei da Prússia. Ao meio-dia, ele se encontrou com o príncipe-herdeiro que, como sempre, apresentava a ingenuidade do ignorante e um caráter enérgico: “Então, ainda não colocaram aqueles punhados de marinheiros contra a parede?” Pai e filho conversaram no parque. Ninguém conseguiu ouvir o que um dizia ao outro; tudo parecia ter sido colocado novamente em questão. Enquanto isso, apelos cada vez mais urgentes vinham ininterruptamente de Berlim: a abdicação precisava ser anunciada imediatamente, se ainda quisessem que tivesse algum efeito. Cada minuto era valioso. As respostas vindas de Spa eram irritadas, decisões tão importantes como essa não podiam ser tomadas de maneira precipitada. Sua majestade havia tomado sua decisão, mas ela ainda precisava ser formulada e Berlim deveria ter a bondade de esperar pacientemente.

Ao meio-dia, quando na chancelaria do *Reich* chegavam notícias de enormes colunas de trabalhadores em marcha, que fluíam dos bairros fabris para o centro da cidade, o chanceler do *Reich* perdeu a paciência. Ele já havia pedido, há horas, que o comunicado oficial da abdicação do imperador fosse preparado. Agora ordenava que o comunicado fosse divulgado, por mais que soubesse que a notícia era falsa. O anúncio foi feito pela agência oficial de notícias:

O imperador e rei decidiu renunciar ao trono. O chanceler do *Reich* permanece no cargo pelo tempo necessário até que todas as questões relativas à abdicação do imperador, à renúncia ao

trono do príncipe-herdeiro do Império Alemão e da Prússia e ao estabelecimento da regência estejam resolvidas. Ele tem a intenção de propor ao regente a nomeação do deputado Ebert ao cargo de chanceler do *Reich* e a apresentação de um projeto de lei com o anúncio imediato de eleições gerais para uma Assembleia Nacional Constituinte alemã, que estaria incumbida de determinar, de maneira definitiva, a futura forma de Estado do povo alemão, o que abarca parcelas do povo que desejem ser incluídas nas fronteiras do *Reich*.

O príncipe Max sentia que estava fazendo algo atroz ao antecipar a decisão do imperador e anunciar ao povo sua abdicação, que ainda não havia acontecido. Lutara por horas consigo mesmo antes de trazer essa responsabilidade para si. De fato, para um homem de sua origem e posição, isto seria interpretado como uma desonestidade de dimensões históricas – se é que ainda viria a ter algum outro significado. Mas isto já não tinha a menor importância; o gesto do príncipe-chanceler era equivalente ao gesto do palhaço do circo que finge comandar o show; este não passava de comédia, da mesma forma que a ordem de atirar, que veio imediatamente em seguida, era uma comédia. O comandante supremo de Berlim, o general von Linsingen, perguntou se, diante do fato de que a maior parte das tropas não atiraria, ainda seria necessário fazer uso das armas de fogo. Após um aconselhamento apressado com o Estado-Maior, o chanceler do *Reich* se viu forçado a responder: “Apenas para a proteção da vida e da existência dos cidadãos, bem como para proteção dos prédios do governo”. A resposta foi em vão, já que, enquanto isso e diante da pressão do tempo e da pressão dos acontecimentos, Linsingen já havia dado a ordem por ele mesmo: “As tropas não precisam fazer uso das armas, nem mesmo para a proteção de prédios”. E mesmo isto chegou tarde demais, já que, quando a ordem alcançou as tropas, elas já estavam em completa confraternização com os trabalhadores em marcha e, de qualquer forma, não atiravam.

Mas, enquanto isso, alguns minutos depois do meio-dia, Ebert apareceu na chancelaria do *Reich* com uma delegação de membros da direção do SPD e exigiu que o governo fosse transferido a ele e a seu partido “para que a paz e a ordem possam ser mantidas”. O anúncio de que o chanceler ficaria no cargo até que a questão da regência fosse resolvida acabava de ser publicado, mas o príncipe não se contradizia. No fundo, ele e Ebert queriam o mesmo, e o fato de que agora Ebert estava disposto a retirar de suas costas qualquer nova responsabilidade era um alívio tremendo para ele. Assim, ele lhe transferiu a chancelaria: a mesma chancelaria do governo imperial – logo depois de ter anunciado a abdicação do imperador, ainda que se tratasse de uma notícia falsa. Mesmo que não tivesse feito isto, o procedimento teria sido impossível do ponto de vista do direito constitucional – nenhum chanceler tem o direito de nomear outro chanceler. Mas, seja como for, o governo que Ebert assumia naquele momento ainda era o governo antigo; todos os secretários de Estado permaneceram em seus cargos, até mesmo o ministro da Guerra, von Scheüch – a diferença era que o chanceler do *Reich* se chamava agora Ebert em vez de Max von Baden. Seu primeiro ato oficial foi fazer um chamamento aos trabalhadores que marchavam em Berlim: “Concidadãos! O até então chanceler do *Reich* transferiu a mim, com a aprovação dos demais secretários de Estado, a condução dos assuntos de seu cargo... Cidadãos! Eu peço urgentemente a todos vocês: deixem as ruas! Mantenham a paz e a ordem!” É evidente que Ebert já havia chegado tarde demais. Porque o apelo para sair das ruas evaporou-se no ar tal como a notícia falsa anunciada pelo príncipe Max a respeito da abdicação do imperador e sua ordem de atirar pela metade. Nesse meio-tempo, as massas já haviam se tornado centenas de milhares nas ruas e, a essa hora – era por volta da uma da tarde –, já haviam alcançado o centro da cidade. Os panfletos com o apelo de Ebert eram jogados fora sem qualquer cuidado.

Adie deutschen Bürger!

Berlin, 9. November. Der neue Reichskanzler Ebert erläßt folgende Rundgebung an die deutschen Bürger:

Mitbürger!

Der bisherige Reichskanzler Prinz Max von Baden hat mir unter Zustimmung der sämtlichen Staatssekretäre die Wahrnehmung der Geschäfte des Reichskanzlers übertragen. Ich bin im Begriff, die neue Regierung im Einvernehmen mit den Parteien zu bilden und werde daher über das Ergebnis der Deffentlichkeit in Kürze berichten.

Die neue Regierung wird eine Volkregierung sein. Ihr Bestreben wird sein müssen, dem deutschen Volke den Frieden schnellstens zu bringen und die Freiheit, die es errungen hat, zu befestigen.

Mitbürger! Ich bitte Euch alle um Eure Unterstützung bei der schweren Arbeit, die unser harrt, Ihr wißt, wie schwer der Krieg die Ernährung des Volkes, die erste Voraussetzung des politischen Lebens, bedroht.

Die politische Umwälzung darf die Ernährung der Bevölkerung nicht stören.

Es muß die erste Pflicht aller in Stadt und Land bleiben, die Produktion von Nahrungsmitteln und ihre Zufuhr in die Städte nicht zu hindern, sondern zu fördern.

Nahrungsmittelnot bedeutet Plünderungen und Raub, mit Elend für alle! Die Ärmsten würden am schwersten leiden, die Industriearbeiter am bittersten getroffen werden.

Wer sich an Nahrungsmitteln oder sonstigen Bedarfsgegenständen oder an den für ihre Verteilung benötigten Verkehrsmitteln vergreift, verflündigt sich aufs schwerste an der Gesamtheit.

Mitbürger! Ich bitte Euch alle dringend: Verlaßt die Straßen! Sorgt für Ruhe und Ordnung!

Berlin, den 9. November 1918.

Der Reichskanzler. Ebert.

Apelo feito por Friedrich Ebert, chanceler do *Reich*, conclamando a população a apoiar o novo governo.

Fonte: Interfoto München

Aos cidadãos alemães!

Berlim, 9 de novembro. O novo chanceler do *Reich* Ebert emite a seguinte manifestação aos cidadãos alemães

Concidadãos!

O até então chanceler do *Reich* transferiu a mim, com a aprovação dos demais secretários de Estado, a condução dos assuntos de seu cargo. Estou prestes a formar o novo governo em acordo com os demais partidos e, portanto, informarei publicamente em breve sobre o resultado.

O novo governo será um governo do povo. Seu esforço consistirá em trazer a paz o quanto antes ao povo alemão e fortalecer a liberdade que ele conquistou.

Concidadãos! Eu peço a ajuda de todos vocês nesse difícil trabalho que nos aguarda. Vocês sabem o quão gravemente a guerra ameaça a alimentação do povo, que é a primeira condição da vida política.

A transformação política profunda não deve prejudicar a alimentação da população.

O primeiro dever de todos, na cidade e no campo, deve consistir em não impedir a produção de alimentos ou seu abastecimento nas cidades, mas promovê-los.

Falta de alimentos significa saques e roubos, com miséria para todos! Os mais pobres sofrerão mais gravemente, os trabalhadores da indústria serão atingidos de maneira mais amarga.

Quem se apropriar de alimentos, de outros objetos de primeira necessidade ou dos meios de transporte necessários para sua distribuição peca gravemente contra a coletividade.

Concidadãos! Eu peço urgentemente a todos vocês: deixem as ruas! Mantenham a paz e a ordem!

Berlim, 9 de novembro de 1918.

O chanceler do *Reich*. Ebert.

Neste momento, todos foram almoçar. E, no almoço, as grandes cenas seguintes dessa tragicomédia que corria no vazio se desenrolaram. Foram três.

A primeira delas teve lugar no *Reichstag*, onde Ebert e Scheidemann tomavam uma sopa aguada de batatas que lá se oferecia – em mesas separadas: os dois líderes do SPD não tinham exatamente muito apreço um pelo outro. Enquanto comiam, se ouviam estrondos do lado de fora. Uma enorme multidão havia alcançado o *Reichstag* e gritava por Ebert e Scheidemann. Um coro de vozes entoava: “Abaixo o imperador, abaixo a guerra!” e “Viva a República!”. Deputados entraram de maneira atrapalhada e incomodaram Ebert e Scheidemann, pressionando-os a falar à multidão. Ebert balançou a cabeça e continuou a tomar sua sopa. Scheidemann, ao contrário, que era um orador popular fascinante e que esperava beneficiar-se disso, deixou sua sopa esfriando e apressou-se com passos confiantes pelos longos corredores pomposos do prédio do *Reichstag*. Enquanto passava, ainda ouviu, rindo por dentro, um grupo de deputados e de altos funcionários debater sobre quem seria a pessoa a ocupar o cargo de regente. Abaixo viu a grande multidão ficar silenciosa sob seu olhar, uma floresta de bandeiras vermelhas, os milhares de rostos emagrecidos, atormentados e crentes que estaticamente olhavam para cima, para ele. Que momento! Ele se sentia à altura do momento; ele era o homem dos discursos improvisados e inflamados, esse era seu talento e sua força; a língua desatou-se na boca, as palavras brotavam. “O povo foi vitorioso em todos os sentidos!”, exclamava e, em meio ao júbilo efervescente: “Viva a República alemã!”.

Ele pensava que havia se saído bastante bem e, satisfeito consigo mesmo, voltou à sala de jantar para sua sopa de água que já havia esfriado. Mas lá estava Ebert à mesa, com o rosto vermelho de fúria.

Ele bateu com o punho na mesa e gritou para mim: ‘Isto é verdade?’ Quando lhe respondi que ‘isto’ não era apenas verdade, mas que era também evidente, ele fez uma cena, diante da qual fiquei parado como se estivesse diante de um enigma. ‘Você não tem direito de proclamar a República! O que a Alemanha virá a ser, uma República ou algo diferente – isso decide uma constituinte!’

Assim relata Scheidemann em suas *Memórias de um social-democrata* [*Erinnerungen eines Sozialdemokraten*].

Na realidade, Ebert tampouco tomava a constituinte ao pé da letra. Algumas horas mais tarde, pediu ao príncipe Max, que havia ido se despedir, para que ficasse – como administrador do *Reich*. Ele estava tão disposto a se antecipar à constituinte como Scheidemann – mas no sentido contrário; ele não queria a República, queria salvar a monarquia, ainda agora. Mas o príncipe Max não tinha mais vontade de seguir jogando, já havia arrumado as malas. Ainda naquela tarde viajou para casa, no sul da Alemanha, deixando para trás Berlim, uma cidade agitada e enraivecida – e também deixando de fazer parte da história.

Ao mesmo tempo que Ebert e Scheidemann comiam no *Reichstag* em Berlim, o imperador fazia o mesmo em Spa, a bordo do trem da Corte. E, lá dentro, em meio a sua refeição, trouxeram-lhe a notícia que acabava de chegar de Berlim por telefone – a notícia de que o príncipe Max havia anunciado a abdicação de sua majestade. O imperador estava acostumado ao autocontrole em razão de sua profissão. Ele continuou a comer de modo mecânico. Então começou a ficar pálido lentamente e disse: “Que um príncipe da Baviera tenha derrubado o rei da Prússia...” Ele não conseguiu falar a frase até o final. Faltava-lhe a voz.

Ele havia acabado de assinar o documento em que abdicava como imperador, mas não como rei da Prússia, e estava pronto

para estabelecer-se em seu novo papel real. E agora isso! Depois da refeição, no café em pequenos círculos da Corte, seu temperamento e sua indignação vieram então à tona: “Traição! Traição descarada e afrontosa!”, gritava o imperador uma e outra vez e cobria com pressa, com protestos formulados de maneira cada vez mais dura, os formulários de telegrama que havia mandado trazer. Mas nenhum deles foi enviado. Eles não teriam alcançado seus destinatários.

No entanto, na chancelaria do *Reich* em Berlim, o almoço também foi interrompido pela chamada telefônica que comunicava a meia abdicação – como imperador, mas não como rei da Prússia – e a indignação não era menor do que aquela manifestada pelo imperador em relação ao comportamento do príncipe Max. “O que os senhores estão dizendo?”, gritava o subsecretário de Estado, Wahnschaffe, ao aparelho. “Abdicou como imperador, mas não como rei da Prússia? Isso não nos serve para nada, isso é completamente impossível do ponto de vista do direito constitucional!” Muito mais indignados do que em relação à impossibilidade constitucional, que evidentemente já não tinha mais qualquer importância – tudo o que havia acontecido nas horas anteriores era impossível do ponto de vista do direito constitucional –, os senhores da chancelaria do *Reich* estavam revoltados com o fato de que nunca ninguém havia contado a eles sobre esse plano – e nisto tinham razão. Tudo aquilo foi uma improvisação selvagem. Em Berlim, não se tinha notícia sobre o assunto. O comunicado foi registrado nas atas, mas nunca foi publicado. A abdicação pela metade do imperador nunca entrou em vigor.

De fato, o imperador não abdicou em 9 de novembro de 1918 (ele fez isso apenas três semanas depois, quando estava na Holanda), e o império alemão ainda não era uma República. Era irrelevante do ponto de vista constitucional que Scheidemann

houvesse proclamado e saudado a República da janela do *Reichstag*. A mensagem de abdicação publicada pelo príncipe Max foi simplesmente um anúncio falso. A declaração por meio da qual o imperador se retirava para assumir a posição de rei da Prússia permaneceu como um projeto sem validade e ficou enterrada na chancelaria do *Reich*, sem ter suas atas rubricadas. O homem que agora havia se tornado chanceler do *Reich*, ainda que de maneira altamente irregular, sentia que era o chanceler de um império e esforçava-se para salvar a monarquia de alguma forma.

Mas ela não podia mais ser salva. Na consciência de toda a Alemanha, mesmo na daqueles de convicções monarquistas, esses dias haviam chegado ao fim, e o golpe de misericórdia foi dado pelo próprio imperador – não por meio da abdicação (sobre a qual ninguém falava mais), mas por sua partida.

Não está claro quem deu a ideia da partida. Não era uma ideia óbvia. O imperador não corria perigo pessoal. Ele se movimentava livremente em Spa entre sua residência, o quartel-general e o trem da Corte, os guardas apresentavam as armas diante dele como sempre havia acontecido. A revolução não havia chegado a Spa. Algumas horas antes, os comandantes do *front* ainda haviam declarado ao coronel Heye que as tropas estavam de acordo que o imperador fosse pacificamente com eles para casa – seria “uma alegria”. E, mesmo assim, depois do almoço, passou-se a falar, pela primeira vez, sobre a segurança da pessoa do imperador e sobre a questão de onde ele permaneceria no futuro. Todos pareciam concordar com o fato de que o imperador estava ameaçado e que deveria partir. Apenas Groener achava o contrário: “Eu chamo a atenção para o seguinte: o imperador pode partir para o lugar que desejar depois de abdicar. Se não abdicar, não pode deixar o exército. Não abdicar e deixar o exército é impossível”.

Ele recebeu um silêncio constrangedor como resposta. Ninguém parecia querer entender o problema. Depois de uma pequena pausa, a discussão sobre possibilidades de destinos de viagem continuou como se Groener não tivesse dito nada. Mesmo Hindenburg, que havia se portado de maneira muito reservada nesses dias, manifestou-se mais de uma vez: “Em caso de extrema urgência, cruzar a fronteira para a Holanda pode ser uma possibilidade”. Os funcionários da Corte perceberam que, se o imperador desejasse partir, a decisão precisaria ser tomada com alguma antecedência para que pudessem se pôr de acordo com o governo holandês. Ainda que nenhuma decisão tivesse sido tomada, logo começaram os telefonemas diligentes. Às cinco horas, o imperador, que havia estado ausente, de repente convocou os membros do alto comando para despedir-se, negando-se a apertar a mão do general Groener: “Depois de haver renunciado ao comando supremo, não tenho mais nada com o senhor. O senhor é um general de Württemberg”. Ao que parece, ele havia se sentido de alguma maneira pessoalmente insultado pela imposição de Groener, de ficar com o exército enquanto não houvesse abdicado; ao que parece, ainda se sentia rei da Prússia. Mas agora o rei da Prússia deixava seu exército.

Ainda teve um pouco de vai e vem. De repente, ouvia-se de novo: “Nós não vamos partir”. E, em seguida: “Nós vamos partir, sim”. De toda forma, por fim o imperador passou a noite no trem da Corte, com as malas arrumadas, e, na manhã seguinte, o trem deveria sair da estação de Spa e cruzar a fronteira holandesa. Assim como o príncipe da Baviera havia feito doze horas antes, o imperador também partia para fora da história – e a monarquia alemã viajava para fora da história junto com ele. Depois dessa partida apressada, nada nem ninguém estava mais em condições de salvá-la. Ela não havia abdicado, ela havia sido extinta.

Para a posteridade, a fuga às escondidas do imperador e o colapso silencioso da monarquia alemã tiveram as consequências de um acontecimento atroz. Ele tirou das classes altas alemãs sua tradição e seu apoio; deu, à contrarrevolução que estava por vir, um caráter desesperado e nihilista que dificilmente teria na qualidade de um movimento de restauração monarquista; deixou o vácuo que por fim Hitler iria preencher. Mas, para o drama imediato dos dias 9 e 10 de novembro, o que o imperador fazia ou deixava de fazer já havia se tornado completamente irrelevante. Que abdicasse ou não, que ficasse em Spa ou fosse para a Holanda – desde a manhã do dia 9 de novembro, quando o operariado de Berlim se colocou em movimento e as tropas se aliaram ao SPD, essas decisões não tinham mais o poder de influenciar os acontecimentos. Desde essa manhã, o defensor da antiga ordem já não era mais o imperador, era Ebert. E, na tarde desse dia 9 de novembro, diferentemente do que havia acontecido com o príncipe Max de manhã, Ebert já não tinha mais tempo para se preocupar com o imperador; ele tinha preocupações completamente distintas. Porque, nessa tarde, a revolução ameaçava também passar por cima de Ebert.

6. A hora de Ebert

Friedrich Ebert, o homem que, em 9 de novembro de 1918, havia selado o destino da Alemanha, não era uma figura imponente. Era baixo e gordo, pernas e pescoço curtos, cabeça em formato de pera sobre um corpo em formato de pera. Também não era um orador cativante. Falava com uma voz gutural e lia seus discursos. Não era um intelectual, tampouco um proletário. Seu pai havia sido mestre-alfaiate (assim como o pai de Walter Ulbricht) e ele próprio aprendeu o ofício de seleiro; quando pequeno, tinha uma paixão secreta pelos cavalos e, mais tarde, quando se tornou presidente do *Reich*, mantinha o hábito regular de passear a cavalo de manhã pelo Tiergarten.

Ebert era o tipo clássico de mestre-artesão alemão: íntegro, escrupuloso, de horizonte limitado, mas um mestre em sua limitação; de uma dignidade modesta no trato de sua clientela elegante, lacônico e autoritário no ambiente de trabalho. Os funcionários do SPD tremiam um pouco diante dele, da mesma maneira que os assalariados e aprendizes tremem diante de um mestre rigoroso. Não era especialmente estimado dentro do partido, mas gozava de enorme respeito. Não teve quase papel algum nos grandes debates que agitaram o partido antes da guerra – sobre reforma ou revolução, sobre ação de massa ou parlamentarismo; mas, assim que foi eleito para a presidência do partido, a primeira coisa que fez, de imediato, foi equipar os escritórios do partido com telefones e máquinas de escrever

e dar início a um registro ordenado de todas as coisas. A ordem reinava sob o comando de Ebert. Quando da deflagração da guerra, ele foi antes de tudo o homem enviado a Zurique com as finanças do partido – caso algo acontecesse. Ele era o homem em quem se podia confiar, o homem que sempre sabia o que queria.

E o que ele queria? Certamente não queria a revolução. Ele a odiava “como odiava o pecado”. Se havia algo que ele odiava mais do que a revolução era a falta de disciplina em seu partido. “Se a disciplina e a confiança forem aniquiladas e todos os fundamentos da organização forem desgastados”, explicava ele em 1916, “isso deve provocar a falência do partido. Este é o grande risco para o partido! Esse impulso deve ser interrompido”. Mas foi justamente assim que ele iria dividir o partido. Em 1917, todos os espíritos críticos que não aguentavam mais o domínio de Ebert se separaram de maneira definitiva e fundaram o USPD. Ebert olhava para esse novo partido de esquerda com desgosto, mas também com desprezo: um bando de caóticos para quem não havia nem disciplina nem organização.

Ele queria o melhor para seu partido e não tinha a menor dúvida sobre o que configurava esse “melhor”: mais poder para o *Reichstag*, aplicação da lei eleitoral do *Reichstag* também para a Prússia; assim chegaria um dia em que o SPD se tornaria, por si mesmo, partido do governo, talvez até mesmo o partido mais forte do governo, e então conseguiria implementar reformas sociais e melhorar a sorte dos trabalhadores. Friedrich Ebert não desejava mais do que isto, até mesmo porque seu horizonte não alcançava mais longe.

Em linhas gerais, o líder social-democrata não tinha nada para objetar ao império alemão tal como ele era. Na guerra, foi, evidentemente, patriota, mas a derrota não foi tão difícil para ele. Em 22 de outubro, declarava no *Reichstag*:

Com calma e firmeza, vamos aguardar o que o nosso passo em direção à paz irá trazer. Podemos perder nossos pertences e bens – mas ninguém pode tirar de nós a força que cria o novo. Independentemente do que vier, ficaremos de pé no meio da Europa como um povo numeroso, competente e honrado.

Tudo o que Ebert almejava, no fundo, já havia sido alcançado em outubro de 1918 e seu partido estava exatamente no lugar em que ele gostaria que estivesse. O fato de que o SPD não governava sozinho, mas com sócios burgueses respeitáveis, não era visto como ruim por ele; nem tampouco o fato de que, sobre tudo isso, pairava um imperador imponente. E a revolução tinha que irromper logo agora! E eram justamente seus seguidores que tinham que iniciá-la! Para Ebert, era uma má sorte terrível, um mal-entendido terrível. Mas confiava em si mesmo para acabar com isso.

Agora era chanceler do *Reich* e atrás dele estavam o Estado, a organização da autoridade, os funcionários públicos e também o poder armado – ou o que havia sobrado dele. Ele corporificava a ordem. E por acaso isso não significava nada? Por acaso não era preciso um governo ordenado para alcançar o armistício e a paz que todos queriam? Por acaso não se precisava de ordem para evitar uma catástrofe alimentar? Ebert queria ordem. Ebert *era* a ordem e seria ridículo se os alemães não ficassem rapidamente a favor do restabelecimento da ordem.

Mas Ebert ainda tinha uma segunda carta na manga: ele não era apenas chanceler do *Reich*, mas também presidente do SPD. Não corporificava simplesmente a ordem enquanto tal, corporificava a *nova* ordem. Quem os revolucionários – que, em sua maioria, eram os próprios sociais-democratas – poderiam querer colocar à frente do *Reich* senão o presidente de seu próprio partido? Bom, ainda existiam os espíritos inquietos do USPD, ainda existia esse desagradável Karl Liebknecht, que agora havia

se tornado muito popular como o mártir dos protestos contra a guerra. Então, em nome de Deus, uma ou outra pessoa do USPD ainda seriam admitidas no governo para calar a boca da revolução. Eles não poderiam causar tanto dano assim. Ainda no 9 de novembro, antes de ir almoçar na chancelaria do *Reich*, Ebert recebeu uma delegação do USPD e pediu que nomeasse três candidatos a ministro. Um deles perguntou se podiam indicar quem quisessem. “É claro”, respondeu Ebert. “Nada deve fracassar por causa de questões pessoais”. “Liebknecht também?”, retrucou o homem do USPD. “Se os senhores quiserem, tragam também Karl Liebknecht”, foi a resposta de Ebert. “Será agradável tê-lo conosco.”

Em seguida, todos foram para o *Reichstag*: Ebert, para tomar sua sopa de batatas sozinho e calado; os deputados do USPD, para chegar a uma conclusão com sua bancada sobre a participação no governo, o que aconteceu durante toda a tarde. Eles eram, de fato, um monte de indisciplinados, em que cada um defendia sua própria opinião. Nessa tarde, o *Reichstag* começou a se parecer com um acampamento do exército; as bancadas do SPD e do USPD faziam reuniões ininterruptas e, a todo momento, alguém do SPD colocava a cabeça para dentro da conversa do USPD perguntando se finalmente haviam chegado a uma decisão. Outras pessoas também apareceram no meio da reunião do USPD, inclusive Karl Liebknecht, que perguntava sobre o que estavam discutindo e que, em seguida, ditou as seguintes palavras ao secretário que fazia a ata da reunião, “num tom triunfante, quase imperativo”: “Todo poder executivo, legislativo e judiciário aos conselhos de operários e de soldados”, o que imediatamente suscitou uma discussão selvagem. Mas também outros visitantes invadiram o *Reichstag* – desconhecidos, não convidados, por vezes até caravanas inteiras com bandeiras vermelhas. Era um vai-volta infinito. Na tarde

desse dia 9 de novembro, as ruas do centro de Berlim pareciam um oceano revolto de pessoas e, uma e outra vez, uma onda avassaladora se destacava desse oceano e quebrava no *Reichstag*.

Ninguém contou o número de pessoas que constituíram a massa que fluiu na direção do centro da cidade em 9 de novembro. Mas todas as testemunhas oculares falam em centenas de milhares. Todos haviam vivenciado uma enorme virada de ânimo: de manhã, cada um deles individualmente estava preparado para marchar em direção à morte. Eles não tinham ideia que as tropas “não conseguiriam mais resistir”; esperavam por uma salva de tiros de metralhadora quando passassem na frente dos quartéis e dos prédios do governo. Nas linhas de frente das colunas intermináveis que marchavam lenta e pesadamente, vindas de todos os pontos cardeais, levavam-se cartazes que diziam: “Irmãos, não atirem!”. Nas linhas de fundo, carregavam as mais diferentes armas. Esperava-se, numa decisão trágica, que acontecesse uma luta de morte em torno dos quartéis. O dia estava encoberto e a temperatura amena para a época do ano, o ar espesso, quase abafado; verdadeiramente um dia decisivo e fatídico, um dia adequado para morrer.

E então nada aconteceu! Os “irmãos” de fato não atiraram, eles mesmos abriram os quartéis, eles mesmos ajudaram a içar as bandeiras vermelhas, eles se juntaram às massas ou – como aconteceu com as tropas de proteção da sede da polícia da Alexanderplatz – largaram as armas e saíram correndo o mais rápido que podiam! Todos estavam tão perplexos que formavam corredores em meio à multidão para deixar que os policiais fossem para casa sem serem molestados; nem mesmo os insultos eram ditos em voz alta. A revolução em Berlim era tão benevolente como havia sido em toda parte. Se houve derramamento de sangue, foi por parte do outro lado: no quartel de Maikäfer, dois oficiais atiraram de repente, pela porta aberta de uma sala

em que haviam montado barricadas. Três morreram, mais tarde houve mais mortos em incidentes semelhantes no Marstall (estrebaria real) e na universidade – quinze mortos no total. Mas isto passou despercebido entre as gigantescas massas; a maioria nem ficaria sabendo de nada. Desde o meio-dia, desde que o medo e a tensão diante do massacre esperado haviam se mostrado injustificados, reinava por todos os lados um alívio tremendo, algo como uma liberação, uma predisposição ao júbilo – e, ao mesmo tempo, algo como decepção, desamparo. O que ainda havia para ser feito? O que agora preenchia as ruas e transbordava era, em verdade, apenas uma aglomeração sem objetivo, manifestações de fraternidade, um tênue ambiente de festa popular – tênue porque não havia nada para festejar e a predisposição imprudente para a morte ainda reverberava no ar, mas agora estranhamente esvaziada.

No fim das contas, homens corajosos, com talento para a organização e para a improvisação, tomavam a iniciativa aqui e ali, agrupavam fileiras armadas ou colunas de caminhões e seguiam adiante: primeiro, como em todas as partes, ocupação das prisões e libertação dos presos políticos – só os políticos, ordenadamente de acordo com os arquivos! –, então ocupação das estações de trem, das principais agências dos correios, também de diversas redações de jornal (a ocupação do *Vorwärts* fracassou diante dos atiradores de Naumburg, que faziam guarda em frente à sede desde cedo). Os prédios do governo que estavam sem proteção foram deixados em paz; neles já havia se estabelecido, como havia sido divulgado, um governo popular. Mas, às quatro horas da tarde, alguém gritou a palavra de ordem: “Ao palácio!” Meia hora depois, o palácio real estava ocupado e Karl Liebknecht apareceu na varanda, em que alguém havia pendurado uma manta vermelha, e proclamou a República pela segunda vez neste dia – mas agora proclamou a República so-

cialista. Sua voz solene, como o canto de um pastor, ecoava pela praça onde a multidão se amontoava cabeça com cabeça. E ele finalizou: “Quem de vocês quiser ver a realização da República livre socialista da Alemanha e a revolução mundial, levante a mão em juramento!” Todos juraram. Quantos mantiveram o juramento – quem pode saber?

Nesse dia, Karl Liebknecht era um grande nome – talvez o maior nome na Alemanha. Todos sabiam dele, e ele não era indiferente a ninguém: ele provocava o amor mais ardente e o ódio mais incandescente. Mas era uma figura simbólica, não era poder. Havia apenas catorze dias que havia sido libertado da penitenciária para a qual havia sido levado dois anos e meio antes, em razão de seu protesto público e solitário contra a guerra. Não era filiado a nenhum partido – o USPD se formou quando ele já estava na prisão –, não tinha qualquer organização que lhe desse suporte e, além disso, não tinha qualquer talento para a organização, como ficaria claro nas semanas seguintes. Ele não havia tido nenhum papel nos acontecimentos revolucionários da semana anterior e, também nesse dia 9 de novembro em Berlim, desempenhou apenas, por assim dizer, um papel secundário e decorativo. Não era o líder da revolução e mesmo sua aparição na varanda do palácio havia sido apenas um interlúdio espetacular, um episódio que não iria mudar o curso das coisas.

Mas havia outro grupo de homens que realmente confiava em si mesmo para assumir a liderança da revolução e cuja intervenção ainda iria transformar o curso das coisas de maneira dramática nesse dia repleto de acontecimentos: eram os delegados revolucionários das grandes fábricas de Berlim, um grupo de aproximadamente cem homens, com um núcleo duro de algo em torno de uma dúzia; trabalhadores reais e qualificados, lideranças operárias experientes, cujos nomes (diferentemente

do que acontecia com Liebknecht) não eram conhecidos por ninguém na Alemanha que não pertencesse a suas fábricas, mas que (mais uma vez, diferentemente do que acontecia com Liebknecht) tinham uma organização que os apoiava, a saber, a força de trabalho das empresas em que atuavam, que havia se acostumado a ouvir a voz dessas lideranças.

O grupo dos delegados revolucionários havia se formado nas grandes greves do inverno anterior. Eles haviam sido os verdadeiros líderes da greve. Desde então, haviam se mantido juntos à maneira de uma conspiração, há algumas semanas planejavam a revolução e, no dia 4 de novembro – sem ter a menor noção da avalanche que deslizaria nesse dia em Kiel –, haviam decidido dar um golpe em Berlim no dia 11 de novembro. Havia conseguido obter e distribuir armas e também elaboraram planos para dar um golpe de Estado nos centros do governo. O desenvolvimento dos acontecimentos havia escapado das mãos dos delegados revolucionários, mas eles não estavam inclinados a deixar que a oportunidade fosse embora de vez. Na tarde de 9 de novembro, enquanto as massas se arriscavam pelas ruas de Berlim, animadas, sem rumo e já um pouco cansadas, enquanto Ebert tentava governar na chancelaria do *Reich* e enquanto as bancadas do SPD e do USPD continuavam reunidas por tempo indefinido nos salões do *Reichstag* sem conseguir chegar a uma decisão comum a respeito das condições para o USPD passar a integrar o governo Ebert, os delegados revolucionários se reuniram para deliberar rapidamente e passaram à ação.

Eles não eram grandes teóricos ou formuladores de programa, mas homens que pensavam de maneira prática. Viam claramente o que importava: dar às massas uma liderança capaz de agir, um órgão que conseguisse fazer política, um governo revolucionário que afastasse Ebert e os partidos. Convocaram algo em torno de uma centena de seus seguidores. Ao entarde-

cer, quando começou a escurecer e as massas começaram a se dispersar lentamente nas ruas, ocuparam o *Reichstag*.

Ao longo de todo o dia, o *Reichstag* havia sido tomado por um ir e vir descontrolado, selvagem. E o grupo que entrou à força repentinamente, entre oito e nove horas, não chamou a atenção de ninguém, já que tinha um colorido tão heterogêneo quanto o de todos os outros grupos singulares de visitantes que o *Reichstag* já havia visto naquele dia. Os ingressos já não eram mais distribuídos e todos os tipos de curiosos e aventureiros, civis ou de uniforme, se uniram à corrente dos delegados revolucionários. Mas, de repente, algo parecido com ordem, planejamento e governo começou a se mostrar dentro dessa manifestação. O grupo, composto por algumas centenas de homens, ocupou primeiro a sala 17, depois o salão do plenário. O salão foi coberto com lenços vermelhos trazidos por eles, alguém assumiu a presidência, a campanha do presidente foi ouvida, as cadeiras dos deputados foram ocupadas. A disciplina havia chegado à reunião turbulenta, a criação de um conselho de administração foi sugerida e aprovada. Do lado de fora, era possível ouvir discursos e aplausos animados vindos do salão do plenário, todo o ritual de uma sessão normal do *Reichstag*. Os deputados que foram incomodados pelos barulhos nas dependências de suas bancadas e que se apressaram para ver o que acontecia, viram de repente, consternados, um parlamento revolucionário em plena ação diante deles.

Era um parlamento turbulento, não eleito e sem ter passado por qualquer crivo, mas que tinha claramente muita capacidade para funcionar. Um grupo de homens que ocupou as poltronas reservadas ao governo no *Reichstag* dirigia a reunião com pulso bastante firme. Eram os líderes dos delegados revolucionários e alguns rostos eram conhecidos: Richard Müller, Emil Barth.

Eles interrompiam rapidamente os discursos mais selvagens, trocavam a palavra entre si, falavam pouco e iam diretamente ao ponto de maneira eficaz e, ao que parece, sabiam exatamente o que queriam. Agora inclusive começavam a apresentar moções, agora inclusive se começava a aprová-las. Um pouco antes das dez horas, alguns membros do SPD, tendo ouvido o que se passava no salão de reuniões, fizeram o curto caminho entre o *Reichstag* e a chancelaria do *Reich* a passos rápidos, e consternados, contaram a Ebert o que acontecia: há pouco, uma sessão no *Reichstag* havia decidido que, na manhã seguinte, conselhos de operários e de soldados deveriam ser eleitos em todas as fábricas e quartéis – um representante para cada batalhão e um para cada mil trabalhadores –, e que esses conselhos eleitos deveriam se reunir às cinco horas da tarde no Circo Busch¹ para nomear um governo provisório, um “conselho dos comissários do povo”. Ninguém havia dito nada sobre o governo Ebert – haviam agido como se já não existisse mais governo; ao que parece, eles queriam simplesmente deixá-lo de lado. Provavelmente, naquele momento os enviados do *Reichstag* já deviam estar a caminho, por todas as partes, para angariar os trabalhadores e soldados para as eleições na manhã seguinte. Aparentemente, tratava-se de um golpe de Estado por parte dos delegados revolucionários. Já se sabia alguma coisa a respeito da existência dos delegados revolucionários e de seu poder nas fábricas.

Ebert ouviu a má notícia furioso, em silêncio, sem qualquer agitação aparente, mas com o rosto muito pálido e os lábios apertados. “Está bem”, disse. “Esperem aqui na antessala.”

¹ Edificação fundada em Berlim, no ano de 1884, com capacidade para cerca de 4,5 mil pessoas e que foi demolida em 1937 para a construção de prédios imperiais do regime nazista. (N. E.)

A partir do que Ebert dizia e fazia, era possível ver claramente o que ele queria nesse dia: queria impedir a revolução de acontecer no último minuto, deixar que a grande marcha dos trabalhadores transcorresse como se fosse mera manifestação e, sob nova direção, salvar o que era essencial na antiga ordem e levá-la adiante. O programa do príncipe Max (abdicação do imperador – regência – armistício – Assembleia Nacional Constituinte) era também o programa de Ebert. Ele só se sentia uma pessoa mais adequada e mais bem posicionada politicamente para implementá-lo. Em sua visita de despedida à tarde, o príncipe Max encontrou-o “ainda empenhado em não dissolver a conexão orgânica com o passado”.

Ao meio-dia, quando havia tomado posse do cargo de chanceler do *Reich*, Ebert ainda estava bastante seguro de que teria sucesso. Encontrou um governo preparado e pronto à sua frente e o tomou para si – a princípio, sem qualquer troca de pessoal. Em um dos apelos que mandou publicar à tarde, dirigiu-se aos funcionários públicos, praticamente suplicante, praticamente pedindo desculpas: “Eu sei que, para muitos, será difícil trabalhar com os novos homens, mas eu apelo ao amor dos senhores pelo nosso povo”. Afinal de contas, não é tão fácil para os funcionários públicos entrarem em greve. Ele tinha as rédeas do SPD firmes nas mãos e, desde a manhã, sabia que as tropas de Berlim estavam com ele. Ele estava disposto a admitir alguns independentes do USPD no governo se isso acalmasse as massas trabalhadoras. Conhecia os independentes, e não os temia. Até o final da guerra, foram fiéis companheiros do SPD sob sua presidência e, quando foram se separando cada vez mais, ainda assim os agitadores e os radicais eram minoria entre eles. Ele os manteria sob controle no gabinete e sua participação no governo seria um álibi útil. Quando ao meio-dia, ao sair da chancelaria do Reich, no caminho para o *Reichstag* e para sua

sopa de batatas, ele fez o convite ao USPD para integrar sua coalizão, o convite, segundo o testemunho de pessoas que o ouviram, foi feito de forma “bastante abrupta” e “a partir de cima”. Ainda nesse meio-dia, ele acreditava ter todos os trunfos na mão.

No entanto, à tarde, tudo já havia dado errado. A proclamação da República feita por Scheidemann foi a primeira pane; a segunda – e pior – foi a recusa do príncipe Max de se tornar administrador do *Reich* e sua partida precipitada. Mal ou bem, Ebert teria que se conformar com a ideia de uma República – apenas porque não havia mais ninguém lá que quisesse corporificar a monarquia. Ele teria que aceitar isso de toda forma. Mas, logo em seguida, os independentes criaram dificuldades inesperadas; primeiro, não conseguiam chegar a uma decisão a respeito de seu convite para integrar a coalizão e, por fim, colocaram condições radicais inaceitáveis. À noite ainda não havia uma coalizão constituída, e Ebert teve que se contentar em nomear alguns secretários de Estado adicionais do SPD. Seu apelo para que deixassem as ruas havia fracassado. Ao menos as manifestações de massa nas ruas ocorreram sem derramamento de sangue até certo ponto e Ebert esperava que, na manhã seguinte, no domingo, as massas estivessem cansadas, que quisessem dormir para curar sua ressaca revolucionária e que ficassem em casa.

Mas, novamente, nada disso aconteceu. Agora estava claro que tudo continuaria no dia seguinte e de maneira muito mais perigosa, muito mais organizada e determinada do que havia acontecido naquele dia. Um contrapoder havia sido descoberto, um contrapoder que tornava sua liderança contestável e que, em forte oposição a ele, não queria que a revolução tocasse em retirada, mas que antes queria impulsioná-la para a frente. Como poderia acabar com isso?

Ele não contava com uma posição em que pudesse retroceder ou que lhe permitisse se esquivar. Ele era a extrema esquerda do *establishment*, a última reserva da velha ordem – que, para ele, significava a ordem enquanto tal. Por trás de Ebert só restava... Ebert. Se falhasse, já não haveria mais nada.

Então o caminho seria o confronto aberto? Proibir eleições para os conselhos e a assembleia no Circo Busch e, se necessário, autorizar a repressão armada? Ebert se intimidou diante dessa ideia. É certo que, desde aquela manhã, tinha as tropas de Berlim junto com ele. Mas poderia pedir *qualquer coisa* deles? Será que ainda eram uma tropa militar que obedecia cegamente? Há poucas horas, Wels os havia convencido a *não* atirar. Era possível agora, de repente, convencê-los de novo a atirar? E mesmo que fosse possível – seria conveniente? Um banho de sangue entre trabalhadores social-democratas, provocado pelo primeiro chanceler do *Reich* social-democrata, no primeiro dia de seu governo? Não, isso seria impossível!

Mas então só lhe restava um caminho: Ebert devia renunciar a manter, em sua pessoa, “a conexão orgânica com o passado”. Então precisava deixar de ser o último chanceler do *Reich* e, em vez disso, se tornar o primeiro presidente desse – como era mesmo que a coisa se chamava? –, desse “conselho dos comissários do povo”. Ele precisaria alcançar uma segunda legitimação: depois da legitimação obtida por meio do príncipe Max, suficientemente incorreta, agora também deveria buscar a legitimação por meio da assembleia no Circo Busch. Impossível? Não. Definitivamente ainda havia um número suficiente de sociais-democratas fiéis entre os trabalhadores de Berlim; era preciso apenas mobilizá-los na hora certa. Era preciso, antes de tudo, pôr a aliança com os independentes a salvo, ainda que isso significasse fazer concessões; era preciso conseguir combater os trabalhadores e soldados que se reuniram no circo com o fato

consumado de um governo completamente socialista. Reconciliação, unidade, “sem guerra entre irmãos” – essas deveriam ser as palavras de ordem agora. Ebert conhecia seus trabalhadores muito bem para saber que essas palavras de ordem pegariam fogo, que isso seria irresistível.

E havia também os soldados! Eles *também* deveriam votar, e eles eram tudo menos revolucionários; bem cedo, nessa manhã, não era possível saber se não abateriam a revolução a tiros. Acabaram, por fim, não fazendo isso e já não era mais de se esperar algo assim vindo deles; mas *votar* contra a revolução – isso ainda podiam fazer. Otto Wels precisaria voltar lá; ele havia se saído tão bem naquela manhã, havia achado o tom certo com os soldados, ele precisaria voltar aos quartéis e moldar os soldados para que votassem certo no dia seguinte.

E, por fim, quando tudo isso houvesse sido executado, Ebert precisaria aparecer ele mesmo no Circo Busch, com a coalizão entre os dois partidos socialistas pronta, e fazer que ele próprio fosse eleito líder da revolução. Em nome de Deus, ele precisaria passar uma hora ou duas uivando com os lobos. Era o único caminho. O que, para o príncipe Max como chanceler do *Reich* havia representado Ebert como chanceler do *Reich*, era agora o que, para o chanceler do *Reich* Ebert, representaria o... comissário do povo Ebert. Se ainda quisesse evitar a revolução nesse momento, então, antes de tudo, precisaria aparecer, ele próprio, como se estivesse à frente dela. Não havia mais como fazer de maneira diferente; mas talvez assim ainda fosse possível.

Ebert chamou seus companheiros de partido de volta da antessala. Havia tomado uma decisão e deu suas instruções. Ainda na mesma noite, sua equipe se pôs ao trabalho, com o incansável e envaidecido Otto Wels à frente. Mas a equipe dos delegados revolucionários também trabalharia durante toda a noite. Nessa noite, tudo ocorreu como se os Estados-Maiores

de dois exércitos em marcha estivessem diante de uma batalha decisiva.

O 9 de novembro de 1918 chegou ao fim. Ele havia trazido a derrubada da monarquia, mas ainda não havia trazido a vitória da revolução. Seu destino ainda estava em suspenso na noite entre 9 e 10 de novembro. Apenas o dia seguinte poderia decidi-lo.

7. O 10 de novembro: a batalha do Marne da revolução

O professor Ernst Troeltsch, teólogo e filósofo da História, orgulho da Universidade de Berlim desde 1914, descreveu, ainda em novembro, como a burguesia de Berlim vivenciou aquele dia 10:

Na manhã de domingo, depois de uma noite de inquietude, a imagem feita pelos jornais da manhã era clara: o imperador estava na Holanda, a revolução havia sido vitoriosa na maioria dos centros, os príncipes federais estavam a ponto de abdicar. Nenhum homem havia morrido pelo imperador e pelo *Reich*! Os funcionários públicos passaram a estar a serviço do novo governo! A continuidade de todas as obrigações estava assegurada e nenhuma corrida aos bancos!

O 10 de novembro, um domingo, havia sido uma maravilhosa tarde de outono. Como de costume, os burgueses foram passear em massa em Grunewald. Não havia *toilettes* elegantes, apenas burgueses, muitos dos quais estavam vestidos de maneira simples de propósito. Tudo era um pouco apagado, tal como as pessoas, cujos destinos estavam sendo decididos em algum lugar distante, mas estavam tranquilas e confortáveis com o bom caminho que as coisas estavam tomando. O transporte sobre trilhos e o metrô funcionavam como de costume e isso era a garantia de que tudo estava em ordem do ponto de vista das necessidades humanas imediatas. Estava escrito em todos os rostos: os salários continuarão a ser pagos.

Os burgueses que passeavam na tarde de domingo em Grunewald, que se sentiam tranquilos àquela altura, tranquilos

em relação ao “bom caminho que as coisas estavam tomando”, não podiam sequer imaginar que seus destinos estavam sendo decididos exatamente nessa tarde de domingo – não “em algum lugar distante”, mas na parte leste de sua própria cidade, numa turbulenta assembleia de massa no Circo Busch, onde, na tarde daquele 10 de novembro, a primeira grande batalha da revolução foi combatida e perdida – a primeira batalha e, ao mesmo tempo, já a batalha decisiva: a batalha do Marne da Revolução Alemã.

A noite de sábado do dia 9 de novembro foi o ponto alto da revolução improvisada e sem liderança que havia irrompido em Kiel na segunda-feira anterior. O domingo já introduzia seu fracasso. Mas, de maneira paradoxal, aquilo que selaria sua derrota parecia, visto de fora, como seu maior e definitivo triunfo.

Tudo ainda estava por ser decidido na manhã desse domingo. As ruas do centro da cidade, que no dia anterior eram um mar revolto de gente, estavam vazias e silenciosas, como em qualquer domingo. Na avenida Unter den Linden ainda pendiam bandeiras vermelhas por todos os lados nos mastros – mas praticamente não se via ninguém a passeio que pudesse se alegrar ou se irritar com elas. Os trabalhadores que, no mesmo horário do dia anterior, haviam levado a cabo sua grande marcha revolucionária, estavam hoje, no domingo (!), praticamente todos de volta a suas fábricas para eleger os conselhos operários que, à tarde no Circo Busch, designariam o novo governo, o governo da revolução vitoriosa. Era um brilhante sucesso organizativo dos delegados revolucionários, que haviam decidido sobre isso tarde da noite no sábado. A palavra de ordem se espalhou de boca em boca e quase toda a força de trabalho estava reunida para votar.

Mas os trabalhadores não votaram da forma que os dirigentes teriam gostado. O SPD tampouco havia ficado de braços cruzados naquela noite. Milhares de panfletos foram

elaborados, impressos e distribuídos com toda a pressa. O jornal do partido, *Vorwärts*, passava de mão em mão em todas as fábricas nessa manhã ou era lido em grupos e simultaneamente, de pé, com sérios assentimentos de cabeça. O editorial tinha o seguinte título: “Não à luta entre irmãos!”. A palavra de ordem correspondia, com um instinto quase genial, ao ânimo geral.

Esse ânimo não era mais o mesmo da manhã anterior – os delegados revolucionários não haviam levado isso em conta. No dia anterior, era amargo, impaciente, rebelde, decidido de maneira sombria, repleto de um ressentimento há muito reprimido e prestes a explodir; era um ânimo revolucionário. Um dia depois, estava dissolvido, havia se tornado generoso e conciliador; um ânimo de vitória, mas não um ânimo embriagado – um ânimo de gratidão. Cada um sentia uma gratidão vaga por a vitória ter sido tão fácil, por não ter havido nenhuma luta, nenhuma vítima, nenhum derramamento de sangue. Todos aqueles que, no dia anterior, marcharam em direção à cidade dispostos a morrer tinham a sensação de que a vida lhes havia sido dada novamente de presente. Richard Müller, um dos líderes dos delegados revolucionários, conta que, em algumas fábricas, funcionários filiados ao SPD – que um dia antes haviam sido espancados e expulsos por não aderirem à grande marcha – eram agora escolhidos para os conselhos operários.

Não era possível fazer nada contra essa onda de fraternidade. É claro que a maioria dos candidatos dos delegados revolucionários acabou sendo eleita de qualquer forma, mas uma grande parte dos integrantes recém-eleitos para os conselhos operários eram adeptos de Ebert – e isso ficou claro para os delegados ao meio-dia, a contragosto.

Se as eleições nas fábricas foram uma meia derrota, as eleições nos quartéis foram uma derrota completa. Ali, os

delegados revolucionários não tinham nada a dizer, ninguém os conhecia, ali era Otto Wels que tinha a palavra e falava sem rodeios. Ali não havia nada de reconciliação, nada de fraternidade – tratava-se de impedir um sinistro complô, por meio do qual o SPD seria pego de surpresa e seria afastado do governo. Os soldados não haviam, no dia anterior, se colocado ao lado do povo independentemente do partido? Bom, então agora eles também tinham o dever de defender os direitos do povo. Os soldados deviam se colocar à disposição do governo Ebert-Scheidemann, da mesma maneira que os atiradores de Naumburg haviam feito de maneira pioneira no dia anterior!

Júbilo estrondoso. Decidiu-se imediatamente formar um comitê de ação das tropas de Berlim. Ao meio-dia, acontecia uma assembleia de massa dos soldados – tanto dos que haviam sido eleitos quanto dos que não – no pátio do prédio da sede do *Vorwärts*. Líderes e porta-vozes foram estabelecidos, a comida preparada e, à tarde, muito antes do início da assembleia, os soldados começaram a marchar, com Wels à frente e em fileiras cerradas, em direção ao Circo Busch, onde ocuparam as filas de cadeiras inferiores, perto da arena. Hermann Müller, que mais tarde viria a se tornar chanceler do SPD, joga um pouco de luz para que se possa compreender o ânimo que reinava nessas fileiras:

Um espartaquista que, por curiosidade, a caminho da rua Linden, se juntara às fileiras dos conselhos de soldados, percebeu o que acontecia e gritou como um bruto, enquanto ameaçava Wels com um revólver: ‘Cachorro, você ainda vai arruinar tudo!’. Ele não atirou. E por isso não foi linchado.

Assim, a derrota da revolução e a vitória de Ebert eram preparadas, nas fábricas e nos quartéis, na parte da manhã e nas primeiras horas da tarde deste 10 de novembro. Mas o próprio Ebert ainda não sabia nada a respeito disso. A assembleia do

Circo Busch ainda estava diante dele como a primeira visita do domador à jaula do leão e ele só se sentiria forte diante dela se pudesse apresentar sua coalizão com os independentes, se pudesse apresentar o governo da reunificação socialista. Enquanto as fábricas e os quartéis estavam agitados com as eleições, o governo do *Reich* – ainda o mesmo velho governo parcialmente burguês do príncipe Max – se reunia na chancelaria do *Reich* sob a presidência de Ebert; e, ao mesmo tempo, um grupo dos independentes estava novamente reunido no *Reichstag*. A remodelação do governo era o assunto de ambas as reuniões.

Além disso, a reunião do governo ainda girava em torno da aceitação ou rejeição das condições para o armistício, mas quase não se debateu sobre isso; a aceitação já estava determinada de saída. As condições eram duras, tornando impossível qualquer continuidade de luta por parte da Alemanha. Mas o fato de que a Alemanha não conseguiria mais continuar lutando já estava claro de qualquer modo desde 29 de setembro. Existia um telegrama do alto comando do Exército em que se tentava atenuar algumas condições; se isso não funcionasse, o acordo deveria ser assinado da mesma forma. “Por favor decisão governo nesse sentido o mais rápido possível. Von Hindenburg.” O governo decidiu nesse sentido. Erzberger, que passou esse dia em Compiègne esperando nervosamente, relata que, já tarde da noite, chegou um telegrama aberto para ele, em que lhe era conferida autoridade para assinar, “o que foi extremamente embaraçoso para mim, já que o resultado de dois dias de reunião era colocado substancialmente em questão pelo telegrama aberto” (apesar disso, ele conseguiu atenuar algumas das condições).

O telegrama estava assinado: ‘Chanceler do *Reich Schluss*’. O oficial-intérprete perguntou se *Schluss* era o nome do novo chanceler do *Reich* ou então quem era esse senhor: ele era com-

pletamente desconhecido do alto comando francês e do governo em Paris. Eu expliquei que *Schluss* significava ‘ponto final’.¹

Mas isso tudo estava acontecendo como que por acaso; aceitar as condições para o armistício já não era mais uma questão séria. O que de fato ocupava Ebert nessa manhã era a decisão dos independentes – e, em seu estado atual, ele estava disposto a aceitar suas condições para participar do governo de maneira praticamente incondicional, tal como estava disposto a aceitar as condições para celebrar o armistício. Agora ele *precisava* dos independentes em seu governo, ele precisava deles tão urgentemente como a Alemanha precisava do fim da guerra; ou ao menos era o que ainda pensava nessa manhã. Ele se sentiria dono da situação com um governo de reconciliação socialista; sem um governo como esse, não sabia como deveria acabar com a assembleia revolucionária que estava para acontecer à tarde.

A mensagem tranquilizadora chegou à uma e meia da tarde. Depois de horas de vai e vem, os independentes haviam decidido nomear três “comissários do povo” para o gabinete de Ebert. Suas condições eram duras; Ebert não as teria aceitado no dia anterior; nesse momento, ele apenas as sobrevoou: poder político nas mãos dos conselhos de operários e de soldados; adiamento da decisão a respeito de uma Assembleia Nacional Constituinte; tratamento igualitário a todos os “comissários do povo”. O tempo diria. O importante era ter os independentes no governo. E, a propósito, a lista de candidatos era tranquilizadora: Haase, seu presidente, um melancólico moderado, acostumado a ceder, ainda que com queixas; Dittmann, uma nulidade; e o terceiro – Emil Barth, uma das lideranças dos delegados revolucionários:

¹ Em alemão, *Schluss* significa fim, encerramento, conclusão. A confusão se explica na medida em que a palavra é utilizada para designar o ponto final no telegrama. Como vem em maiúscula e ao lado de “chanceler do *Reich*”, poderia indicar o nome do chanceler, como pensou o intérprete. (N. T.)

talvez não fosse má ideia tê-lo no governo como refém. Ebert aceitou tanto as condições quanto os candidatos a ministro – sem objeções e sem debate. Enquanto almoçava com toda pressa e anotava o discurso que faria na assembleia, sentia que o chão estava novamente debaixo de seus pés.

Mas aconteceu ainda uma terceira reunião nessas primeiras horas da tarde, antes da batalha decisiva que viria a ser travada no Circo Busch: os delegados revolucionários se encontraram para uma consulta apressada, a fim de definir sua tática à luz da nova situação. Diferentemente de Ebert e de Haase, eles já sabiam o resultado das eleições da manhã: haviam estado presentes e sabiam que as eleições tinham sido ruins para a sua causa. Deviam pensar em algo novo nesse momento; e, de fato, foram bem-sucedidos mais uma vez.

Richard Müller relata:

Depois do resultado das eleições, estava claro que os socialistas de direita, junto com os independentes de direita [...], tinham a maioria a seu lado. Não era possível um governo sem os socialistas de direita. Era preciso aceitá-lo como um fato. Também estava claro para todos que os socialistas de direita tentariam acabar com o poder dos conselhos de operários e de soldados para conseguir que a Assembleia Nacional Constituinte fosse realizada e, com isso, conseguir instaurar uma República democrático-burguesa. Se isso acontecesse, a revolução estava perdida.

Então o que fazer? Alguém – em lugar algum é possível encontrar quem foi essa pessoa – teve uma ideia salvadora. Se já não era mais possível evitar a formação de um governo Ebert, era preciso então eleger uma segunda corporação, sob a liderança de um nome qualquer, a partir da qual uma espécie de contragoverno poderia se desenvolver. Por fim, os delegados revolucionários eram os organizadores da direção da assembleia, determinavam a pauta; com uma direção hábil, teria de ser possível dar vida a um novo conselho, para além do “conselho

dos comissários do povo”, em que sua gente tivesse cargos. Segundo Richard Müller: “Ficou decidido que votar a criação de um comitê de ação dos conselhos de operários e de soldados seria sugerido à assembleia. As tarefas desse comitê não deveriam ser discutidas; ele deveria ser constituído sem debate, de certa maneira por meio do blefe”.

Assim foram colocadas as minas dos dois lados e, às cinco horas da tarde, quando a escuridão de novembro começava cedo a tomar conta de Berlim e os burgueses começavam a voltar do passeio em Grunewald para suas casas pouco aquecidas, a revolução e a República burguesa-parlamentarista entraram em luta no Circo Busch, diante de um caldeirão fervilhante de algo como duas a três mil pessoas. Ambos lutavam sob bandeiras falsas. Ebert também se apresentava como revolucionário, e os revolucionários também se apresentavam como parlamentaristas. Mas era a assembleia de massa que decidiria sobre vitória e derrota, como nunca havia acontecido antes na Alemanha – ou como nunca aconteceria de maneira semelhante depois: nas fileiras debaixo, uns mil homens de uniforme cinza formavam um bloco altamente disciplinado; em cima, até a cúpula, mil ou dois mil trabalhadores e trabalhadoras formavam um mundo de rostos miseráveis amargurados, desfocados na penumbra, tal como numa ilustração de Zille.² Na arena, em mesas de madeira improvisadas, estavam a direção e todas as personalidades dos partidos socialistas, de Ebert até Liebknecht.

Quem presidia era Emil Barth, um dos líderes dos delegados revolucionários e simultaneamente comissário do povo nomeado; um homem que era tão enérgico e sedento por ação quanto

² Heinrich Zille (1858-1929) foi um caricaturista e ilustrador famoso por retratar figuras do povo, especialmente em aglomerações, em seus desenhos satíricos publicados em jornais. (N. T.)

vaidoso, que se sentia o Napoleão da revolução e que gostava um tanto de ouvir a si mesmo. Essa maneira de ser levaria ele e à sua causa à ruína nessa tarde.

Ebert, que foi o primeiro a falar, anunciou a união de ambos os partidos socialistas e, com isso, ganhou a assembleia imediatamente: era exatamente o que as pessoas queriam ouvir. Além disso, seu discurso – como sempre, num tom paternal, rigoroso e equilibrado – foi adequado ao ânimo geral. Ele falou muito sobre paz e ordem, mas a ordem era necessária para “a vitória completa da revolução”. Haase, o líder dos independentes, que falou em seguida, parecia ofuscado em relação a Ebert. Ele só podia confirmar o que havia sido dito; e talvez fosse possível perceber em sua fala que, no fundo, ele havia sido contra a coalizão. Tal como já havia acontecido antes no dia 4 de agosto de 1914, nesse dia Haase foi novamente destinado a representar as decisões do partido na esfera pública, decisões das quais discordava. Em seguida falou Liebknecht, que procurava nadar contra a corrente. Ele cobrou o SPD por seus pecados da época da guerra. Mas ninguém queria ouvir isso num instante tão bonito de vitória e reconciliação. Houve muitas interrupções, os soldados que estavam diante da arena ficaram especialmente inquietos. Eles começaram a gritar, em coro: “Unidade! Unidade!”.

A votação deveria seguir naquele instante. E então havia chegado o momento de, com muita naturalidade e como se fosse por acaso, antes de que qualquer pessoa percebesse o que acontecia, colocar a criação do comitê de ação em votação, para o qual a direção da assembleia – os delegados revolucionários, portanto – já tinha em mãos uma lista pronta. Mas, nesse momento, Emil Barth cometeu seu grande erro. Em vez de simplesmente colocar em votação, decidiu fazer um quarto longo discurso, contrariando o programa – seja para remendar

a falha de Liebknecht ou simplesmente porque gostava de ouvir a si mesmo. Seu amigo-inimigo Richard Müller, virando-se na cadeira ao lado dele, notou, sem poder deixar que percebessem: “O ouvinte atento reconheceu, em meio às palavras de Barth, as intenções que não haviam sido pronunciadas claramente”. Ebert em particular as reconheceu. Pediu novamente a palavra e declarou, de maneira breve e estrita, que um comitê como aquele era “supérfluo”, mas que se fosse para ser constituído, teria que ser ocupado paritariamente por ambos os partidos. Entre os nomes da lista que acabava de ser lida em voz alta, Ebert sentiu falta da representação do SPD. Então Barth finalmente estragou a jogada: “neste comitê”, gritou ele agitado, “não pode ter a participação de nenhum socialista de direita!” E, assim, derrubou o fusível no barril de pólvora.

Richard Müller escreve

O que se sucedeu à declaração de Barth é praticamente impossível de descrever. Os soldados gritavam de maneira selvagem: ‘Unidade! Paridade! Paridade!’ O capitão von Beerfelde apresentou uma lista dos soldados. O socialista de direita Büchel [que, como relata Müller – mas o outro Müller, Hermann Müller –, tentou impedir Barth de falar, jogando-lhe o sino do presidente nas costas] veio com uma lista de seu partido. Richard Müller e Karl Liebknecht tentaram falar contra a paridade; mas ambos foram interrompidos às vaías. A agitação se tornou frenesi. Os soldados correram para a arena e ocuparam a tribuna da direção. Eles ameaçavam continuar a revolução sozinhos, sem os trabalhadores e sem os partidos, e ameaçavam implementar uma ditadura militar. O tumulto era tanto que já não era mais possível continuar a assembleia.

Enquanto a assembleia ficou interrompida, enquanto os soldados se enfureciam na fileira de baixo e os trabalhadores começaram a discutir uns com os outros de maneira confusa nas fileiras de cima, na arena se negociava febrilmente – diante dos olhos da massa agitada, mas não de seus ouvidos, já que ainda

não havia microfone. Ambos os lados haviam se amedrontado de repente e começaram a fazer propostas precipitadas e impulsivas. Por um instante, o SPD ficou satisfeito em ter dois dos onze membros; por um instante, os dirigentes queriam abandonar toda a ideia do comitê de ação. De repente, o próprio SPD era contrário a essa ideia: como ficariam as coisas agora? Bom, então um comitê ocupado de forma paritária, mas era preciso chegar a um acordo ali na hora a respeito das pessoas que o integrariam. Alguém sugeriu o nome de Liebknecht, mas Liebknecht afastou a ideia: nunca que ele iria sentar na mesma mesa com o pessoal do Ebert! Quando se estava finalmente chegando a um acordo, os soldados criaram novas dificuldades: agora eles exigiam uma paridade dupla, não apenas entre SPD e USPD, mas também entre trabalhadores e soldados. Bom, estava ficando tarde, era preciso chegar a uma decisão e todos estavam prontos para isso. Mas agora os soldados não conseguiam chegar a um acordo sobre sua própria representação. Por fim, a assembleia foi aberta novamente e, enquanto o silêncio voltava lentamente, Barth anunciou a formação de um “comitê executivo dos conselhos de trabalhadores e soldados”, composto por vinte membros: dez soldados, dez trabalhadores, entre os quais a metade seria de pessoas vinculadas ao SPD e a outra metade seria de candidatos dos delegados revolucionários. Os representantes dos soldados seriam eleitos no dia seguinte.

A assembleia aceitou a proposta – ela estava disposta a aceitar qualquer coisa nesse meio-tempo. Havia ficado tarde, já passava da hora da ceia, todos queriam comer (passava-se fome na Alemanha daquela época) e muitos tinham um caminho longo até em casa. De repente, tudo aconteceu muito rápido. O novo governo do *Reich* foi aprovado, que a partir de então deveria ser chamado de “conselho dos comissários do povo”, e também foi aprovada uma resolução, que previamente preparada, com

muitas palavras grandes e bonitas sobre a República socialista e a revolução mundial (os jornais burgueses imprimiram essas palavras no dia seguinte, o *Vorwärts* não o fez). E então cantaram a internacional comunista e, finalmente – já era noite –, o Circo Busch se esvaziou.

Nenhum dos atores principais voltou satisfeito para casa. Os delegados revolucionários sabiam que haviam perdido a batalha. Agora Ebert tinha uma legitimação revolucionária para seu governo contrarrevolucionário e, com o comitê executivo, tal como estava organizado, era difícil competir com ele. Mas também Ebert estava abatido: havia ganhado, é certo, dominara a situação, mas a que preço! Os independentes agora estavam no governo, esse comitê executivo suspeito era um governo paralelo, ele mesmo já não era mais chanceler do *Reich*, mas “comissário do povo”, havia se tornado líder revolucionário contra a sua vontade, havia sido, por assim dizer, anexado à revolução que antes queria deter e explodir! Seus colegas burgueses do parlamento e dos ministérios ainda confiariam nele? Ainda confiaria nele o alto comando do Exército que estava em Spa? Ele sentiu como se tivesse sido empurrado para um papel falso e equivocado. Sempre odiara a revolução, mas agora a odiava duplamente pelo fato de haver obrigado um homem honesto – ele próprio – a se tornar mentiroso e traidor. Isso porque, para ele, não havia qualquer dúvida a esse respeito: se agora ainda quisesse desfazer a revolução – e ainda queria, não conseguia desejar nada além disso –, então precisaria traí-la. Estava condenado a fazer jogo duplo. Mas estaria à altura desse jogo duplo? O Estado e a sociedade que queria salvar – depois daquele dia – será que ainda estariam dispostos a ser salvos por ele?

Ao menos uma chamada telefônica não esperada o tranquilizou a esse respeito quando já era tarde da noite. A chamada vinha de uma linha secreta, cuja existência Ebert não conhecia

até então. Era Spa ao telefone, o general Groener do alto comando do Exército. Enfim alguém decente, com quem se podia conversar racionalmente!

Os termos precisos utilizados nessa conversa telefônica envolta em lenda nunca puderam se tornar conhecidos; naquela época ainda não havia gravadores e não havia testemunhas presentes. Mas é possível concluir como mais ou menos tudo aconteceu a partir de declarações posteriores de Groener (Ebert nunca falou sobre isso). O general ofereceu uma cooperação leal – e impôs condições: lutar contra o radicalismo e o bolchevismo, acabar rapidamente com o “mau comportamento nos conselhos”, convocar a Assembleia Nacional Constituinte, retornar à “ordem”. Ebert podia concordar com tudo isso, do fundo do coração; era exatamente o que ele mesmo queria. Ele deve ter desabafado com Groener, já que este anotou posteriormente, conforme a impressão que a conversa havia lhe causado, que Ebert “havia se mantido no leme a duras penas e que estava prestes a ser atropelado pelos independentes e pelo grupo de Liebknecht”. Aparentemente ainda estava sob a influência da assembleia turbulenta que acabava de deixar para trás. Ao final, Ebert agradeceu ao general. O chanceler do *Reich* agradeceu ao general – e não o contrário.

Groener falou tempos depois de uma “aliança” que teria selado com Ebert nessa noite. Era uma aliança de luta contra a revolução, que, horas antes, havia elevado Ebert a escudeiro. “Ebert aceitou minha proposta de aliança”, escreveu Groener. “A partir de então, através de uma linha secreta entre a chancelaria do *Reich* e o alto comando do Exército, começamos a conversar todas as noites sobre as medidas que se faziam necessárias. A aliança se manteve.”

8. Entre revolução e contrarrevolução

No dia 10 de novembro, Theodor Wolff, um dos mais famosos jornalistas alemães da época, escreveu no *Berliner Tageblatt*:

A maior de todas as revoluções, tal como um redemoinho de vento que irrompe de repente, derrubou o regime imperial com todos os seus componentes, tanto acima quanto abaixo. Podemos dizer que esta é a maior de todas as revoluções porque nunca uma Bastilha construída tão firmemente e envolta em muros tão sólidos foi tomada assim, na primeira tentativa. Uma semana atrás, ainda havia um aparato administrativo civil e militar que estava tão ramificado, tão enlaçado, tão profundamente enraizado, que parecia ter seu poder assegurado apesar da passagem do tempo. Os carros cinza dos oficiais corriam pelas ruas de Berlim, os policiais de pé nas praças eram como colunas do poder, uma enorme organização militar parecia abarcar tudo, uma burocracia aparentemente invencível estava entronizada nos escritórios e nos ministérios. Ao menos em Berlim, tudo isso ainda estava lá ontem pela manhã. Ontem à tarde já não existia mais nada.

Isso não era verdade – talvez parecesse assim no dia 10 de novembro, mas não era verdade. Na realidade, o Estado mal havia sido arranhado. Os mesmos funcionários voltaram para os mesmos escritórios na segunda-feira depois do final de semana da revolução e também os policiais (que, apesar de tudo, haviam ficado felizes de poderem voltar para casa sem serem molestados na noite de sábado) haviam voltado a seus postos alguns dias depois; nos exércitos de campanha do ocidente e do

oriente, ainda eram os mesmos generais e oficiais que davam os comandos e mesmo o governo do *Reich* ainda era, no fundo, o antigo – a diferença era que, em vez de um chanceler imperial do *Reich*, agora um colegiado composto por seis “comissários do povo” estava à frente dele, mas, na realidade, entre os seis ainda havia um que era o chanceler do *Reich*: Ebert. Todos os conselheiros estaduais, chefes de ministérios e demais funcionários, todos conservadores, seguiram trabalhando como sempre. Nenhum deles havia sido afastado. Só haviam colocado alguns conselhos operários diante de seu nariz, o que os deixou terrivelmente irritados.

Seu ânimo – e o ânimo da maior parte da burguesia conservadora – foi descrito e publicado por outro jornalista, Paul Baecker. Ele escreveu, também em 10 de novembro, no conservador *Deutschen Tageszeitung*:

As palavras não são suficientes para expressar a indignação e a dor... a obra que nossos pais criaram com seu precioso sangue – aniquilada pela traição vinda das fileiras de seu próprio povo! A Alemanha, que até ontem era invicta, agora entregue a seus inimigos por homens que carregam o nome alemão, por alta traição de suas próprias fileiras afundadas em culpa e vergonha! Os socialistas alemães sabiam que, de toda maneira, a paz seria selada e que era apenas necessário mostrar um *front* firme e fechado por algumas semanas, talvez até só por alguns dias, para conseguir condições suportáveis. Nesta situação, eles içaram a bandeira branca.

Esta é uma culpa que nunca deverá ser perdoada e que nunca o será. Isto é uma traição, não apenas à monarquia e ao exército, mas ao próprio povo alemão, que terá que carregar suas consequências por séculos de decadência e miséria.

Isso tampouco era verdade, tal como o hino de Theodor Wolff à “maior de todas as revoluções”. Não foram os socialistas que içaram a bandeira branca, mas Ludendorff; as condições para o armistício não poderiam melhorar com um adiamento,

podiam apenas piorar e ninguém poderia falar em traição. Tampouco era verdade que séculos de miséria e decadência estavam por vir. Mas, sem sombra de dúvida, Paul Baecker acreditava seriamente no que relatava e, escrevendo do fundo da alma, falou com milhões de pessoas – com os oficiais, cujas condecorações haviam sido arrancadas; com os funcionários conservadores, que de repente eram obrigados a se aborrecer com conselhos operários; com toda a burguesia, cujo mundo colapsava; mas também com algumas pessoas simples com um sentimento “nacionalista” rígido; uma delas, por exemplo, era o cabo Adolf Hitler, que, nesses dias, jogou-se aos prantos em sua cama do hospital militar de Pasewalker e, com lágrimas de raiva, decidiu que se tornaria político. A contrarrevolução nasceu ao mesmo tempo que a revolução e, aqui, já em 10 de novembro, podemos ouvir sua voz. A propósito, é impressionante que esse artigo de jornal pudesse ser publicado no dia 10 de novembro de 1918 em Berlim sem qualquer problema. Nunca uma revolução concedeu a seus inimigos, já no primeiro instante, uma liberdade tão ilimitada de fazer agitação e xingar como a Revolução Alemã de 1918.

Não que seus inimigos lhe agradecessem. A então senhora Ludendorff (a primeira, chamada Margarete, não a segunda, Mathilde, que ficou famosa) relata a respeito de seu marido:

Depois da revolução, Ludendorff repetiu esta máxima diversas vezes: ‘A maior burrice dos revolucionários foi nos deixar viver. Ora, se eu chegar novamente ao poder, não haverá perdão. Com a consciência tranquila, eu veria Ebert, Scheidemann e seus companheiros pendurados e balançando’.

Ebert, Scheidemann e companheiros – não apenas Liebknecht e Rosa Luxemburgo, que ao menos queriam realmente a revolução. Ebert e Scheidemann não queriam a revolução; ao contrário, tentaram impedi-la de acontecer até o último momento e, quando

sua vitória era irreversível, não se ocuparam de outra coisa a não ser detê-la, revertê-la e, se possível, desfazê-la. Mas para Ludendorff – e para vários membros e adeptos amargurados das antigas classes superiores, que reagiram da mesma maneira –, eles eram revolucionários, traidores, os “criminosos de novembro”; e, de fato, foram elevados, pela revolução, ao topo e ao poder, agora eram “comissários do povo”; a partir de então corporificavam, quisessem ou não, a revolução – tanto para os contrarrevolucionários quanto para os revolucionários. Desde o primeiro instante de seu governo, eles estavam entre revolução e contrarrevolução.

Sua tragédia – ou sua tragicomédia – foi não terem visto isso. Eles não viram ou não quiseram ver que, desde o dia 9 de novembro, tinham milhões de inimigos – inimigos mortais – na direita; apenas olhavam para seus inimigos íntimos na esquerda. Scheidemann, por exemplo, declarou numa reunião do gabinete ministerial, ainda no dia 28 de dezembro: “É claro que existe uma dúzia de oficiais que são capazes de dar um golpe maluco. Mas é no outro lado que estão aqueles que ameaçam a revolução. É contra eles que devemos combater”. E o terceiro “comissário do povo” do SPD, o dr. Otto Landsberg, na mesma ocasião:

Fala-se muito da ameaça da contrarrevolução. Mas essa revolução se diferencia de todas as anteriores essencialmente pelo fato de que cada organização de poder da classe derrubada foi tão completamente abalada e afastada que o perigo da contrarrevolução só pode se tornar agudo se o pessoal da extrema esquerda conseguir empurrar as massas para o desespero.

Por fim, Hermann Müller, que mais tarde se tornaria chanceler do *Reich* pelo SPD: “Eu lhes falo abertamente, desde o dia 9 de novembro, não tive medo da contrarrevolução um dia sequer”.

De fato, Ebert e seus amigos políticos ainda viviam, internamente, em outubro – na época em que o império, cambaleante

e caindo, acolheu-os, eles que eram os “rapazes sem pátria”, da maneira mais educada possível, descarregou neles sua derrota e lhes deu as boas-vindas na qualidade de ajudantes de emergência. De maneira sincera eles deram seu melhor para ajudar no momento de necessidade; sem dúvida, não conseguiram salvar a monarquia, mas tentaram salvar todo o resto. Para eles, a revolução era um mal-entendido ou um incidente infeliz, que ainda nutriam a esperança de desfazer.

Mas não era possível desfazê-la – mesmo que fosse destruída e abatida. O que havia acontecido entre os dias 4 e 9 de novembro na Alemanha, completamente contra a vontade da liderança social-democrata, havia rasgado a névoa artificial de outubro e criado *fronts* políticos claros. A desonesta paz de fachada entre o alto comando do Exército e a maioria do *Reichstag*, entre militarismo e parlamentarismo, com o plano tecido delicadamente por Ludendorff, que proporcionava um poder aparente aos sociais-democratas e a seus aliados burgueses apenas para tornar a responsabilidade pela derrota um fardo para eles, enquanto os militares continuavam a exercer o verdadeiro poder no plano de fundo: tudo isso foi varrido pela ação espontânea das massas de trabalhadores e soldados na semana da revolução.

A revolução das massas deu, pela primeira vez, chance aos líderes social-democratas de verdadeiramente ocuparem o poder – sem dúvida que à custa do poder emprestado e envenenado que Ludendorff havia lhes repassado em 29 de setembro. Depois que as condecorações foram arrancadas dos oficiais e os comandos gerais foram substituídos por conselhos de operários e de soldados, não havia mais reconciliação, nem mesmo uma reconciliação de aparência: a questão do poder estava colocada – e, em 9 de novembro, pareceu, por um instante, que já estava resolvida. A ditadura militar que governara a Alemanha até aquele dia desabara praticamente sem resistência.

Se o governo social-democrata, utilizando-se da vitória de seus seguidores e renunciando à paz de outubro com o alto comando do Exército, completava agora a derrota da antiga liderança militar e criava suas próprias forças revolucionárias, então não precisava mais temer a vingança dos generais e oficiais que haviam sido retirados do poder. Mas se permitisse que se levantassem novamente e se recuperassem do golpe de novembro, que havia sido tão ofensivo quanto entorpecedor, então não poderia esperar nenhuma indulgência – nenhuma indulgência para seus seguidores revolucionários que haviam ousado se “amotinar”, mas também nenhuma indulgência para si próprio. Isso porque no momento em que deixaram que a revolução os transformasse em “comissários do povo”, aos olhos dos oficiais ofendidos, Ebert, Scheidemann e Landsberg já estavam identificados com a revolução.

Dali em diante, fizeram jogo duplo sem perceber que jogavam contra si próprios. Permaneceram revolucionários nas palavras – e todas as suas palavras eram anotadas e usadas depois contra eles. Eles eram contrarrevolucionários nos atos – sem que a contrarrevolução lhes retribuísse por isso. Mas as massas que, confiantes, os haviam escolhido nos dias 9 e 10 de novembro, iam aos poucos percebendo o jogo que estava sendo jogado e voltaram-se contra eles. Em dois meses, o jogo duplo feito por Ebert e pelo SPD levou à guerra civil.

O que aconteceu nesses dois meses? Se ouvirmos os políticos do SPD da época e os que mais tarde se tornariam historiadores do SPD, tudo girou em torno da questão: ditadura dos conselhos ou democracia parlamentar; em torno da defesa contra o bolchevismo e da eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte. Mas isso é propaganda tendenciosa – era já na época e ainda é hoje. A verdade tinha outra cara. Na verdade,

tudo girou apenas em torno da seguinte questão: revolução ou contrarrevolução.

A Alemanha não foi ameaçada por uma ditadura bolchevique em nenhum momento de 1918 e isso se deve à simples razão de que seu instrumento indispensável de poder, um partido bolchevique capaz de implementar a ditadura, não existia. Até 30 de dezembro de 1918, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo não integravam nenhuma organização e, depois dessa data, passaram a integrar uma organização muito fraca; nada que pudesse ser comparado ao corpo de revolucionários profissionais de que dispunha Lenin, com treinamento ao longo de catorze anos. Liebknecht e Rosa eram indivíduos impotentes, que não podiam atuar de outra maneira a não ser fazendo propaganda política e o que os delegados revolucionários de Berlim chamavam, com desdém, de “ginástica revolucionária”: multiplicavam as manifestações sem um objetivo claro, por meio das quais se esperava que os participantes passassem a sentir, por si mesmos, um ânimo revolucionário. No outono de 1918, na Alemanha, o “perigo bolchevique” era um espantalho, não era realidade.

Por outro lado, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte não foram, em nenhum momento, objeto de discussão séria. Tudo o que se discutia a respeito era o momento em que a assembleia deveria se dar – o que obviamente não era essencial: os independentes queriam empurrá-la para o mais tarde possível, até a primavera de 1919, para que a revolução pudesse se consolidar no meio-tempo.

O SPD queria que as eleições acontecessem o mais rápido possível para que a assembleia nacional pudesse, por assim dizer, ainda dar continuidade ao antigo *Reichstag*, como se nenhuma revolução tivesse acontecido. Mas já no final de novembro chegou-se a um acordo definindo 16 de fevereiro como dia da eleição; e, no meio de dezembro, paradoxalmente foi o próprio

congresso dos conselhos do *Reich*, o órgão máximo da revolução, que antecipou a data das eleições para 19 de janeiro – o que demonstra, da melhor maneira possível, que os conselhos não queriam uma ditadura própria e que a alternativa entre ditadura dos conselhos e democracia parlamentar simplesmente não existia.

Na verdade, tratava-se de algo completamente distinto. Os conselhos – a revolução propriamente dita passou a se constituir apenas com a implementação dos conselhos de operários e de soldados e sua dissolução era o primeiro objetivo da contrarrevolução – não tinham nada para opor à democracia parlamentar. Eles não se entendiam como substitutos do parlamento, mas antes como instrumentos para uma revolução e democratização abrangentes do *executivo*, do corpo estatal propriamente dito e, portanto, da administração e, em especial, da instituição militar. A primeira coisa que os conselhos queriam controlar e mudar por completo a partir do zero era a antiga burocracia conservadora e o antigo e conservador corpo de oficiais.

Os trabalhadores e soldados que fizeram a revolução sabiam instintivamente que enquanto a velha burocracia e o velho corpo de oficiais mantivessem seu poder, a revolução estava perdida, mesmo que contasse com a mais bela Constituição e com o mais belo parlamento. O verdadeiro poder estava nos ministérios, nas delegacias de polícia e nos comandos gerais, bem como nos palácios de justiça; se os velhos poderes não fossem sequer tocados, eles utilizariam a primeira oportunidade para se vingar da revolução. Era um jogo de soma zero. Aqui se decidia quem venceria, se a revolução ou a contrarrevolução.

E, neste aspecto, Ebert e a direção do SPD tomaram posição clara pelo lado da contrarrevolução. Eles queriam salvar justamente aquilo que a revolução queria derrubar: o antigo Estado e a antiga sociedade, encarnados na burocracia e no corpo de

oficiais. Queriam parlamentarizá-los para que eles próprios pudessem neles se integrar e governar futuramente em conjunto. Mas a desordem que a revolução havia naturalmente trazido consigo os aterrorizava. *Por isso* queriam se livrar dos conselhos o mais rápido possível. *Por isso* os apresentavam – contrariando por completo a própria vontade da maioria dos conselhos – como alternativa à Assembleia Nacional Constituinte e *por isso* gostavam de usar o mal-entendido burguês – a ideia de que o governo de conselhos seria o mesmo que bolchevismo – em sua propaganda.

No entanto, na verdade, quase não havia espartaquistas nos conselhos – Liebknecht se candidatou em vão para um mandato ao congresso dos conselhos do *Reich* –, o SPD tinha, desde o início, a maioria em quase todos os conselhos locais e essa maioria ia aumentando quando, em dezembro, foram eleitos os conselhos supralocais, os conselhos no nível das províncias e dos *Länder* [Estados federados]. É possível dizer categoricamente: os conselhos eram o corpo vivo do SPD, seus membros e funcionários ativos faziam parte deles (uma minoria era composta de membros do USPD, também havia um ou outro burguês, especialmente nos conselhos de soldados); eles entendiam a si mesmos como tropas auxiliares leais ao governo – um governo que, apesar de tudo, ainda viam como revolucionário.

Aqui reside o trágico mal-entendido. Isso porque o governo Ebert não era revolucionário; o governo se considerava, tal como Ebert formularia posteriormente, apenas administrador da falência do império. Serviu lealmente àqueles que, desde 9 de novembro haviam se tornado seus inimigos amargos, e lutava de maneira implacável contra aqueles que se consideravam seus escudeiros. Os conselhos, por sua vez, também faziam *front* contra seus melhores amigos: eles não queriam nem saber dos espartaquistas, que demandavam a ditadura dos conselhos; eles

queriam somente fornecer um executivo social-democrata para o Estado social-democrata.

Ninguém entendeu isso melhor do que Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Liebknecht escreveu, por exemplo, no dia 20 de novembro: “Os trabalhadores que foram eleitos são, em geral, muito pouco esclarecidos, têm pouquíssima consciência de classe, de tal maneira que os conselhos operários [...] não têm praticamente nenhum caráter revolucionário”. E Rosa Luxemburgo, dez dias depois:

Se a revolução tivesse seguido seu curso naqueles órgãos revolucionários que foram criados nos primeiros dias, nos conselhos de operários e de soldados, isso teria sido muito ruim para a revolução [...] a revolução viverá sem os conselhos, os conselhos estão mortos sem a revolução.

Tampouco poderia passar despercebido aos líderes social-democratas o fato de que não havia espartaquistas nos conselhos, mas apenas seu pessoal era parte integrante desses órgãos. Apesar disso, os conselhos eram uma pedra no sapato da social-democracia desde o início. Não haviam sido previstos, não cabiam em seu programa, impediam a aliança com os partidos burgueses e com o alto comando do Exército. Eles tinham que sair. Desde o início, Ebert e Scheidemann trataram os conselhos não apenas com desconfiança e oposição, mas diretamente com irritação e hostilidade. Scheidemann disse no congresso dos conselhos do *Reich*: “Eu tenho a firme convicção – e digo isto depois de uma cuidadosa reflexão – de que a instituição duradoura dos conselhos de operários e de soldados vai significar o declínio certo e absoluto do *Reich*”.

Obviamente era fácil dizer o que os conselhos deveriam fazer. Eles não tinham a rotina administrativa dos antigos funcionários, não tinham os conhecimentos militares próprios dos oficiais do Estado-Maior. Mas por que deveriam tê-los? A princípio, sua

intervenção havia significado desordem – alguma revolução já havia acontecido sem desordem? De toda forma, a maior parte das hostilidades – então difundidas pela contrarrevolução a respeito do “caos” da “economia dos conselhos” e aproveitadas diligentemente pela liderança do SPD – era bastante exagerada. Os conselhos não eram nenhuma boemia revolucionária corrupta e viciada em diversão; eles eram em grande parte compostos pela elite da inteligência operária, por quadros dos partidos e dos sindicatos, todos muito sólidos e sóbrios, que, à sua maneira, adoravam a ordem com a mesma intensidade que os antigos funcionários, os quais queriam controlar e substituir. Em quatro semanas, já haviam superado amplamente o caos inicial e criado, em todos os níveis, uma organização paralela ao antigo corpo administrativo que era absolutamente capaz de funcionar – um esforço que merecia atenção. Eberhard Kolb, que escreveu a obra científica de referência intitulada *Arbeiterräte in der deutschen Innenpolitik 1918/19* [*Conselhos operários na política interna alemã de 1918/19*] chegou à conclusão que, no início de dezembro, com a organização dos conselhos, “o novo governo e a direção do partido haviam recebido nas mãos um instrumento politicamente confiável para a reconstrução do Estado, um instrumento do qual poderiam dispor se assim decidissem.”

Ebert e Scheidemann, entretanto, haviam decidido o contrário. Queriam “estabelecer a ordem” – o que significa: restabelecer a velha ordem – exatamente por meio do mesmo instrumento que o imperador queria utilizar ainda em 8 de novembro: com o exército de campanha do oeste, que havia sido liberado com o armistício e voltava para casa. Esse era o sentido da “aliança” entre Ebert e o general Groener.

Mais adiante, no assim chamado processo da punhalada pelas costas [*Dolchstoß-Prozess*] em Munique, em 1925, Groener

manifestou-se inequivocamente a esse respeito. Reproduzimos aqui sua declaração:

Em primeiro lugar, tratou-se de arrancar o poder dos conselhos de operários e de soldados em Berlim. Com esta finalidade, traçou-se um plano de avanço militar na cidade, em dez divisões. O comissário do povo Ebert estava completamente de acordo. Um oficial foi enviado a Berlim para negociar os detalhes, também com o ministro da Guerra da Prússia (que ainda era von Scheüch, como antes de 9 de novembro), que evidentemente não poderia ser excluído. Ali houve uma série de dificuldades. Eu posso apenas apontar para o fato de que, por parte dos membros do governo filiados aos independentes, os assim chamados comissários do povo, mas também por parte dos conselhos de soldados, eu acho – não consigo lembrar de todos os detalhes de memória –, foi exigido que as tropas entrassem sem munição pesada. Obviamente formamos de imediato um *front* contra isto e o senhor Ebert obviamente concordou em mandar as tropas entrarem com munição pesada em Berlim.

Para esta invasão, que, ao mesmo tempo, deveria trazer consigo a oportunidade de implementar novamente um governo firme em Berlim – eu preciso dar este testemunho em razão do meu juramento; os senhores me perguntaram e, em razão disso, preciso agora falar, em nome de Deus, algo que até agora, por boas razões, eu não havia dito –, nós preparamos um programa militar para cada dia. Nesse programa estava indicado, dia a dia, o que era para acontecer: desarmar Berlim, limpar a cidade dos espartaquistas etc. Tudo isto estava previsto, dia por dia, para cada uma das divisões.

O “programa”, um plano de operações preparado nos moldes do Estado-Maior, foi publicado apenas muito mais tarde, em 1940. Ele contém pontos tais como:

Quem ainda portar armas sem licença será fuzilado. Quem possuir material de guerra, incluindo automóveis, será julgado de acordo com a lei marcial. Desertores e marinheiros devem se alistar, no prazo de dez dias, na primeira unidade de reserva ou no comando distrital mais próximo. Quem se atribuir a condição de funcionário sem autorização será fuzilado. Busca e

aprensão em bairros perigosos. Determinação sobre desempregados e trabalhos de emergência. A autoridade dos oficiais volta a valer em todo o perímetro (medalhas, saudação obrigatória, condecorações, posse de arma, distintivo para o exército de campanha). As autoridades e as tropas assumem suas atribuições previstas legalmente. Todas as unidades de reserva serão imediatamente dissolvidas.

Groener prosseguiu em seu testemunho:

Isto também foi discutido com o senhor Ebert, por intermédio do oficial que eu havia enviado a Berlim. Sou especialmente grato ao senhor Ebert por isso e, também em razão de seu amor absoluto à pátria e por sua devoção incansável a este assunto, eu o defendi por toda a parte em que foi atacado. Este programa foi decidido em completo acordo do senhor Ebert.

O plano Ebert-Groener deveria ser implementado entre 10 e 15 de dezembro. O primeiro congresso dos conselhos do *Reich* havia sido convocado para o dia 16, em Berlim. Ao que parece, ele deveria ser responsável por “restabelecer a ordem” por meio das dez divisões do exército de campanha que voltava.

Mas nada disso aconteceu. A contrarrevolução não aconteceu dessa vez e o congresso dos conselhos ocorreu conforme o planejado, sem ter a mínima suspeita do destino ao qual acabava de escapar.

Em primeiro lugar, algumas divisões da tropa da guarnição de Berlim – que haviam desempenhado um papel ambíguo desde o primeiro dia da revolução e que agora, aparentemente, haviam ouvido alguma coisa sobre o que estava sendo planejado – atacaram cedo demais. Na sexta-feira, dia 6 de dezembro, aconteceu algo que Scheidemann caracterizaria no futuro como uma “grande assombração” e Richard Müller, como uma “farsa”. Uma tropa do regimento Franz ocupou a Câmara dos Deputados de Berlim e prendeu os membros do comitê executivo dos conselhos operários e de soldados que haviam sido

eleitos no dia 10 de novembro no Circo Busch e que, desde o dia 11 de novembro, tentavam levar a cabo sua tarefa da melhor maneira possível. Um destacamento dos fuzileiros da guarda interceptou uma manifestação espartaquista na esquina entre a Invalidenstrasse e a Chausseestrasse e disparou com as metralhadoras nas pessoas, sem prévio aviso. Foram dezesseis mortos e muitos feridos. Mas outra divisão do regimento Franz apareceu diante da chancelaria do *Reich*, exigiu que Ebert saísse – o que ele teria feito de bom grado de qualquer forma – e proclamou-o presidente do *Reich*. O porta-voz era um sargento chamado Spiro. Ele terminou seu discurso dizendo: “Dessa forma eu saúdo a República Alemã e o grande Fritz Ebert, a quem agora proclamo presidente da Alemanha, apoiado pelo poder que nos outorgam as armas e com a consciência de falar por toda a nação”.

Ebert não disse nem que sim, nem que não. Ele precisava primeiro conversar com seus amigos do governo. Mais tarde, não haveria mais o que ser discutido quando então, depois de dois meses, no dia 11 de fevereiro de 1919, a Assembleia Nacional Constituinte de Weimar o tornou presidente do *Reich*. Ao que parece, dessa vez havia sido cedo demais e a empreitada fracassou como um todo. Nunca ficou claro se Ebert havia tido conhecimento prévio de tudo aquilo. Ao final, ninguém foi responsabilizado pela tentativa de golpe de Estado. Os soldados voltaram aos quartéis, as pessoas responsáveis pela tentativa de golpe permaneceram na escuridão, os membros do comitê executivo foram libertados. Tudo voltava a ser como antes, como se nada tivesse acontecido. Só os mortos da Chausseestrasse permaneceram mortos.

Quatro dias depois, em 10 de dezembro, as divisões de campanha que voltavam para casa marcharam sobre Berlim conforme o programado – não exatamente numa formação de

desfile, mas numa boa ordem de campanha e com munição pesada. Ebert – que não havia aparecido perante as massas trabalhadoras em 9 de novembro – lhes deu as boas-vindas no portão de Brandemburgo, com um discurso efusivo: “Vocês não foram superados por nenhum inimigo! Agora a unidade da Alemanha está nas mãos de vocês!”.

Mas nada aconteceu depois disso. O plano de restabelecer a ordem e de formar um governo “firme” em Berlim nunca foi executado e, por anos, ninguém ficou sabendo que ele um dia havia existido.

O que aconteceu foi apenas isto: as tropas começaram a se dispersar imediatamente após o discurso de boas-vindas de Ebert – espontaneamente, contrariando a disciplina, de maneira impossível de conter. O que nem Groener nem Ebert haviam levado em conta era o estado de espírito das tropas: a guerra havia acabado, todos estavam felizes de haver sobrevivido, todos queriam voltar para casa – e o Natal já estava logo ali. Não era mais possível contê-las. Ao cair da noite, quando voltaram a seus quartéis, elas já não estavam mais completas, no dia seguinte já estavam em número ainda menor e, catorze dias depois, sobravam apenas oitocentos homens do que antes eram dez divisões. Nas palavras de Groener:

As tropas desenvolveram uma tal urgência de voltar para casa que não era mais possível fazer nada com essas dez divisões e todo o programa de expurgar Berlim dos elementos bolcheviques, de fazer que entregassem os automóveis etc. não podia mais ser implementado.

A contrarrevolução havia fracassado por enquanto.

Em vez disso, tal como previsto, o congresso dos conselhos do *Reich* se reuniu em 16 de dezembro na Câmara dos Deputados da Prússia, na praça Leipzig em Berlim. Já não era mais

uma assembleia caótica de massas como havia sido o encontro revolucionário dos conselhos de operários e de soldados de Berlim, realizado em 10 de novembro no Circo Busch. O que aconteceu em Berlim desta vez foi uma assembleia muito organizada, semelhante a uma sessão do parlamento, que fez com que os jornalistas que foram testemunhas oculares se lembrassem dos congressos do SPD de antes da guerra: o mesmo tipo de pessoas, muitas vezes ainda os mesmos rostos, a mesma atmosfera, a mesma gestão pensada para manter a ordem e a respeitabilidade, também a mesma direção. A grande diferença estava no fato de que a anterior minoria de esquerda dentro do partido agora era representada pelos independentes. A maioria apoiava fortemente a presidência do partido.

Essa maioria do congresso dos conselhos decidiu, muito de acordo com o que Ebert pensava, antecipar a data das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, rechaçar expressamente uma proposta dos independentes de estabelecerem, eles mesmos, as cúpulas dos poderes legislativo e executivo, e não conceder, ao conselho central formado por dezesseis membros – criado para substituir o antigo comitê executivo de Berlim, formado em 10 de novembro –, nem mesmo o direito de legislar provisoriamente até a instauração da Assembleia Nacional Constituinte. Irritados, os independentes decidiram se afastar desse conselho central e, então, ele se tornou um órgão puramente ocupado pelo SPD. Foi assim que o primeiro congresso dos conselhos do *Reich* ocorreu de maneira tão crédula e benevolente.

E, mesmo assim, esse congresso de conselhos tão manso e benigno introduziu a grande ruptura entre a liderança do partido e as bases, a crise da revolução e a guerra civil que irrompeu em janeiro de 1919. Isso porque ele era inflexível em um ponto específico: a ditadura militar que havia sido derrubada pela revolução não podia mais voltar, o poder dos generais e do corpo

de oficiais deveria ser rompido para sempre. A partir de uma proposta da delegação de Hamburgo, o congresso acolheu, por ampla maioria, uma resolução para a completa reestruturação da instituição militar, que ficou conhecida pelo nome “pontos de Hamburgo”: o poder supremo de mando passava para os comissários do povo, sob controle do conselho central; o poder disciplinar passava para os conselhos de soldados; livre eleição dos oficiais; fim dos distintivos; fim da obrigação de respeitar a hierarquia fora de serviço.

O que se mostrava novamente aqui era o caráter fundamentalmente antimilitar da revolução. Ela poderia ter objetivos moderados ou indeterminados em todos os outros aspectos, mas esse ponto específico era levado a sério. A maioria dos delegados já sabia, por experiência própria, que a ameaça de contrarrevolução vinha justamente do corpo de oficiais. Alguns relatavam coisas ruins que haviam acontecido na marcha das tropas de volta às cidades do oeste da Alemanha: prisão e maus-tratos de conselhos operários, queima de bandeiras vermelhas, ordens secretas para constituir formações voluntárias para o caso de guerra civil. Ainda não havia qualquer suspeita contra Ebert. Ninguém sabia nada a respeito de sua aliança com Groener.

A aprovação dos “pontos de Hamburgo” acertou o nervo dessa aliança e escancarou a crise. Hindenburg mandou um telegrama na mesma hora, afirmando que ele “não reconhecia” a resolução do congresso dos conselhos. Groener partiu para Berlim e ameaçou se retirar caso os “pontos de Hamburgo” fossem implementados. Os três comissários do povo do USPD também ameaçaram se retirar – mas a ameaça era caso os “pontos de Hamburgo” *não* fossem implementados. Ebert tentava ganhar tempo: ele dava esperanças numa futura regulamentação. (Segundo Groener, “Ebert entendia, como poucos, a arte do engano”.)

Nesse meio-tempo, o alto comando do Exército começou a reunir formações de voluntários nos campos de exercício das tropas ao redor de Berlim – órgãos da contrarrevolução fortes, confiáveis e potentes, que não se dissolveriam tal como as dez divisões do *front* que haviam voltado para casa. E as tropas em Berlim, que até então haviam optado pela revolução, ainda que de maneira ambígua, ficaram inquietas.

Enquanto a população berlinense se preparava para sua primeira e mísera comemoração de Natal em tempos de paz – não havia gansos, biscoitos nem mesmo velas de Natal; em vez disso era possível conseguir, no mercado negro, cápsulas de balas preenchidas com carboneto, que eram penduradas nas árvores de Natal e que, ao serem acendidas, difundiam uma luz fétida –, aquele calor sufocante começou a se propagar novamente na atmosfera política de Berlim, o mesmo calor que havia tomado conta do final de semana da revolução. E então a tempestade caiu exatamente na noite de Natal. Em 24 de dezembro de 1918, Berlim foi acordada pelo troar dos canhões.

9. A crise de natal

Nas primeiras horas da manhã de 24 de dezembro de 1918, revolução e contrarrevolução travaram uma batalha sangrenta na Schlossplatz em Berlim. A revolução venceu. Mas então entregou sua vitória. É possível dizer: deu sua vitória de presente de natal à contrarrevolução.

Em qualquer revolução, a atitude das forças armadas é o fator decisivo. O que tornou as últimas semanas do ano de 1918 tão ambíguas não foi apenas o jogo duplo dos “comissários do povo” social-democratas, mas foi sobretudo isto: o fato de que ninguém era capaz de dizer, semana a semana, ou mesmo a cada dia, de que lado estavam as forças armadas e quem as formava. Porque, com o armistício, iniciou-se uma desmobilização selvagem e incontrolável. Os soldados do *front*, com os quais Ebert e Groener queriam ter liquidado a revolução em meados de dezembro, não apenas se dispersaram, mas também voltaram para casa; e as tropas que haviam ficado no país, que haviam feito a revolução no começo de novembro, tampouco eram passíveis de controle: também queriam passar o Natal em casa. Os oficiais foram os únicos que ficaram para trás – e, entre as tropas, ficaram aqueles que gostavam de ser soldados; mas a revolução havia sido feita por aqueles que não gostavam de sê-lo. No que dizia respeito à ainda decisiva guarnição de Berlim, desde 6 de dezembro já havia ficado claro, que, em sua composição da época, as tropas estavam mais inclinadas

à contrarrevolução do que à revolução. No mínimo ela havia adquirido uma importância incalculável sob a influência de Otto Wels, que havia feito um trabalho muito bem-sucedido com os soldados de Berlim em 9 e 10 de novembro e depois fora nomeado comandante da cidade.

Mas havia uma exceção: a divisão popular da marinha [*Volksmarinedivision*], que nem mesmo existia em 9 de novembro, desde então passou a ser a guarda da revolução propriamente dita. Seu núcleo era formado por umas centenas de marinheiros que haviam partido de Kiel em direção a Berlim na semana da revolução; lá seriam presos, mas haviam sido libertados em 9 de novembro. A eles se somaram outras tantas centenas de marinheiros que estavam em casa em Berlim; e, por fim, outros dois mil que Wels havia expressamente mandado para fora de Kiel no dia 12 de novembro. Contando naquele momento com a força de três mil homens, a divisão popular da marinha havia se consolidado, em novembro, como a tropa de elite revolucionária. No dia 15 de novembro, por ordem do comandante da cidade, ela havia tomado o palácio, que antes fora saqueado. Desde então seu Estado-Maior se alojava ali e, em frente, no Marstall [estrebria real], ficavam as tropas.

Ao longo de quatro semanas, a divisão popular da marinha foi o orgulho do comando berlinense. E então isso mudou de repente. Seja porque a divisão renunciou ao golpe de 6 de dezembro e seu comandante, que estava nele enredado, foi suspenso; seja porque ela estava, evidentemente, atrapalhando o caminho do plano de Groener de “reestabelecer a ordem em Berlim”; ou seja apenas porque o vento havia mudado de direção e ela não se encaixava mais no quadro: a partir de meados de dezembro, o comandante da cidade, Wels, passou a trabalhar obstinadamente para sua dissolução, por iniciativa própria ou por acenos vindos de cima.

Como diz um provérbio francês, quem quer afogar seu cachorro tem que culpar a raiva. De repente, a divisão popular da marinha foi acusada de ser “espartaquista” e passaram a lhe atribuir os saques ao palácio, a que justamente ela havia posto fim. A divisão deveria ser retirada do palácio e reduzida a seiscentos homens. (Em razão da desmobilização, já havia sido reduzida a algo em torno de mil homens.) Como meio de exercer pressão, o comandante da cidade, Wels, deixou de pagar-lhe os salários. E o natal se aproximava.

Soa grotesco que uma tropa de mil homens tenha se sentido enganada em razão de seu salário de Natal – e que, por causa disso, uma batalha sangrenta tenha acontecido nas ruas de Berlim, que o governo tenha explodido, que isso tenha criado os *fronts* definitivos de uma guerra civil que deu e, ao mesmo tempo, retirou da revolução sua última chance. Soa como o roteiro de uma opereta. Mas, muito escondido por trás do ridículo, é possível encontrar uma seriedade cruel. Na verdade, as coisas não giravam apenas em torno do salário de Natal da divisão popular da marinha, tratava-se de sua existência e, assim, diante de como as coisas estavam, tratava-se praticamente da existência da própria revolução. A história do dia de natal de 1918 é história de verdade; é um capítulo da história alemã diante do qual ninguém sabe ao certo se deve rir ou chorar.

Durante toda a semana anterior ao natal, os porta-vozes dos marinheiros negociaram com Wels na sede do comando e reivindicavam seus salários. Wels exigia que saíssem imediatamente do palácio. Os marinheiros queriam que Wels lhes designasse primeiro um outro quartel para abrigar seu Estado-Maior. Não está claro se chegaram a um acordo ao final. De todo modo, nada aconteceu; os marinheiros não receberam

um novo quartel onde se alojar, não saíram do palácio e não receberam os salários. E então a véspera de Natal batia à porta.

Os marinheiros perderam a paciência no dia 23 de dezembro. Ao meio-dia, seus líderes e porta-vozes não foram mais à sede do comando, foram à chancelaria do *Reich*. Lá, se depararam com um ambiente de crise. A “coalizão da unidade socialista”, formada em 10 de novembro, estava se despedaçando. Entre os comissários do povo, três vinculados ao SPD e outros três ao USPD, reinava a desconfiança, a irritabilidade e a briga aberta. Os marinheiros não conseguiram deixar de notar que os independentes os tratavam como amigos enquanto o pessoal do SPD os tratava como inimigos. Por fim, foram despachados de lá com a seguinte resposta: entreguem a chave do palácio e então receberão seus salários. Ninguém falou mais de outros alojamentos para o Estado-Maior. Tampouco foi dito onde os marinheiros deveriam deixar a chave.

Às quatro horas da tarde, os líderes dos marinheiros voltaram à chancelaria do *Reich* com as chaves, mas também com uma comitiva armada para fazer a guarda da porta de entrada. Os porta-vozes dos marinheiros, seu líder à frente, um certo tenente Dorrenbach, apresentaram-se diante de Emil Barth, um dos três comissários do povo vinculados ao USPD, e entregaram as chaves. Barth pegou o telefone e disse a Wels que as chaves estavam lá e que ele deveria pagar os salários naquele instante. Wels se negou a fazê-lo: recebia apenas ordens vindas de Ebert. Barth enviou os porta-vozes dos marinheiros para falar com Ebert. E Ebert mandou dizer que não estava.

Os marinheiros perderam definitivamente a paciência. Por ordem de Dorrenbach, bloquearam todas as saídas do prédio da chancelaria do *Reich*, ocuparam a central telefônica e cortaram os cabos das linhas. Assim, os comissários do povo ficaram em prisão domiciliar dentro da chancelaria do *Reich*. Se quisessem,

os marinheiros poderiam ter enterrado o governo do *Reich*, prendido e fuzilado os comissários do povo. Mas Dorrenbach e seus homens obviamente não pensavam nisso. Eles só queriam seus salários! Além disso, nutriam agora uma raiva feroz. Eles se sentiam maltratados por todos os lados e que não deviam tolerar esse tipo de coisa.

Quem tinha as armas? Quem era mais forte? E quem, por fim, havia feito a revolução? A quem os senhores Ebert e Wels deveriam agradecer por seus cargos? Agora esses senhores deveriam aprender uma lição. Não poderia lhes passar novamente pela cabeça deixar marinheiros revolucionários sem salário!

Enquanto uma tropa de marinheiros mantinha os comissários do povo trancados na chancelaria do *Reich*, outra, maior, marchava em direção à sede do comando. Dessa vez houve resistência. Os guardas se recusavam a deixar os marinheiros entrarem no prédio. Um embate corpo a corpo começou a se formar nas entradas; e então um tanque apareceu do lado de fora e disparou contra os marinheiros. Três mortos.

Então os marinheiros atacaram e assaltaram o edifício, prenderam Wels e dois de seus sargentos e os levaram para o Marstall [estrebria real] entre empurrões, golpes e ameaças de morte. Agora de pouco servia a Wels oferecer o pagamento. Eles levaram o salário, mas também o levaram junto. Nesse meio-tempo, os comissários do povo continuavam presos na chancelaria do *Reich*. Eram cinco horas da tarde e a noite começava a cair nesse dia de dezembro.

Os marinheiros não sabiam de uma coisa quando ocuparam a central telefônica da chancelaria do *Reich* e interromperam as conexões: havia uma conexão direta entre o escritório de Ebert e o alto comando do Exército (que agora estava em Kassel) que não passava pela central. Nesse momento, Ebert pediu ajuda por meio dessa conexão direta. Do outro lado da linha estava

um homem que ainda desempenharia um grande papel mais adiante – o major Kurt von Schleicher. Nesse dia, ele fez sua primeira entrada na história. Declarava:

Vou ordenar imediatamente, que tropas leais ao governo que estão no entorno de Berlim sejam colocadas em marcha para libertá-lo. Talvez, depois de tantas oportunidades perdidas, talvez se ofereça aqui uma última possibilidade de travar uma batalha contra os radicais.

Ao mesmo tempo que os marinheiros retornavam à estrebalaria real com seus salários agarrados à força e com seu prisioneiro Wels, tropas em Potsdam e Babelsberg eram colocadas em marcha em direção a Berlim, sob a direção do alto comando do Exército, dado por telefone. Eram os últimos restos das dez divisões que ainda podiam ser utilizados e que já haviam tido que “impor a ordem” em Berlim entre os dias 10 e 15 de dezembro: não mais que 800 homens, mas com algumas baterias de artilharia de campo. Os marinheiros, um pouco mais de mil homens, tinham apenas metralhadoras e fuzis.

Agora as coisas ficam confusas. Em razão dos relatos contraditórios, não é possível entender claramente o que aconteceu ao final daquela tarde de 23 de dezembro. Não está claro se a prisão domiciliar dos comissários do povo foi suspensa ou não nesse meio-tempo; de toda forma, entre cinco e sete horas aconteceu uma reunião do gabinete ministerial, em que Ebert não falou nada sobre a marcha das tropas aos três independentes e, depois da reunião, eles saíram da chancelaria do *Reich* para cear, sem qualquer problema e sem suspeitar de nada. Ebert e seus colegas do SPD ficaram.

Tampouco está claro como os marinheiros ficaram sabendo da marcha das tropas. Mas devem ter descoberto de algum jeito que elas já estavam em movimento, porque à noite, às 20h30, quando a cena se ilumina novamente, fornece uma imagem

marcial. Vindas de dois lados opostos, colunas fortemente armadas se apressavam, fazendo barulho ao marchar, em direção à chancelaria do *Reich*: do oeste, a partir do Tiergarten, vinham as tropas de Potsdam e Babelsberg, com rifles pendurados nos ombros e artilharia puxada a cavalos; do leste, a partir da estrebaria real, vinha toda a divisão popular da marinha numa formação de combate. Os marinheiros chegaram um pouco antes dos soldados. Dorrenbach apareceu diante de Ebert pela terceira vez nesse dia e disse-lhe que tropas estavam a postos no Tiergarten. O que significava aquilo? Disse que se eles não se retirassem, um combate aconteceria naquele momento.

Nesse momento, os comandantes das tropas chamadas por Ebert também chegaram ao seu escritório. Apresentaram-se e solicitaram permissão para abrir fogo. Os líderes de ambas as formações inimigas estavam diante um do outro, um olhando no olho do outro, no mesmo lugar; diante de Ebert, a quem consideravam – não sem desconfiança – que estivesse do seu lado: os marinheiros – ele não continuava sendo o “comissário do povo” de sua revolução? Os oficiais – ele não os havia chamado para “libertá-lo”?

Daríamos qualquer coisa por uma gravação dessa cena. Infelizmente, não se sabe sequer uma palavra do que se passou ali, do que foi dito no escritório de Ebert nessa noite. Sabe-se apenas o resultado: ambos os lados se retiraram, os soldados voltaram ao Tiergarten, os marinheiros voltaram à estrebaria real. Sabe-se também que Ebert prometeu que todo o assunto seria encerrado no dia seguinte, por meio de decisão do gabinete. Enquanto isso: sem derramamento de sangue!

Também se sabe que, de madrugada, por volta das duas horas, Ebert deu ordem às tropas acampadas no Tiergarten para atacar a estrebaria real pela manhã e acabar com a divisão popular da marinha.

Os motivos para essa ordem são controversos. Ebert afirmava, no dia seguinte, ter sido chamado pela estrebalaria real, já que a vida de Otto Wels estaria em perigo. Soa pouco convincente: se a vida de Wels estivesse realmente em perigo, um ataque ao prédio em que se encontrava teria sido o meio mais seguro de levá-lo à morte. Além disso, segundo o testemunho de Scheidemann, Wels apareceu novamente na chancelaria do *Reich* às três horas da madrugada – muitas horas antes do ataque, portanto; e ainda uma hora depois da ordem para atacar –, muito abalado, mas são e salvo. A benevolência característica dos revolucionários alemães de 1918 se mostrava novamente aqui – não era perdida nem mesmo nos momentos de raiva. Não há dúvida de que Wels foi tratado de maneira rude e que despertou intencionalmente, em Ebert e seus colegas, um grande medo. Mas se deram por satisfeitos com isso; abstiveram-se de chegar às últimas consequências. Ninguém queria um assassinato, nem mesmo em momentos de cólera. – A contrarrevolução não teria os mesmos escrúpulos.

Uma outra versão parece mais provável. Nela, em torno da meia-noite, houve uma conversa telefônica áspera entre o general Groener e Ebert, em que Groener ameaçou acabar com a aliança se nesse momento não se agisse até às últimas consequências.

Aliás, não deve ter sido necessária tanta persuasão para convencê-lo: Ebert também havia sentido muito medo nessa tarde e nessa noite, e o medo se transforma fácil e naturalmente em ira. Seja como for, a ordem de ataque partiu da chancelaria do *Reich* às duas horas da madrugada e, de manhã, às 7h45, os canhões trovejavam na Schlossplatz.

A batalha durou até o meio-dia, com interrupções, e terminou com a vitória dos marinheiros. Isso é tudo que pode ser assegurado, há apenas relatos contraditórios e confusos sobre os detalhes do andamento da luta. É certo que o bombardeio de canhões por meio do qual as tropas de Ebert iniciaram o ataque foi um

fracasso. Dispararam de vários lados com armas e metralhadoras. Já na primeira hora de combate, lançaram sessenta granadas para dentro do palácio e da estrebaria. Os prédios sofreram danos graves, mas os marinheiros mantinham suas posições.

Entre nove e dez horas, enquanto o combate ainda era travado e ainda não havia sido decidido, grandes massas de civis se acercaram, vindas das ruas ao lado, que haviam seguido o troar dos canhões – trabalhadores, também mulheres e crianças; o fato de terem aparecido ali deve ter provocado um efeito desmoralizador nas tropas do governo, já que, evidentemente, elas haviam tomado o partido dos marinheiros. O ânimo que reinava naquela multidão de pessoas lembrava o de 9 de novembro: “Irmãos, não atirem!”

Por volta das dez horas houve uma pausa na luta para retirar as mulheres e as crianças da área de combate. Às 10h30, o combate continuou com maior ferocidade e, dali em diante, os marinheiros lideravam o ataque. Nas horas seguintes, alguns soldados mudaram de lado e passaram a lutar com os marinheiros; civis armados também chegaram em sua ajuda. De toda forma, de acordo com o relato do *Vorwärts* do dia seguinte, um jornal que não estava do lado dos marinheiros, ao meio-dia “toda a área em volta da estrebaria real, incluindo a Königsstrasse até a prefeitura, estava ocupada pelos marinheiros e por seus seguidores armados com metralhadoras”.

Nesse momento, o combate foi interrompido definitivamente. As tropas que haviam dado início à batalha pela manhã se viram obrigadas a sair de campo e tiveram a passagem livre concedida. Os marinheiros se viram obrigados a voltar a seus quartéis – de onde haviam tentado expulsá-los. Eles haviam conseguido manter seu poder no campo de batalha. Cada grupo levou seus mortos e feridos consigo, cujo número permaneceu desconhecido.

Nessa tarde, reinavam um desalento e uma consternação profundos no quartel-general em Kassel e na chancelaria do *Reich* em Berlim. O major von Harbou, que agiu como oficial do Estado-Maior junto às tropas que haviam sido enviadas, mandou um telegrama a Kassel:

Tropas do general Lequis deixaram de ser operativas. Não vejo caminho para defender o governo com os meios disponíveis agora. O resultado do enfrentamento de hoje pode se tornar uma catástrofe política para o governo. Na minha opinião, o comando geral de Lequis se tornou impossível. Recomendo sua dissolução.

(O general Lequis era o comandante em chefe das dez divisões que haviam chegado a Berlim dez dias antes.) Em uma conferência do Estado-Maior, convocada imediatamente em Kassel, vários oficiais se declararam a favor da dissolução do alto comando do Exército. “Não adianta nada continuar a se rebelar contra o destino. Cada um deve voltar para casa e ver como vai proteger sua família e salvar a própria pele.”

Quem pôs fim a esse derrotismo – e assim entrava pela segunda vez em dois dias na história alemã – foi o major von Schleicher. Se eles não jogassem a toalha agora, explicava, olhando longe, então a derrota de Berlim permaneceria como um simples episódio. A salvação viria das tropas voluntárias que estavam se formando. Groener concordou com essa opinião. Ele sabia que a constituição de grupos paramilitares [*Freikorps*] estava em curso, numa marcha vigorosa, e estava convencido de que o tempo correria a favor da contrarrevolução.

Ebert estava muito menos informado; o alto comando do Exército tampouco deixou que ele olhasse suas cartas. Para Ebert estava cada vez mais claro que ele ficaria indefeso se a revolução se aproveitasse da vitória. Ele contava seriamente com um golpe à chancelaria do *Reich* e também pensava, não sem fundamento, em sua própria segurança.

Groener, que voltou a falar com ele pelo telefone naquele feriado, descreve um Ebert recolhido, fleumático, quase bem-humorado. Diante da pergunta sobre o que iria fazer naquele momento, Ebert haveria respondido, segundo conta Groener: “Antes de qualquer coisa, vou agora para a casa de uns amigos e vou dormir – sinto uma necessidade imensa de descansar. Se Liebknecht quiser ocupar a chancelaria do *Reich*, ele que ocupe. Ele vai encontrar um ninho vazio”.

Outras testemunhas que falaram com Ebert nessa noite de Natal oferecem um quadro menos imponente. Já na noite anterior e ainda mais depois da derrota diante do palácio, Ebert havia insistido, praticamente dominado pelo pânico, em abandonar Berlim com todo o governo – e ir para qualquer lugar, para a província mais tranquila, para Rudolstadt ou para Weimar. “Assim – não – dá – mais – para – continuar”, repetia com uma ênfase quase histórica. “Assim – simplesmente – não – dá – mais – para – governar.”

Talvez Ebert tenha, de fato, sido mais sereno ao falar com Groener do que na conversa com seus colegas. O fato de não se sentir mais seguro na chancelaria era enfatizado por uma testemunha atrás da outra. E, visto de maneira objetiva, ele tinha todas as razões para se sentir inseguro. Se a revolução tivesse tido uma liderança, nessa noite de Natal não haveria nada que a impedisse de chegar ao poder na capital.

Mas a revolução não tinha liderança; ela não viu sua chance – e, além disso, era véspera de Natal. Os marinheiros haviam finalmente recebido seus salários, haviam lutado e saíram vitoriosos; agora queriam festejar.

No que diz respeito a Liebknecht – que não tinha tido nada que ver com os acontecimentos dos últimos dias –, passou toda essa noite ocupado, produzindo um número especialmente impactante do jornal *Rote Fahne* [*Bandeira*

vermelha], que seria publicado na manhã seguinte com a enorme manchete: “O Natal sangrento de Ebert”. Os delegados revolucionários que, como todas as outras pessoas, estavam em casa sentados diante da árvore de Natal cantando “noite feliz”,¹ convocaram uma manifestação para o primeiro feriado, com o seguinte mote: “a situação é muito grave, a revolução corre grande perigo”. Mas os sociais-democratas independentes, encabeçados por Haase, melancólico como sempre, só viam uma coisa: que precisavam sair desse governo; eles não queriam ter mais nada a ver com aqueles processos terríveis que haviam se desenrolado no dia 24 de dezembro sem seu conhecimento e sem sua intervenção.

Com isso, provavelmente fizeram o maior dos favores a Ebert e a seus colaboradores. Groener elogiou Ebert por ter se valido, com grande habilidade, da crise de Natal para expulsar os independentes do governo; e o então secretário do chefe da chancelaria do *Reich*, Walter Oehme, relata que, já alguns dias antes do Natal, havia se iniciado um movimento na chancelaria do *Reich* contra os três comissários do povo do USPD.

Falava-se por todo lado que sua saída do governo era dada por certa. Já se começava a olhar para novos colaboradores socialistas de direita. Se já antes todo o aparato da chancelaria do *Reich* havia sido montado de maneira unilateral para favorecer os três comissários do povo da ala direita da social-democracia, ele passava a trabalhar, a partir daquele dia [do encerramento do congresso dos conselhos do *Reich* e da eleição de um conselho central formado unicamente por membros do SPD], exclusivamente para eles. Haase, Dittmann e Barth começaram a ser afastados lentamente.

¹ Em alemão, o título da canção natalina é “Stille Nacht, Heilige Nacht”, cuja tradução literal seria “noite silenciosa, noite sagrada” (N. T.)

Mas se aconteceu mesmo dessa forma – alguns cronistas social-democratas contestam –, então o trabalho poderia ter sido poupado. Haase, Dittmann e Barth, os comissários do povo do USPD, saíram por si próprios do governo.

A ingenuidade de sua tática política na discussão sobre os acontecimentos dos dias 23 e 24 de dezembro só pode ser explicada se partirmos do pressuposto de que, consciente ou inconscientemente, eles não almejavam nada de diferente do que se desfazer da responsabilidade do governo, de um governo para o qual não se mostraram à altura. Depois de discutirem um dia inteiro e de maneira improdutiva com seus colegas do SPD sobre a legalidade ou ilegalidade da ordem para atirar dada no dia 24 de dezembro, eles convocaram o conselho central – ocupado exclusivamente por representantes do SPD – para arbitrar; e depois que o conselho central, como era de se esperar, decidiu contra os independentes, eles saíram do governo.

Isso aconteceu no dia 29 de dezembro. Já no dia 30 de dezembro, os três comissários do povo filiados ao SPD haviam escolhido dois novos colegas de seu próprio partido para ocupar os lugares, Wissel e Noske, e a “unidade socialista” proclamada sete semanas antes foi enterrada com um triunfo indisfarçável. “A ambiguidade debilitante foi superada”, celebravam em um manifesto ao povo alemão. “Agora temos condições de trabalhar!” O manifesto anunciava “tranquilidade e segurança” como objetivo de trabalho. A palavra “revolução” não aparecia mais. E o manifesto foi assinado da seguinte maneira: “O governo do *Reich*”. O “conselho dos comissários do povo” havia sido abolido.

Assim, a primeira e única vitória militar da revolução se transformou, no período de cinco dias, em sua derrota política decisiva. Nos dias 9 e 10 de novembro, Ebert havia sido

forçado a conceder à revolução, a fim de detê-la, um “governo da unidade socialista”. Agora, apenas sete semanas depois, essa unidade socialista já havia acabado – e certamente ela era, desde o início, mais aparente do que real. Todas as forças políticas que realmente queriam a revolução ou que ao menos simpatizavam com ela estavam novamente do lado de fora. Não sem ter culpa própria: elas haviam deixado passar sua hora e não haviam percebido sua oportunidade. Elas se deixaram eliminar – ou melhor, haviam excluído a si mesmas.

A consequência imediata foi também o desmoronamento da esquerda política. Depois de toda derrota, começa a briga entre os vencidos; cada um atribui a culpa ao outro pelo acontecido. Dessa vez não foi diferente.

No dia 30 de dezembro, a Liga Espartaquista se separou em definitivo do USPD e se constituiu como Partido Comunista de Alemanha. Ao mesmo tempo, desentenderam-se com os delegados revolucionários, que não queriam participar dessa refundação e que há muito achavam a “tática de rua” de Liebknecht – a tática de organizar manifestações de forma permanente – perigosa e diletante.

E mesmo no congresso de fundação do KPD houve, desde o início, fortes discordâncias entre a massa de seguidores, que exigia ação imediata, e a liderança, que ainda via um longo caminho diante de si. (Rosa Luxemburgo: “Companheiros, os senhores tornam seu radicalismo muito confortável ... nós estamos no início da revolução”.)

Mesmo depois da saída dos espartaquistas, o USPD permaneceu profundamente dividido. Alguns membros de sua ala mais à direita retornaram ao SPD. Sua ala mais à esquerda acusava os então comissários do povo de terem falhado completamente e de terem feito tudo errado. Os delegados revolucionários expulsaram Emil Barth de sua organização, seu único

representante até o momento no conselho dos comissários do povo – e que, sete semanas antes, ainda pertencia ao grupo mais interno da liderança.

Mas enquanto a liderança política da esquerda decaía dessa maneira, um novo espírito revolucionário foi se formando entre a massa de trabalhadores nesses dias de Natal. Em novembro, as massas acreditavam ter vencido. Desde o Natal, elas se sentiam traídas, enganadas em sua vitória – mas ainda assim não se sentiam vencidas. Era preciso se refazer novamente. Por acaso elas não haviam conseguido tudo sozinhas em novembro, sem liderança? Por que o que havia sido possível naquela época não poderia ser possível novamente?

Quando, no domingo do dia 29 de dezembro, os marinheiros que haviam caído em Friedrichshain, em Berlim oriental, foram enterrados, um imenso cortejo fúnebre os seguia, formado por pessoas em luto e com raiva. Elas traziam cartazes onde se podia ler: “Acusamos Ebert, Landsberg e Scheidemann de assassinar os marinheiros” e “À violência se responde com mais violência!”

Elas levantavam os punhos e gritavam em coro: “Abaixo os traidores!”. O que se desenrolou aqui e inundou durante horas as ruas de Berlim oriental era a segunda onda da revolução. Uma semana mais tarde ela seria derrotada.

10. A decisão em janeiro

O destino da Revolução Alemã foi decidido em Berlim, na semana de 5 a 12 de janeiro de 1919. Essa semana entrou para a história como a “semana espartaquista” – uma injustiça. O que aconteceu nessa semana não foi um levante comunista contra o governo social-democrata. Foi uma tentativa das massas trabalhadoras de Berlim de retomar o que havia sido conquistado nos dias 9 e 10 de novembro e que, nesse meio-tempo, já havia sido praticamente perdido – e conquistar da mesma maneira que antes. O 5 de janeiro foi um segundo 9 de novembro.

Mas o que se havia alcançado em novembro ao menos em aparência fracassou completamente em janeiro. Fracassou em parte porque a liderança, que estava de novo com os delegados revolucionários, operou de maneira ainda mais incapaz e desorientada do que antes. Mas fracassou sobretudo porque agora Ebert se sentia forte o suficiente para arriscar o que antes ainda não havia arriscado: a saber, deixar que a revolução fosse morta a tiros.

Ninguém planejou com antecedência ou previu o que aconteceu no dia 5 de janeiro em Berlim. Foi uma explosão espontânea das massas. O motivo foi trivial. O chefe de polícia de Berlim, um homem cordial e insignificante chamado Emil Eichhorn, que nunca havia desempenhado qualquer papel nem antes, nem depois, se recusou a aceitar sua demissão, pedida pelo ministério do Interior prussiano. Ele era membro do USPD

e recorreu ao grupo local do seu partido em Berlim, pedindo ajuda. No dia 4 de janeiro, em uma noite de sábado, o presidente do USPD de Berlim, os delegados revolucionários e dois representantes do KPD, recém-saído do forno – Liebknecht e Pieck –, se reuniram com Eichhorn na sede da polícia e decidiram convocar para o domingo um ato de protesto contra a deposição de Eichhorn; foi a única coisa que lhes ocorreu. E então foram surpreendidos.

Eles haviam feito a convocação para as duas horas da tarde do domingo “para um imponente comício de massas na Siegesallee”. Mas já na manhã de domingo, enormes colunas em marcha começaram a fluir novamente em direção ao centro da cidade, vindas de todos os subúrbios operários, tal como havia acontecido no dia 9 de novembro, e, às duas da tarde, havia uma multidão de centenas de milhares, cabeça com cabeça, não apenas na Siegesallee, mas por todo o Tiergarten, ao longo da Unter den Linden, até a Schlossplatz e, dali, descendo a Königstrasse até chegar à Alexanderplatz, onde ficava a sede da polícia.

Não era uma reunião pacífica. Era uma concentração militar. Muitos estavam armados. Todos estavam irritados e sedentos por ação. Depois que ouviram os discursos – apesar de a maioria não conseguir ouvir nada, na época ainda não havia alto-falantes –, as massas não se dispersaram. Exatamente como aconteceu no dia 9 de novembro, algumas pessoas corajosas tomaram a iniciativa repentinamente por todos os lados, emitiam palavras de ordem e reuniam os grupos armados. Não queriam apenas se manifestar, queriam agir – e agir de qualquer maneira que fosse.

Mais tarde foi afirmado que houve a participação de espões do governo, como *agents provocateurs*, em todo esse jogo. É possível – mas teria sido impossível levar essas massas a agir,

tal como aconteceu, se já não estivessem decididas a fazê-lo por si mesmas.

À tarde, a manifestação havia se desenvolvido em ação armada. Seu principal objetivo era o bairro da imprensa. Todas as grandes redações de jornal – *Scherl*, *Ullstein*, *Mosse*, o *Vorwärts* – foram ocupadas, as máquinas foram paralisadas, as editorias mandadas para casa. Outros grupos armados ocuparam as grandes estações de trem mais tarde.

Ainda naquela noite, por todas as partes do centro de Berlim, havia colunas agitadas em movimento, buscando objetivos estratégicos que pudessem ser ocupados ou inimigos que valesse a pena combater. Nenhum inimigo apareceu. A revolução, imobilizada desde o dia 10 de novembro, havia irrompido novamente. Aparentemente dominaria Berlim nessa noite.

Ninguém ficou mais surpreso com essa irrupção violenta das massas do que as pessoas que a desencadearam. Não tinham ideia da avalanche que haviam posto em movimento.

Na noite desse domingo, 86 homens se reuniram na delegacia de polícia de Berlim: setenta delegados revolucionários, dez membros da presidência do USPD de Berlim, com o velho Georg Ledebour à frente, dois representantes dos soldados, um representante dos marinheiros, Liebknecht e Pieck como enviados do KPD e, por fim, o próprio Eichhorn. Segundo o relato de um participante, a reunião “estava completamente sob o feitiço da manifestação violenta, sem primeiro chegar a uma conclusão sobre o que deveria acontecer em seguida”. Reinava “um ambiente que não permitia posicionamentos objetivos. Os oradores tentavam cobrir as propostas uns dos outros com palavras e reivindicações”.

Heinrich Dorrenbach, o líder da divisão popular da marinha, era o que se comportava de maneira mais selvagem, já

que não estava apenas inebriado pelas impressões avassaladoras das últimas horas, como todos os demais, mas ainda havia o agravante de que sua vitória na batalha de Natal na Schlossplatz havia lhe subido um pouco à cabeça: ele afirmava agora que “não só a divisão popular da marinha, mas também todos os outros regimentos de Berlim apoiam os delegados revolucionários e estão preparados para derrubar o governo Ebert-Scheidemann com força armada”.

No entanto, ambos os representantes dos soldados advertiram: “talvez as tropas estejam nos apoiando”, afirmou um deles, “mas elas sempre oscilaram”. O outro era ainda mais pessimista: era até mesmo questionável se Dorrenbach teria o apoio de seu próprio pessoal (um ceticismo que logo se mostraria justificado). Mas os que fizeram advertências não conseguiram competir contra a embriaguez da vitória – que, curiosamente, não eram os líderes que incutiam nas massas, mas as massas que incutiam essa embriaguez nos líderes. Com oitenta votos contra seis foi decidido “dar início à luta contra o governo e travá-la até sua queda”.

Ainda naquela noite, foi publicada a seguinte convocação:

Trabalhadores! Soldados! Camaradas! Com um vigor impressionante, no domingo vocês manifestaram seu desejo de arruinar o último ataque perverso do governo Ebert, um governo manchado de sangue. Agora se trata de algo ainda maior. É preciso colocar um freio em todas as maquinacões contrarrevolucionárias! Por isso, saiam das fábricas! Apareçam em massa hoje, às 11 horas da manhã, na Siegesallee! Trata-se de consolidar e implementar a revolução. À luta pelo socialismo! À luta pelo poder do proletariado revolucionário! Abaixo o governo Ebert-Scheidemann!

Um “comitê revolucionário provisório” foi formado por não menos do que 53 homens, com Ledebour, Liebknecht e um certo Paul Scholze à frente; esse comitê revolucionário

anunciou que teria “assumido temporariamente os assuntos do governo”. Na verdade, nunca assumiria os assuntos do governo, tampouco os assuntos da revolução. A convocação para uma nova concentração na segunda-feira foi o único ato que conseguiu levar a cabo.

As pessoas responderam à convocação. Na manhã de segunda-feira, as massas estavam novamente nas ruas, talvez em maior número do que no domingo. Grudadas umas nas outras, voltavam a ocupar a Siegesallee até a Alexanderplatz, armadas, cheias de expectativa, com disposição para agir. Agora elas se sentiam fortes. No dia anterior, haviam mostrado sua força e seu poder como se fosse um jogo – de maneira completamente espontânea, sem qualquer liderança. Mas agora acreditavam ter uma liderança, agora esperavam por decisão, luta e vitória.

E então nada aconteceu. Não se ouviu falar da liderança. Grupos individuais se tornaram autônomos novamente e ocuparam ainda alguns prédios públicos – a agência de telégrafos Wolff, a gráfica do *Reich*. Aparentemente ninguém queria arriscar o ataque decisivo ao prédio do governo sem ter uma ordem; e as ordens não vieram. Alguns milhares de seguidores do governo, bem como civis armados, que o SPD havia angariado pela manhã, também estavam diante da chancelaria do *Reich*.

As horas se passaram. O dia, que havia começado com uma bela luz do sol de inverno, ficou nublado, começou a fazer um frio úmido desagradável e, em seguida, começou a escurecer lentamente. E não veio nenhuma ordem. As pessoas comeram os sanduíches que haviam trazido de casa e a fome se anunciava novamente, a fome eterna desse inverno de revolução. A partir da tarde, as massas começaram a zarpar lentamente. À noite, elas já haviam se dispersado. E, quando deu meia-noite, o cen-

tro de Berlim estava vazio. Apesar de ninguém ainda saber, a Revolução Alemã havia morrido nesse dia 6 de janeiro de 1919.

O que havia acontecido? Sobretudo isto: o apoio para a segunda onda da revolução que era esperado das tropas de Berlim havia falhado. Havia acontecido exatamente da maneira que os representantes dos soldados haviam previsto na noite anterior: as tropas oscilaram, discutiram, não sabiam ao certo o que estava sendo jogado; como acontecia sempre, elas eram ao mesmo tempo a favor da revolução e a favor de paz e ordem. De toda forma, não tinham vontade de colocar suas cabeças a prêmio. Mesmo a divisão popular da marinha havia se declarado “neutra”. Pela manhã, o comitê revolucionário de 53 membros se mudou, cheio de esperança, da delegacia de polícia para o quartel-general dos marinheiros, na estrebaria real. À tarde, já havia sido de novo conduzido para fora. Assim transcorreu o dia.

À noite reuniram-se novamente na delegacia de polícia, num estado de espírito completamente diferente daquele do dia anterior. Já não se tratava mais de discutir se era possível derrubar o governo, mas apenas de perguntar se conseguiriam se retirar desse apuro de uma maneira aceitável.

Isso ainda parecia possível nessa noite de segunda-feira, ainda pareceu possível nos dois ou três dias seguintes. Nesses dias, ambos os lados tinham medo um do outro; o governo também tinha medo da revolução. O susto de domingo os havia paralisado e, na segunda-feira, era possível ver a nova e enorme concentração das massas já a partir da Wilhelmstrasse; a Unter den Linden parecia um acampamento do exército: o que aconteceria se esse exército se pusesse em movimento para atacar o prédio do governo? Ainda não se sabia o quão desamparada a liderança revolucionária de fato estava. Aparentemente, não se podia depender da maioria das tropas de Berlim – e isto valia tanto para o governo quanto para seus oponentes.

No entanto, do lado de fora, nas áreas de treinamento das tropas localizadas em Brandemburgo, formavam-se nesse momento os *Freikorps*. Ainda na noite de sábado, em Zossen, Ebert e Noske haviam feito uma visita ao corpo nacional de atiradores [*Landesjägerkorps*] do general Maercker e ficaram positivamente surpresos em ver novamente “verdadeiros soldados” diante de si; Noske bateu no ombro de Ebert, que era consideravelmente mais baixo, e disse: “Fique calmo, tudo vai melhorar”. Mas isso acontecia na noite de sábado em Zossen e agora era segunda-feira em Berlim e o corpo nacional de atiradores não estava na Unter den Linden – era a revolução armada que ocupava a rua.

A mediação que os comissários do povo do USPD, que haviam rompido com o governo no dia 29 de dezembro, ofereciam nessa segunda-feira era mais do que bem-vinda. Ebert concordou facilmente com a mediação; era, no mínimo, uma maneira de ganhar tempo. Ele colocou apenas uma condição: a suspensão da ocupação das redações dos jornais.

O comitê revolucionário teria que decidir sobre isso na noite de segunda-feira. Se tivesse dito que sim, talvez ainda fosse possível desfazer tudo mais uma vez. Mas respondeu que não.

O espetáculo que esse trambolho incapaz de agir – e que se autointitulava comitê revolucionário – oferece desde o primeiro ao último momento é deplorável. Não podia seguir em frente e não queria voltar atrás. O abatimento de ânimo desde a embriaguez pela vitória do dia anterior era muito profundo; reconhecer a derrota e admiti-la, iniciar a retirada: isso era mais do que os 53 homens podiam aguentar emocionalmente em 24 horas.

Além disso, talvez uma dúvida secreta corroesse os 53 homens por dentro, se conseguiriam ou não garantir a desocupação das redações dos jornais. Eles não haviam ordenado a ocupação e não tinham qualquer poder sobre os grupos armados que estavam nos prédios das redações; em muitos dos casos

sequer sabiam quem comandava cada ocupação. Na realidade, o comitê revolucionário na delegacia de polícia fez papel de tolo nessa revolução. Mas isso não podia se tornar público! E então eles disseram que não.

No fundo, Ebert havia acertado. Não queria firmar um novo acordo de paz ilusório com a revolução, tal como no dia 10 de novembro; queria um ajuste de contas. (“A hora da revanche se aproxima!”, é dito num apelo do governo, formulado por Ebert, publicado dois dias depois, em 8 de janeiro.) Enquanto adia as negociações inúteis por mais alguns dias, organizou seus preparativos militares. Eles seguiam em duas linhas.

Uma delas era a linha de Noske, a linha dos *Freikorps*. Ainda na segunda-feira, na chancelaria do *Reich* meio sitiada, Noske foi nomeado comandante em chefe. (“Quanto a mim”, ele teria dito, segundo uma testemunha, “alguém terá que se tornar o cão de caça.”) Ele teve que se retirar imediatamente da zona de perigo, passando em meio às massas armadas através do portão de Brandemburgo – as massas não tinham ideia de quem era aquele civil alto de óculos. (“Pedi repetidas vezes, de forma educada, para que me deixassem passar, já que eu tinha um recado urgente a dar. Abriam-me caminho de bom grado.”) Desde então estava em Dahlem, um subúrbio do leste de Berlim, mais precisamente em Luisenstift, um elegante pensionato de senhoritas que desfrutavam das férias prolongadas de Natal. Lá montou seu quartel-general, a partir dali impulsionava a constituição de novos *Freikorps* em volta de Berlim e preparava sua marcha sobre a cidade. Não havia revolução em Dahlem, nenhum trabalhador se perdia por ali. Reinava um nobre silêncio nos amplos jardins de inverno. Noske podia trabalhar sem ser perturbado.

Mas seu trabalho requeria tempo e Ebert tinha pressa. A greve geral ainda reinava em Berlim, as estações de trem e as

redações dos jornais permaneciam ocupadas, o comitê revolucionário estava na delegacia de polícia, ainda havia grandes concentrações de massa no leste e no norte. Se os *Freikorps* ainda não estavam prontos para marchar – não era possível começar alguma coisa com as tropas de Berlim? Ebert queria tentar de toda forma. Uma ou outra divisão das tropas deveria poder ser utilizada contra os “espartaquistas”, em nome de Deus!

Nessa segunda linha, ele mesmo preparava o contra-ataque contra a revolução enquanto, paralelamente, ainda negociava e manifestava sua aversão ao derramamento de sangue. E, por fim, de fato foram as tropas de Berlim que tiveram um papel decisivo. Os *Freikorps* marcharam sobre a cidade quando a batalha já havia sido travada.

O momento decisivo aconteceu entre 9 de janeiro, uma quinta-feira, e 12 de janeiro de 1919, um domingo. Nesses dias, por ordem de Ebert, a revolução foi abatida a tiros na capital. Berlim ouvia os canhões trovejarem dia a dia, como até então só havia acontecido em 24 de dezembro e uma multidão heterogênea de tropas – os *Maikäfer* [besouros], particularmente conservadores; o recém-formado “regimento *Reichstag*”, leal a Ebert; o regimento voluntário *Reinhard*, que havia sido estabelecido nos dias de Natal e que pertencia à direita radical e, por fim, os batalhões de Potsdam, sob a liderança do major von Stephani, que haviam sido derrotados de maneira tão vergonhosa na noite de Natal e que haviam se reorganizado desde então – reconquistaram os edifícios ocupados um atrás do outro, em difíceis combates nas ruas e nas casas – por fim, a delegacia de polícia foi desocupada no domingo.

A batalha mais difícil foi travada na manhã de sábado, dia 11 de janeiro, em torno do prédio da redação do *Vorwärts* na Lindenstrasse: o primeiro bombardeio de canhões não teve qualquer

sucesso, de maneira semelhante ao que havia acontecido diante do palácio; o primeiro ataque foi rechaçado, então se seguiu um segundo bombardeio de canhões, ainda mais forte, e então algo horrível aconteceu: a ocupação do *Vorwärts* enviou seis parlamentares com uma bandeira branca para negociar uma saída pacífica. Um deles voltou com a exigência de rendição incondicional, os cinco restantes foram retidos, detidos, terrivelmente maltratados e, por fim, fuzilados junto com dois mensageiros que haviam sido presos anteriormente. E então o *Vorwärts* foi invadido. Trezentos homens que o defenderam foram levados presos.

O major von Stephani telefonou para a chancelaria do *Reich* e perguntou o que deveria fazer com tantos presos. Segundo sua própria manifestação por escrito, recebeu a seguinte resposta: “Atire em todos!” Ele se negou a fazê-lo; ainda era um oficial da escola antiga. Ainda assim, sete dos presos foram fuzilados, quase todos terrivelmente maltratados a coronhadas de fuzil, sem que von Stephani pudesse impedir. Volkmann, o conselheiro do arquivo do *Reich*, que escreveu uma história da revolução absolutamente favorável aos militares, relata o seguinte:

Foi praticamente impossível domar os soldados em sua raiva. No momento em que viram um de seus próprios oficiais, que havia sido levado preso pelos insurgentes e havia sido mantido preso no prédio do *Vorwärts* durante o tiroteio, apertar a mão dos espartaquistas em agradecimento pelo tratamento decente que havia recebido, espancaram-no violentamente.

No dia 12 de janeiro, os combates haviam acabado em Berlim. A revolução havia sido derrubada. Havia sido uma revolução “espartaquista”, ou seja, uma revolução comunista? Esse foi o registro linguístico utilizado pelos vencedores desde o início e mantido até os dias de hoje. (Pode-se observar a naturalidade com que Volkmann trata os ocupantes do *Vorwärts* de “espartaquistas”).

Essa não é a verdade. O KPD não previu nem quis, não planejou nem dirigiu o levante de janeiro. Ficou até mesmo chocado com o fato de as massas terem se precipitado sem liderança e sem planejamento. Um levante de massas como esse, antes que o partido sequer estivesse bem consolidado, contrariava todas as regras! Quando Liebknecht voltou à presidência do partido no dia 8 de janeiro, ele foi inundado com repreensões em razão de sua participação não autorizada pelo partido. “Karl, é este o nosso programa?”, Rosa Luxemburgo teria lhe perguntado – ou, segundo uma outra versão: “Karl, onde fica o nosso programa?”

Mas tampouco o lamentável “comitê revolucionário” – em que davam o tom os setenta delegados revolucionários e não os dois comunistas envolvidos, Liebknecht e Pieck – havia planejado, levado adiante ou liderado o levante de janeiro. Esse levante foi, exclusivamente, fruto da obra espontânea das massas operárias de Berlim, as mesmas massas que haviam feito a revolução de novembro; em sua grande maioria, essas massas eram social-democratas e não espartaquistas ou comunistas; e seu levante de janeiro não foi nada diferente do que havia sido seu levante de novembro.

Isso é passível de comprovação na medida em que as massas não permaneceram caladas. Na segunda metade dessa semana trágica de janeiro, quando o fracasso do “comitê revolucionário” já havia ficado claro também para elas e enquanto os canhões já ressoavam no bairro da imprensa, elas formulavam seus objetivos em grandes reuniões de massa e faziam-no com uma clareza notável.

No dia 9 de janeiro – uma quinta-feira –, quarenta mil trabalhadores das fábricas AEG e Schwartzkopf se reuniram em Humboldthain e decidiram – da mesma maneira como haviam feito no dia 10 de novembro – em favor da “união dos trabalhadores de todas as tendências” e criaram uma comissão

paritária para esse fim. Nos dias seguintes, o movimento pela unidade já havia chegado praticamente a todas as fábricas de Berlim. A resolução em quatro pontos das fábricas de Spandau (oitenta mil trabalhadores), de 10 de janeiro, é característica desse processo:

1. Renúncia de todos os comissários do povo;
2. Reunião das comissões paritárias dos três partidos;
3. Nova votação para os conselhos de operários e de soldados, para o conselho central, para o comitê executivo e para os cargos de comissário do povo;
4. Dar início à unificação dos partidos socialistas.

Para muitos, também era significativa a exigência formulada pelos trabalhadores das centrais elétricas do sudoeste, em Schöneberg, no dia 10 de janeiro – uma sexta-feira –, demandando a renúncia dos “líderes de todas as *tendências políticas* que se mostraram incapazes de impedir este aterrador fratricídio”.

Estes não são objetivos espartaquistas ou comunistas. São exatamente aqueles objetivos que Ebert havia falado da boca para fora no dia 10 de novembro: unidade socialista, “sem guerra entre irmãos”. Os trabalhadores de Berlim haviam lutado por esses objetivos no dia 9 de novembro e, por esses objetivos, haviam novamente pegado em armas nessa semana sangrenta de janeiro, espontaneamente e sem liderança.

Eles ainda queriam o que haviam desejado em novembro: a união de todos os partidos socialistas e a dissolução do antigo Estado feudal-burguês em favor de um novo Estado operário. Ebert havia admitido isso em 10 de novembro, apenas no plano da aparência. Mas nunca o havia desejado; ele queria, desde o princípio, a manutenção do antigo Estado. Foi precisamente o que os trabalhadores de Berlim haviam entendido entre novembro e janeiro e, por esse motivo, não fizeram uma revolução espartaquista ou comunista em janeiro, mas fizeram

a mesma revolução mais uma vez. Mas se na primeira vez uma vitória aparente havia bastado, desta vez a revolução terminou em derrota sangrenta.

Os trabalhadores que haviam ido para as ruas nos dias 9 de novembro e 5 de janeiro e que haviam formulado seus objetivos em acordos massivos nos dias 9, 10 e 11 de janeiro, ainda votaram, no dia 19 de janeiro, na eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em sua grande maioria, em candidatos social-democratas. Eles ainda se sentiam social-democratas – e não independentes ou comunistas. Quem não era mais social-democrata a seus olhos eram Ebert, Scheidemann e Noske.

Mas eram Ebert, Scheidemann e Noske que detinham o poder naquele momento e que determinaram quem tinha o direito de se chamar social-democrata dali em diante e quem deveria ser xingado de “espartaquista!”. Eles também tinham o poder de simplesmente jogar no lixo todas as resoluções formuladas pelos trabalhadores nessa semana de janeiro.

É certo que, para consolidar o poder contra seus próprios seguidores, precisavam se valer de aliados estranhos a partir daquele momento – aliados para quem eles próprios eram meio “espartaquistas”. Com a mesma ingenuidade com que a revolução havia se rendido a Ebert dois meses antes, agora Ebert se rendia à contrarrevolução.

Assim que a luta por Berlim foi vencida por Ebert, também Noske concluíra seus preparativos. Os primeiros *Freikorps* estavam formados; eles podiam marchar sobre Berlim. Em 11 de janeiro, um sábado – depois da invasão do *Vorwärts* –, houve uma espécie de aperitivo do que estava por vir: uma manifestação sob forma de marcha do corpo dos atiradores de Maercker atravessando a área oeste burguesa de Berlim, de Lichtenfelde, passando por Steglitz e Schöneberg, em direção a Potsdamer

Platz, seguindo para a Dönhoffplatz. No dia seguinte, o jornal conservador *Post* dava notícia da marcha sob o título “Um raio de esperança”.

Ontem à tarde, por volta das três horas, aqueles que têm um coração repleto de pensamento nacional puderam novamente se alegrar ao contemplar uma cena que há muito fazia falta. Tropas saíam da Potsdamer Platz em direção à Dönhoffplatz. Tropas com oficiais, tropas que estavam seguindo o pulso firme de seus líderes. Uma enorme multidão se formou para saudá-las com vivas animados. A marcha vacila, as tropas precisam parar. Comandos rigorosos de ‘Companhia, alto! Apresentar armas!’ eram executados de maneira tão exata quanto rígida. Gritos de ‘bravo!’ eram ouvidos do público. Todos olhavam com admiração para esta tropa esplêndida, impecável e disciplinada, bem como para seus líderes.

O que o *Post* escondeu foi o fato de que essa tropa esplêndida era conduzida por um civil sozinho, alto e de óculos: Gustav Noske. Ele não teria renunciado a isso por nada no mundo. O já citado Volkmann dá uma captura instantânea desse quadro estranho: “Por trás do rosto mortalmente sério há uma vontade de ferro. A seu lado estava um coronel meio desdenhoso, meio constrangido”.

Essa marcha foi apenas um ensaio. No dia 15 de janeiro, a quarta-feira depois da semana da revolução, toda a parte sul, oeste e o centro de Berlim foram ocupados pelo recém-formado “comando geral Lüttwitz”. O norte e o leste – os bairros operários – haviam sido poupados por enquanto. Sua submissão, que não poderia ocorrer sem derramamento de sangue, estava prevista para depois.

A recém-formada “divisão de fuzileiros da cavalaria da guarda” [*Garde-Kavallerie-Schützendivision*] tomou a parte oeste de Berlim. Ela montou seu quartel-general no imponente Hotel Eden. Ela levava cartazes que diziam: “A divisão de fuzileiros

da cavalaria da guarda marchou sobre Berlim. Berlinenses! A divisão lhes promete não abandonar a capital até que a ordem tenha sido definitivamente restabelecida”.

Já no dia de sua entrada na cidade, a divisão entregou seu cartão de visitas: o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

11. A perseguição e o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo

Quando, na noite do dia 15 de janeiro de 1919, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo foram levados a golpes de coronhadas e conduzidos em automóveis que saíram do hotel Eden de Berlim em direção ao Tiergarten para serem assassinados ali, isso não mudou, a princípio, praticamente nada no curso dos acontecimentos políticos. A última hora da revolução já havia soado – a última hora em que a atuação de Liebknecht havia sido completamente marginal e em que Rosa Luxemburgo não havia participado ativamente em nada. Fosse como fosse, seu extermínio violento era iminente. O assassinato dessas duas figuras simbólicas talvez tenha dado o sinal de que o final estava por vir; mas, no curso geral das coisas, esse crime parecia então nada mais que um episódio cruel.

Hoje se percebe com horror que esse episódio foi o verdadeiro acontecimento histórico do drama da Revolução Alemã. Visto à distância de meio século, ele tem algo do efeito assustador, incalculável e de longo alcance do acontecimento no Gólgota – que, da mesma forma, não pareceu alterar nada quando ocorreu.

A morte uniu Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Durante a vida, quase até o final, tiveram pouco em comum entre eles. Cada um tinha uma trajetória muito diferente atrás de si e personalidades muito distintas.

Liebkecht foi um dos homens mais corajosos que a Alemanha já produziu. Ele não era um grande político. Até 1914, praticamente ninguém fora do SPD o conhecia; e valia pouco dentro do partido – o filho irrelevante de um grande pai, Wilhelm Liebkecht, o fundador do partido: um “advogado acalorado e obstinado, com um bom coração e uma tendência ao dramatismo”.

Ele militou na juventude do partido e escreveu um livro antimilitarista que lhe valeu um ano e meio de prisão; só então, em parte como um gesto de obstinação, em parte como consolo, o partido o apresentou como candidato nas eleições; desde 1908, tinha assento no parlamento regional da Prússia desde 1912, passou a ter assento no *Reichstag*. Na época, Rosa Luxemburgo descreveu o deputado Liebkecht de maneira claramente irônica:

No parlamento, em reuniões, em comissões, em compromissos, na correria e com urgência, sempre em movimento, saindo do bonde para o trólei e do trólei para o carro, todos os bolsos abarrotados de blocos de notas, todos os braços carregados de jornais recém-comprados, era impossível que ele tivesse tempo para ler todos, o corpo e a alma cobertos de poeira da rua...

Ainda no início da guerra, quando tentava formar um grupo de oposição à guerra dentro do partido, ela escreveu: “Karl é incompreensível porque ele anda por aí como uma nuvem pelo ar”.

Em contrapartida, desde a virada do século, Rosa Luxemburgo era uma figura política de primeiro escalão na Alemanha – ainda que fosse triplamente marginalizada, como mulher, judia e meio-estrangeira (nascera na Polônia russa e só havia se tornado alemã por meio de um casamento de fachada); além disso, em razão da radicalidade de suas posições, era o horror da burguesia, até mesmo o horror dos sociais-democratas; e,

apesar de tudo isso, era admirada por amigos e inimigos – frequentemente admirada a contragosto – pela multiplicidade de seus talentos, que beiravam a genialidade: um intelecto da mais alta precisão e sutileza, um estilo brilhante e uma retórica que entusiasmava; era uma política de puro sangue e, ao mesmo tempo, uma pensadora original; além de ser uma mulher calorosa e fascinante. Diante de seu humor e de sua bela seriedade, de sua paixão e bondade, esquecia-se que não era bonita. Ela foi tão amada quanto temida e odiada.

Nas grandes controvérsias socialistas nacionais e internacionais do início do século sempre fez parte dos pioneiros. Era aliada ou opositora, em pé de igualdade, de Bebel e Kautsky, de Lenin e Trotsky, de Jaurès e Pilsudski. Em meio a isso, viajou para participar da Revolução Russa de 1905 – e foi parar na prisão uma e outra vez, por ofensas ao imperador, por incitação à desobediência, por ofensa ao corpo de oficiais. Uma grande mulher, que não passava despercebida, provavelmente a maior do século.

E então a guerra mudou tudo repentinamente, de uma maneira que faz lembrar o *Fausto*:

Com passos mil fá-lo-á a mulher;
Mas corra o que puder, detrás
Vem o homem e de um salto faz.¹

Karl Liebknecht, deputado desconhecido e pouco relevante, ultrapassou a grande Rosa Luxemburgo durante a guerra e tornou-se uma figura mundial, não por qualquer desempenho especial que revelasse brilhantismo político ou originalidade intelectual, mas simplesmente em razão de dois atos de cora-

¹ Johann Wolfgang von Goethe, *Fausto: uma tragédia. Primeira Parte*. Tradução de Jenny Klabin Segall. 6.ed. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 447. No original: “...mit tausend Schritten macht’s die Frau; / Doch wie sie auch sich eilen kann – / Mit einem Sprunge macht’s der Mann.” (N. T.)

gem, ainda que estejamos falando de uma coragem moral e solitária tremenda: em 2 de dezembro de 1914, foi o único a votar contra a aprovação de um segundo empréstimo de guerra no *Reichstag* – apenas quem conhece o ambiente que reinava na Alemanha na época é capaz de avaliar o que isso significou. E, no dia primeiro de maio de 1916, começou um discurso na Potsdamer Platz em Berlim, em uma das manifestações pelo dia do trabalho (não era uma manifestação grande; algumas centenas de pessoas, no máximo mil pessoas, cercadas pela polícia), com as seguintes palavras: “Abaixo a guerra! Abaixo o governo!” Não conseguiu continuar. Policiais o dominaram e levaram-no preso – ele desapareceu pelos dois anos e meio seguintes na prisão. Mas as seis palavras que disse tiveram mais efeito do que o discurso mais longo e mais brilhante teria provocado. Quando Liebkecht saiu da prisão no dia 23 de outubro de 1918, ele era, para toda a Alemanha e para muito além da Alemanha, o protesto encarnado contra a guerra e também a revolução encarnada.

Rosa Luxemburgo só saiu da prisão em 9 de novembro de 1918. Ela havia passado praticamente a guerra inteira atrás das grades, primeiro por um ano, em razão de um julgamento político anterior à guerra, e, depois disso, dois anos e meio em “prisão preventiva”. Durante esses anos, em que escreveu suas críticas à social-democracia alemã e à revolução bolchevique – críticas que viriam a se tornar clássicas –, os cabelos embranqueceram, mas o espírito não havia perdido nada de sua soberania cintilante.

Dali em diante, os dois teriam ainda em torno de dois meses de vida, dois meses em que a Revolução Alemã irrompeu e fracassou. Quando alguém se pergunta no que Liebkecht e Rosa Luxemburgo contribuíram para o drama que se desenrolou nesses dois meses, a resposta sincera é: pouco ou quase nada. Tudo teria acontecido exatamente da mesma forma se eles não

estivessem ali. Mesmo figuras efêmeras como os marinheiros Artelt e Dorrenbach influenciaram os acontecimentos, por alguns momentos, de maneira mais decisiva do que os dois grandes revolucionários. Liebknecht e Luxemburgo nunca exerceram verdadeira influência sobre os atores principais propriamente ditos – Ebert e seu pessoal, os delegados revolucionários, os marinheiros, as tropas de Berlim, as duas organizações partidárias socialistas, as assembleias dos conselhos, as massas sempre imprevisíveis que intervieram na trama. Liebknecht fez algumas entradas em cena; Rosa Luxemburgo nem mesmo isso.

É possível reconstruir nos mínimos detalhes o que eles fizeram nesses 67 dias. Com muitas dificuldades e obstáculos, fundaram e redigiram um jornal, *Rote Fahne*, cujo editorial escreviam diariamente. Participaram – sem qualquer sucesso – de reuniões e encontros dos delegados revolucionários e do USPD de Berlim. Por fim, diante desse fracasso, decidiram fundar seu próprio partido, prepararam o congresso de fundação do KPD, organizaram o congresso e, nele, fizeram as exposições principais; Rosa Luxemburgo redigiu o programa do partido. Mesmo esse congresso de fundação do partido não foi um sucesso pessoal para Liebknecht e Luxemburgo, que perderam nas votações de questões importantes. Estamos falando aqui dos últimos dias do ano de 1918. Em seguida, a partir do dia 4 de janeiro de 1919, Liebknecht ainda participou, por conta própria, das reuniões infrutíferas do comitê revolucionário dos 53 na sede da delegacia de polícia de Berlim. Nessa época, Rosa Luxemburgo redigia a *Rote Fahne* sozinha. E então a escassa porção de vida que ainda lhes era concedida já havia se esgotado.

Se incluirmos a participação em manifestações, os discursos que foram improvisados nesses protestos, as discussões constantes com correligionários, temos o quadro de uma época mais do que ocupada, de um tempo de insônia e agitação. Nesses

dias de 9 de novembro de 1918 até 15 de janeiro de 1919 – os últimos que ainda lhes foram concedidos –, Liebknecht e Rosa Luxemburgo *trabalharam* como possuídos, até o limite de suas forças. Mas não *consequiram* nada. Eles não eram os líderes de uma revolução bolchevique alemã, não eram o Lenin e o Trotsky da Alemanha. E também não queriam desempenhar esses papéis: Rosa Luxemburgo não queria porque rejeitava, por razões de princípio, a violência da revolução parida a fórceps de Lenin e Trotsky e porque sempre repetia, num tom quase solene, que a revolução precisava nascer de forma natural e democrática a partir da consciência das massas proletárias e que na Alemanha ela ainda estava bem no início. Liebknecht não queria porque estava convencido de que a revolução se fazia por si mesma – que, em verdade, já havia feito a si mesma – e que não precisava mais de qualquer organização, nem de qualquer manipulação. Logo após regressar à Rússia em abril de 1917, Lenin lançou o seguinte lema: “Organização, organização e mais organização!” Liebknecht e Luxemburgo não organizaram nada. O lema de Liebknecht era: agitação; o de Rosa Luxemburgo: esclarecimento [*Aufklärung*].

Mas isso ela ofereceu. Ninguém, desde o primeiro instante, analisou publicamente a realidade da Revolução Alemã e as razões de seu fracasso – a falta de sinceridade do SPD, a incoerência do USPD, a falta de concepção dos delegados revolucionários – de maneira tão perspicaz e tão incondicional quanto Rosa Luxemburgo, dia a dia, na *Rote Fahne*. Mas era um trabalho jornalístico – glorioso, a seu modo –, não um trabalho revolucionário. O único efeito que Rosa Luxemburgo conseguiu com isso foi dirigir, para si mesma, o ódio mortal daqueles que havia exposto e desmascarado.

Esse ódio era mortal no sentido literal da palavra e era mortal desde o início. É possível comprovar que o assassina-

to de Liebknecht e Rosa Luxemburgo foi sistematicamente planejado e organizado, pelo menos desde o início de dezembro. Já nos primeiros dias de dezembro, resplandeciam cartazes em todos os pilares de publicidade de Berlim, com os seguintes dizeres: “Trabalhadores, burgueses! A pátria está diante da ruína. Salvem-na! Ela recebe ameaças de dentro e não de fora: da Liga Espartaquista. Matem seus líderes! Matem Liebknecht! Então terão paz, trabalho e pão! Os soldados do *front*”.

Naquela época, os soldados do *front* ainda não estavam em Berlim. O convite ao assassinato partia, portanto, de outra fonte. Existem pistas a respeito de qual seria essa outra fonte. O então adjunto do comandante da cidade Wels, um certo Anton Fischer, declarou por escrito que, em novembro e dezembro de 1918, a política de seu departamento havia consistido em “seguir o rastro” de Liebknecht e Luxemburgo “dia e noite, caçá-los de tal maneira que não pudessem mais realizar qualquer atividade de agitação ou organização”. Já na noite de 9 para 10 de dezembro, soldados do segundo regimento da guarda invadiram a redação da *Rote Fahne* com a intenção – admitida depois – de assassinar Liebknecht. No processo sobre esse caso, meia dúzia de testemunhas declararam que, já naquela época, o valor de cinquenta mil marcos alemães havia sido estipulado pelas cabeças de Liebknecht e Rosa Luxemburgo – cinquenta mil cada – e quem havia colocado suas cabeças a prêmio eram Scheidemann e Georg Sklarz, um amigo próximo de Scheidemann, um novo-rico que havia se tornado milionário durante a guerra.

Em 13 de janeiro de 1919, dois dias antes do assassinato traiçoeiro, era possível ler no *Mitteilungsblatt der freiwilligen Hilfskorps in Berlin* [Boletim informativo dos Freikorps auxiliares em Berlim]:

Aumentam as suspeitas de que o governo poderia afrouxar em sua perseguição contra os espartaquitas [*sic!*].²

Como se assegura em um comunicado oficial, ninguém vai se conformar com o que foi alcançado até agora. Ao contrário, vamos avançar com toda a energia contra os chefes do movimento. A população de Berlim não deve acreditar que os que se livraram até agora vão poder desfrutar de uma existência tranquila em outro lugar. Os próximos dias já vão mostrar que eles também serão tratados com dureza.

No mesmo dia, apareceu, no órgão central do social-democrata *Vorwärts*, um poema que acabava com a seguinte estrofe:

Muitas centenas de mortos numa fila –
 Proletários!
 Karl, Rosa, Radek e seus cupinchas –
 Ninguém está aqui, ninguém está aqui!
 Proletários!³

Alguns dias antes, Gustav Noske, o comandante em chefe de Ebert na guerra civil, deu pessoalmente a ordem, a partir do *Luisenstift* de Dahlem, para que o então tenente Friedrich Wilhelm von Oertzen – como este relatou por escrito depois – vigiasse com constância a linha telefônica de Liebknecht e reportasse todos os seus movimentos, de dia a dia e de hora em hora, ao capitão Pabst da divisão de fuzileiros da cavalaria da guarda. Foi essa ordem que levou à captura de Liebknecht e Rosa Luxemburgo e Pabst foi o chefe do comando assassino.

Com o passar do tempo, não deve ter escapado a Liebknecht e Rosa Luxemburgo o fato de que estavam sendo caçados. É curioso e, num sentido honroso, característico deles, que, apesar disso, não pensaram em deixar Berlim nem por um instante;

² No original, “Spartakiden” em vez de “Spartakisten”. (N. T.)

³ No original, “Vielhundert Tote in einer Reib’ – / Proletarier! / Karl, Rosa, Radek und Kumpanei – / es ist keiner dabei, es ist keiner dabei! / Proletarier!” (N. T.)

também recusaram andar com guarda-costas, o que foi oferecido múltiplas vezes por seus seguidores. Estavam concentrados demais em seus trabalhos políticos e jornalísticos para pensar em sua segurança pessoal; talvez também estivessem muito confiantes – ambos estavam acostumados a serem presos, acostumados com o cárcere, acostumados demais para temer. Justamente em razão dessa experiência, por muito tempo provavelmente não conseguiram sequer imaginar que dessa vez poderia se tratar de suas vidas; de maneira comovente, Rosa Luxemburgo arrumou, para sua “prisão”, uma malinha com pequenos objetos pessoais de pouco valor e com seus livros preferidos, que já a havia acompanhado no cárcere em outras ocasiões.

E mesmo assim, nesses seus últimos dias de vida, chega-lhes uma série de pressentimentos de morte. Havia sido uma vida apressada desde o início; eles praticamente não haviam voltado para casa naqueles 67 dias; passavam as noites dormindo o mínimo imprescindível, por vezes na redação, em quartos de hotel ou casas de amigos. Mas, em sua última semana de vida, essa constante troca de endereços ganhou novo significado – algo de fuga e debandada de um teto inseguro para outro, que anteciparia, da maneira mais assustadora, o destino de morte dos judeus perseguidos no Terceiro *Reich*.

A redação da *Rote Fahne*, que ficava no final da Wilhelms-*trasse*, havia se tornado um lugar inseguro. Na época, as tropas do governo invadiam o lugar praticamente todos os dias; uma redatora confundida com Rosa Luxemburgo escapou por pouco da morte. Por alguns dias, Rosa Luxemburgo passou a realizar seu trabalho de redatora na casa de um médico na Hallesches Tor e, logo que sua presença se tornou um fardo para o homem que a havia abrigado, mudou-se para uma casa operária em Neukölln. Karl Liebknecht se encontrou com ela nessa casa em 12 de janeiro, mas, dois dias depois, um alerta telefônico os es-

pantou dali (talvez já fosse uma chamada falsa, vinda da central dos assassinos, que vigiavam cada um de seus movimentos há dias e que provavelmente também os dirigiam). Tiveram sua última guarida em Wilmersdorf, próximo a Fehrbelliner Platz: o endereço era Mannheimer Strasse, número 53, na casa dos Markusohn. Ali, na manhã do dia 15 de janeiro, escreveram seus últimos artigos para a *Rote Fahne*, que, não por acaso, podem ser lidos como suas palavras de despedida.

O título do artigo de Rosa Luxemburgo era: “A ordem reina em Berlim”. O texto terminava assim: “Esbirros estúpidos! A sua ‘ordem’ está construída sobre areia. Amanhã a revolução ‘se levantará de novo ruidosamente’ e, para seu espanto, anunciará, ao som de trombetas: ‘fui, sou e serei!’”.

O artigo de Liebknecht (“Apesar de tudo!”) terminava assim: “Os derrotados de hoje serão os vencedores de amanhã... E se nós ainda vivermos, chegando o momento – viveremos o nosso programa: a humanidade redimida vai dominar o mundo. Apesar de tudo!”.

Ao cair da noite – Rosa Luxemburgo havia ido deitar com dor de cabeça e Wilhelm Pieck acabava de se apresentar com as provas da *Rote Fahne* –, tocou a campanha. Em frente à porta se encontrava um certo hospedeiro Mehring, que perguntava pelo senhor Liebknecht e pela senhora Luxemburgo. Ambos mandaram dizer que não estavam, mas Mehring não desistiu. Chamou uma tropa de soldados, comandados por um tal tenente Lindner, para entrar na casa. Revistaram o apartamento, encontraram os procurados e exigiram que os acompanhassem. Eles puderam levar algumas coisas. Então foram levados ao hotel Eden que, desde a manhã daquele dia, havia se tornado o quartel-general da divisão de fuzileiros da cavalaria da guarda. Eles já eram esperados por lá. O que se seguiu foi feito rapidamente e também pode ser contado rapidamente.

Eles foram recebidos no hotel Eden com insultos e maus-tratos. Liebknecht, que tinha duas feridas abertas sangrando na cabeça por causa das coronhadas, pediu ataduras, o que lhe foi negado. Também pediu para usar o banheiro, o que também lhe foi negado. Ambos foram então colocados diante do capitão Pabst, que liderava a ação, em sua sala no primeiro andar. Não se sabe o que foi dito na sala de Pabst. Temos apenas a declaração de Pabst durante o processo – que se comprovou mentirosa em outros pontos –, que reproduziu sua conversa com Rosa Luxemburgo da seguinte maneira:

- A senhora é Rosa Luxemburgo?
- O senhor decida por si mesmo, por favor.
- De acordo com a foto, deve ser a senhora.
- Se o senhor diz...

Liebknecht e, um pouco depois, também Rosa Luxemburgo foram levados ou arrastados escada abaixo sob novos atos de maus-tratos e entregues ao comando de assassinos preparados previamente. Enquanto isso, Pabst estava sentado em seu escritório e redigia um relatório detalhado que apareceu em todos os jornais no dia seguinte: Liebknecht havia sido fuzilado em uma tentativa de fuga quando era transportado para a detenção de Moabit enquanto Rosa Luxemburgo havia sido arrancada de sua escolta por uma multidão raivosa e seu paradeiro era desconhecido.

Na verdade, a rua que dava para a saída lateral, pela qual Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo seriam levados em sua última marcha, estava fechada e vazia. O atirador Runge estava postado nessa saída lateral. Ele tinha recebido ordens para golpear a cabeça dos escoltados com a coronha do rifle – primeiro Liebknecht, depois Rosa Luxemburgo. Ele os golpeou violentamente, por duas vezes, ainda sem conseguir matá-los. Liebknecht e, alguns minutos depois, Rosa Luxemburgo,

aturdidos ou meio aturdidos pelo golpe terrível, foram arrastados para os carros que já estavam de prontidão. A escolta de assassinos de Liebknecht era comandada pelo capitão-tenente von Pflugk-Harttung, a de Rosa Luxemburgo, por um certo tenente Vogel.

Ambos os carros se dirigiram ao Tiergarten com um intervalo de poucos minutos. Liebknecht foi forçado a descer em Neuen See, levou um tiro de pistola na nuca e então foi jogado novamente no carro e entregue ao necrotério como se fosse o “cadáver de um homem desconhecido”.

Logo depois da partida do hotel Eden, Rosa Luxemburgo recebeu um disparo na têmpora e, da ponte Lichtenstein, foi jogada no canal Landwehr. Não está claro se ela morreu em razão dos golpes, do tiro ou por afogamento. A autópsia do cadáver arrastado e encontrado meses depois concluiu que o crânio não se havia partido, que os ferimentos causados pelo disparo não foram necessariamente mortais.

Por que Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo foram perseguidos e assassinados? A lenda – mantida com zelo pelos sociais-democratas e apoiada involuntariamente pelos comunistas, por meio do exagero da participação espartaquista na revolução – afirma, com obstinação, que se tornaram vítimas de uma guerra civil que eles próprios haviam desencadeado. No que diz respeito a Rosa Luxemburgo, não há qualquer palavra verdadeira nessa afirmação. E se quisermos fazer que a participação de Liebknecht no comitê revolucionário da semana de janeiro já conte como atividade da guerra civil, como se explica que nada tenha acontecido aos 52 outros participantes? Como se explica que Georg Ledebour, que participou exatamente da mesma maneira que Liebknecht e que havia sido preso no dia 10 de janeiro, tenha sido absolvido no processo que se seguiu

à sua prisão? Como se explica que a perseguição a Liebknecht já tenha começado no início de dezembro, quando ninguém tinha qualquer ideia a respeito dos acontecimentos de janeiro? Não, a perseguição e o assassinato de Karl Liebknecht e de Rosa Luxemburgo não foram ações de combate na guerra civil. Elas tinham outras razões.

Uma das razões era o fato de que Liebknecht e Rosa Luxemburgo *encarnavam* a Revolução Alemã, como ninguém antes havia feito, aos olhos de amigos e inimigos. Eles eram seus símbolos e matá-los era matar a revolução. Isso valia ainda mais para Karl Liebknecht do que para Rosa Luxemburgo.

A outra razão foi o fato de que reconheceram, como ninguém mais, o jogo falso praticado desde o início pelos supostos dirigentes da Revolução Alemã e gritavam suas descobertas ao mundo diariamente. Eles eram testemunhas peritas na matéria, que foram mortas porque não havia nada a contrapor a seus testemunhos. Isso valia ainda mais para Rosa Luxemburgo do que para Karl Liebknecht.

O assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo foi o assassinato da coragem superior e do espírito superior. Foi o assassinato da verdade irrefutável.

Quem era culpado por esse assassinato? Os agentes diretos foram, certamente, o então capitão Pabst – que, décadas mais tarde, no ano de 1962, vangloriou-se publicamente de seu ato, protegido pela prescrição do delito – e seu comando de assassinos. É claro que todos eles não foram meros instrumentos que executavam ordens de maneira apática e indiferente; eles foram autores voluntários e cientes do que fizeram. Mas foram eles os únicos autores ou apenas os autores principais?

Não se pode esquecer que a perseguição, as ameaças públicas de morte e os preparativos para o assassinato começaram ao menos desde o início de dezembro de 1918, muito antes que

os assassinos da divisão de fuzileiros da cavalaria da guarda entrassem em cena. Não se pode esquecer que suas cabeças foram colocadas a prêmio, não se pode esquecer a declaração do adjunto do comandante da cidade de Berlim, não se pode esquecer que a clara incitação ao assassinato não foi apenas publicada pela imprensa burguesa, mas também pela imprensa social-democrata; e, depois do assassinato, não se pode esquecer a atitude defensiva e hipócrita de Scheidemann e a satisfação fria com que Noske registrou as mortes; pelo que se sabe, Ebert permaneceu calado como um túmulo a esse respeito.

Não se pode esquecer o favorecimento indisfarçado, completamente descarado, que os assassinos diretos obtiveram das autoridades da Justiça e do governo (eles foram amplamente absolvidos por um tribunal militar de sua própria divisão num processo farsesco; embora tenha sido preciso condená-los com penas leves, por “negligência em posição de guarda” e “ocultação de cadáver”, eles foram ajudados logo depois a fugir.) E, por fim, não se pode esquecer a reação de toda a opinião pública burguesa e social-democrata diante do homicídio, que abarcou desde o encobrimento paliativo até o júbilo público; uma reação de cumplicidade que não mudou em nada décadas depois.

Ainda em 1954, o jurista e historiador Erich Eyck escrevia:

Não se desculpa o assassinato quando se lembra do antigo provérbio que diz ‘quem com ferro fere, com ferro será ferido’; e nós vivenciamos muitos assassinatos cometidos justamente pelos companheiros ideológicos de Liebknecht e Luxemburgo para que agora sejamos capazes de sentir uma indignação particularmente forte a respeito de seu destino.

E ainda em 1962, o número 27 do *Bulletin der Presse- und Informationsamtes der Bundesregierung* [Boletim do departamento de imprensa e informação do governo nacional] caracterizou o assassinato como “execuções legais”.

O assassinato do dia 15 de janeiro de 1919 foi um prelúdio – o prelúdio dos milhares de assassinatos que viriam a acontecer nos meses seguintes na era de Noske, dos milhões de assassinatos que viriam a acontecer nas décadas seguintes na era de Hitler. Foi o sinal de partida para todos os demais. E é justamente ele que ainda permanece não reconhecido, que ainda permanece impune, é o ato por quem ninguém mostra qualquer arrependimento. É por isso que ainda brada aos céus alemães. É por isso que ainda emite sua luz escaldante no presente alemão, como um raio fatal.

12. A guerra civil

De janeiro até maio de 1919, com ramificações que vão até o verão, uma guerra civil sangrenta foi travada na Alemanha, uma guerra que deixou para trás milhares de vítimas fatais e uma amargura indescritível.

Essa guerra civil pavimentou o caminho para a infeliz história da República de Weimar, que nasceu dessa guerra, e para o surgimento do Terceiro *Reich*, que foi nela engendrado. Isso porque ela tornou insuperável a divisão da antiga social-democracia, roubou todas as possibilidades de aliança futura no campo da esquerda do que havia sobrado da casca do SPD e arrastou-o à posição de eterna minoria; e a guerra produziu, no interior dos *Freikorps* – que travaram e venceram a guerra em favor do governo do SPD –, as convicções e os costumes do que viriam a ser a SA e a SS.¹ Por isso, a guerra civil de 1919 é um acontecimento central da história alemã deste século. Mas, curiosamente, ele foi quase completamente eliminado, erradicado e reprimido do quadro histórico da Alemanha. E isso tem sua razão de ser.

Uma das razões é simplesmente a vergonha. Todos os envolvidos se envergonham do papel que desempenharam nessa guerra civil. Os revolucionários vencidos se envergonham de

¹ Referência às tropas de assaltos *Sturmabteilung* (SA, criada em 1923) e à sua sucessora *Schutzstaffel* (SS, criada em 1925), que consistiam em grupos paramilitares de apoio aos nazistas. (N. E.).

não ter nada de glorioso para mostrar, nenhuma vitória parcial, nem mesmo de ter sofrido uma derrota honrosa. Ao contrário, viveram apenas a desordem sem qualquer planejamento, a falta de decisão, o fracasso e a derrota – e o sofrimento e a morte de milhares de pessoas anônimas.

Mas os vencedores também se envergonham. Eles formaram uma coalizão estranha: uma coalizão entre sociais-democratas e nazistas (!). E, posteriormente, nenhum dos dois parceiros dessa coalizão antinatural tinha vontade de admitir o que haviam feito: os sociais-democratas não queriam admitir que haviam recrutado os antecessores e os modelos de referência do que viriam a ser a SA e a SS e que haviam lançado os futuros nazistas em cima de sua própria gente; os nazistas não queriam admitir que haviam se deixado recrutar pelos sociais-democratas e que haviam aprendido a lamber sangue sob seu patronato. A história omite e silencia com gosto tudo aquilo de que se envergonham esses participantes.

Mas existe ainda outra razão para o sumiço da guerra civil de 1919 da memória e do quadro histórico alemães: ela não dá uma boa “história”, não oferece nada que possa ser bem contado – não é um drama com tensão e com pontos altos memoráveis, não tem um roteiro coeso, não tem qualquer luta emocionante entre opositores em igualdade de condições. O acontecimento sangrento se desenrolou lentamente pela Alemanha, sem nunca abarcar o país inteiro de uma só vez. O fogo latente sempre voltava de novo a flamejar, irrompendo em alguns lugares ao mesmo tempo em que se apagava em outros. Tudo começou no início de fevereiro na costa do mar do norte, tendo a cidade de Bremen como centro dos acontecimentos. E então, no meio de fevereiro, de repente o principal palco da guerra havia se tornado a região do Ruhr; ao final de fevereiro, as coisas aconteciam na Turíngia e na Alemanha central; no início e no meio de março,

em Berlim; em abril, na Baviera; em maio, na Saxônia; em meio a tudo isto aconteceram grandes episódios locais, como a luta ao redor de Braunschweig e Magdeburgo, e incontáveis episódios menores, dos quais apenas a crônica local se lembra: uma sequência desconcertante e amorfa de combates, batalhas e carnificinas de maior ou menor tamanho, sem conexão entre si.

O resultado destas lutas estava determinado desde o início e tudo transcorreu de acordo com o mesmo esquema, numa eterna repetição monótona. Os cinco ou seis meses da guerra civil de 1919 são tão difíceis de descrever em detalhes como os cinco ou seis dias da revolução de novembro de 1918 – esses dias de revolução foram o negativo dos meses de guerra civil. Assim como antes, por toda a parte na Alemanha se passava a mesma coisa, com poucas variações locais. O mesmo acontecia agora: antes a vitória sem resistência da revolução, agora a marcha triunfal da contrarrevolução, que, apesar da resistência, não podia ser detida. As diferenças residiam no fato de que o que aconteceu com velocidade vertiginosa antes, agora acontecia com uma lentidão aflitiva e metódica; no fato de que antes se havia derramado pouco sangue, agora o sangue corria em rios; e o fato de que antes a revolução havia sido um ato espontâneo das próprias massas, sem qualquer liderança, por meio do qual os líderes social-democratas chegaram ao poder muito a contragosto, enquanto, agora, a contrarrevolução era uma ação sistemática, militarmente ordenada e dirigida por esses mesmos líderes social-democratas.

Sobre isso não há qualquer dúvida: a iniciativa para começar a guerra civil, a decisão para levá-la a cabo e, portanto, também – se quisermos pensar nestes termos – a “culpa” pela guerra civil eram claramente da liderança social-democrata, especialmente de Ebert e Noske. Na melhor das hipóteses, o outro lado talvez tenha lhes proporcionado pretextos para o ataque, talvez nem

isso. Depois daquele janeiro em Berlim, uma “segunda onda” da revolução aconteceu apenas uma vez, em abril em Munique. De resto, Ebert e Noske permaneceram na ofensiva do início ao fim. Se quisermos entender o que aconteceu, é preciso, sobretudo, que nos coloquemos no lugar destes homens e em sua linha de raciocínio.

Para tanto, não precisamos nos deter muito tempo em Noske. Noske era um homem de violência primitiva, que operava a política de acordo com um esquema simples de amigo-inimigo e a operacionalizava com um método igualmente simples de abater cada inimigo com todos os meios que estavam à sua disposição. Assim como seus atos, seus escritos posteriores o caracterizam como um homem incapaz de fazer diferenciações, apaixonado por atividades violentas, cuja mentalidade seria mais adequada ao Partido Nazista do que ao SPD. Mas Noske não foi a cabeça da guerra civil. Ele foi apenas a mão direita de Ebert – ou o punho direito. É em Ebert que precisamos nos deter.

Ebert não era nazista, tampouco alguém inconsciente ou incapaz de fazer diferenciações. Ele se sentia completamente social-democrata e, a seu próprio modo, via a si mesmo como amigo dos trabalhadores. Seus objetivos eram aqueles que o SPD tinha antes da guerra, tal como os havia encontrado ao chegar: introdução do parlamentarismo e reforma social. Mas não era um revolucionário. Para ele, a revolução era tanto “superflua” (sua palavra preferida) quanto ilegítima. Ele a odiava “como ao pecado”. Tudo o que sempre quis e que sempre havia querido havia sido alcançado em outubro de 1918 com o parlamentarismo concedido pelo imperador e com a entrada dos sociais-democratas no governo. Tudo o que foi incluído em novembro de 1918 era, a seus olhos, insensatez, um equívoco

e um estrago. E o que aumentava sua antipatia pela revolução era o fato de ter se visto obrigado a aceitá-la como legítima da boca para fora.

Ebert nunca ficou com a consciência pesada pelo fato de ter traído a revolução; tinha-lhe antes aversão, culpando-a por tê-lo obrigado a fazer jogo duplo temporariamente. Se tinha a consciência pesada, era no máximo em relação à antiga ordem, já que, por um tempo, teve que encarnar o papel de revolucionário. As circunstâncias haviam sido mais fortes do que ele e o haviam obrigado a se ajustar. Ele precisou se aliar com os independentes, precisou se deixar legitimar pelos conselhos, precisou desempenhar o papel de “comissário do povo”; tudo era bastante grave, mas, a seus olhos, ele não tinha culpa de nada disso. Em seu coração, havia permanecido o guardião do antigo Estado e da antiga maioria do *Reichstag* por todo esse tempo.

Depois que, no dia 19 de janeiro de 1919, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte restabeleceram essa antiga maioria do *Reichstag* (38% para o SPD, 19% para o Centro, 18% para o Partido Democrático Alemão), Ebert sentiu que pisava novamente em terra firme. Para ele, tudo o que havia ocorrido entre os dias 9 de novembro e 19 de janeiro havia sido desfeito com essa eleição. Para ele, todas as instituições revolucionárias que se formaram nesse período, especialmente os conselhos de operários e soldados, haviam perdido sua razão de existir e não conseguia nem mesmo conceber que não enxergassem isso por elas mesmas. Mas claramente elas não enxergavam e, por isso, por muito que lamentasse, tinham que ser eliminadas com violência. Essa atitude completamente bem-intencionada de Ebert e, é claro, extremamente subjetiva, foi a raiz da guerra civil alemã.

Existe uma ilustração quase grotesca para mostrar quão firmemente Ebert se apegava a essa convicção. O mais alto órgão

do Estado revolucionário – ao menos nominalmente –, a partir do qual derivava a legitimação do governo dos “comissários do povo”, era o conselho central dos conselhos de operários e de soldados, eleito em Berlim pelo congresso dos conselhos do *Reich*. Esse conselho central era o órgão mais domesticado e mais débil que se possa imaginar. Ele era composto exclusivamente por membros do SPD, nunca havia criado qualquer dificuldade para Ebert, havia até mesmo prestado ajuda ativa para a retirada do USPD do governo e, naquele momento, também estava preparado para transferir suas atribuições de poder à assembleia nacional. Mas Ebert lhe negou até mesmo isso: ele não teria que transferir nada, declarou; agora que a assembleia nacional estava constituída, o conselho central deveria simplesmente calar a boca, arrumar suas coisas e desaparecer. Assim ocorreu a única colisão séria entre Ebert e o conselho central, que ainda perdurou algum tempo, existindo nas sombras e sem nenhum poder. Um episódio grotesco e sem importância política, mas que ilumina o ponto de vista político de Ebert: de acordo com sua concepção, com a eleição da assembleia nacional – que, por sua vez, havia imediatamente escolhido a ele, Ebert, para presidente provisório do *Reich* – formava uma nova legitimidade, uma nova legitimidade que se vinculava à legitimidade antiga de outubro de 1918. Tudo o que havia ficado no meio havia se tornado ilegítimo nesse momento – e com efeito retroativo. A revolução havia sido anulada juridicamente. Agora seria bom anulá-la também no plano dos fatos. Os conselhos de operários e soldados precisavam acabar. Isto parecia algo evidente a Ebert, com toda sua boa-fé.

Mas eles ainda estavam ali e, como é natural, viam a situação de maneira completamente diferente. Para eles, a revolução não havia sido anulada juridicamente, muito menos no plano dos fatos. Para eles, ela ainda era a única fonte da nova legitimidade. “Nós podemos mandar os comissários do povo embora, mas

eles não podem nos mandar embora”, pensava mesmo o manso conselho central; e os conselhos locais, que ainda exerciam o poder local por toda parte, sentiram-se antes de tudo compelidos a responder às imposições de Ebert com gargalhadas amargas. Eles sabiam que as massas operárias ainda estavam a seu favor. Em sua maioria, se tratava de soldados desmobilizados com experiências de guerra muito recentes e praticamente todos ainda tinham um fuzil em casa. Tão perto do fim da guerra, ainda havia na Alemanha armas e munição em abundância por todo o lado. Quem reivindicaria o direito de mandar o povo vitorioso e armado de volta para casa, como se fosse um bando de meninos de escola depois de uma brincadeira tonta? Como mais tarde escreveu o presidente do conselho operário de Leipzig, Kurt Geyer, com tristeza e autocrítica: “a posse do poder local ocultou completamente para as massas radicais a verdadeira divisão do poder em sua totalidade”.

Mas não eram apenas as “massas radicais”, eram também os próprios conselhos, inclusive seus membros moderados do SPD, que não entendiam que a revolução deveria ser, de repente, tratada como se não houvesse acontecido. É claro, agora havia uma Assembleia Nacional Constituinte; sua eleição havia sido decidida pelo próprio congresso dos conselhos do *Reich*. Mas não havia lhes passado pela cabeça que, com isso, a revolução seria varrida do mundo. Aos olhos dos conselhos, a própria existência e legitimação da Assembleia Nacional Constituinte derivava antes de tudo da decisão tomada pela eleição no congresso dos conselhos. Ela tinha tarefas bem determinadas: preparar uma constituição e elaborar leis, decidir o orçamento, controlar o governo. Ela não deveria ser onipotente, muito menos deveria anular a revolução. A seu lado, os conselhos continuavam a se sentir como órgãos de Estado legítimos,

criados pela revolução, assim como antes se sentiam as autoridades regionais e municipais ao lado do *Reichstag* imperial. Até novembro de 1918, havia existido um parlamento decorrente de eleições gerais em um Estado que, a propósito, era um Estado de classes – e assim deveria permanecer: com a diferença de que a revolução havia elevado trabalhadores e soldados à classe dirigente, no lugar dos nobres e ricos. Esta era a concepção dos conselhos. Os conselhos de soldados ainda reivindicavam o poder disciplinar sobre as tropas, os conselhos operários ainda se sentiam a suprema autoridade oficial – por força do direito revolucionário. Se isto lhes fosse contestado, então se colocava a questão de quem detinha o poder.

Noske foi quem expressou a questão com maior clareza. Em 21 de janeiro, declarou na reunião de seu gabinete:

O governo deve adquirir autoridade por meio da configuração de um fator de poder. Uma tropa de 22 mil homens foi criada ao longo de uma semana. Por causa disto, a relação do governo com os conselhos de soldados subiu ligeiramente de tom. Antes, os conselhos de soldados eram o fator de poder; agora *nós* nos tornamos este fator de poder.

E, no mesmo dia, Noske ameaçou os delegados do sétimo corpo do exército de Münster que protestavam contra o restabelecimento das insígnias de hierarquia no exército e contra o emprego dos *Freikorps*:

Os senhores não têm qualquer clareza sobre suas atribuições de conselho de soldados, nós iremos mostrá-las a vocês já nos próximos dias. Então tudo será diferente! O governo não gostou de suas medidas e irá intervir, assim como já fez em outros lugares.

A última parte alude aos acontecimentos de janeiro em Berlim e ao assassinato de Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

De fato, o governo “interveio” imediatamente – primeiro em Bremen, depois na região do Ruhr, depois na Turíngia e

assim por diante. No início de fevereiro, a guerra civil pôs-se lentamente em marcha por todo o *Reich*. Os motivos para intervir mudavam. Eram, em sua maioria, de caráter militar: sabotagem no recrutamento dos *Freikorps*; recusa, por parte dos conselhos de soldados, de reintroduzir as insígnias hierárquicas e as saudações obrigatórias (e aqui eles invocavam a decisão do congresso dos conselhos do *Reich*, que Ebert e Noske já haviam praticamente revogado no dia 19 de janeiro); e, de vez em quando, greves ou distúrbios locais.

Na verdade, tratava-se por toda parte de apenas uma coisa: da existência dos conselhos de operários e de soldados e, assim, da legitimidade da revolução. O “conquistador de cidades” de Noske, o general Maercker, comandante do *Landesjägerkorps* [corpo nacional de atiradores], falou sobre isso abertamente:

Na luta do governo do *Reich* contra os radicais de esquerda, tratou-se exclusivamente da manutenção do poder político. A tropa foi empregada para este fim puramente político: como instrumento de poder para consolidar a política interna. Mas a fragilidade do governo não permitia dizê-lo abertamente. Ele temia colocar suas cartas na mesa e declarar que as tropas voluntárias serviam para eliminar o poder dos conselhos nos lugares onde ainda existiam. Porque, no final das contas, era disso que se tratava. Ele contornou isso na medida em que transformou assuntos militares em ocasiões para intervir. Essa falta de franqueza não me agradava em absoluto. Se eu tivesse podido falar abertamente, teria dado uma posição firme aos líderes operários: ‘Minha presença significa a luta contra o poder dos conselhos que vocês almejam e contra a tirania do proletariado armado’.

Maercker era um oficial ultraconservador e até mesmo reacionário, mas um oficial da escola antiga, acostumado à disciplina e à obediência e, ao menos na guerra civil de 1919, seu *Landesjägerkorps* foi uma tropa governamental até certo ponto correta e confiável. Não é possível dizer o mesmo da maioria dos outros *Freikorps* que foram recrutados nesses meses

de guerra civil numa correria desenfreada. Ao final, segundo os dados de Noske, havia um total de 68 unidades reconhecidas de *Freikorps*, praticamente 400 mil homens, cada um tendo jurado fidelidade a seu próprio líder, “nada muito distinto de como deve ter sido nos tempos de Wallenstein” (Noske). O mais curioso é o fato de Ebert e Noske não ficarem chocados com isso ou, em todo caso, não verem qualquer motivo de preocupação. Ainda mais surpreendente do que a falta de consideração implacável com que tratavam os revolucionários de esquerda – a quem deveriam agradecer por seu próprio poder –, são a inocência e a despreocupação com que armaram seus próprios inimigos mortais da direita e os acostumaram a lamber sangue.

Desde o primeiro instante, não restava qualquer dúvida a respeito do posicionamento político da vasta maioria desses líderes dos *Freikorps* e de seu pessoal. “Seria um exagero benevolente”, escreve von Oertzen, então tenente da divisão de fuzileiros da cavalaria da guarda, “acreditar que os oficiais do hotel Eden tivessem simpatia pelos homens do governo da época”. Seria mesmo. O coronel Reinhard, por exemplo, que mais tarde se tornaria comandante dessa divisão e que se tornaria conhecido, a depender da posição, como o “libertador” ou o “carniceiro” de Berlim, já falava no Natal de 1918 em “pandemônio social-democrata” e, posteriormente, num discurso a suas tropas, descreveu o governo a que servia como uma “ralé de lúmpens”. O líder do “grupo de ferro”, um certo capitão Gengler, escreveu em seu diário, no dia 21 de janeiro de 1919, a respeito do governo Ebert: “Vai chegar o dia em que vou acertar as contas com este governo e vou arrancar a máscara de todo este bando de deploráveis e miseráveis”. O tenente-coronel Heinz, outro conhecido líder de *Freikorps*, expressou alguns meses depois: “Este Estado, nascido da

desordem, será sempre nosso inimigo, independentemente de qual constituição tenha e de quem esteja à sua frente... Pelo *Reich*! Pelo povo! Lutar contra o governo! Morte à República democrática!” E o senhor von Heydebreck, que na época era o líder do *Freikorps* “*Werwolf*” [lobisomem], que depois se tornou alto dirigente da SA e, por fim, foi fuzilado por ordem de Hitler em 30 de junho de 1934, juntamente com seu chefe Röhm, exclamou: “Guerra ao Estado de Weimar e a Versalhes! Guerra todos os dias e com todos os meios! Amo tanto a Alemanha quanto odeio a República de 9 novembro!”

Assim pensavam os líderes daqueles quatrocentos mil homens que agora Ebert e Noske haviam armado, lançado em cima dos trabalhadores e a quem confiavam a proteção da República burguesa, bem como a proteção de seu próprio destino. Isso é um tanto compreensível no caso de Noske que, no fundo, tinha muito em comum com eles e que, no decorrer do ano seguinte, flertou por vezes com a ideia de deixar que o tornassem ditador. No caso de Ebert, revela um traço curioso de limitação e de obtusidade. Ebert não imaginava um Estado comandado pela SS, mas uma democracia parlamentar burguesa, um governo conjunto dos sociais-democratas e do centro burguês, paz, ordem e respeitabilidade, um Estado de classe média em que os trabalhadores também vivessem bem. E, para alcançar isso, lançava agora uma matilha ensandecida em cima deles, uma matilha que já apresentava praticamente todos os traços do que viriam a ser a SA e a SS, formada por homens que, em grande parte, desempenhariam pessoalmente um papel importante na conquista do poder por Hitler; além de Heydebreck, já é possível encontrar na guerra civil alemã de 1919 nomes como, por exemplo, o de Seldte e von Epp – o primeiro se tornaria ministro no governo de Hitler e o segundo viraria governador da Baviera também sob Hitler.

É evidente que a essência desses nazistas de vanguarda escapava à capacidade de compreensão de Ebert. Ele via, à sua direita, apenas pessoas amigáveis, cultas e de interesses elevados e nunca tinha almejado outro objetivo a não ser se ver reconhecido, junto com seu SPD, como um igual e com capacidade de governar conjuntamente. E esse objetivo não havia sido alcançado desde outubro de 1918? Não foi o próprio Ludendorff que, por fim, autorizou – ou melhor, ordenou – o parlamentarismo e a participação no governo por parte dos sociais-democratas, ainda que infelizmente o tenha feito apenas na hora da derrota? Nunca passou pela cabeça de Ebert que poderia ser uma armadilha, muito menos lhe passou pela cabeça a ideia de que a revolução, que havia respaldado em novembro o governo de outubro, havia sido sua única chance de escapar dessa armadilha. Ele via apenas a honrosa tarefa de ser o salvador do Estado burguês num momento de necessidade; internamente, sempre permaneceu fiel a essa tarefa e não esperava nada menos que gratidão por parte da direita. Os únicos inimigos de direita que, na melhor das hipóteses, poderia imaginar, eram monarquistas (infelizmente, ele não havia conseguido salvar a monarquia) e estava claro que os homens dos *Freikorps* já não eram monarquistas. O que queriam e almejavam, os motivos pelos quais lutavam e assassinavam, era algo diferente da monarquia. Queriam e almejavam algo que apenas um homem conseguiria colocar em palavras, um homem que, na época, ainda atuava como informante obscuro do *Reichswehr*² da Baviera em Munique.

Seu espírito, o espírito dos futuros campos de concentração e dos comandos de extermínio, já dominava – ainda que de maneira não articulada – em 1919 as tropas da contrarrevolução

² Literalmente, “Defesa do império”. Referência ao conjunto das forças armadas alemãs no período entre 1919 e 1935. (N. E.)

convocadas por Ebert e comandadas por Noske. A revolução de 1918 havia sido benevolente; a contrarrevolução era cruel. Em seu favor, é possível dizer que ela teve que batalhar, o que não foi necessário para a revolução, e que crueldades e atos de brutalidade ocasionais também foram cometidos pelo outro lado, como acontece em toda guerra civil. Mas dois aspectos não podem ser desconsiderados: desde o início e praticamente sem exceção, as tropas governamentais, bem armadas e dirigidas com rigor, superavam em muito as tropas operárias do poder conselheira local, reunidas de maneira apressada e armadas apenas com revólveres, de tal maneira que, já na batalha, as perdas fatais eram distribuídas de forma muito desigual. E os verdadeiros horrores, as cortes marciais, os fuzilamentos arbitrários em massa, as cenas de espancamento e tortura quase sempre começavam depois da vitória das tropas do governo, quando elas já não tinham mais nada a temer e podiam extravasar sem ser impedidas. Coisas terríveis aconteceram na época em muitas cidades alemãs, das quais não existe relato em nenhum livro de história.

É claro que a contrarrevolução não foi terrível para todos; muitos viveram-na como libertação e redenção. Enquanto o terror branco ou a raiva obstinada dominava os bairros operários das cidades conquistadas, enquanto as ruas onde se havia lutado ficavam vazias e oficiais isolados que se aventuravam a ir longe demais nas áreas ocupadas arriscavam-se a ser atacados e linchados, a gratidão e o júbilo esperavam pelos libertadores nas áreas residenciais burguesas: cerveja, chocolate e pacotes de cigarros, meninas e meninos jogando beijos no ar, bandeirinhas balançando – bandeirinhas pretas, brancas e vermelhas. A guerra civil foi uma guerra entre classes, como toda guerra civil. O único ponto curioso é que foi um governo social-democrata que travou uma guerra contra a classe trabalhadora.

Como toda guerra civil, esta também trouxe uma escalada do horror à medida que avançava. No início, em Bremen e na Alemanha Central, as coisas ainda estavam relativamente brandas; na região do Ruhr, onde batalhas esporádicas ainda continuaram por semanas depois do ápice em fevereiro, já contou com episódios horrendos. Mas o mais terrível aconteceu em Berlim, onde as tropas de Noske atacaram em maio sob o comando do coronel Reinhard, com um duplo objetivo: a ocupação dos bairros operários ao leste e ao norte, que ainda haviam sido poupados em janeiro, e o desarmamento da pouco confiável tropa local de Berlim, que havia participado da revolução em novembro, em especial a divisão popular da marinha. Um detalhe horrível deste capítulo especial entrou para todos os livros de história: quando alguns marinheiros da divisão popular da marinha que haviam sido citados se apresentaram desarmados num escritório da Französische Strasse para recolher seus papéis de demissão e seu salário final (no caso da divisão popular da marinha, de alguma maneira tudo girava sempre em torno dos salários), trinta deles foram capturados sem qualquer motivo e sem qualquer aviso, conduzidos ao pátio, postos contra o muro e fuzilados.

Mas esses trinta soldados foram apenas uma pequena fração dos que foram massacrados em Berlim. Noske estima esse número, certamente sem exagerar, em algo em torno de “uns 1.200”. Ele próprio havia dado a ordem terrível: “Qualquer pessoa que for encontrada com armas na mão, lutando contra as tropas do governo, deve ser fuzilada imediatamente”. O coronel Reinhard ainda ampliou essa ordem:

Além disso, todos os habitantes das casas a partir das quais as tropas atiraram devem ser retirados, independentemente de reivindicarem inocência ou não, devem ser colocados na rua e, na sua ausência, as casas devem ser revistadas à procura de armas;

e os elementos suspeitos em cujas casas de fato se encontrem armas devem ser fuzilados.

É preciso imaginar os cortiços abarrotados da parte leste de Berlim. Há relatos do que aconteceu nos dias 11, 12 e 13 de março de 1919 em razão dessa ordem, nas ruas no entorno da Alexanderplatz e em Berlim-Lichtenberg, diante dos quais é melhor simplesmente fechar a cortina.

Já nessas batalhas de março em Berlim, o desespero levou à resistência sem esperanças em alguns lugares e a uma amargura, de uma maneira que a guerra civil alemã não havia conhecido até então. Mas as batalhas de março em Berlim ainda não eram o ápice dessa guerra civil sangrenta. O ápice só chegou um mês depois, em Munique.





O Comandante Supremo de Guerra, o imperador Guilherme II, com seus conselheiros mais influentes, o marechal de Campo Paul von Hindenburg (à esquerda) e o general Erich Ludendorff (à direita) durante uma reunião de análise de conjuntura no Grande Quartel-General.



Estoura a revolução. Quando, em 30 de outubro de 1918, a direção da frota de alto mar ordenou uma última ofensiva por detrás das costas do governo do príncipe Max, os marinheiros se amotinaram. Em 3 de novembro de 1918, as tropas se reuniram em Kiel, com milhares de trabalhadores, em uma grande manifestação.



As tropas da frota revolucionária.



Friedrich Ebert.



Guilherme Groener.



Philipp Scheidemann.



Gustav Noske.

Estes quatro homens se tornariam figuras-chave para o destino da revolução. Mesmo que eles estivessem à sua frente por alguns momentos, eles sempre estiveram decididos a reprimi-la. Quando foi chanceler do Reich, Friedrich Ebert celebrou uma “aliança” com o general Groener: o emprego das tropas que voltavam do front contra os revolucionários. Com isso, ele entregava a si próprio e o jovem Estado aos poderes do passado. Philipp Scheidemann, que originariamente havia se mostrado contrário à entrada do SPD numa “empreitada bancarota”, proclamou a República poucas semanas depois, por sua própria conta. Gustav Noske comandou a derrocada final da revolução. Ele declarou: “Alguém terá que se tornar o cão de caça”.



Os marinheiros revolucionários atravessam o Portão de Brandemburgo em marcha. Como em toda a Alemanha, aqui também os trabalhadores se uniram a eles.



As tropas revolucionárias não encontram resistência ao cruzar Berlim.



Philipp Scheidemann discursa em uma janela da Chancelaria do Reich na Wilhelmstrasse – provavelmente em 6 de janeiro de 1919. Esta é uma imagem parecida com a situação em 9 de novembro de 1918, quando Scheidemann proclamou a República a partir de uma janela do prédio do *Reichstag*.



Karl Liebknecht em uma manifestação. Ele também proclamou a República no dia 9 de novembro de 1918, mas em seu caso se tratava de uma República socialista.



A contragosto, Ebert aceitou a oferta de se tornar dirigente da revolução no Circo Busch. A partir de então, o governo passou a se chamar “conselho dos comissários do povo”.



Junto ao general Lequis e ao prefeito de Berlim, Wermuth, Friedrich Ebert dá as boas-vindas aos soldados que voltavam do *front* na Pariser Platz. De acordo com o pacto entre Ebert e Groener, eles deveriam ser usados contra a revolução...

...mas este plano não deu certo: as tropas começaram a se dispersar imediatamente após o discurso de Ebert.





Karl Liebknecht. Apesar de o líder da Liga Espartaquista ter sido uma figura simbólica durante os dias da revolução, não era uma potência política.



Rosa Luxemburgo. Junto com Karl Liebknecht, ela fundou o Partido Comunista (KPD), desenvolveu o programa do partido e escreveu editoriais na *Rote Fahne*.



O “Natal sangrento” de Ebert. Em 24 de dezembro de 1918, tropas do governo sitiavam o Berliner Schloss, em que, desde novembro, a unidade de elite revolucionária, a Divisão Popular da Marinha, havia se estabelecido. Nesta foto se observa o portal do Berliner Schloss depois do bombardeio.



Os revolucionários se entrincheiraram no bairro da imprensa. Ao longo de muitos dias, travaram combates violentos com as tropas do governo.



Tropas leais ao governo no Portão de Brandemburgo.



Em 12 de janeiro de 1919, Berlim estava nas mãos de tropas fiéis ao governo, que mantinham todos os pontos estratégicos ocupados, como a ponte Hansabrucke acima.



Kurt Eisner (à esquerda), presidente do *Land* da Baviera, na Conferência do Reich dos representantes dos governos regionais, que aconteceu em dezembro de 1919 em Berlim. A seu lado, Friedrich Muckle, o delegado provisório da Baviera em Berlim.



Uma guarda de honra revolucionária na Prannerstrasse, em Munique, onde Kurt Eisner foi morto a tiros em 21 de fevereiro de 1919.



O *Freikorps* Werdenfels. Junto com unidades voluntárias da Prússia e de Württemberg, esta tropa reprimiu a República dos Conselhos de Munique.







Hans von Seeckt.



Walther von Lüttwitz.

Nas páginas anteriores, trabalhadores são detidos.

Estes dois generais corporificavam as duas principais correntes políticas do *Reichswehr*, que havia se formado em março de 1919 a partir dos *Freikorps*. Hans von Seeckt, o chefe do Estado-Maior, queria começar despolitizando o *Reichswehr*. Walther von Lüttwitz, o “pai dos *Freikorps*”, queria prepará-los como um golpe militar de direita. Em 13 de março de 1920, ele se tornou o iniciador do *Kapp-Putsch*.

Hermann Ehrhardt, líder do *Freikorps* que levava seu nome, uma unidade militar de elite que teve participação decisiva na repressão da revolução.





Tropas golpistas na Wilhelmstrasse.

Vindo de Döberitz, a II Brigada da Marinha, com cerca de cinco mil homens, marchou em direção a Berlim sob o comando do capitão Hermann Ehrhardt nas primeiras horas da manhã do dia 13 de março de 1920. A brigada foi a força motriz militar do golpe liderado por Wolfgang Kapp e pelo general von Lüttwitz.



Postos dos golpistas na Wilhelmplatz.



Berlinenses leem uma edição especial do *Vossischen Zeitung* com as primeiras notícias do golpe.







Wolfgang Kapp, diretor-general da Prússia Oriental, desempenhou um papel secundário no drama dos dias de março, ainda que o golpe tenha entrado para a história sob seu nome.

Páginas anteriores: Entrada das tropas contrarrevolucionárias de Kapp e Lüttwitz em Berlim.



Às sete horas da manhã de 13 de março de 1920, diante do Portão de Brandemburgo: as tropas de Kapp já haviam entrado em Berlim e aguardavam ordens para ocupar o distrito governamental.



Cafe „Eins „A“

CAFE EINS A

JOSTYS C

APOTHEKE

CAFE
EINS A

Spleen

卐

NDITOREI U. CAFÉ





Depois dos combates de rua: linhas elétricas de trem destruídas na Alexanderplatz.

Páginas anteriores: Soldados das tropas golpistas com suásticas pintadas em seus capacetes de aço na Potsdamer Platz.

13. A República dos Conselhos de Munique

A revolução na Baviera aconteceu de maneira distinta do resto da Alemanha.

Diferentemente do que aconteceu em Berlim, a revolução não caiu desde o início nas mãos de seus inimigos em Munique; diferentemente do que aconteceu no resto do *Reich*, ela não foi obra das massas sem liderança. As massas tinham uma liderança e um líder: Kurt Eisner – um homem que, sem ter qualquer organização que lhe desse suporte, dominou a situação em seu estado de maneira soberana ao longo de três meses, graças a uma mistura única entre desenvoltura e vigor, idealismo e capacidade de manobra, sensibilidade muito apurada e firmeza no trato.

Enquanto Kurt Eisner viveu, a revolução na Baviera foi, ao mesmo tempo, bem-sucedida e incruenta. O caos se seguiu a seu assassinato – mas, primeiro, ouviu-se o clamor massivo de um furioso lamento e de uma sede raivosa de vingança, como nunca se havia ouvido antes, nem mesmo depois do assassinato de Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Com sua morte ficou claro que Eisner havia ganhado o coração das pessoas comuns de Munique.

E talvez seja esse seu desempenho mais espantoso, já que ele não se parecia em nada com os líderes populares da Baviera: não era bávaro, mas um típico berlinense; ainda por cima judeu; ainda por cima literato – um intelectual correspondente ao modelo de intelectual de livro-texto, com barba, óculos e ares

de boemia. Eisner cresceu entre a Opernplatz e os bosques de castanheiros em Berlim; seu pai tinha um negócio de artigos militares e de condecorações na avenida Unter den Linden e podia chamar a si próprio de fornecedor da corte. O filho pródigo se tornou um esteta e um social-democrata; e, como social-democrata, era mais jornalista do que político: havia sido principalmente bem-sucedido como crítico de teatro. Em 1907, com 40 anos, acabou em Munique. Sem desempenhar qualquer papel relevante, pertencia antes à ala à direita, mais liberal e meio burguesa do SPD. Foi apenas depois da guerra que se tornou de esquerda e migrou para o USPD, que praticamente não tinha qualquer relevância como partido organizado na Baviera. Eisner tampouco fez qualquer coisa para dar relevância ao partido. Ele não era um político de partido, não era um líder partidário. Mas, em janeiro de 1919, começou a atuar como organizador de greves – seu primeiro destaque político. Foi preso e permaneceu sob custódia por nove meses sem processo. Liberado em outubro, fez a revolução de Munique em novembro.

Ele fez, de fato, a revolução. Em Munique, a revolução de novembro foi um show de um homem só. Tudo aquilo que a revolução havia formado em Berlim no final de semana dos dias 9 e 10 de novembro – a mudança de opinião das tropas, as manifestações das massas, a proclamação da República, o parlamento revolucionário, a formação do governo, a eleição dos conselhos – já havia acontecido dois dias antes em Munique, mas, numa outra sequência, na noite de 7 para 8 de novembro, e tudo se realizou sob a direção de Kurt Eisner e tendo o diretor Eisner em todos os papéis principais: ele foi simultaneamente Otto Wels e Liebknecht, Emil Barth e Scheidemann, e, em certo sentido, também foi o Ebert da revolução de Munique – ao menos na medida em que foi o único que sabia exatamente o que queria e que sabia como implementar o que queria.

A revolução de Munique começou com uma assembleia das massas na Theresienwiese, na tarde de uma quinta-feira, 7 de novembro. O governo real bávaro havia aprovado o comício organizado pelo SPD a fim de abrir uma válvula de escape para dissipar o ânimo revolucionário. O líder do SPD Erhard Auer havia dado garantias tranquilizadoras: ele tinha pulso firme sobre seu pessoal; nada iria acontecer. Esse tal de Eisner seria “empurrado contra a parede”. De fato, depois do término dos discursos, em que foram demandados o fim da monarquia e a queda do governo, Auer saiu com uma parte dos manifestantes em uma marcha ordenada pelo centro da cidade até o Friedensengel, onde tudo se dispersou. Nesse meio-tempo, Eisner havia marchado com um contingente de pessoas do mesmo tamanho que o de Auer, mas em direção oposta – para o norte de Munique, em direção aos quartéis.

Ali, no início da noite, teve lugar o ato decisivo de todo golpe de Estado: a “virada” do poder armado. Em seguida, sempre sob a direção pessoal de Eisner, os primeiros conselhos de operários e de soldados foram constituídos de maneira improvisada na cervejaria Matthäser; e então, já ao cair da noite – o rei já havia deixado Munique e soldados armados dirigiam caminhões pelo centro da cidade vigiando os prédios públicos –, a República foi proclamada e Eisner nomeado primeiro-ministro na primeira reunião desses conselhos (do “parlamento revolucionário”), no prédio do *Landtag* (parlamento), na Prannerstrasse.

Na manhã seguinte, Eisner marcou reuniões políticas decisivas: com o primeiro-ministro real, que abriu mão de seu escritório oficial sob protesto, e com Auer, o líder do SPD que, a contragosto, estava disposto a aceitar o cargo de ministro do Interior no governo de Eisner. À tarde, Eisner apresentou seu gabinete ministerial na primeira reunião plenária do Conselho Nacional Provisório. A revolução de Munique estava completa,

implementada rapidamente por apenas um homem e no período de 24 horas. Nenhum disparo foi feito, nenhuma gota de sangue foi derramada. E o homem que havia terminado essa obra de arte, que no dia anterior ainda era um zé ninguém, tinha todos os fios condutores nas mãos.

Naquela noite, diante do Conselho Nacional Provisório, Eisner fez “um discurso surpreendentemente fluente para um homem que havia passado boa parte da noite acordado” – assim descreve Allan Mitchell, historiador estadunidense que estudou a revolução na Baviera, com um posicionamento extremamente crítico, talvez até um pouco reprovador, em relação a Eisner.

Mas o discurso de Eisner de 8 de novembro não foi apenas fluente, foi o discurso de um estadista. “Em tempos de desenvolvimento mais tranquilo”, uma Assembleia Nacional Constituinte seria convocada para desenvolver um projeto que determinasse a forma última da República, mas, no meio-tempo, o povo deveria governar de forma direta por meio “das forças motrizes elementares” dos conselhos revolucionários. O mais decisivo agora seria um recomeço visível, um afastamento completo do antigo Estado e, especialmente, a capitulação implacável de sua política de guerra, se se quisesse obter uma paz possível de suportar. “Um governo que assumiu todas as responsabilidades do passado”, dizia Eisner, com um claro olhar de soslaio em direção a Berlim, se vê ameaçado por uma paz terrível.

Diferentemente de Ebert, desde o primeiro dia Eisner tinha uma visão clara da situação internacional da Alemanha vencida e uma concepção clara da política externa: ele via o perigo de uma paz imposta e procurava evitá-la por meio de provas impressionantes de ruptura com a velha ordem do ponto de vista interno e por meio de contatos diretos com o exterior, com as potências ocidentais, especialmente com os Estados Unidos; ele

não tinha a Rússia em mente. Ao seguir esse tipo de política, Eisner se deparou posteriormente com um rechaço completo em Berlim; lá, defendia-se uma política de relações exteriores em completa continuidade com o Império, considerava-se o abandono da política de guerra de 1914 sem maiores considerações por parte de Eisner como uma atitude indigna; mais tarde, todos cairiam das nuvens quando os vencedores em Versalhes trataram o “novo” *Reich* alemão de Ebert como se fosse o velho Império vencido.

Aqui não nos interessa tanto a política externa de Eisner, mas muito mais sua administração da revolução na Baviera. É preciso dizer que ela foi magistral – ainda que permaneçam dúvidas sobre se uma revolução bem-sucedida na Baviera conseguiria se manter com o tempo, resistindo a uma contrarrevolução vitoriosa em todo o resto da Alemanha. Em contraposição a Ebert, que não tinha outra coisa em mente a não ser destruir a revolução; também em contraposição a Liebknecht, que exigia da revolução algo que ela mesma não queria, Eisner foi o único homem na Alemanha que percebeu, com um faro aguçado, ao que a revolução aspirava e procurou lhe dar uma assistência habilidosa no parto. O verdadeiro oponente de Ebert não foi Liebknecht, foi Eisner. Não sem razão, Arthur Rosenberg o qualificou como o único homem de Estado verdadeiramente criativo da Revolução Alemã.

O que queriam as massas revolucionárias da Alemanha? Não queriam o socialismo – em todo o caso, não imediatamente. Nenhuma fábrica foi ocupada em qualquer lugar em novembro; demandas por socialização só tiveram um papel muito tempo depois e, em verdade, apenas entre os mineiros. O que as pessoas queriam, além de derrubar a monarquia, era, sobretudo, o fim da guerra e a queda do governo militar. Mas se pensava em

algo a mais quando se falava na queda do governo militar e na derrubada da monarquia: a saber, a derrubada das classes que dominavam até então. Os conselhos de operários e de soldados, que criaram a revolução e em cuja criação ela consistia, queriam se tornar os sucessores dos antigos corpos de oficiais e da velha burocracia. As classes dominantes, a partir das quais o Estado recrutava suas lideranças, não deveriam mais ser compostas pela nobreza e pela grande burguesia dali em diante, mas antes pelas tropas e pelo operariado. O novo Estado deveria ser um Estado operário; e Eisner acrescentava: também um Estado de camponeses. Sob Eisner, a Baviera foi o único estado alemão em que os conselhos de camponeses desempenharam um papel central desde o início.

Então as massas queriam a ditadura dos conselhos? De maneira alguma. Foram os próprios conselhos que decretaram a eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte. E, na Baviera, Eisner também foi favorável à eleição de um *Landtag*, ainda que ele tivesse gostado de adiar sua criação e que não demonstrasse pressa em convocá-lo após a eleição. Os conselhos não queriam uma ditadura dos conselhos. O que eles queriam não era nem uma ditadura dos conselhos nem uma ditadura do parlamento, mas antes uma democracia constitucional de conselhos; no fundo, era uma construção constitucional semelhante à de Bismarck, mas de cabeça para baixo – ou renovada dos pés à cabeça. Os conselhos de operários e de soldados passavam a ser o poder de Estado, como antes eram a nobreza e a grande burguesia; um partido social-democrata reunificado como partido de Estado e de governo, independente do parlamento, como antes haviam sido os conservadores; e, além disso, tal como antes, um parlamento como órgão de representação do povo, legislação e controle, votado livremente por todo o povo, até mesmo pelas classes que não eram dominantes – também

pelas classes que não dominavam mais –, talvez até com direitos expandidos em relação ao antigo *Reichstag*, mas sem onipotência: essa era a Constituição que a revolução alemã de 1918 almejava por todas as partes. E quem – como Eisner – tinha ouvidos para escutar, conseguia perceber claramente todas as suas manifestações, tanto nas palavras quanto nos atos.

Nem Ebert, nem Liebknecht tinham ouvidos para escutar. Ambos viam apenas – com ênfases valorativas opostas – a seguinte alternativa: ditadura dos conselhos ou democracia parlamentar burguesa. Eisner foi o único que viu que essa alternativa não havia sido colocada pela própria revolução. Em 1918, esse literato boêmio era o único a fazer *Realpolitik* revolucionária na Alemanha. Ele viu que a verdadeira alternativa não era domínio dos conselhos ou domínio do parlamento, mas revolução ou contrarrevolução; e que revolução não significava nem ditadura dos conselhos nem tampouco ditadura do parlamento, mas um sistema equilibrado de *checks and balances*¹ entre o poder dos conselhos e do parlamento. Ele também viu que os conselhos eram novos e inexperientes e que precisavam de tempo para se adaptar. Por isso teria preferido postergar as eleições para o *Landtage*, quando não foi possível adiá-las, hesitou em convocá-lo pelo máximo de tempo possível.

Como era de se esperar na Baviera católica, as eleições resultaram em uma maioria burguesa católica. O partido mais forte em termos numéricos (66 de 180 deputados) foi o Partido Popular da Baviera [*Bayerische Volkspartei* – BVP] – o mesmo partido que hoje se chama União Social-Cristã na Baviera [*Christliche-Soziale Union in Bayern* – CSU]. O SPD foi o segundo partido mais forte, com 61 deputados. O USPD, partido

¹ Algo equivalente a pesos e contrapesos. (N. E.)

ao qual pertencia Eisner e com o qual nunca se preocupou com seriedade, continuou sendo extremamente pequeno: conseguiu três cadeiras do total de 180 do *Landtag*.

Eisner não se inquietou muito com isso. Ele não pensava de acordo com categorias parlamentares, mas em termos revolucionários. De fato, a burguesia ainda formava a maioria dos votos, mas havia perdido crédito com a guerra e, com a derrota, estava intimidada e passiva – enquanto as massas de trabalhadores e soldados, independentemente de votarem no SPD ou no USPD, estavam num estado de elevada agitação, atividade e potência revolucionárias. Seu órgão revolucionário não era composto pelos partidos, mas pelos conselhos. E Eisner sabia que essas massas o apoiariam se decidisse relativizar o poder do parlamento e se aferrar aos conselhos. Isso levou a um conflito entre Eisner e seu ministro do Interior, o líder do SPD Auer, e levou à crise entre os conselhos e o *Landtag*.

Essa crise se tornou muito evidente na semana anterior à primeira reunião do *Landtag*, que estava programada para o dia 21 de fevereiro: em uma ala do prédio do *Landtag* se reuniam as bancadas, na outra ala se reuniam os conselhos. Sob a direção de Auer, as bancadas se ocupavam em formar um governo de coalizão parlamentar entre sociais-democratas e liberais, uma coalizão em que o partido parlamentar mais forte, o BVP, ainda estava relegado à oposição. Os conselhos se preparavam para uma “segunda revolução” para o caso de, tal como havia acontecido no resto do *Reich*, um governo parlamentar tentar desmantelá-los. Eisner estava disposto a renunciar ao cargo de primeiro-ministro e, por ora, deixar o campo parlamentar para ser ocupado por Auer; mas ele queria, de toda maneira, permanecer à frente dos conselhos e, se preciso, liderar a “segunda revolução”. Sua reivindicação era “ancorar” os conselhos na nova Constituição.

Uma luta pelo poder parecia iminente. Seu resultado estava em aberto. Não havia *Freikorps* na Baviera e as partes das tropas que ainda não haviam se desmobilizado estavam predominantemente nas mãos de seus conselhos de soldados. Afinal de contas, um acordo ainda era possível; a Baviera havia sido, até então, o estado-modelo da Revolução Alemã, em que, apesar dos momentos críticos ocasionais, não havia ocorrido nenhum derramamento de sangue; valendo-se frequentemente de uma coragem pessoal considerável e sempre com muita destreza, Eisner soube equilibrar as situações de perigo. Talvez desta vez finalmente também conseguisse equilibrar o poder dos conselhos e o controle do parlamento, tal como almejava.

Mas, na manhã do dia 21 de fevereiro de 1919, alguns minutos antes das dez horas, quando dobrava a esquina da Promenadenplatz com a Pranerstrasse, em direção à reunião de abertura do *Landtag*, com seu discurso de afastamento do cargo na maleta, Eisner foi assassinado.

O assassino – um jovem vestindo gabardina, que se aproximou dele vindo da entrada de uma casa e, muito próximo, disparou-lhe duas balas de revólver na cabeça – era um nazista meio judeu. O conde Arco-Valley foi expulso da sociedade Thule – uma associação que posteriormente se vangloriaria, com razão, de ter sido a verdadeira célula originária do movimento nazista – por ter omitido que sua mãe era judia. Por isso ele queria “provar que um meio-judeu também era capaz de um ato heroico”, como posteriormente escreveu Rudolf von Sebottendorff, o fundador da sociedade Thule.

Eisner morreu na hora. Um guarda-costas de Eisner disparou no assassino, que ficou gravemente ferido, mas que depois foi curado, julgado e perdoado. Ele viveu até 1945.

O crime violento, que logo se tornou do conhecimento de todos em Munique, desencadeando horror e cólera, foi ainda

sucedido por um segundo crime, que aconteceu na mesma hora. Um açougueiro chamado Lindner, assim que ficou sabendo do assassinato de Eisner, pegou a pistola enfurecido, correu para o prédio do *Landtag*, forçou sua entrada, apontou em direção a Auer, o líder do SPD que, naquele momento, em tom convencional de indignação, fazia um discurso em memória de seu oponente assassinado, e disparou. É interessante que, aparentemente, Lindner pressupôs que seria evidente que o líder do SPD do momento estivesse por trás da morte de um líder revolucionário. As coisas haviam chegado a este ponto na Alemanha. Em verdade, Auer não tinha qualquer culpa pelo assassinato de Eisner. Ele sobreviveu aos ferimentos, mas ficou fora de combate por anos.

As consequências dos atos que aconteceram durante esta hora foram tremendas. De uma só vez, os dois cérebros dominantes da política bávara haviam desaparecido. E, em seu lugar, reinava por toda parte uma manifestação selvagem dos sentimentos. A cidade toda – ou melhor, o estado todo – oferecia, de um só golpe, uma imagem da anarquia – pessoas armadas por todos os lados, vociferando pelas ruas a pé ou em carros e caminhões; tiroteios; detenções violentas; brigas e saques; pânico, raiva e sede de vingança.

O *Landtag* estava consumido pelo pânico. Não havia mais governo: dos oito ministros que o compunham, um estava morto, outro estava gravemente ferido, outro havia se escondido, dois haviam fugido da Munique enfurecida; apenas três deles tentavam, sem chamar qualquer reunião do ministério e sem conexão entre si, continuar a fazer trabalhos de rotina em seus gabinetes. Uma greve geral havia sido convocada, o estado de sítio foi proclamado. Milhares peregrinavam para o local do assassinato na Promenadenplatz, onde haviam feito

uma espécie de altar com baionetas e com uma foto de Eisner em volta da enorme mancha de sangue. O enterro de Eisner, que aconteceu alguns dias depois com pompa real, se tornou uma enorme manifestação de luto e raiva. A população do campo também afluíu para a cidade e juntou-se às massas e os montanhesees bávaros, com seus chapéus adornados com pelo de camurça e com suas calças de couro, marchavam com uma seriedade mortal e com solenidade atrás do caixão deste judeu berlinense que havia feito com que eles se sentissem tão bem compreendidos. Ninguém sabia como as coisas deveriam continuar naquele momento.

Os conselhos eram a única autoridade que de alguma maneira havia ficado intacta, que havia sobrado em meio ao caos. Seu conselho central, sob a presidência do jovem professor de escola primária Ernst Niekisch – que posteriormente alcançaria grande reputação como jornalista e grande fama como mártir do Terceiro *Reich* –, tentava preencher “o legado de Eisner”, ou seja, tentava estabelecer um acordo entre os conselhos, os partidos socialistas e o *Landtag*. Ninguém mais falava em uma coalizão burguesa-socialista para governar. Depois de semanas de negociações confusas, formou-se finalmente um novo governo completamente socialista sob Johannes Hoffmann, do SPD, que, no dia 17 de março, obteve amplos poderes numa sessão curta do *Landtag*. Do ponto de vista formal, o governo era uma ditadura, mas, em verdade, era um governo fraco. Não queria ser considerado como o governo dos conselhos, mas, com exceção dessas instâncias, ninguém mais o apoiava. Não tinha maioria no *Landtag* e, no fundo, os conselhos tampouco confiavam no governo. Com o tempo, o governo Hoffmann foi incapaz de manter sua existência. Desde o assassinato de Eisner e a queda de Auer, as correlações de poder na Baviera pareciam conduzir para uma República de Conselhos – simplesmente

porque agora os conselhos haviam se tornado a única fonte de poder relativamente sólida, a única alternativa à anarquia e à guerra civil.

No entanto, dois aspectos permaneciam duvidosos: em primeiro lugar, se seria possível formar e manter uma República de Conselhos na Baviera enquanto, no resto da Alemanha, estes haviam sido eliminados pelos *Freikorps* de Noske; em segundo lugar, se os conselhos conseguiriam governar de maneira geral – e especialmente naquele momento, sem Eisner.

Além da tendência moderada de Niekisch, que pretendia realizar o legado de Eisner, havia duas novas forças nos conselhos, que disputavam entre si: por um lado, um grupo de intelectuais, que apresentava uma mistura de arrogância, ambição e ingenuidade política – poetas expressionistas como Erich Mühsam e Ernst Toller, teóricos acadêmicos como Gustav Landauer, historiador da literatura, e como os economistas Otto Neurath e Silvio Gesell; por outro lado, pela primeira vez na história da Revolução Alemã, os comunistas; dito de maneira mais precisa: *um* comunista, Eugen Leviné, um jovem de energia viva e selvagem, que, diferentemente de Liebknecht e Rosa Luxemburgo, possivelmente tivesse os traços característicos para se tornar o Lenin ou o Trotsky alemão.

Leviné – nascido em São Petersburgo, filho de pais judeus alemães, crescido na Alemanha – foi enviado a Munique pela central berlinense do partido apenas no início de março, para montar um partido comunista bávaro. Em primeiro lugar, demitiu cinco dos sete homens que conformavam o KPD de Munique. Em seguida, colocou de pé uma organização partidária disciplinada, ainda que pequena, e, já naquele momento, começou a se fazer notar entre os conselhos como um revolucionário duro, autoritário e sem ilusões. Nesta fase, ele era o inimigo mais ferrenho de uma República bávara de conselhos:

os conselhos ainda não estavam prontos para governar – esta era sua tese. Primeiro eles precisariam se organizar de maneira firme, ganhar disciplina, armar-se; só depois poderiam conquistar o poder – mas então tomariam o poder inteiramente para si, sem parceiros de coalizão e sem acordos. Tudo ou nada; nenhuma democracia constitucional dos conselhos, mas sim ditadura do proletariado. Quando, no dia 5 de abril, a República dos Conselhos foi de fato proclamada, Leviné e seus comunistas foram os únicos que votaram contra e que se negaram a participar. Mas uma semana depois, em 13 de abril, eles tomaram a República dos Conselhos, com um golpe de Estado dentro do golpe de Estado.

O que acontecera nesse meio-tempo? Principalmente isto: havia eclodido a guerra civil.

Curiosamente, o último empurrão para a proclamação da República dos Conselhos no dia 5 de abril foi dado por Schneppenhorst, o ministro para assuntos militares do governo social-democrata de Hoffmann. Muitas conjecturas foram feitas acerca de seus motivos, mas, no fundo, eles são hoje bastante claros: ele queria mostrar claramente que os conselhos eram incapazes de governar para, em seguida, livrar-se deles de maneira rápida e a mais indolor possível, com um golpe militar da guarnição de Munique, uma tropa que ele tinha ao menos em parte nas mãos. Assim como o governo Hoffmann refugiado em Bamberg, para ele não se tratava apenas de se livrar dos conselhos, mas sobretudo de fazê-lo sob sua própria liderança. Eles não queriam ter, na Baviera, os *Freikorps* prussianos oferecidos por Noske.

O golpe militar aconteceu tal como programado, no dia 13 de abril, Domingo de Ramos, mas fracassou. Numa batalha de rua sangrenta que durou cinco horas, que começou

na Marienplatz e terminou com a invasão da estação central, as tropas de Schneppenhorst foram vencidas por um exército vermelho improvisado, liderado por um marinheiro chamado Rudolf Eglhofer. As forças derrotadas fugiram de Munique de trem. Uma segunda tentativa de tomar Munique – desta vez, a partir de fora –, feita por tropas bávaras de confiança do governo, também terminou com uma derrota três dias depois: em um combate em Dachau no dia 16 de abril, o “exército vermelho” venceu seus adversários “brancos” e ocupou a cidade. O poeta Ernst Toller foi o comandante vermelho neste combate.

Mas, com isso, os dados haviam sido lançados: em Bamberg, o governo Hoffmann agora pedia ajuda a Noske a contragosto e vinte mil homens dos *Freikorps* da Prússia e de Württemberg, vindos do norte e do oeste, sob o comando do general prussiano von Oven, marcharam para a Baviera.

No entanto, Leviné havia tomado o poder dos conselhos nesse meio-tempo. Mas não se deteve ali e trouxe todo seu realismo político a bordo; porque agora as coisas haviam ficado sérias, agora era preciso lutar e ele não queria abandonar a luta em favor de negociações e acordos com os moderados que se agrupavam em torno de Niekisch nem tampouco com idealistas do tipo de Toller e Landauer.

O que Leviné não viu – ou não quis ver por autoengano heroico – é que agora não só havia chegado atrasado para negociar, mas também estava atrasado para a luta. Ele ainda conseguiu colocar de pé um “exército vermelho” de aproximadamente 10 mil homens, sob o comando do enérgico Eglhofer, e conseguiu dar-lhe uma organização e uma formação rudimentares. Mas não era suficiente para vencer essa potência impossível de parar e que continuava avançando, não era nem mesmo suficiente para fazer alguma resistência que se pudesse notar.

O território da República dos Conselhos de Munique só alcançava praticamente até Dachau, no norte, e até Garmisch e Rosenheim, ao sul. Todos os canais de abastecimento de alimentos haviam sido cortados; Munique passava fome. Ao mesmo tempo, reinava uma escassez grotesca de meios de pagamento: as filiais do banco do *Reich* em Munique haviam evacuado todas as reservas de dinheiro vivo e as máquinas de imprimir notas. Leviné permitiu que contas bancárias e poupanças fossem confiscadas e requisitou os estoques de alimentos das casas burguesas: medidas desesperadas, nascidas da raiva e produtoras de raiva. Ele também foi o primeiro revolucionário alemão que permitiu prender seus opositores políticos. Ao final, quando os canhões já trovejavam do lado de fora, oito opositores políticos, membros da sociedade Thule, foram fuzilados junto com dois oficiais capturados como prisioneiros de guerra. Leviné não foi responsável por esse ato; nunca se conseguiu determinar com clareza quem o foi. Foi o único ato de verdadeiro terror que se pode atribuir à Revolução Alemã – e ele seria vingado de maneira terrível.

E, assim, no último minuto, irrompeu o governo dos conselhos: uma maioria, liderada por Toller, obrigou Leviné a renunciar ao cargo em razão do “assassinato de reféns”, o que eles entendiam ter sido uma consequência de sua política violenta. Essa maioria também tentou, mais uma vez em vão, estabelecer negociações com Bamberg. Restava ainda o exército vermelho, que continuava lutando por sua própria conta. Mas já não havia mais nada a salvar. Dachau caiu em 29 de abril. No dia seguinte, as tropas de Noske invadiram a área urbana de Munique a partir de três pontos diferentes. Na tarde de 2 de maio, a última resistência desmoronou.

E então se seguiu o “terror branco”, um terror pelo qual nenhuma cidade alemã, nem mesmo Berlim em maio, ainda

havia passado. Ao longo de uma semana, os conquistadores tiveram liberdade completa para disparar e tudo o que parecia ser “suspeito de ser espartaquista” – o que significava, no fundo, toda população trabalhadora de Munique – estava fora da lei. Josef Hofmiller, um catedrático do Conselho Acadêmico Nacional e crítico literário, que mantinha um diário da revolução, registrou, já no dia 10 de maio, o que o editor Bruckmann havia comunicado: “as meninas do serviço de limpeza da casa já estão alteradíssimas porque pessoas são fuziladas ali diariamente”. Menos comovido, ele também conta de “espartaquistas” que, diante de seus próprios olhos, haviam sido retirados de tabernas ou de trens e fuzilados na hora. “Nós já nos acostumamos aos disparos constantes.”

Nesse terror branco em Munique, um traço inconfundível de sadismo salta à vista. Por exemplo, Gustav Landauer, um homem altamente qualificado que havia sido ministro da Educação do primeiro governo dos conselhos, cujos hábitos de erudito judeu devem ter incitado seus carrascos, foi literalmente morto pisoteado no pátio da prisão de Stadelheim – não num arrebatamento de raiva, mas numa espécie de celebração escarnekedora da vitória. O então chefe dos *Freikorps*, Manfred von Killinger, que depois seguiu uma grande carreira sob Hitler, relata com deleite, em seu livro de memórias *Ernstes und Heiteres aus dem Putschleben* [*As seriedades e as alegrias da vida durante o golpe*], outras cenas de atrocidade, com marcados tons sexuais, cujas vítimas foram várias mulheres – “fêmeas espartaquistas”.

Uma outra peculiaridade desses dias de maio de 1919 em Munique é o fato de terem adquirido o caráter de uma invasão e de uma ocupação estrangeiras. Os *Freikorps* prussianos se sentiam e se comportavam como vencedores em terra conquistada; eles não tinham simpatia pelo proletariado de Munique, achavam-no desleixado e sujo, olhavam-no de cima para baixo

e não entendiam seu dialeto. Talvez isto tenha sido a causa do mal-entendido que levou, finalmente, a cessar as execuções indiscriminadas: em 6 de maio, 21 membros de uma associação católica, que, sob a proteção dos libertadores, arriscaram marcar novamente uma reunião, foram descobertos por esses mesmos libertadores e, como agora já havia se tornado tão comum, foram fuzilados sem mais delongas. Uma reunião de jovens que claramente pertenciam à classe trabalhadora era, aparentemente, um “encontro espartaquista”; e as enérgicas tentativas de esclarecimento por parte dos habitantes de Munique, aterrorizados pela iminência da morte, simplesmente não foram compreendidas.

Depois desse erro constrangedor, as execuções selvagens diminuíram por fim. A “arrumação” posterior ficou por conta dos tribunais e das cortes marciais. Eles tampouco procederam de maneira suave com os derrotados. Choveram sentenças de condenação à pena de morte.

Leviné usou seu julgamento para fazer uma boa despedida. “Nós, comunistas”, disse em suas últimas palavras, “somos todos mortos que estão de férias. Os senhores podem decidir agora se meu período de férias será renovado mais uma vez ou se me juntarei a Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo”. Ele foi executado duas horas depois. Morreu gritando: “viva a revolução mundial!”

14. Nêmesis

Logo há de dar-se algo de pavoroso.
Os pósteros hão de negar o visto;
Dele em teu protocolo inclui o fiel registro.¹
Goethe

Em meados de 1919, a Revolução Alemã havia quebrado o pescoço. O SPD governava um Estado burguês, por trás do qual estava o verdadeiro portador do poder: a contrarrevolução, acionada por este mesmo partido. Do ponto de vista externo, a posição do SPD nunca havia sido tão impressionante – como nunca mais seria. O partido controlava todas as posições de comando no *Reich*, na Prússia, na Baviera. Mas seu poder era oco. Ele seguiu sendo um corpo estranho no Estado burguês, o Estado burguês que ele próprio restabeleceu. Seguiu sendo um inimigo para os *Freikorps* contrarrevolucionários, com a ajuda dos quais restabeleceu o Estado burguês. E este partido operário havia destruído as bases de seu próprio poder ao derrubar a revolução das massas operárias.

¹ Cf. Goethe, Johann Wolfgang von. *Fausto: uma tragédia. Segunda parte*. Trad. Jenny Klabin Segall. 5.ed. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 175. No original: “*Nun wird sich gleich ein Greulichstes ereignen. / Hartnäckig wird es Welt und Nachwelt leugnen: / Du schreibst es treulich in dein Protokoll*”. (N. T.)

No fundo, durante todo o tempo, o SPD almejava voltar a outubro de 1918. Na época, com a parlamentarização do *Reich*, havia visto seus desejos modestos serem conquistados. Finalmente, havia se “familiarizado” com o Estado e com o governo. Sim, ele se deixara cortejar e seduzir pelo *establishment* estatal e social. A maldita revolução de novembro atrapalhou temporariamente esse idílio, mas agora que felizmente ela foi superada, para as lideranças social-democratas parecia que outubro de 1918 havia sido restabelecido – se desconsiderarmos que, desta vez, não havia um imperador reinando sobre tudo. O SPD governava de novo, como em outubro de 1918, governava um Estado parlamentar em aliança com os progressistas e o Centro. A “coalizão de Weimar” nada mais era do que a antiga maioria do *Reichstag* – a mesma coalizão que apoiou o governo de Max von Baden em outubro de 1918.

E, no entanto, tudo era diferente. Em outubro de 1918, a revolução era iminente; agora havia acabado e estava derrotada. Naquela época, as classes burguesas e feudais sentiam medo; agora recuperaram sua autoconfiança. Naquela época, elas precisavam do SPD – para poupá-las da responsabilidade pela capitulação e para sufocar a revolução. Agora que ambos os objetivos já haviam sido alcançados, o SPD já não era mais necessário; ou, no máximo, ainda precisavam do partido como bode expiatório e saco de pancadas para a derrota e a miséria do pós-guerra. A partir de meados de 1919, nas palavras do observador mais arguto daquela época, Ernst Troeltsch, uma “onda de direita” revirava a Alemanha. Os sociais-democratas haviam se tornado os “criminosos de novembro” e os “políticos da renúncia”, que haviam “apunhalado o exército alemão pelas costas”.

Mesmo a relação com seus parceiros de governo, os partidos burgueses de Centro, já não era igual. Antes de outubro de 1918,

na luta pela introdução do parlamentarismo, os três partidos seguiam na mesma direção. Agora, os Democratas e o Centro não eram mais os companheiros de luta do SPD, mas seus cães de guarda. Tentavam assegurar que os sociais-democratas não se imiscuíssem demais na economia capitalista ou nos assuntos da Igreja Católica. Sem maioria absoluta no parlamento e sem qualquer possibilidade de formar uma coalizão à esquerda, os sociais-democratas se voltaram ao centro burguês. Mas, se quisessem, os partidos de centro também poderiam governar em aliança com os da direita burguesa – por sua parte, os partidos da direita burguesa tinham a possibilidade de escolher se preferiam formar um bloco parlamentar burguês ou se queriam pactuar abertamente com a contrarrevolução.

A contrarrevolução, por sua vez, era agora um poder – aos olhos de muitos, era o verdadeiro poder. Desde agosto de 1919, se organizava na *Nationale Vereinigung* [União Nacional], um grupo de conspiradores que planejava um golpe de Estado de maneira sistemática. As cabeças que lideravam o grupo eram Wolfgang Kapp, que vinha da Prússia oriental, e o capitão Pabst, responsável pelo assassinato de Liebknecht e Luxemburgo; no plano de fundo estava Ludendorff que, nesse meio-tempo havia voltado da Suécia.

De novembro de 1918 ao verão de 1919, tratava-se da seguinte questão na Alemanha: revolução ou contrarrevolução? Depois a questão era apenas: restauração burguesa ou contrarrevolução? (Dez anos mais tarde, a questão seria: qual tipo de contrarrevolução?)

A resposta à pergunta dependia tanto dos soldados quanto dos políticos. O *Reichswehr* de quatrocentos mil homens, formado em maio de 1919 a partir dos *Freikorps*, se tornava cada vez mais uma tropa política e, de fato, uma tropa da direita. Assim como na direita política, na direita militar existiam tanto

conservadores táticos e cuidadosos quanto golpistas impacientes. Os primeiros estavam dispostos a dar uma chance ao Estado parlamentar burguês, sob um governo do bloco burguês; os outros desejavam o golpe militar e a ditadura. Os sociais-democratas já não tinham mais utilidade para nenhum dos dois grupos. Quando muito, alguns deles faziam uma exceção para a pessoa de Noske.

Em julho de 1919, depois da assinatura do Tratado de Versalhes, Hindenburg e Groener, os chefes do antigo alto comando do Exército, se despediram. Desde então, a política era discutida no *Reichswehr* na mesma intensidade com que era discutida na Assembleia Nacional Constituinte. Praticamente cada unidade do exército seguia sua própria tendência política, praticamente cada general tinha suas próprias ideias políticas. Dois deles foram gradativamente se destacando como figuras de liderança das duas alas políticas do *Reichswehr*: Hans von Seeckt, o chefe do Estado-Maior, que queria – ao menos em princípio – “despolitizar” o *Reichswehr*; e Walther von Lüttwitz, comandante em chefe do *Gruppenkommando I*, o “pai dos *Freikorps*”, que já em 1919 fazia demandas políticas constantes (como, por exemplo, os pedidos para proibir as greves e a abolição do seguro desemprego). Desde o verão de 1919, os planos ditatoriais do *Reichswehr* eram um constante tema de conversa. Noske também foi incluído, mais de uma vez, em conversas desse tipo e o papel que desempenhou era de certa maneira dúbio: apesar de recusar que o tornassem ditador por meio de um golpe militar, não empreendeu nenhuma ação contra os oficiais que lhe faziam tais propostas e tampouco se sabe se contou a seus colegas de ministério sobre seu flerte reiterado com esses traidores. O que fazia que esses planos ditatoriais de golpe militar desandassem de maneira reiterada era, principalmente, a indecisão dos oficiais favoráveis ao golpe a respeito de quem queriam transformar

em ditador: alguém de suas próprias fileiras? Noske? Kapp? Ludendorff? Faltava um candidato convincente; Hitler ainda não havia aparecido. Quando o ano de 1920 despontou, todos já estavam tão acostumados com a conversa infinita sobre golpe que já nem a levavam mais a sério.

E foi justamente nesse momento que a conversa ficou séria. No dia 10 de janeiro de 1920, o Tratado de Versalhes entrou em vigor, limitando o exército alemão a cem mil homens e a marinha a quinze mil homens. Isto significava uma redução massiva de pessoal entre os quatrocentos mil homens que integravam o *Reichswehr* em 1919. A maioria dos *Freikorps* precisava ser dissolvida, por bem ou por mal. E eles também já não eram mais utilizados: não haviam sido recrutados para a defesa do país, mas antes para derrotar a revolução – e já haviam terminado esse trabalho. Agora se tornaram um fator de instabilidade e um perigo para o Estado e para o governo.

Mas eles não estavam dispostos a aceitar serem mandados para casa; e os generais envolvidos com política tampouco aceitavam abrir mão desse instrumento de poder político. Antes de deixar que eles lhes fossem tirados, queriam utilizá-los. Foi assim que aconteceu o golpe militar de 13 de março de 1920, que entrou para os livros de história como o golpe de Kapp [*Kapp-Putsch*].

O nome conduz ao erro – conduz ao erro da mesma maneira que o nome “semana espartaquista”, que passou a estar vinculado à semana revolucionária de Berlim em janeiro de 1919. Kapp e sua União Nacional desempenharam um papel miseravelmente marginal no drama desses dias de março, tão marginal quanto aquele desempenhado pelo comitê revolucionário dos 53 na tragédia de janeiro do ano anterior. Antes se tratava de uma ação espontânea de massas, desta vez de uma

revolta militar. Seu líder não foi Kapp, mas o general von Lüttwitz. A dissolução da brigada naval Ehrhardt, empreendida por Noske no dia 29 de fevereiro de 1920, constituiu o motivo e o elemento desencadeador da revolta.

A brigada Ehrhardt, composta por cinco mil homens, era um *Freikorps* originariamente formado por oficiais e suboficiais da marinha, reforçada posteriormente pelas *Baltikumer*, tropas alemãs que ainda lutavam contra unidades bolchevistas na Letônia em 1919. A brigada foi utilizada em Berlim e Munique durante a guerra civil. Do ponto de vista militar, era uma formação de elite e, do ponto de vista político, extremamente hostil ao governo. Empunhava bandeiras de cores negra, branca e vermelha e, de hábito, emitia *slogans* diários ridicularizando os ministros. Desde janeiro de 1920, quando o general von Lüttwitz a realocou no campo de exercícios de Döberitz em Berlim, passou a trazer a suástica no capacete de aço. Já em 1920, o espírito dessa tropa era, de maneira inconfundível, o espírito das futuras *Waffen-SS*.²

Diante da ordem de dissolução de 29 de fevereiro, a brigada reagiu com uma grande parada militar no dia seguinte, para a qual o ministro do *Reichwehr* não havia sido convidado. Nessa parada, o general von Lüttwitz declarou: “Não tolerarei que um grupo tão fundamental como este seja desarticulado em tempos de tantas trovoadas”. Com isso ele declarava publicamente o fim de sua obediência ao governo; e sustentava o que dizia.

Alguns oficiais de seu Estado-Maior se assustaram e, nos dias seguintes, tentaram fazer com que Lüttwitz freasse e desviasse. Primeiro organizaram uma conversa entre ele e os líderes dos dois partidos parlamentares de direita. Estes últimos haviam acabado de iniciar uma ação política própria: exigiam a dissolu-

² Braço armado de combate das SS, as tropas de elite nazistas. (N. E.)

ção da Assembleia Nacional Constituinte e novas eleições para o *Reichstag*, um gabinete de “ministros técnicos” e eleição popular imediata do presidente do *Reich*; demandas completamente constitucionais, mas por meio das quais agora – agora que uma “onda de direita” crescia na Alemanha – prometiam eliminar o SPD da liderança do *Reich*. Eles esperavam implementar essas exigências – exigências que, obviamente, os partidos do governo rejeitavam – nas semanas seguintes ou nos meses seguintes, com uma grande campanha publicitária. Por isso, poderia ser que não precisassem de um golpe naquele instante. Lüttwitz levou essas demandas em consideração, mas não se deixou dissuadir de seus planos de golpe de Estado: diferentemente dos líderes do partido de direita, ele acreditava que não tinha mais tempo. Ele não queria chegar ao ponto de perder suas melhores tropas. Ele se sentia obrigado a agir.

Nos dias seguintes, a sensação de urgência apenas cresceu, já que Noske removeu o comando superior da brigada Ehrhardt e subordinou-a à liderança da marinha, de quem esperava o cumprimento de sua ordem de dissolução. Lüttwitz ignorou essa ordem, mas deixou que seus oficiais do Estado-Maior o convencessem a, antes de levar as coisas às últimas consequências, solicitar uma conversa cara a cara com Ebert. Ebert viu com bons olhos a ideia de receber um general rebelde (“o velho continua sendo excêntrico”, disse). No dia 10 de março, às 18 horas, Lüttwitz apareceu na sala de Ebert com uma grande comitiva; Ebert, por sua vez, havia chamado Noske para participar da conversa. A reunião foi catastrófica. “Com grande ferocidade e rigor”, Lüttwitz exigiu a convocação de novas eleições e a instauração de um governo com ministros técnicos, tomando como exemplo o que havia aprendido com as lideranças dos partidos de direita, mas, além disso, também exigiu sua própria nomeação como comandante em chefe de todo o *Reichswehr*

e a anulação das ordens de dissolução. Ebert e Noske rechaçaram essas exigências; Ebert o fez com um tom paternal e uma justificativa objetiva detalhada, Noske de maneira irritada e brusca: ele esperava o pedido de demissão do general para a manhã seguinte. Despediram-se enfurecidos.

No dia seguinte, o pedido de demissão não chegou. Em vez disso, Lüttwitz se dirigiu a Döberitz para conversar com Hermann Ehrhardt. Perguntou-lhe se ele conseguiria ocupar Berlim naquela mesma noite com sua brigada. Ehrhardt respondeu que precisaria de um dia para se preparar, mas na manhã de sábado, 13 de março, poderia posicionar sua brigada diante do portão de Brandemburgo. Isto ficou então acertado. Lüttwitz deu a ordem de marchar sobre Berlim. Ehrhardt começou os preparativos.

Foi apenas então que Lüttwitz puxou o grupo conspirador da União Nacional para dentro do complô – Kapp, Pabst, Ludendorff e seu pessoal. Bem cedo na manhã de sábado, eles deveriam estar preparados para tomar o governo em Berlim. A ordem repentina lhes pareceu bastante inoportuna. Seus próprios planos de golpe ainda não estavam amadurecidos, os trabalhos preliminares de organização ainda não haviam sido concluídos em muitas partes do *Reich*, ainda não haviam elaborado listas de nomes para compor um gabinete. Mas como a data do golpe havia sido determinada agora por Lüttwitz e Ehrhardt, Kapp e os seus entraram no jogo. Agora eles também estavam sob a pressão do tempo, já que, nesse mesmo dia, foram emitidas ordens de prisão contra eles, que, no entanto, não foram cumpridas: em vez de prender os conspiradores, a polícia de segurança de Berlim avisou-os com antecedência. A polícia era tão “nacionalista” quanto o *Reichswehr*.

No dia seguinte, sexta-feira, 12 de março, assomavam-se rumores em Berlim. Até mesmo os jornais noturnos da cidade

traziam notícias da iminência de um golpe por parte da brigada Ehrhardt. Noske era o único que ainda não queria acreditar em quão sérias eram as coisas – ou, em todo caso, foi o que declarou depois; e é preciso admitir que, nos nove meses anteriores, vários planos de golpe haviam morrido na praia e vários rumores de golpe não se concretizaram. De todo modo, Noske tomou medidas de precaução: ordenou que dois regimentos da polícia de segurança e um regimento do *Reichswehr* ficassem a postos no bairro onde se encontravam os edifícios oficiais do governo, para defendê-los usando a força militar, se necessário. Com isto, acreditava ter tomado todas as precauções para qualquer situação que viesse a ocorrer. Ele estava diante da maior decepção de sua vida.

Isso porque, naquela mesma noite, todos os oficiais dos três regimentos decidiram não obedecer à ordem de defender o distrito governamental. Colocaram-se de acordo com os líderes das unidades das tropas restantes, que estavam em Berlim e também no entorno da cidade: nenhum deles acataria uma ordem como aquela e, por segurança, pediram a aprovação de Seeckt que, apesar de não ter poder de comando direto, naturalmente gozava de maior autoridade militar por ocupar o cargo de chefe do Estado-Maior. Ele expressou sua concordância com as seguintes palavras: naturalmente não se tratava de “realizar uma manobra militar entre Berlim e Potsdam com munição real”. Posteriormente, a lenda deu uma formulação concisa a esta frase de moleque (quase podemos ouvir o tom fanfarrão com que foi pronunciada): “*Reichswehr* não atira contra *Reichswehr*”.

Na verdade, o *Reichswehr* estava completamente preparado para atirar contra o *Reichswehr*. Nessa noite, às 22 horas, o capitão Ehrhardt deu ordem à sua brigada para “marchar para Berlim como se estivesse numa guerra, *acabar de maneira implacável com qualquer tipo de resistência* e ocupar o centro

da cidade e os ministérios”. Antes de chegar a Berlim, ordenou novamente a suas tropas: “se uma luta com as tropas no distrito governamental vier a ocorrer, ela deve ser travada com extrema energia”. A parte golpista do *Reichswehr* também estava completamente preparada para atirar no próprio *Reichswehr*; apenas aquelas unidades do *Reichswehr* que deviam se opor ao golpe não estavam preparadas. Uma parte do *Reichswehr* estava decidida a derrubar o governo de maneira violenta; a outra estava decidida a não defendê-lo. Ambas as atitudes configuravam motim. Nessa noite de 12 para 13 de março de 1920, Ebert e Noske foram abandonados por seu poder armado – nada de diferente do que aconteceu com o imperador Guilherme II diante de suas tropas no dia 9 de novembro de 1918.

Foi uma noite cheia de acontecimentos. Desde as dez horas da noite, a brigada Ehrhardt estava em marcha em direção a Berlim, numa formação de guerra, com instrumentos de proteção igual àqueles utilizados para avançar em solo inimigo, com as armas nos ombros e granadas de mão nos cintos. Uma hora depois, o *Gruppenkommando* teve notícia da marcha da brigada sobre Berlim. Noske foi informado pelo telefone. Dois generais do *Kommando*, von Oven e von Oldershausen, marcharam em direção à brigada, supostamente (ao menos assim se manifestaram depois do fracasso do golpe) para dissuadir Ehrhardt de seus planos no último minuto; mas, na verdade, para fazer uma última tentativa de mediação entre ele e Noske. Foram, com dificuldade, abrindo espaço em meio às tropas até chegar a Ehrhardt e convenceram-no a dar uma oportunidade de capitulação aos membros do governo antes de prendê-los: o aceite das exigências de Lüttwitz teria que ocorrer até às sete horas da manhã; até lá, ele ficaria parado em frente ao Obelisco da Vitória com suas tropas. Diante disso, ocorreram novos

telefonemas entre ambos os generais e Noske que, por sua vez, procurou por Ebert logo depois da meia-noite e informou-o a respeito do ultimato de Ehrhardt. Às quatro horas da manhã, Ebert convocou seu gabinete e reuniu-se com os ministros na chancelaria do *Reich*; à uma da manhã, Noske convocou seus comandantes e reuniu-se com eles no ministério do *Reichswehr* na Bendlerstrasse.

Na reunião entre os comandantes, Noske exigiu que os prédios dos ministérios fossem defendidos; em vão. Todos os generais e oficiais do Estado-Maior presentes ao encontro, com a exceção de dois, se recusaram a cumprir a ordem do governo para atirar. Von Oven e von Oldershausen recomendaram negociar com Ehrhardt. Outros inventaram desculpas: as tropas não iriam entender um comando de combate; ou então: elas não teriam condições de fazer frente à brigada Ehrhardt durante a luta. Seeckt palestrava sobre camaradagem e argumentava que, afinal, seria melhor se Ebert encontrasse um *Reichswehr* indiferente do que se ele se instalasse em Berlim, “diante do portão de Brandemburgo, como o vencedor da batalha”. Noske sintetizou, amargurado: “Os senhores claramente não querem lutar”. Como ninguém o contradisse, ele exclamou: “Então fui completamente abandonado?” Os oficiais ficaram mudos. Às quatro horas da manhã, um Noske descomposto saiu da Bendlerstrasse em direção à chancelaria do *Reich* para comunicar ao gabinete que eles estavam completamente desprotegidos. Chegou a falar em suicídio com seu ajudante.

A reunião do gabinete dos ministros que haviam virado a noite ocorria de maneira caótica. Todos falavam ao mesmo tempo e gritavam uns contra os outros; Ebert, que ocupava a presidência, tentava, em vão, estabelecer uma conversa minimamente ordenada. E, no entanto, essa reunião dominada pelo pânico provocou dois resultados importantes: o primeiro

foi a decisão de fugir de Berlim; o segundo foi a convocação de uma greve geral.

Ambas as decisões não foram tomadas por unanimidade. Num primeiro instante, ainda escondida pela agitação e pela confusão do momento, a fenda entre os sociais-democratas e seus parceiros burgueses de coalizão se abriu naquela noite; uma separação que já se anunciava há muito. O vice-chanceler democrata Schiffer e alguns ministros burgueses não concordavam com a decisão da fuga de Ebert e do governo. Ele não queria cortar completamente os laços com os amotinados. Mas, antes de tudo, a convocação de uma greve geral contou apenas com a assinatura de Ebert e dos ministros social-democratas. Os ministros burgueses não aderiram.

No entanto, essa convocação havia passado dos limites; ela também significava uma reviravolta sem precedentes para os sociais-democratas. Em meio ao desespero, agora, de repente, voltavam a falar na linguagem da revolução, da revolução que eles haviam liquidado violentamente um ano antes, valendo-se das mesmas tropas que agora ameaçavam sua segurança:

Trabalhadores! Camaradas! Nós não fizemos a revolução para nos submetermos agora a um regime sangrento de soldados rasos. Nós não pactuaremos com os criminosos do Báltico... Tudo está em jogo! Por isso é necessário empregar os meios de defesa mais precisos... Deixem de trabalhar! Façam greve! Vamos sufocar este bando de reacionários! Lutem com todos os meios pela manutenção da República! Deixem todas as discordâncias de lado! Só existe um meio contra a ditadura de Guilherme II: a paralisação de toda atividade econômica! Nenhuma mão deve se mexer! Nenhum proletário deve ajudar a ditadura militar! Greve geral por todos os lados! Proletários, uni-vos! Abaixo a contrarrevolução!

A convocação, decidida pelos ministros social-democratas sem a concordância de seus colegas burgueses, foi formulada

pelo chefe de imprensa do governo do *Reich* durante a reunião que, ao final, anotou a lápis os nomes de Ebert e dos ministros social-democratas. Apenas o chanceler do *Reich*, Bauer, assinou o papel de seu próprio punho, os demais não chegaram a conseguir fazê-lo: a reunião foi interrompida às 6h15 da manhã e os ministros se anteciparam em direção aos carros que já haviam sido previamente preparados – apenas dez minutos antes de as colunas de Ehrhardt marcharem, com cânticos inflamados, através do portão de Brandemburgo, onde um grupo de homens uniformizados e de civis esperava por elas, vestindo fraque e cartola: Lüttwitz, Ludendorff, Kapp e sua comitiva. Quando Kapp e seu pessoal tomaram a chancelaria do *Reich* para proclamar a formação de um novo governo “da ordem, da liberdade e da ação”, eles ainda encontraram as cadeiras quentes.

O golpe de Estado pareceu ter sido bem-sucedido ao longo de todo um dia, o sábado de 13 de março de 1920. Não havia resistência militar por parte alguma. As tropas de Berlim, bem como a polícia de segurança, toda a marinha, os *Kommandos* do exército na Prússia oriental, na Pomerânia, Brandemburgo e Silésia se subordinaram, sob todas as formas, ao novo e auto-nomeado comandante em chefe Lüttwitz e a seu chanceler do *Reich*, Kapp. O *Reichswehr* bávaro aproveitou a oportunidade para derrubar, por conta própria, o governo estadual social-democrata em Munique e para introduzir um novo governo estadual – o famigerado governo de Kahr, sob o qual Hitler se tornou grande. Kahr se manteve no cargo até o segundo golpe de novembro de 1923, um golpe que foi obra do próprio Hitler. No resto do *Reich*, os comandantes militares estaduais não se declaravam oficialmente nem a favor nem contra Kapp e Lüttwitz; mas sua neutralidade não era sincera: eles apenas esperavam pelo sucesso da empreitada. Internamente, todos

eles simpatizavam com o “novo governo” e muitos comandantes locais também mostravam sua simpatia abertamente. A atitude dos funcionários públicos do alto escalão também era parecida: para fora, aguardavam em posição de neutralidade; mas, em seu íntimo, eram em sua maioria simpatizantes. Mais tarde, alegou-se que o fracasso de Kapp e Lüttwitz teria acontecido em razão da atitude de reserva da burocracia ministerial. Podemos apenas encolher os ombros a este respeito. Na melhor das hipóteses, tanto o aparelho estatal civil quanto militar (com exceção das províncias orientais “ultranacionalistas”, que seguiam Kapp e Lüttwitz como se fossem um só homem) mostravam uma certa hesitação cautelosa aqui e ali, mas estavam completa e consistentemente preparados para, como sempre, “cumprir seu dever” sob o “novo governo”, caso a situação se resolvesse a seu favor.

Enquanto isso, o “antigo governo” levava uma existência precária de refugiado. Ele já não podia mais governar: os ministros que fugiram já não tinham mais aparato administrativo, nem mesmo o apoio de datilógrafos, tinham apenas a vida nua. Eles haviam ido primeiro para Dresden, onde comandava o general Maercker, o antigo “conquistador de cidades” de Noske. Esperavam encontrar segurança a seu lado. Mas, já na manhã de sábado, Maercker havia recebido a ordem, vinda de Berlim por telegrama, para prender os ministros “como medida de segurança” logo à sua chegada. Maercker se mostrou muito disposto a cumprir a ordem, ainda que tivesse sido suficientemente educado para explicar a seus superiores que apenas os prenderia para sua própria segurança. Não foram os ministros, mas Heinze, o líder do Partido Popular Alemão [*Deutsche Volkspartei*, DVP] – passando por Dresden, por acaso –, que conseguiu dissuadir Maercker de seu plano. Mais tarde naquele dia, depois de ter lido a convocação de greve geral dos sociais-

-democratas com indignação, Maercker reapareceu para então prender os ministros. Primeiro eles tiveram que jurar solenemente que seus nomes haviam sido incluídos “na elaboração” sem seu consentimento, antes que ele mudasse novamente de ideia. Mas Ebert e Noske não queriam se arriscar por uma terceira vez. Depois de sua segunda aventura com Maercker, o “velho governo” preferiu continuar a fugir. Ainda na noite do mesmo dia, foram para Stuttgart, onde os militares haviam permanecido quietos até o momento. Mesmo ali tiveram que esperar vários dias até o comandante local declarar oficialmente sua lealdade ao governo legal do *Reich*. Isto aconteceu apenas quando a greve geral já havia tido seu efeito e quando a posição de Kapp e Lüttwitz já havia se tornado insustentável.

A greve geral, que começou com toda força em Berlim já no domingo de 14 de março, que alcançava todo o *Reich* na segunda-feira e que havia paralisado o governo golpista imediatamente, foi a mais violenta pela qual a Alemanha já passou. O país inteiro parou. Não havia tráfego de trem, não havia ônibus circulando nas cidades, não havia serviço de correio, não havia distribuição de jornais. Todas as fábricas foram fechadas. A administração pública estava paralisada: os funcionários do baixo escalão estavam em greve, os do alto escalão não conseguiam desempenhar qualquer trabalho efetivo em seus escritórios. Não havia nem mesmo água, gás e luz elétrica em Berlim. As pessoas faziam longas filas diante de antigos poços e bombas d’água para ter água potável.

A greve geral tirou qualquer possibilidade de o governo golpista governar em Berlim, já no segundo dia de sua existência. Todas as conexões entre a capital e as províncias haviam sido cortadas. Mesmo em Berlim, os próprios militares e a burocracia perderam rapidamente o controle da população. Os tendões e

as cordas vocais do “novo governo” haviam sido cortados; a máquina estatal ficou vazia.

Mesmo a conexão com as unidades locais da tropa só era possível por meio de mensageiros. Em vão, Kapp e seus colaboradores escreveram convocações apaziguadoras que pediam a retomada do trabalho; em vão, prometeram novas eleições; em vão, decretaram a pena de morte para os líderes da greve; em vão, revogaram o decreto. Nada daquilo reverberava para além do distrito governamental em Berlim. Depois de três dias de greve geral, o governo golpista havia ficado tão impotente em Berlim quanto o governo exilado em Stuttgart. Ambos governavam apenas suas antessalas.

Nessa semana de greve geral, que durou de 14 a 21 de março de 1920, mais uma vez o proletariado alemão repetiu seu desempenho da semana da revolução, de 4 a 10 de novembro de 1918. A semelhança desses dois importantes acontecimentos é impressionante. Tal como antes, o mesmo se desenrolou por todas as partes da Alemanha – sem planejamento centralizado ou liderança, o levante partiu de uma solidariedade espontânea do pensar e do sentir. Tal como antes, a ação das massas não tinha caráter socialista, mas democrático e antimilitar: assim como a revolução havia feito antes, agora a greve geral estava orientada contra um regime militar e acreditava vir em ajuda de um governo civil contra os militares. Tal como antes, a grande massa de grevistas era composta por sociais-democratas. Também foram apenas os ministros social-democratas que haviam convocado a greve. A princípio, os independentes se recusaram a aderir ao chamado de greve. (“O SPD nos tratou como cães”, declarou Crispian, um de seus porta-vozes, à direção sindical em Berlim, no dia 13 de março, “agora não pode pedir para que nós simplesmente esqueçamos de tudo.”) A central do KPD de Berlim, cujo líder na época era Ernst Reuter – que

posteriormente se tornaria prefeito de Berlim ocidental durante o bloqueio [24/06/1948 a 12/05/1949] –, chegou até mesmo a emitir, no mesmo dia, um chamado *contra* a greve: “Não vamos mexer nem um dedo pelo governo que caiu em vergonha e em desgraça, pelo governo dos assassinos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo!” Tudo isto não teve o menor efeito: os membros do USPD e do KPD entraram em greve como se fossem um só e não sobrou qualquer alternativa aos líderes partidários que não se juntar a eles. Agora que o momento da verdade havia chegado, em que a contrarrevolução mostrava seu verdadeiro rosto, sem máscaras, e agora que o SPD havia novamente reencontrado a linguagem da revolução, para as massas operárias parecia que tudo que havia acontecido desde o dia 9 de novembro de 1918 já não contava mais. A hora da unidade socialista parecia ter chegado mais uma vez. O levante de março de 1920 também lembrava o de novembro de 1918 neste ponto: no fato de que a reunificação dos partidos socialistas era vista como algo evidente.

Ao longo da semana, na Saxônia, na Turíngia e especialmente na região do Ruhr, a greve se transformou em revolução armada. O estopim foi lançado por comandantes locais do *Reichswehr* “que apoiaram e participaram do novo governo”, ao içarem bandeiras pretas, brancas e vermelhas nos quartéis e ao prenderem piqueteiros. Eles encontraram resistência; tiroteios locais se tornaram combates e batalhas de rua, com desfechos diferentes. A guerra civil da primavera de 1919 foi novamente reproduzida e, desta vez, a correlação de forças havia mudado. Antes, os *Freikorps* corporificavam a força do governo, agora eles representavam a insurreição; antes, os trabalhadores em luta se mostravam desunidos e, na maioria das vezes, cheios de insegurança, agora os desunidos e inseguros eram seus inimigos militares; antes, os trabalhadores em luta estavam sozinhos

e isolados em cada parte do país onde a luta irrompia, agora contavam com o apoio de uma greve geral em todo o país; mas, acima de tudo, agora eles lutavam com uma determinação, uma amargura e com um desespero muito mais obstinados do que um ano antes. Nesse meio-tempo, haviam conhecido o terror branco; sabiam o que os aguardava caso fossem derrotados. A revolução, que em março de 1920 “se elevou novamente ao topo com muito barulho” e que mais uma vez retomou a luta que já havia sido perdida, não era mais tão benevolente como havia sido em novembro de 1918, quando reinava a sensação de vitória.

No entanto, depois de combates violentos, os militares mantiveram sua superioridade na Saxônia e na Turíngia. Mas um milagre militar aconteceu na região do Ruhr. Depois das primeiras batalhas vitoriosas, o exército vermelho improvisado rolou como uma avalanche por todo o território. No dia 17 de março, conquistou Dortmund; no dia 18, conquistou Hamm e Bochum; no dia 19, Essen. Diante disso, o comando regional do *Reichswehr* em Münster ordenou a retirada das guarnições desmoralizadas de Düsseldorf, Mülheim, Duisburg, Hamborn e Dinslaken. Ao final da semana de greve, toda a região do Ruhr estava sob o domínio dos trabalhadores armados.

Mas foi justamente este desdobramento inesperado de poder que se tornou a ruína da revolução renovada. Diante da greve geral, não era possível manter o governo Kapp; isso se tornou claro para seus apoiadores militares passados poucos dias. Mas o medo diante da revolução, que eles acreditavam já ter vencido de maneira definitiva, e que agora de repente levantara de novo a cabeça, reunificou, no curso de poucos dias, os opositores do dia 13 de março. O Estado burguês e os militares rebeldes se juntaram rapidamente contra a revolução. E não tardou muito para que o SPD pendesse para esse *front* de unidade e para que traísse a revolução pela segunda vez.

Em 13 de março, Kapp mandou prender preventivamente o vice-chanceler Schiffer, que havia permanecido em Berlim, bem como os ministros do governo da Prússia. Mas eles seriam postos em liberdade logo no dia seguinte – a greve geral já havia começado – e, alguns dias depois, começaram as negociações. Os líderes dos dois partidos burgueses de direita, Oskar Hergt e Stresemann, intervieram nas negociações e, com isso, uma característica comum instintiva de todos os quatro partidos burgueses se mostrou com clareza. Todos os quatro estavam de acordo com a ideia de que, naquele momento, o principal perigo era “o bolchevismo” e que a principal tarefa era “reconquistar” o corpo de oficiais. O vice-chanceler Schiffer expressou o que todos pensavam quando formulou a ideia de que não seria desejável que Kapp e Lüttwitz fossem derrubados por meio de um “motim” de suas tropas ou por meio da greve geral; ambos os desenlaces levariam ao “bolchevismo”. Tratava-se antes de forçar uma renúncia voluntária de Kapp e Lüttwitz; era preciso oferecer-lhes uma saída honrosa. Nesses dias, formava-se em Berlim uma coalizão tácita entre os quatro partidos burgueses – a coalizão do bloco burguês, que, alguns meses depois, iria assumir o governo da República de Weimar e que se manteria no poder, com poucas interrupções, até sua dissolução. Seu primeiro ato político foi estabelecer um acordo com os militares rebeldes que, por fim, encerrava o golpe de Kapp sem determinar vencedores e vencidos.

Em troca da renúncia voluntária de Kapp e Lüttwitz, os quatro partidos – que também contaram com a aprovação de alguns políticos social-democratas que haviam permanecido em Berlim – ofereceram novas eleições, reforma do gabinete ministerial e uma anistia para todos os participantes do golpe. Os rebeldes começaram a jogar pôquer. Primeiro destituíram apenas Kapp, que, de qualquer maneira, havia se mostrado

como um fracassado a seus olhos. Lüttwitz tentava permanecer como ditador militar por mais um dia. Mas então se viu abandonado por seus comandantes, de maneira semelhante ao que havia acontecido com Noske alguns dias antes. Agora eles também achavam que havia chegado a hora de recompor uma frente unida contra o “bolchevismo”. Sugeriram ao vice-chanceler Schiffer, que agora conduzia os assuntos do governo em Berlim – oficialmente, fazia-o ainda em nome da coalizão de Weimar; em verdade, já contava com a cobertura dos quatro partidos burgueses – o nome do general von Seeckt para o cargo de comandante em chefe do *Reichswehr* e Schiffer o convocou em nome de Ebert.

Em geral as negociações transcorreram da forma mais amigável. O principal negociador dos rebeldes era o capitão Pabst, o assassino de Liebkecht e Luxemburgo, que já em 13 de março havia sido nomeado major por Lüttwitz (a nomeação nunca foi desfeita). Quando ele apareceu diante de Schiffer na noite de 16 de março, na abertura das negociações, Schiffer fez que lhe servissem uma boa ceia. “Deste modo se criou uma atmosfera que não era muito adequada à seriedade da situação, mas que não a influenciou de maneira desfavorável”, registrou mais tarde o vice-chanceler. Dois dias mais tarde, quando Pabst lhe trouxe a renúncia de Lüttwitz – que a aceitou imediatamente, em nome do presidente do *Reich*, com a aprovação da manutenção de seus direitos à aposentadoria –, Schiffer recomendou que Pabst permanecesse em lugar seguro até a regulamentação da questão da anistia por parte da Assembleia Nacional, o que também recomendava a Lüttwitz. “Schiffer ofereceu aos dois até mesmo passaportes falsos e dinheiro, o que Pabst recusou agradecido. Os golpistas já haviam providenciado passaportes falsos com seus amigos da chefia da polícia.” Isto é relatado por Johannes Erger, em seu detalhado estudo, intitulado *Der*

Kapp-Lüttwitz-Putsch [O golpe de Kapp-Lüttwitz], tendo por base declarações idênticas de ambos os envolvidos.

Ehrhardt foi tratado ainda melhor do que Pabst e Lüttwitz. Seeckt, o novo chefe do *Reichswehr*,

em uma ordem do dia 18 de março, depois de uma conversa com Ehrhardt, referiu-se com elogios a respeito da disciplina da brigada, reconhecendo que ela havia agido com a crença de ‘servir interesses patrióticos’, e, no dia 19 de março, garantiu, por escrito, que protegeria Ehrhardt da prisão enquanto a brigada ainda estivesse sob seu comando [Erger].

Logo a seguir, em marcha, a brigada começou a abandonar Berlim – entoando cânticos e agitando bandeiras, tal como havia feito ao entrar na cidade. Quando as tropas se depararam com uma multidão hostil no portão de Brandemburgo, que começou a vaiá-las em alto e bom som, decidiram abrir fogo, disparando na multidão com metralhadoras, sem qualquer traço de vacilação. Essa foi sua saudação de despedida da Berlim vermelha. Doze mortos e trinta pessoas com ferimentos graves ficaram jogados no pavimento da Pariser Platz.

Agora o governo do *Reich* podia sair de Stuttgart e voltar para Berlim. Sua primeira preocupação era pôr fim à greve geral, que ainda continuava; sua segunda preocupação era desarmar o exército vermelho, que ainda ocupava a região do Ruhr. Os ministros social-democratas, que novamente haviam pedido ajuda à revolução na hora de necessidade e que de fato foram salvos por ela, reencontraram por si mesmos seu antigo papel de máscara da contrarrevolução. Ainda fizeram promessas aos líderes sindicais que hesitavam em acabar com a greve geral; promessas que sabiam ser impossíveis de cumprir, tais como a punição severa aos participantes do golpe, ou promessas que apenas não queriam cumprir, como o alistamento dos trabalhadores nas forças de segurança. Um ultimato foi dado

ao exército vermelho que estava na região do Ruhr para que suas armas fossem abandonadas num curto período de tempo. Então o cumprimento do ultimato foi deixado a cargo do *Reichswehr*, que havia “retornado ao solo constitucional”. Para isto, o *Reichswehr* empregou principalmente – e não sem intenção – as unidades que haviam se levantado contra o governo sob o comando de Kapp e Lüttwitz; entre outras, os *Freikorps* Epp, Pfeffer, Lützow, Lichtschlag e Rossbach, bem como a brigada da marinha Löwenfeldt, um grupo-irmão da brigada Ehrhardt. Agora eles deveriam voltar a se armar. A carta de um dos membros da brigada Epp é testemunha de como o fizeram:

Ao hospital militar de reservistas, Estação 9.
Wischerhöfen, 2 de abril de 1920

Queridas irmãs, queridos enfermos!

Estou por fim em minha companhia. Cheguei ontem pela manhã e, à uma hora da tarde, fizemos o primeiro ataque. Se eu descrevesse o que aconteceu por escrito, vocês provavelmente diriam que tudo não passa de mentiras. Aqui não há perdão. Nós fuzilamos até mesmo os feridos. A animação é enorme, quase inacreditável. Houve dois mortos em nosso batalhão. Os vermelhos tiveram de duzentos a trezentos mortos. Tudo o que passa pelas nossas mãos é primeiro despachado com a coronha do rifle e, logo em seguida, com disparos. Durante todo o combate, fiquei pensando na Estação A. Isso se deve ao fato de que também fuzilamos, imediatamente, dez irmãs da Cruz Vermelha. Cada uma delas levava uma pistola consigo. Atiramos com alegria nessas figuras infames. E como elas choravam e como imploravam por suas vidas. Nada! Todo aquele que é encontrado com uma arma é nosso opositor e deve acreditar nisso. Nós fomos muito mais humanos com os franceses nos campos de batalha. Como vão as coisas no hospital? – A população nos dá tudo. Nos restaurantes, com frequência somos convidados, em grupos de vinte até trinta, para comer de graça. Meu endereço: Sargento Max Ziller, Estudante, 11. Companhia, Brigada Epp, Agência dos Correios Rekow na Vestfália.

Assim acabou o golpe de Kapp: com uma punição assassina, levada a cabo por um governo ainda liderado pelos socialis-democratas, contra aqueles que o haviam salvado; executada por aqueles de quem eles haviam sido salvos.

Mas agora o próprio SPD tinha que se submeter ao julgamento de seus seguidores. Eles não conseguiram mais postergar as novas eleições que haviam sido concedidas aos golpistas. A Assembleia Nacional Constituinte foi dissolvida já em abril e, em 6 de junho, houve eleição para um novo *Reichstag*. Nessa eleição, o SPD pagou pelas consequências de sua grande traição à revolução, uma traição que ele voltou a confirmar de maneira impressionante depois do golpe de Kapp. De uma só vez, o partido perdeu mais da metade de seus apoiadores.

Em janeiro de 1919, na eleição da Assembleia Nacional Constituinte, 12,5 milhões pessoas ainda votaram no SPD. Agora tinham apenas 5,5 milhões de votos. O colapso do partido também privou – para sempre – a coalizão de Weimar de sua maioria parlamentar. Teve início a época dos governos de bloco burguês, que duraram até o fim da República de Weimar e que foram novamente retomados depois da fundação da República Federal de Bonn.

Esperado ansiosamente por meio século, o grande momento do SPD havia chegado e já partira. Desde então, outro meio século se passou e o momento não retornou.

O que se recusa em um minuto
não é devolvido pela eternidade.³

³ Versos do poema *Resignation*, de Friedrich Schiller, publicado pela primeira vez em 1786 na revista *Thalia*. No original: “*Was man von der Minute ausgeschlagen, / gibt keine Ewigkeit zurück.*” (N. T.)

15. As três lendas

É provável que não se tenha mentido tanto a respeito de um acontecimento histórico quanto sobre a Revolução Alemã de 1918. Em particular, três lendas persistiram ao longo dos anos e se mostraram impossíveis de erradicar.

A primeira é amplamente difundida especialmente entre a burguesia alemã – e isto ainda vale para os dias de hoje. Ela consiste simplesmente na negação da revolução. Ainda continuamos a ouvir, com certa frequência, que uma verdadeira revolução não teria acontecido na Alemanha em 1918. Tudo o que verdadeiramente ocorreu se reduz a um colapso. Apenas a fraqueza momentânea das forças da ordem no momento da derrota é que teria permitido que um motim de marinheiros pudesse se parecer com uma revolução.

É possível ver a falsidade e a cegueira de tudo isto quando se compara 1918 com 1945. Em 1945 realmente aconteceu apenas um colapso. É verdade que foi um motim de marinheiros que gerou o estopim para a revolução em 1918, mas foi só o estopim. O extraordinário foi exatamente o fato de que um mero motim de marinheiros tenha desencadeado um terremoto na primeira semana de novembro de 1918, um terremoto que abalou toda a Alemanha; que fez que todo o exército nacional, todo o operariado urbano e, além disso, uma parte da população camponesa na Baviera se levantassem. Mas esse levante já não era mais um mero motim, era uma autêntica revolução. Ali,

não se tratava mais apenas da recusa ao dever de obediência, como ainda havia sido o caso nos dias 29 e 30 de outubro, na esquadra de Schillig-Reede. Tratava-se da derrubada de uma classe dominante e da reformulação de um Estado. E o que é uma revolução, se não exatamente isso?

Como toda revolução, esta também derrubou uma ordem antiga e, em seu lugar, colocou os começos de uma nova ordem. Não foi apenas destrutiva, foi também criadora. Sua criação foram os conselhos de operários e de soldados. O fato de que nem tudo tenha ocorrido ordenadamente e sem obstáculos, de que a nova ordem não tenha começado a funcionar imediatamente e sem atritos como a antiga que havia sido derrubada, que atos desagradáveis e ridículos também tenham sido cometidos – em qual revolução teria sido diferente? E que, naturalmente, a revolução tenha de imediato evidenciado as fraquezas e as desgraças da velha ordem e que sua vitória se deva em parte a essas fraquezas também são obviedades. Não foi diferente em nenhuma outra revolução da história.

Ao contrário, devemos inclusive dar créditos especiais à Revolução Alemã de novembro de 1918 pela façanha de sua autodisciplina, benevolência e humanidade, características que se tornam ainda mais notáveis quando consideramos que, praticamente por todas as partes, a revolução foi obra espontânea de massas sem liderança. O verdadeiro herói dessa revolução foram as massas – o *Zeitgeist* expressou isto com precisão: não é por acaso que os pontos altos das artes dramáticas e cinematográficas alemãs daqueles anos sejam magníficas cenas representando as massas, não é por acaso que a peça dramática escrita por Ernst Toller sobre a revolução, famosa na época, foi intitulada *Masse Mensch* [*Homem-massa*]. Na qualidade de contribuição revolucionária das massas, o novembro alemão de 1918 não fica atrás nem do julho francês de 1789 nem tampouco do março russo de 1917.

O fato de que a Revolução Alemã não tenha sido uma fantasia nem um fantasma, mas uma realidade viva e robusta, é, por fim, ainda comprovado por outro testemunho: os rios de sangue vertidos no primeiro semestre de 1919, que foram o preço a ser pago para fazer a revolução retroceder e derrotá-la.

Não há qualquer dúvida sobre quem a derrotou. Foi a liderança do SPD, foi Ebert com seu pessoal. Também não existe qualquer dúvida de que, para conseguir derrotá-la, os líderes do SPD se colocaram primeiro à frente da revolução para depois traí-la. Nas palavras do especialista Ernst Troeltsch, testemunha incorruptível:

para não perder sua influência sobre as massas, [os líderes do SPD] adotaram a revolução – a revolução que eles não tinham feito e que, de seu ponto de vista, era uma espécie de aborto – como se fosse sua, como se fosse um filho esperado por muito tempo.

É necessário ser preciso neste ponto, aqui cada palavra conta. É certo que os líderes do SPD não fizeram a revolução e tampouco a quiseram. Mas há imprecisão quando Troeltsch diz que eles apenas a “adotaram”. A revolução não foi apenas “adotada” por eles, ela foi verdadeiramente sua, como um filho esperado por muito tempo. Eles realmente pregaram e prometeram a revolução por cinquenta anos. Mesmo que “seu próprio filho, esperado por muito tempo” tivesse se tornado um rebento indesejado para o SPD: o SPD foi e permaneceu sua mãe biológica; e, quando ele o matou, cometeu infanticídio.

O SPD agiu como qualquer infanticida que tenta se desculpar usando os pretextos de que a criança teria nascido morta ou que um aborto espontâneo teria acontecido. Esta é a origem da segunda grande lenda a respeito da Revolução Alemã: de que ela não teria sido a revolução proclamada pelos sociais-democratas ao longo de cinquenta anos, mas uma revolução bolchevista,

um artigo de importação russa, e que o SPD havia poupado e salvado a Alemanha de um “caos bolchevista” (aliás: a expressão “caos bolchevista” é, em si mesma, uma mentira terminológica; independentemente do que se queira dizer contra o bolchevismo, ele é o contrário do caos, ou seja, é uma ordem das mais rigorosas, ditatorial e, se quisermos, tirânica).

Essa lenda, criada pelos sociais-democratas, é apoiada pelos comunistas voluntária ou involuntariamente. Isso porque eles atribuem todo o mérito pela revolução ao KPD ou a seu predecessor, a Liga Espartaquista, e, assim, confirmam em tom vanglorioso o que os sociais-democratas apresentam como justificativa para si mesmos e como acusação contra a revolução: que a revolução de novembro de 1918 teria sido uma revolução comunista (ou “bolchevique”).

Mas mesmo que, excepcionalmente por uma vez, sociais-democratas e comunistas digam a mesma coisa, ela não se torna por isso verdadeira. A revolução de 1918 não foi um artigo de importação russa, mas um produto genuinamente alemão; e não foi uma revolução comunista, mas social-democrata – exatamente aquela revolução que o SPD havia proclamado e exigido ao longo de cinquenta anos, para a qual o partido preparava seus milhões de filiados e a que havia consagrado sua existência.

Isto é fácil de comprovar. Não foi a Liga Espartaquista – um grupo com grandes insuficiências em termos de seguidores e organização – que fez a revolução, mas antes os milhões de trabalhadores e soldados que votavam na social-democracia. O governo que estes milhões exigiam – tanto em janeiro de 1919, bem como antes, já em novembro de 1918 – não era espartaquista, nem comunista, mas um governo do Partido Social-Democrata reunificado. A constituição que eles almejavam não era a da ditadura do proletariado, mas de uma democracia proletária: a partir de então, era o proletariado – e não a burgue-

sia – que queria ser a classe dominante, mas ele queria governar de maneira democrática, não ditatorial. As classes que haviam sido destituídas de poder e seus partidos poderiam expressar suas opiniões por meio do parlamentarismo, mais ou menos como os sociais-democratas puderam expressar suas opiniões por meio do parlamentarismo no *Reich* guilhermino.

Os métodos da revolução também eram completamente distintos dos métodos bolcheviques ou leninistas – talvez em seu próprio prejuízo. Se olharmos com cuidado, seus métodos não eram sequer marxistas, mas lassalleanos: a alavanca de poder decisiva que os trabalhadores, marinheiros e soldados puxaram não foi a da propriedade dos meios de produção, como teria correspondido à teoria marxista, mas a alavanca do poder estatal. Com isso eles seguiam, como diz a canção de luta social-democrata, “o caminho que nos mostra Lassalle”.¹

As massas revolucionárias tomaram o poder estatal e não o poder econômico, tal como o precursor da social-democracia, Ferdinand Lassalle – e não Marx – havia reivindicado na década de 1860. Não ocuparam as fábricas, mas os escritórios da administração e os quartéis. Escolheram os líderes social-democratas para “comissários do povo”.

E, depois que a revolução lhes entregou o poder estatal, esses dirigentes utilizaram-no para abatê-la violentamente – sua própria revolução, esperada por muito tempo, que finalmente havia se tornado realidade. Os líderes voltaram os canhões e as metralhadoras em direção a seus próprios adeptos. O que o imperador tentou em vão – lançar o exército de campanha

¹ No original, “*die Bahn, die uns geführt Lassalle*”. Esta é a adaptação de um verso da canção conhecida como a Marselhesa dos trabalhadores alemães. O refrão da música foi reescrito em homenagem a Ferdinand Lassalle: “*Nicht zählen wir den Feind, / nicht die Gefahren all! / Marsch, marsch, marsch, marsch / Der kühnen Bahn nun folgen wir, / die uns geführt Lasalle!*” (N. T.)

que voltava do *front* para cima dos trabalhadores revolucionários – foi o mesmo que Ebert tentou desde o início. E, quando ele tampouco foi bem-sucedido nessa empreitada, não hesitou em dar um passo além e armar os membros mais extremistas da contrarrevolução militante, seus próprios inimigos, os precursores do fascismo na Alemanha, e mobilizá-los contra seus seguidores inocentes.

O fato é: o que o SPD derrotou violentamente – e, se quisermos, do que ele “poupou” ou “protegeu” a Alemanha – não foi uma revolução comunista, mas uma revolução social-democrata. A revolução social-democrata que aconteceu na Alemanha em 1918 foi, tal como o príncipe Max von Baden desejava apreensivo na semana anterior ao 9 de novembro, “sufocada” – sufocada em seu próprio sangue; mas não pelos príncipes e monarcas que ela derrubou, mas antes por seus próprios dirigentes, que ela havia alçado ao poder de maneira confiante. Foi reprimida com a violência mais extrema, mais implacável; não por meio de uma luta leal, cara a cara: pelas costas, pela traição.

É completamente indiferente em qual lado nos posicionamos e se lamentamos ou celebramos o resultado: é um acontecimento que assegura uma imortalidade inglória aos nomes de Ebert e Noske. Duas sentenças pronunciadas na época e marcadas pela morte daqueles que as pronunciaram seguem ressoando ao longo das décadas. Franz Mehring, veterano social-democrata e historiador do SPD, disse, em janeiro de 1919, pouco antes de morrer de coração partido: “Nenhum governo se afundou tanto”. E Gustav Landauer, não muito antes de morrer sob as mãos – ou mais precisamente: sob as botas – dos soldados dos *Freikorps* de Noske: “Em toda a história natural, não conheço nenhum ser vivo mais repugnante do que o Partido Social-Democrata”.

O fato de que Ebert e Noske não eram patifes em grande estilo, mas homens de bem, não os torna mais simpáticos. A monstruosidade de seu ato histórico não encontra correspondência em seu caráter privado. Se procurarmos por seus motivos, não vamos encontrar nada de demoníaco, nem de magnificência satânica, mas só banalidade: amor à ordem e oportunismo pequeno-burguês. É possível acreditar, sem maiores reservas, que eles sinceramente abominassem a desordem a que qualquer revolução está vinculada e que até a temessem com um medo que beirava o pânico, ainda que, curiosamente, não tivessem nenhum temor parecido diante da desordem igualmente grande – e mais sangrenta – da contrarrevolução. Mas muito mais profundo do que o pânico diante da desordem era o orgulho de pequeno-burguês que repentinamente se vê admitido no grande mundo – ou melhor, que o grande mundo convocava em sua ajuda. O fato de que colegas burgueses de parlamento passassem a tratar, de repente e pela primeira vez, esses “camaradas sem pátria” com respeito, o fato de que homens como Groener e o príncipe Max demonstravam uma confiança lisonjeira para com eles, que até mesmo o imperador e Hindenburg lhes demonstravam uma complacência atenciosa, que todos esses homens que antes haviam sido temidos e invejados passavam a reconhecer, num momento de necessidade, Ebert e os seus como suas últimas âncoras de salvação – isso tudo produziu nestes distintos senhores uma onda quente de lealdade confiante e orgulhosa que os levou a fazer todo e qualquer sacrifício, inclusive a sacrificar milhares de pessoas. Eles sacrificaram aqueles que os seguiam e que neles confiavam, justamente aqueles em meio aos quais se sentiam protegidos. O horror foi feito com retidão pequeno-burguesa confiante e repleta de admiração.

Ebert confiava nos generais, príncipes e grandes burgueses que haviam “entregado o *Reich* alemão a seus cuidados” de maneira

tão sincera como os trabalhadores, marinheiros e soldados social-democratas, que fizeram a revolução, confiavam nele. E, tal como ele traiu a revolução, aqueles que se beneficiaram de sua traição o traíram em seguida, uma vez que o trabalho estava feito. O meio pelo qual eles o traíram é a terceira das três grandes lendas a respeito da revolução alemã: a lenda da punhalada pelas costas.

A afirmação de que a revolução social-democrata teria sido culpada pela derrota alemã e que teria “apunhalado o *front* vitorioso pelas costas” foi formulada publicamente por Hindenburg e Ludendorff, bem como por Ebert e Noske quando já tinham levado a derrocada da revolução a cabo, e a burguesia alemã acreditou nela por um quarto de século.

Essa afirmação era, ela própria, uma punhalada – uma punhalada nas costas dos dirigentes social-democratas, a quem a Alemanha imperial atribuiu sua derrota em outubro e novembro de 1918 e a quem sua salvação foi confiada. (Ludendorff: “Agora eles têm que colher o que plantaram...”)

Depois que eles tomaram a derrota para si, expressando lealdade (Ebert para as tropas que voltavam para casa, “nenhum inimigo superou os senhores...”), e depois de trazer o cadáver da revolução aos pés da burguesia alemã, receberam seu pagamento sob a forma da lenda da punhalada pelas costas. Nos anos seguintes, o próprio Ebert foi literalmente perseguido até a morte pela acusação de traição da pátria – uma acusação completamente infundada, mas repetida sem cessar e sancionada judicialmente.

Poderíamos sentir pena dele se na forma com que a história se vingou dele não se encontrasse também uma espécie de justiça refinada. Existe uma balada de Annette von Droste-Hülshoff que prefigura o destino de Ebert com precisão.

Em um naufrágio, alguém assassinou um passageiro ao empurrá-lo da tábua de salvação a que estava agarrado. Por

acaso, a marca de fabricação da tábua fica gravada na mente do assassino: “Batavia 510”. O assassinato nunca é descoberto. Mas, ao chegar à terra, o assassino é confundido com um corsário há muito procurado, é condenado à morte sem ter culpa e é levado à execução.

E quando orgulhoso enfrenta seu destino
 Levanta sua mirada até o céu
 E lê na madeira da forca:
 Batavia 510.²

O título do poema é *Die Vergeltung (A retribuição)*.

Exatamente da mesma maneira sinuosa, porém precisa, Ebert recebeu a retribuição por aquilo que fez com a revolução. Ele foi açoitado até a morte com uma mentira, com a acusação de uma traição que nunca cometeu. Mas essa acusação nunca lhe teria sido feita se ele não tivesse, de fato, cometido uma outra traição. Ele não apunhalou o *front* vitorioso pelas costas, mas o fez com a revolução vitoriosa. E o fez por aqueles que agora o apunhalavam pelas costas – com a punhalada da mentira.

Pode ser difícil suprimir uma certa satisfação pela perfeição estética dessa simetria complicada. Sentimos como se estivéssemos no ponto alto de uma composição sinfônica, quando todos os temas da obra convergem – e, assim, revelam sua raiz comum. Visto de maneira superficial, Ebert foi vítima de uma amarga injustiça com a mentira da punhalada. Mas, visto de maneira mais aprofundada e mais precisa, teve o que mereceu. Ele foi traído da mesma maneira como traiu; e só pôde ser traído porque traía antes.

No dia 29 de setembro de 1918, Ludendorff descarregou sua derrota nos sociais-democratas para, mais tarde, poder

² No original: “Und als er in des Hohmes Stolze/ Will starren nach den Ätherhöhn,
 / Da liest er an des Galgens Holze: / Batavia 510.” (N. T.)

apresentá-los como os culpados. A revolução veio em sua ajuda; ela começou a desarticular a armadilha que Ludendorff havia preparado e em que os sociais-democratas haviam caído sem suspeitar de nada. Mas eles traíram a revolução – e, com isso, a armadilha se fechou com um estalo. Esta é toda a história contada em três frases. Uma história terrível, mas não sem sentido. Seu título poderia ser: “Uma pena merecida”.

Infelizmente, a pena pela grande traição à Revolução Alemã de 1918 não coube apenas àqueles que a mereceram.

O herói coletivo desta revolução, o operariado alemão, nunca se recuperou do golpe que lhe foi então desferido. A unidade socialista, pela qual lutou e sangrou tão bravamente, foi perdida para sempre em 1918. O grande cisma do socialismo e o ódio in-delével entre comunistas e sociais-democratas – um ódio como se fosse entre lobos e cães – datam da grande traição. (Como é sabido, o cachorro provém do lobo, é um lobo domesticado pelo homem para atender a suas próprias finalidades. A social-democracia provém de um partido operário que o capitalismo domesticou para atender a suas próprias finalidades.) Os mesmos trabalhadores que haviam combatido com tanta bravura, mas com tão pouca sorte, em 1918 – e também em 1919 e em 1920 –, estavam com seu espírito de luta esgotado quando, quinze anos depois, iriam necessitar dele novamente – contra Hitler. E, em 1945, os filhos não estavam mais em condições de repetir os atos de seus pais em 1918. A tradição revolucionária do operariado alemão havia sido apagada.

E mesmo o povo alemão como um todo, inclusive suas camadas burguesas, que, na época do fracasso da revolução, comemoraram com um alívio compreensível, sentindo alegria pelo mal alheio, teve que pagar caro por este fracasso: com o Terceiro *Reich*, com a repetição da guerra mundial, com uma segunda derrota ainda mais difícil e com a perda de sua unidade

nacional e de sua soberania. Tudo isto já estava contido, em germe, na contrarrevolução que os líderes social-democratas desencadearam. E uma vitória da Revolução Alemã poderia ter protegido a Alemanha de tudo isto.

Ainda hoje existem diversos alemães que, tal como Ebert, odeiam qualquer revolução como “odeiam o pecado”; ainda hoje há muitos que negam a revolução de 1918 como se fosse uma mancha vergonhosa na história nacional. Mas a revolução não é uma mancha vergonhosa. Ela foi – especialmente depois de quatro anos de fome e morte sangrenta – um ato glorioso. Mancha vergonhosa é a traição que se cometeu contra ela.

É certo que a revolução não é algo que se faz por prazer; é certo que a arte de governar consiste em evitar a revolução o máximo possível, por meio de reformas preventivas. Toda revolução é um acontecimento doloroso, sangrento e terrível – tal como um parto. Mas, tal como um parto, toda revolução bem-sucedida é, ao mesmo tempo, um acontecimento criador e gerador de vida.

Todos os povos que passaram por uma grande revolução olham para trás com orgulho; e toda revolução vitoriosa fez com que o povo que a levou a cabo se tornasse grande por um tempo: é o caso da Holanda e da Inglaterra no século XVII, bem como dos Estados Unidos e da França no XVIII e no XIX, e da Rússia e da China no XX. Não são as revoluções vitoriosas, mas aquelas que foram sufocadas e reprimidas, são as revoluções traídas e negadas que fazem um povo adoecer.

Ainda hoje, a Alemanha continua doente por conta da traição à revolução de 1918.

Posfácio à edição de 1979

Este livro foi escrito há uns bons dez anos e hoje eu o escreveria de outra maneira: com mais calma, mais ceticismo, maior frieza. Para o meu gosto atual, foi escrito com indignação excessiva. Ao reler, por vezes meus dedos coçaram para reformular, atenuar ou excluir algumas passagens. Mas mantenho como Pilatos: “O que escrevi, escrito está”. Ajustes posteriores me parecem ter algo de desonesto.

Por que então publicar o livro mais uma vez? Dito de maneira sintética, porque acredito que, apesar de todas as suas carências, ele ainda tem algo correto e importante a transmitir. O que não gosto nele hoje é algo que diz respeito apenas a mim mesmo: minha posição de narrador por vezes muito exaltada, como hoje me parece, minha contraposição demasiadamente emotiva entre prós e contras. Mas desacreditar ou suprimir o livro por causa disso seria pura vaidade. Isso porque me parece que, no conteúdo propriamente dito, não tenho nada a retirar. Os fatos estão certos. A análise também está certa – em todo o caso ainda de acordo com o meu juízo de hoje. O acontecimento de que o livro se ocupa continua a ser, a propósito, um dos mais importantes e cheios de consequências da história alemã mais recente. E ainda há uma falta impressionante de livros que permaneçam fiéis à verdade desse acontecimento e que o apresentem de maneira amplamente compreensível. Desde que este livro foi publicado há dez anos – o que passou bastante

desapercebido –, que eu saiba nenhum outro sobre o tema foi escrito. A revolução de 1918 e sua repressão, levada adiante por aqueles que ela havia colocado temporariamente no poder, praticamente desapareceram da consciência histórica alemã; também é possível dizer: elas foram reprimidas da consciência histórica alemã. E, se meu pequeno livro pode contribuir de alguma maneira para romper com esse processo de repressão – ainda que seja apenas provocando contradição e apresentando uma visão contrária –, então me parece que ele ainda tem uma função útil a desempenhar.

Gostaria ainda de discutir rapidamente duas objeções feitas à tese deste livro: a primeira é feita por C. P. Snow em uma resenha à tradução inglesa do livro e a segunda é uma objeção que faço a mim mesmo.

Numa síntese apertada, lord Snow escreveu que o livro pareceria ao deixar de dar atenção aos aliados ocidentais vitoriosos: eles nunca teriam tolerado uma Revolução Alemã verdadeira; se os próprios alemães não a tivessem reprimido, os aliados teriam invadido o país e o teriam feito em seu lugar.

Isto soa razoável, mas será que está certo? A revolução de novembro de 1918 foi, antes de tudo, uma revolução antimonárquica e antimilitar; e é difícil imaginar os aliados invadindo a Alemanha para colocar o imperador novamente no trono e restaurar o poder dos generais. Caso o fizessem, precisariam, no mínimo, de algum esforço para explicar, aos seus próprios povos, uma virada tão grande nos objetivos com que se travava a guerra, proclamados por eles durante anos. E mesmo se desconsiderarmos este ponto: os aliados também estavam fartos da guerra. Não é tão fácil quanto parece retomar uma guerra que havia acabado de maneira bem-sucedida, em meio à completa desmobilização. E é perigoso avançar contra um país animado por uma revolução; as revoluções são contagiosas. Se

uma intervenção antirrevolucionária dos aliados na Alemanha teria sido mais bem-sucedida do que foi na Rússia, onde isso foi efetivamente tentado, é uma questão que fica em aberto. Parece-me que o próprio lorde Snow deixa de dar atenção a um ponto importante, a saber: se a Revolução Alemã não tivesse sido prontamente destruída, teria dado uma nova arma política nas mãos daqueles alemães que lutavam pela paz.

A outra objeção é a que faço a mim mesmo para que meus leitores não tenham que fazê-la por conta própria. Em muitas passagens do livro, digo que, em 1918 e 1919, o SPD jogou fora uma chance que nunca mais voltaria – que jogou essa chance fora “para sempre”. Quando o livro foi publicado pela primeira vez, no outono de 1969, isso deve ter soado aos leitores da época como uma profecia prematura, facilmente refutável. Não foi justamente no outono de 1969 que um social-democrata se tornou chanceler?¹ Por acaso não temos hoje outro social-democrata como chanceler e não é verdade que tudo indica que isso durará por bastante tempo? Sem sombra de dúvida: independentemente dos erros que o SPD cometeu em 1918 e em 1919, ele sobreviveu e hoje é um partido que governa na República Federal da Alemanha.

Mas isso acontece apenas na República Federal. Não nos esqueçamos por completo da divisão da Alemanha. Em 1918-1919, ainda existia o *Reich* alemão, no qual e com o qual o SPD havia se tornado grande e, se eu puder recordar uma passagem do início deste livro, “que ele esperava, um dia, preencher com uma substância política duradoura e significativa”. A revolução de 1919 lhe ofereceu a chance para isso, e essa chance foi jogada fora “para sempre” quando, em vez de fazer uso da revolução,

¹ Referência a Willy Brandt, primeiro social-democrata eleito chanceler desde a Revolução Alemã, em 28 de setembro de 1969. (N. E.)

o SPD a reprimiu – “traiu”, como digo com amargura no meu texto. Porque essa chance realmente não voltou mais – nunca mais. Em vez disso vieram Hitler, a Segunda Guerra Mundial, a segunda derrota, a divisão. É isto que faz que a história da Revolução Alemã de 1918 e sua repressão, levada a cabo pelos dirigentes que ela mesma proclamara, ainda seja tão amargamente atual: o fato de que ofereceu a melhor possibilidade e, em retrospectiva histórica, a única possibilidade de impedir que tudo isso acontecesse. Tampouco nos esqueçamos disto: esta história escancarou o abismo que hoje, independentemente de todas as correlações de força externas, separa internamente ambos os Estados alemães e seus governos, se não também suas populações.

Berlim, janeiro de 1979

S. H.

Cronologia da Revolução Alemã

1863

23 de maio – Fundação da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*, ADAV), por Ferdinand Lassalle, organização socialista de caráter reformista, considerada o primeiro partido operário da história.

1864

28 de setembro – Criação da Primeira Internacional, em Londres.

1869

8 de agosto – Fundação do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP), sob a liderança de Wilhelm Liebknecht (1826-1900) e August Bebel (1840-1913), organização de orientação marxista.

1871

18 de janeiro – Proclamação do Império Alemão, a partir da criação de um Estado moderno com a unificação de 27 territórios sob a liderança da Prússia. O poder executivo cabia ao imperador Guilherme I, que tinha a prerrogativa de nomear o chanceler, Otto von Bismarck, responsável pelos assuntos do Estado.

16 de abril – Aprovada a primeira Constituição do Império Alemão, estabelecendo uma instância de natureza democrática (*Reichstag*, ou Dieta Imperial), cujos representantes seriam eleitos pelo voto direto de homens com mais de 25 anos. Ao lado do *Bundesrat*, Conselho Federal, com representantes dos 25 estados alemães, o *Reichstag* poderia aprovar, alterar ou vetar projetos de lei, mas não tinha a autonomia de legislar (responsabilidade atribuída apenas ao chanceler).

1875

22 a 27 de maio – Durante o Congresso de Gotha, as duas organizações de trabalhadores (Adav e SDAP) unificam-se para criar o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Alemanha (SDAP), com hegemonia dos lassalleanos. Em 1890, a organização é rebatizada apenas como Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD).

1878

19 de outubro – Em meio à repercussão de duas tentativas de assassinato do imperador, o chanceler Otto von Bismarck tenta, sem sucesso, implementar medidas contra a social-democracia, que experimentava franca expansão. Só o consegue depois da dissolução do Parlamento e a eleição de um novo corpo de deputados, que aprova as “Leis antissocialistas”, proibindo as atividades públicas dos social-democratas, sua imprensa, seu financiamento e a organização sindical. Apesar disso, o partido segue disputando as eleições.

1888

9 de março – Morre Guilherme I.

15 de junho – Guilherme II ascende ao trono, sucedendo o reinado de 99 dias de Frederico III.

1889

14 de julho – Lançamento da Segunda Internacional (1889-1916), por iniciativa de Friedrich Engels, na França, por ocasião do Congresso Internacional de Paris.

1890

4 de fevereiro – Diante de crescentes manifestações por direitos sociais, Guilherme II promulga leis de proteção ao trabalhador, mesmo diante da oposição do chanceler Otto von Bismark.

20 de fevereiro – Os sociais-democratas obtém o maior número de votos no pleito (19,7%), ainda com as “Leis antissocialistas” em vigência. Por conta das alianças dos partidos conservadores e das divisões distritais, no entanto, não alcança a maioria dos assentos.

20 de março – Diante de divergências com o imperador e da recusa do Parlamento de renovar as leis contra os sociais-democratas, Otto von Bismark renuncia ao posto de chanceler e é sucedido por Leo von Caprivi.

17 de novembro – Trabalhadores organizam o primeiro congresso de sindicatos livres, em Berlim, e sinalizam pela criação de uma central unificada, a Comissão Geral dos Sindicatos da Alemanha (GGD). Entre os sete delegados, destacava-se uma mulher, a feminista e socialista Emma Ihrer.

1892

14 de março – Primeiro congresso sindical alemão, na cidade de Halberstadt, quando se promove a incorporação de federações de sindicatos à Comissão Geral.

1897

Maio – Trabalhadores de inspiração anarquista fundam na cidade de Halle a Livre Associação de Sindicatos da Alemanha.

1910

Rosa Luxemburgo rompe com a direção do SPD, após Karl Kautsky, redator-chefe do *Vorwärts*, recusar-se a publicar artigo em que conclamava a uma greve de massas.

1912

12 de janeiro – A social-democracia obtém maioria no Parlamento alemão e torna-se pela primeira vez a maior bancada do Parlamento do Império, com 34,8% dos votos, que lhe garantiram 110 deputados.

24-25 de novembro – Durante o Congresso de Basileia, o último da Segunda Internacional, partidos socialistas e sindicatos afirmam oposição à escalada belicista na Europa, conclamando os trabalhadores a “fazerem ouvir sua voz” contra a iminência de uma guerra. Rosa Luxemburgo e Jean Jaurès defendem que trabalhadores declarem greve geral se houver uma declaração de guerra.

1913

25 de setembro – Rosa Luxemburgo, em assembleia popular na cidade de Fechenheim, discursa com fervor contra a participação da Alemanha em uma guerra. Suas palavras lhe valem a acusação de “incitar a desobediência contra a lei e as ordens da autoridade” por parte do Ministério da Guerra. Nesse processo Rosa acaba condenada a 12 meses de prisão.

1914

28 de junho – O estudante sérvio Gavrilo Princip assassina, em Sarajevo (Bósnia-Herzegovina), o arquiduque Francisco Fernando de Habsburgo, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, que declara guerra à Sérvia.

31 de julho – Uma das principais vozes críticas à guerra do movimento socialista internacional, Jean Jaurès é assassinado em um café em Paris por um nacionalista francês.

1º de agosto – A Alemanha declara guerra à Rússia.

3 de agosto – A Alemanha declara guerra à França.

4 de agosto – Contrariando as resoluções da Segunda Internacional e dos próprios congressos do SPD, deputados social-democratas aprovam a iniciativa do governo alemão de obter empréstimos para financiar a participação na guerra.

Karl Liebknecht, Franz Mehring e Clara Zetkin reúnem-se na casa de Rosa Luxemburgo para articular uma resistência à guerra e à direção do SPD. Eles formam o embrião do que será o grupo *Die Internationale* (A Internacional).

30 de agosto – Batalha de Tannenberg: os alemães conseguem conter o avanço das forças russas na frente da Prússia Oriental.

2 de dezembro – O governo alemão obtém nova autorização do Parlamento para pedir empréstimos para a guerra. Liebknecht rompe com a disciplina partidária do SPD e é o único deputado a votar contra – esse seria o marco da criação da Liga Espartaquista, reunindo o grupo A Internacional.

1915

18 de fevereiro – Rosa Luxemburgo começa a cumprir pena na prisão por conta dos discursos contrários à guerra.

21 de dezembro – Acompanhando a posição de Liebknecht, outros 19 deputados do SPD rejeitam o pedido de concessão de novos empréstimos para financiar a participação alemã na guerra.

1916

Janeiro – Rosa Luxemburgo publica na Suíça seu texto “A crise da social-democracia”, escrito na prisão, em que descreve a mudança de ânimo na sociedade alemã em relação à guerra e conclui com sua célebre sentença: “socialismo ou barbárie”.

21 de fevereiro – Início da mais longa batalha da Primeira Guerra, que prosseguiria até dezembro deste ano. Cerca de 720 mil soldados morrem no confronto, e as perdas alemãs somam quase a metade deste total.

24 de março – A direção do SPD expulsa o setor contrário à guerra.

28 de junho – Rosa Luxemburgo, recém saída da prisão, e Karl Liebknecht são condenados a dois anos e meio de cárcere por sua militância contrária à guerra.

1917

7 de janeiro – Em resposta à crescente pressão popular a favor da paz, deputados social-democrata opositores organizam uma conferência nacional rejeitando a continuidade da guerra e manifestando-se assim, publicamente, contrários ao apoio do SPD à política do governo imperial. A direção do partido, liderada por Ebert e Scheidemann, expulsa a oposição em bloco.

29 de janeiro – A Alemanha lança sua ofensiva submarina sem trégua, com o objetivo de derrotar a Inglaterra. Essa

estratégia terá como consequência a entrada dos Estados Unidos no confronto, anunciada em abril.

8 de março – Milhares de mulheres marcham em Petrogrado por melhores condições de vida e trabalho, pedindo a queda do tsar Nicolau II. O protesto é brutalmente reprimido pela guarda tsarista. Esta data, que depois se tornou o Dia Internacional da Mulher, marca a primeira etapa da Revolução Russa.

15 de março – O tsar Nicolau II abdica do trono.

6 de abril – Criação, em Gotha, do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD), tendo Hugo Haase como seu presidente. A Liga Espartaquista se une à nova iniciativa, embora mantenha sua autonomia.

16 de abril – Cerca de 250 mil trabalhadores entram em greve em Berlim e são acompanhados por outros 30 mil em Leipzig. O movimento faz reivindicações como fim da censura e do estado de sítio e, pela primeira vez, organiza conselhos operários.

7 de novembro – Os bolcheviques tomam o Palácio de Inverno, sede do governo russo.

1918

28 de janeiro – Eclode uma massiva greve em Berlim que leva 400 mil trabalhadores a cruzarem os braços. O movimento se expande, mas é brutalmente reprimido. Leo Jogiches, um dos líderes espartaquistas que participou da greve, é preso em março.

3 de março – Assinatura do Tratado de Brest-Litovski, pelo qual a Rússia bolchevique aceitava derrotas significativa e selava a paz com as Potências Centrais (os impérios alemão, austro-húngaro e otomano), tendo Leon Trotsky como peça-chave nas negociações.

8 de agosto – Início da Batalha de Amiens, que marca a Ofensiva dos Cem Dias por parte dos países Aliados, superando as defesas alemãs e anunciando o fim da Primeira Guerra.

29 de setembro – Diante da inevitável derrota, o comandante do Exército Imperial, Paul von Hindenburg, e o general Erich Ludendorff apresentam a proposta de armistício e parlamentarização do regime político ao imperador Guilherme II, que aceita os termos.

3 de novembro – Marinheiros da frota de alto-mar se recusam a zarpar e confrontar a Inglaterra. As manifestações se espalham pelo país paralisando o governo.

7 de novembro – O presidente dos social-democratas independentes, Kurt Eisner, proclama a República do Estado Livre da Baviera em Munique.

8 de novembro – Rosa Luxemburgo deixa a prisão, um pouco depois de Karl Liebknecht.

9 de novembro – O império alemão é dissolvido, Guilherme II abdica do trono e foge. Início da República de Weimar. O líder social-democrata Friedrich Ebert assume como chanceler do Império Alemão. Seu colega de partido, Philipp Scheidemann, proclama a República no *Reichstag*, em Berlim. E Karl Liebknecht proclama a República Socialista Alemã no Palácio Imperial abandonado.

10 de novembro – Assembleia de trabalhadores e soldados no Circo Busch nomeia um governo provisório, o Conselho dos Comissários do Povo, com integrantes do SPD e do USPD.

11 de novembro de 1918 – A Alemanha assina o armistício. Fim da Primeira Guerra Mundial, com vitória dos aliados.

12 de novembro – O governo revolucionário social-democrata aprova o direito de voto das mulheres.

15 de novembro – Assinatura do acordo “comunidade de trabalho” [*Arbeitsgemeinschaft*], entre patrões e empregados,

de modo que todas as reivindicações dos trabalhadores eram aceitas, como reconhecimento dos sindicatos, jornada de 8 horas sem diminuição de salário, contrato coletivo, comissões paritárias para regular os conflitos trabalhistas. Em troca, os trabalhadores esqueciam suas antigas reivindicações de socialização.

16 a 21 de dezembro – O primeiro Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados do *Reich* aprova os “Pontos de Hamburgo”, incluindo a transferência do poder supremo de mando para os comissários do povo, sob controle do conselho central; o poder disciplinar passaria para os conselhos de soldados; livre eleição dos oficiais; fim dos distintivos; fim da obrigação de respeitar a hierarquia fora de serviço.

24 de dezembro – Fracassa a tentativa do Alto Comando do Exército de acabar com a revolução. Forças contrarrevolucionárias são derrotadas em sangrenta batalha em Berlim.

1919

1º de janeiro – A Liga Espartaquista se une a outros grupos comunistas e socialistas para criar o Partido Comunista da Alemanha (KPD), deixando o USPD.

5 de janeiro – Em reação à demissão do chefe de polícia, Emil Eichhorn, por parte do Conselho dos Comissários do Povo, cerca de 200 mil trabalhadores atendem à convocação dos setores mais à esquerda e fazem uma grande manifestação em Berlim. Lideranças dos delegados revolucionários, do USPD e do KPD decidem em favor de uma insurreição para tomar o poder. Jornais são ocupados por trabalhadores.

6 de janeiro – A Divisão Popular de Marinha, a única tropa revolucionária, declara-se neutra nesse conflito, enfraquecendo as aspirações dos revolucionários. Início das

negociações com o governo. Os espartaquistas seguem mobilizados, ocupando jornais e gráficas.

8 de janeiro – O governo interrompe negociações e convoca a população para colocar fim à “opressão e anarquia”. Anuncia-se a repressão que está por vir.

9 de janeiro – Os delegados revolucionários, o KPD e dirigentes do USPD lançam panfleto contra o governo, chamando a população à greve geral e às armas. Os trabalhadores não atendem em massa à convocação. Gustav Noske entra em Berlim comandando os *Freikorps* para debelar a revolução.

15 de janeiro – Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht são assassinados em Berlim. Uma onda repressiva varre a Alemanha, resultando na morte de centenas de trabalhadores. O KPD é colocado na clandestinidade.

18 de janeiro – Início da Conferência de Paris, contou com a presença de 70 delegados, representando a coligação dos 27 países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial, incluído o Brasil.

19 de janeiro – Ocorrem as primeiras eleições federais na Alemanha.

11 de fevereiro – Friedrich Ebert torna-se o primeiro presidente da Alemanha.

21 de fevereiro – Kurt Eisner é assassinado na Baviera.

Março de 1919 – O KPD passa a integrar a Internacional Comunista.

7 de abril – Proclamada a República dos Conselhos da Bavária, derrubada quatro semanas depois pelos *Freikorps* enviados da Prússia.

28 de junho – A Alemanha aceita o Tratado de Versalhes.

11 de agosto – A Constituição de Weimar é assinada.

Bibliografía seleccionada

- BADEN, Prinz Max von. *Erinnerungen und Dokumente*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1927.
- ERGER, Johannes. *Der Kapp-Lüttwitz-Putsch. Ein Beitrag zur deutschen Innenpolitik 1919/20*. Düsseldorf: Droste, 1967.
- ERZBERGER, Matthias. *Erlebnisse im Weltkrieg*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1920.
- GROENER, Wilhelm. *Lebenserinnerungen. Jugend, Generalstab, Weltkrieg*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1957.
- HERTLING, Karl Graf von. *Ein Jahr in der Reichskanzlei. Erinnerungen an der Kanzlerschaft meines Vaters*. Freiburg: Herder, 1919.
- HÜRTER, Johannes. *Paul von Hintze, Marineoffizier, Diplomat, Staatssekretär. Dokumente einer Karriere zwischen Militär und Politik, 1903-1918*. München: Boldt im Oldenbourg-Verlag, 1998.
- KAEHLER, Siegfried. *Generalmajor Albrecht von Thaer. Generalstabsdienst an der Front und in der OHL. Aus Briefen und Tagebuchaufzeichnungen 1915-1919*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1958.
- KILLINGER, Manfred von. *Ernstes und Heiteres aus dem Putschleben*. München: Eher, 1931.
- KOLB, Eberhard. *Die Arbeiterräte in der deutschen Innenpolitik 1918/1919*. Düsseldorf: Droste, 1962.
- LUDENDORFF, Erich. *Auf dem Weg Feldherrnhalle. Lebenserinnerungen*. München: Ludendorffs Verlag, 1937.
- LUDENDORFF, Margarete L. *Als ich Ludendorffs Frau war*. München: Drei-Masken-Verlag, 1929.
- MAERCKER, Ludwig R. *Vom Kaiserheer zur Reichswehr. Geschichte des freiwilligen Landesjägerkorps. Ein Beitrag zur Geschichte der deutschen Revolution*. Leipzig: Koehler, 1922.
- MITCHELL, Allan. *Revolution in Bavaria, 1918 – 1919. The Eisner Regime and the Soviet Republic*. Princeton: Princeton University Press, 1965.

- MÜLLER, Richard. *Geschichte der deutschen Revolution*. Berlin: Olle & Wolter, 1974.
- MÜLLER-FRANKEN, Hermann. *Die November-Revolution. Erinnerungen*. Berlin: Der Bücherkreis, 1928.
- NIEMANN, Alfred. *Kaiser und Heer. Das Wesen der Kommandogewalt und ihre Ausübung durch Kaiser Wilhelm II*. Berlin: Verlag für Kulturpolitik, 1929.
- NOSKE, Gustav. *Von Kiel bis Kapp. Zur Geschichte der deutschen Revolution*. Berlin: Verlag für Politik und Wirtschaft, 1920.
- OEHME, Walter. *Damals in der Reichskanzlei. Erinnerungen aus den Jahren 1918/1919*. Berlin: Kongress-Verlag, 1958.
- ROSENBERG, Arthur. *Die Entstehung der deutschen Republik, 1871-1918*. Berlin: Rowohlt, 1928.
- SCHEIDEMANN, Philipp. *Memoiren eines Sozialdemokraten*. Reissner, Dresden, 1928.
- TROELTSCH, Ernst. *Spektator-Briefe. Aufsätze über die deutsche Revolution und die Weltpolitik 1918-1922*. Tübingen: Mohr, 1924.
- VOLKMANN, Erich O. *Revolution über Deutschland*. Oldenburg: Stalling, 1930.

Em português

- GAY, Peter. *A Cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HAFFNER, Sebastian. *Um tal de Adolf Hitler: considerações partilhadas sobre um fenómeno psicológico e político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. 179p.
- LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2018. 3v.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução alemã: mitos & versões*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- TOLLER, Ernst. *Uma juventude na Alemanha*. São Paulo: Mundaréu, 2015.

Crédito das imagens

- p. 229 – Interfoto München.
- p. 230-231 – *Ullstein bild*.
- p. 232 – *Acima*: Bildarchiv Preußischer Kulturbesitz [Arq. de imagens do patrimônio]. *Abaixo*: Bundesarchiv Koblenz [Arquivo federal de Koblenz].
- p. 233 – dpa.
- p. 234 – Bildarchiv Preußischer Kulturbesitz.
- p. 235-238 – *Ullstein bild*.
- p. 239 – Bildarchiv Preußischer Kulturbesitz.
- p. 240-242 – *Ullstein bild*.
- p. 243 – *Superior: Süddeutsche Z. Inferior: Ullstein bild*.
- p. 244-6 – *Süddeutsche Z.*
- p. 247 – *Ullstein bild*.
- p. 248-9 – Interfoto, Munique.
- p. 250 – *Esquerda*: dpa. *Direita*: Bildarchiv Preußischer Kulturbesitz.
- p. 251-257 – Bundesarchiv Koblenz.
- p. 258-260 – *Ullstein bild*.
- p. 336 – *Caricatura de Rosa Luxemburgo*, por Loredano.

